



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS – PPGRI**

MARIANA DE OLIVEIRA NÓBREGA

**A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)
NA BUSCA DA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (CNUCD)
(2007-2011)**

**JOÃO PESSOA
2013**

MARIANA DE OLIVEIRA NÓBREGA

**A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)
NA BUSCA DA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (CNUCD)
(2007-2011)**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
para a obtenção do título de Mestre em
Relações Internacionais sob a orientação do
Professor Dr. Elias David Morales Martinez

JOÃO PESSOA
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

N754c Nóbrega, Mariana de Oliveira.
A comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)
na busca da implementação da convenção das nações unidas
de combate à desertificação (CNUCD) (2007-2011) /
Mariana de Oliveira Nóbrega. – 2013.
173f. : il.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós
Graduação e Pesquisa, 2013.
“Orientação: Prof. Dr. Elias David Morales Martinez,
Curso de Relações Internacionais”.

1. CPLP. 2. Desertificação. 3. CNUCD. 4. PCT
CPLP/FAO 3201. I. Título.

MARIANA DE OLIVEIRA NÓBREGA

**A COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)
NA BUSCA DA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS DE COMBATE A DESERTIFICAÇÃO (CNUCD)
(2007-2011)**

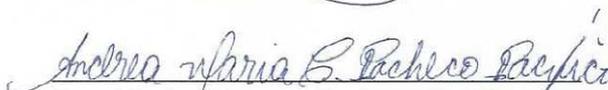
Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
para a obtenção do título de Mestre em
Relações internacionais sob a orientação do
Professor Dr. Elias David Morales Martinez

Aprovada em: 18/06/2013

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elias David Morales Martinez - Orientador (UEPB/ABC)



Prof. Dr.ª Andrea Maria Calazans Pacheco Pacifico - Membro interno



Prof. Dr. João Paulo Cândia Veiga - Membro externo

JOAO PESSOA
2013

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, à minha família e a todos que acreditaram em meu esforço e dedicação, para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Dr. Elias David Morales Martinez pelas indicações de leituras, pelo apoio e pela excelente orientação, fazendo-me amadurecer ideias e traçar conclusões tangíveis a respeito do trabalho;

À banca qualificadora deste trabalho, Prof^a Dr^a Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico e Prof^a Dr^a Marcionila Fernandes pelas importantes sugestões, em sua maioria acordadas;

À banca final, Prof^a Dr^a Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico e Dr. João Paulo Cândia Veiga pela profunda análise e sugestões de correção do trabalho;

Ao Coordenador do curso de Mestrado em Relações Internacionais da UEPB, Pr. Dr. Henrique Altemani de Oliveira pelo excelente trabalho que vem desempenhando na administração do curso;

Aos demais professores que lecionaram as disciplinas do Mestrado, em minha época: Carlos Enrique Ruiz Ferreira, Cristina Carvalho Pacheco, Filipe Reis Melo, Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Raquel Bezerra Cavalcanti Leal de Melo e Silvia Garcia Nogueira;

Aos entrevistados, Sr^a Clara Justino, Sr. Heitor Matallo Júnior, e, em especial, Sr^a Denise Valéria de Lima pela colaboração, contribuição e acesso a importantes informações a respeito do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, sem o qual não realizaria sincera análise;

À Secretária do mestrado em Relações Internacionais, Alyne Benevides, pelo bom humor, organização e empreendimento de um satisfatório trabalho de comunicação entre professores, alunos e demais profissionais;

A meus queridos, inteligentes e divertidos amigos da turma de mestrado, pela excelente convivência, pelas sabias trocas de conhecimentos e pelo apoio sempre disponível. Meus agradecimentos sinceros a Alexandre Paiva, Anderson Cardozo, Carlos Oliveira, Caroline Burity, Cléber Oliveira, Denyson da Silva, Eduardo Pinheiro, Emmilayne Nascimento, Fabíola Dunda, Hamana Dias, Henrique Toscano, Jan Marcel Lacerda, Jordênia de Almeida, Matheus Medvedeff, Mikelli Robeiro, Murilo Mesquita, Raiane Cruz e Rochele de Moraes;

Aos meus pais, Ana Rigoneide P. O. Nóbrega e Marcelo M. da Nóbrega, e queridas irmãs, Suzana de O. Nóbrega e Emília de O. Nóbrega, por serem meus pilares de sustentação em todas as horas de minha vida, sobretudo, demonstrado nesse período de dissertação;

A todos os meus tios, em especial, Rosa Maria M. da N. Barbosa, Maria Lúcia M. da Nóbrega e Luciano P. Barbosa, pelo apoio e pelas orações investidas.

À minha querida prima Valéria Nóbrega Câmara Virgulino, a qual me ajudou financeiramente, durante um importante tempo de minha formação escolar, contribuindo, dessa forma, para a minha chegada ao mestrado;

Aos especiais amigos de graduação, Bruno Montenegro e Denyson W. R. da Silva, pela troca de conhecimento e constante apoio;

À grande família Civitas, em especial, Dávila Galiza, pelo apoio, pelos conselhos, pela torcida e pelas orações a mim empreendidas;

Finalmente, o agradecimento mais importante de todos. A meu Senhor Salvador: Deus, sem o qual não teria sido agraciada com o conhecimento adquirido em termos científico-acadêmicos, nem teria encontrado com muitas das pessoas supracitadas até então. Grande orientador da minha vida e condutor proeminente deste meu trabalho.

.

“Os projetos nascem do desejo humano de modificar a realidade [...] são como pontes entre o desejo de mudança, as possibilidades concretas desta realidade ser modificada e a capacidade e governabilidade de realizá-las” (ASCHER E VALARELLI, AVALIAÇÃO DE IMPACTOS, MMA, 2007).

RESUMO

O presente trabalho apresenta como objetivo principal analisar o Projeto de Cooperação Técnica para implementação da Convenção de Combate à Desertificação, no marco da Gestão Sustentável das Terras, reconhecido pela sigla PCT CPLP/FAO 3201, acordado, por meio de um memorando de entendimento, entre a Comunidade dos Estados de Língua Portuguesa (CPLP) e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD), haja vista que todos os Estados da Comunidade são membros desta Convenção. A execução deste PCT teve apoio direto da própria CPLP, uma vez que serviria aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e ao Timor Leste, e também contou com a assistência técnica e financeira da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), do Mecanismo Mundial (MM) e do antigo Instituto Português de Apoio para o Desenvolvimento (IPAD). Para o alcance desta meta maior, foram realizados os seguintes passos: No primeiro Capítulo, foi estudada a evolução da discussão internacional sobre desertificação. Para tanto, buscou-se a compreensão da questão da desertificação em um contexto geral. Em seguida, explorou-se o entendimento acerca da cooperação internacional, a partir da construção teórica de perspectivas racionalistas das relações internacionais, a fim de facilitar o entendimento da discussão internacional sobre desertificação, até chegar ao conhecimento da Convenção de Luta contra Desertificação, com suas diversas Conferências das Partes (COP) e reuniões. No segundo Capítulo, abordou-se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua atuação em relação ao meio ambiente. Este objetivo se conformou por meio do estudo contextual da criação da CPLP, especificando em que ela se baseia, seus objetivos e o conhecimento acerca da estrutura desta Comunidade. Também buscou-se explorar o entendimento a respeito do espaço físico dos Estados-membros da CPLP e suas localizações geográficas, bem como verificou-se a situação destes Estados, em especial dos PALOP e do Timor Leste, em relação ao processo de desertificação e/ou degradação de terra. Por fim, foram analisadas as parcerias internacionais supracitadas, no desenvolvimento do PCT CPLP/FAO 3201. Finalmente, no terceiro Capítulo, foi detalhadamente analisado o presente Projeto. Para tanto, buscou-se estudá-lo, a partir dos antecedentes de sua proposta, passando pela compreensão de suas duas fases (2008-2010; 2010-2011), até a análise dos planos de entrevistas, realizados com três atores, os quais tiveram participação parcial ou inteira no Projeto. Com essas entrevistas, buscou-se desenvolver um melhor entendimento dos desafios iniciais, das dificuldades de implementação, contribuições e percepções da situação final e, verificar as lições aprendidas com esse PCT por parte dos entrevistados. Concluiu-se que, apesar das falhas e das dificuldades apresentadas pelo projeto, este trouxe contribuições para ajudar a implementar a CNUCD, que serão observadas ao longo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: CPLP; Desertificação; CNUCD; Cooperação; PCT CPLP/FAO 3201.

ABSTRACT

This paper presents the main objective to analyze the Technical Cooperation Project for implementation of the Convention to Combat Desertification, within the Sustainable Management of Land, recognized by the acronym PCT/INT/3201, and agreed, through a Memorandum of Understanding, between the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) and the United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD), given that all states of the Community are members of the Convention. Running this PCT had direct support of their own CPLP since that would serve African Countries of Portuguese Official Language and Timor Leste, and also had the technical and financial assistance of the United Nations Food and Agriculture Organization (FAO), the support and assistance of the Global Mechanism (MM) and the former Portuguese Institute for Development Support (IPAD). To achieve this greater goal, the following steps were performed: In the first chapter it studied the evolution of the international discussion on desertification. Therefore, it sought to understand the issue of desertification in a general context. Then it explored the understanding of international cooperation, based on the construction of theoretical rationalist perspectives international on relations in order to facilitate the understanding of the international discussion on desertification, to come to the knowledge of the Convention to Combat Desertification, with its various Conferences of the Parties (COP) and meetings. In the second chapter it discussed the Community of Portuguese Language Countries and its performance in relation to the environment. This objective was satisfied through the contextual study of the creation of the CPLP, specifying on which it is based, your goals and knowledge about the structure of this community. It also sought to explore the understanding of the physical space of the Member States of the CPLP and their geographical locations, and the situation of these States, in particular the PALOP and Timor Leste, in relation to the process of desertification and/or degradation of land. Then, they analyzed the international partnerships mentioned above, in the development of PCT CPLP/FAO 3201. Finally, in the third chapter, it was thoroughly investigated in this Project. Therefore, it sought to study it from the history of your proposal through the understanding of its two phases (2008-2010, 2010-2011), to examine the plans of interviews conducted with three actors, which had partial or full participation in the Project. With these interviews, it sought to develop a better understanding of the initial challenges, the difficulties of implementation, contributions and perceptions of the end situation, check the lessons learned from this PCT. It was concluded that, despite failures and difficulties presented by the project, this brought contributions to help implement the UNCCD, which will be observed throughout the work.

KEYWORDS: CPLP; Desertification; UNCCD; Cooperation; Project PCT/INT/3201.

Lista de Figuras

Figura 1 - Número de ocorrências de notícias sobre Desertificação, anualmente, com base no <i>Google News</i>	48
Figura 2 - Órgãos da CPLP.....	68
Figura 3 - Mapa dos Estados que compõem a CPLP.....	74

Lista de Quadros

Quadro 1 - Principais causas, consequências e problemas ou impactos sócias, ambientais e econômicos.....	28
Quadro 2 - “Dilema da Aversão Comum”.....	40
Quadro 3 - Principais eventos internacionais relacionados à desertificação.....	46
Quadro 4 - Temas de comemoração no dia mundial de combate à desertificação (17 de junho) de 2003-2013.....	47
Quadro 5 - Conferências das Partes (COP) da CCD.....	58
Quadro 6 - Sessões do CRIC e reuniões especiais do CST.....	59
Quadro 7 - Principais Espaços regionais de integração de que os Estados-membros da CPLP participam.....	77
Quadro 8 - Vulnerabilidade dos PALOP e do Timor Leste à desertificação.....	83
Quadro 9 - Estimativa de grau de vulnerabilidade/risco dos fenômenos MC em STP.....	88
Quadro 10 - Área de atuação do CICL.....	94
Quadro 11 - Primeiro resultado esperado.....	111
Quadro 12 - Objetivos específicos, por fase, do Programa.....	119
Quadro 13 - Terceiro resultado esperado.....	122
Quadro 14 - Quarto resultado esperado.....	124
Quadro 15 - Indicador A.....	143
Quadro 16 - Indicador B.....	144
Quadro 17 - Indicador C.....	144
Quadro 18 - Indicador D.....	144
Quadro 19 - Indicador E: mobilização dos Comitês Nacionais.....	144
Quadro 20 - Indicador F: atividades de formação.....	145

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Índice de aridez.....	51
Tabela 2 - Tipo total de terras km ²	52
Tabela 3 - Dados a respeito da População, Superfície, ZEE, Fronteira e Costa dos Estados-membros da CPLP.....	77
Tabela 4 – Dados e níveis de posição dos Estados da CPLP: antes (IDH 2010) e depois (IDH 2011) do aumento de Estados.....	79

Lista de Abreviatura

AFN - Autoridade Florestal Nacional

ASD - Áreas Susceptíveis à Desertificação

CDB - Convenção da Diversidade Biológica

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CICL - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

CIDA - *Canadian International Development Agency*

CILSS - Comitê Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel

CNUCD ou CCD - Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação ou Convenção de Combate à Desertificação ou Convenção de Combate à Desertificação

CNUMAD - Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

COP - Conferências das Partes

CQNUMC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

DDLD - *Desertification Land Degradation & Drought*

DEFI - Desenhos de Estratégias Financeiras Integradas

DEA - Departamento de Educação Ambiental

EFI - Estratégias Financeiras Integradas

ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da FIOCRUZ

FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*

GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente

GPP - Gabinete de Planeamento e Políticas

GST - Gestão Sustentável das Terras

GTZ - *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPCC - *Intergovernmental Panel on Climate Change*

LABOGEF - Laboratório de Geomorfologia, Pedologia e Geografia Física do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da UFG

MADRP - Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

MICOA - Ministério de Coordenação do Meio Ambiente do Governo de Moçambique

MM ou MG - Mecanismo Mundial ou Mecanismo Global

MMA - Ministério do Meio Ambiente

NORAD - *Norwegian Agency for Development Cooperation*

OFID - *OPEC Fund for International Development*

OIM - *Organização Internacional das Migrações*

OMPI - *Organização Mundial da Propriedade Intelectual*

OPEP - *Organização dos Países Exportadores de Petróleo*

PALOP - *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*

PAN - *Brasil - Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos*

PANA - *Plano de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas*

PCT - *Projeto de Cooperação Técnica*

PCT CPLP/FAO 3201 - *Projeto de Cooperação Técnica de Implementação da Convenção de Combate à Desertificação no Quadro da Gestão Sustentável das Terras nos PALOP e no Timor Leste*

OPLOP - *Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa*

PNUMA - *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente*

PRODER - *Programa para o Desenvolvimento Rural*

RCV - *República de Cabo Verde*

SADC - *Southern African Development Community*

UNCCD - *United Nations Convention to Combat Desertification*

SIDA - *Swedish International Development Cooperation Agency*

UNDDD - *United Nations Decade for Deserts to fight against Desertification*

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UNRIC - *United Nations Regional Information Centre*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO INTERNACIONAL SOBRE DESERTIFICAÇÃO.....	22
1.1 DESERTIFICAÇÃO: contexto geral.....	23
1.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A PARTIR DE PERSPECTIVAS RACIONALISTAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	32
1.3 A DISCUSSÃO INTERNACIONAL SOBRE DESERTIFICAÇÃO.....	41
1.4 CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO.....	49
2 COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) E SUA ATUAÇÃO EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE.....	62
2.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA CPLP.....	64
2.2 COMPREENDENDO A “COOPERAÇÃO PARA O AMBIENTE NA CPLP” ...	70
2.2.1 O espaço físico dos Estados-membros da CPLP e suas localizações geográficas.....	72
2.2.2 Os Estados-membros da CPLP em relação ao processo de desertificação e/ou degradação das terras.....	80
2.3 PARCERIAS INTERNACIONAIS: CPLP, FAO, IPAD e MM no Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201.....	89
2.3.1 Parceria da CPLP ao PCT CPLP/FAO 3201.....	90
2.3.2 Parceria da FAO ao PCT CPLP/FAO 3201.....	91
2.3.3 Parceria do antigo IPAD (atual CICL) ao PCT CPLP/FAO 3201.....	94
2.3.4 Parceria do Mecanismo Mundial ao PCT CPLP TCP/FAO 3201.....	96
3 O PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PCT CPLP/FAO 3201 (2007-2011).....	98

3.1 ANTECEDENTES DA PROPOSTA DO PCT CPLP/FAO 3201	102
3.2 AS DUAS FASES DO PCT CPLP/FAO 3201 (2008-2010; 2010-2011)	106
3.2.1 Primeira fase do PCT CPLP/FAO 3201 (2008-2010):.....	109
3.2.2 Segunda Fase do PCT CPLP/FAO 3201 (2010-2011):.....	127
3.3 ANÁLISE DOS PLANOS DE ENTREVISTAS DOS TRÊS ATORES	131
3.3.1 Primeira parte: desafios da situação inicial e dificuldades de implementação.....	131
3.3.2 Segunda parte: situação final e aprendizagem dos atores.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	157

ANEXOS

ANEXO A: DEMANDAS APRESENTADAS PELOS PONTOS FOCAIS NACIONAIS DA UNCCD

ANEXO B: FIRST PHASE: JULY 2008 - JUNE 2010

APÊNDICE (1) (2) (3): OS TRÊS PLANOS DE ENTREVISTAS

APÊNDICE (1) - Denise Valéria de Lima

APÊNDICE (2) - Heitor Matallo Júnior

APÊNDICE (3) - Clara Justino

ANEXO C: PRODUTOS E RESULTADOS DO COMPONENTE A, B, C E D

ANEXO D: MATRIZ RESUMIDA DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO

INTRODUÇÃO

Projetos de Cooperação Técnica (PCT) são uma forma, encontrada principalmente por países subdesenvolvidos, de viabilizar seus desenvolvimentos em determinadas áreas deficitárias. Dessa forma, há realização de diversos PCT nas áreas de cultura, saúde, educação, agricultura, comunicação, meio ambiente, dentre tantas outras. Tendo a ciência dessa alternativa, como possibilidade de desenvolvimento, sobretudo, para os Estados do Hemisfério Sul, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – que trabalha em três frentes, dentre elas, as duas consideradas de grande importância para o vigente estudo: cooperação Sul-Sul e/ou Norte-Sul e a concertação político-diplomática – procura desenvolver seus trabalhos dentro desses contextos, uma vez que é formada por Estados que representam os dois hemisférios, a saber: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, conhecidos como Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), mais o Timor Leste, além de Brasil e Portugal, sendo este último o único representante do Hemisfério Norte.

Tendo como pano de fundo os objetivos da cooperação e da concertação, a CPLP busca, dessa forma, delinear-los por meio do desenvolvimento das parcerias regionais e internacionais, a fim de conseguir o apoio necessário para execução dos seus projetos e programas. Nem sempre a realidade projetada pelos PCT consegue êxito total, como a execução dos Programas de Cooperação alçados por aqueles. Contudo, estes projetos não deixam de ser uma ferramenta que a Comunidade, por ser composta por muitos Estados africanos subdesenvolvidos, procura como alternativa de desenvolvimento.

Diante dessa realidade, a presente dissertação versa sobre a compreensão de um importante Projeto de Cooperação Técnica (PCT) de escopo ambiental, criado pela então Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e acordado a partir de um memorando de entendimento entre a própria CPLP e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD, sigla em Inglês UNCCD), com o qual teve o apoio e a assistência técnica de importantes organismos internacionais, dentre os principais, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, sigla em Inglês); o Mecanismo Mundial ou Global (MM ou MG), instituição internacional criada pela CNUCD; e o antigo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), hoje chamado Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL).

Todos os Estados-membros da Comunidade de língua portuguesa fazem parte das principais Convenções ambientais, dentre elas a de combate à desertificação. Dessa forma, a CPLP procurou, em nível de concertação político-diplomática¹ e com o apoio desses três principais organismos internacionais supracitados, auxiliar os PALOP e o Timor Leste na implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, no quadro da Gestão Sustentável das Terras (GST), por meio do Projeto de Cooperação Técnica conhecido como PCT CPLP/FAO 3201 ou (TCP/INT/3201, sigla em Inglês).

Esse auxílio foi idealizado para contribuir, dentre outras questões, com a principal sugestão estabelecida pela CNUCD, a implementação dos Planos de Ação Nacionais (PAN) ou mesmo na elaboração, visto que nem todos tinham realizado seus planos. Este projeto buscou agir dentro da estratégia Decenal da Convenção de combate à desertificação e também em consonância com muitos dos objetivos encontrados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a fim de somar esforços para o fortalecimento da conjuntura contemporânea de governança global ambiental.

Devido ao tema escolhido – a análise do Projeto de Cooperação Técnica para a Implementação da Convenção de Combate à Desertificação PCT CPLP/FAO 3201 nos PALOP e no Timor Leste –, o problema ambiental global contextualizado neste trabalho é o fenômeno da desertificação, interligado a demais questões ambientais que interferem no processo de desertificação, como secas intensas e degradações das terras, produzidas principalmente pelo homem.

A ideia de analisar esse Projeto de Cooperação Técnica partiu da curiosidade de compreendê-lo ao máximo possível – mesmo porque sabe-se que, por se tratar de um Projeto cuja natureza é a cooperação, a qual envolve tanto instituições nacionais, quanto internacionais, nem todas as questões podem ser conhecidas, pois algumas fazem parte de segredos institucionais, os quais não são revelados – em uma dinâmica de pesquisa-estudo, observando as maiores dificuldades de efetivação de um projeto meio que propunha a busca da elaboração de um Programa de Cooperação ousado, bem como identificando os principais desafios, as conquistas realizadas e as experiências adquiridas por alguns

¹ A concertação político-diplomática da CPLP significa que “[...] toda a atividade da CPLP é orientada pelos seus Estados-membros, que concertam posições, pelo menos uma vez por mês, nas reuniões ordinárias do Comitê de Concertação Permanente”. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-85.aspx>> Acesso em: 3 dez. 2012.

profissionais que acompanharam, direta e indiretamente, a execução do PCT CPLP/FAO 3021.

Diante deste desafio, faz-se necessário colocar-se diante da problemática da dissertação, a saber: Até que ponto o Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, organizado pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa e apoiado pela FAO, com a assistência de outros organismos internacionais, conseguiu trazer alguma contribuição para a implementação da CCD nos PALOP e no Timor Leste? Problemática esta que ajudou, durante a análise do Projeto, a visualizar sua efetividade.

Com relação à metodologia do trabalho dissertativo, ela está dividida em duas partes. Na primeira, fez-se necessária uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, isto é, de natureza qualitativa, cujas fontes foram diversificadas, com pesquisa e utilização de importantes artigos nos meios eletrônicos, livros de estudiosos da área e relatórios referentes ao PCT ora tratado. Alguns importantes autores podem ser destacados nas literaturas utilizadas no trabalho: aquela relacionada às questões socioambientais – dentre elas, desertificação, degradação das terras e mudanças climáticas – podendo-se citar, dentre outros, Matallo Júnior (1999/2003 e 2001), Cotin (2008) e Ferreira e Couveiro (2008/2009).

Para a literatura relacionada à cooperação internacional, tem-se como destaque Axelrod e Keohane (1985), Axelrod (1984), Gonçalves (2002) e Le Prestre (2000), Maciel (2009) e Puentes (2010). Para a construção do entendimento acerca do PCT CPLP/FAO 3201, em si, foram utilizados importantes matérias de estudo, como a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, seu Plano Estratégico Decenal, além de documentos referentes ao PCT, como os relatórios finais de 2010 e 2011, os Boletins do Projeto e alguns Termos de Referências e Relatórios das Consultorias Nacionais dos PALOP. Vale salientar que a metodologia supracitada é utilizada para o primeiro e segundo capítulos, e parte do terceiro.

Na segunda parte da metodologia - referente à análise propriamente dita do PCT CPLP/FAO 3201, equivalente a outra parte do terceiro capítulo – são analisadas as entrevistas qualitativas em profundidade² realizadas com três profissionais, que, de algum modo, tiveram participação parcial ou inteiramente no Projeto (PCT), a saber: Denise

² “Entrevistas em profundidade [...] é feito o pré-agendamento do entrevistado e a sua aplicação é individual” (BAPTISTELLA et al, s/d). Essas e outras informações estão disponíveis em: <<http://www.slideshare.net/jlpaesjr/pesquisa-qualitativa-e-quantitativa>> Acesso em: 2 ago. 2012.

Valéria de Lima, ex-Consultora Regional do PCT, pela FAO. Hoje, ela é Assessora da Cooperação Técnica Alemã (sigla em Alemão, GTZ - *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*); Heitor Matallo Júnior, Coordenador da Unidade de Coordenação Regional da UNCCD e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); e Clara Justino, Diretora da Cooperação para o Desenvolvimento do Secretariado Executivo da CPLP.

Acerca das entrevistas, elas seguiram um modelo de plano³ que teve inspiração e embasamento nos *Guías de Terreno – Sistematización de Experiencias Locales da FIDAMERICA – PREVAL*⁴ dos autores Berdegué, Ocampo e Escobar (2004) – já que alguns indicativos, como “Situação inicial; [...] [Implementação]; Situação final; Lições aprendidas” (BERDEGUÉ, OCAMPO e ESCOBAR, 2004, p. 11) foram utilizados para a execução do plano de entrevistas desta pesquisa. Para cada um desses temas, perguntas orientadoras foram realizadas com os atores, a fim de evidenciar os desafios iniciais do Projeto, as dificuldades de implementação e, principalmente, as contribuições a partir das conquistas de alguns resultados previstos e as aprendizagens adquiridas com o PCT.

Abaixo, seguem as principais perguntas orientadoras do Plano de Entrevista. 1) Para a situação inicial: Quais os maiores desafios do PCT CPLP/FAO 3201 no contexto da situação inicial? Quais eram suas expectativas nesse momento?; 2) Para a implementação: Quais foram as maiores dificuldades de implementação do PCT CPLP/FAO 3201?; Para a situação final: Na sua opinião, os resultados esperados do PCT CPLP/FAO 3201 foram atingidos? Quais não foram atingidos? Por quê? O que faltou para serem atingidos? 4) Por fim, referente às lições aprendidas, foram feitas as seguintes perguntas: Qual foi ou quais foram as suas principais aprendizagens nessa experiência do PCT CPLP/FAO 3201? Que recomendações daria para outro grupo de países que pretendesse desenvolver uma experiência parecida?

Observada a metodologia, o estudo, portanto, foi destrinchado a partir de objetivos específicos os quais encaminharam os três capítulos da dissertação. No primeiro Capítulo, procurou-se compreender, de modo geral, o problema da desertificação; em seguida, para poder adentrar na evolução da discussão internacional propriamente dita sobre o fenômeno da desertificação, buscou-se, antes, explicar o que é a cooperação internacional, por meio

³ Para ver o modelo do plano de entrevista, consultar o apêndice (1), (2) e (3).

⁴ Esse guia orienta a sistematização da experiência que se procura estudar, a partir da escolha ou priorização dos atores da experiência, além do ordenamento e da análise das informações.

de uma breve construção teórica a partir de perspectivas racionalistas das relações internacionais, para, posteriormente, conhecer melhor a evolução da discussão internacional sobre desertificação, observando a conformação da cooperação internacional no âmbito dessa discussão.

Assim sendo, procurou-se percorrer o itinerário histórico da evolução da discussão internacional sobre o fenômeno da desertificação, ressaltando as principais conferências internacionais que trataram da temática direta e indiretamente, como a Conferência de Combate à Desertificação, Nairobi, (1977) e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Brasil, (1992), conhecida como ECO-92.

Em seguida, foi estudado o documento a respeito da luta contra a desertificação: a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Para tanto, foram ressaltadas as duas principais sugestões da Convenção, consideradas necessárias para sua efetivação – os Planos/Programas de Ação e a Cooperação Internacional – e, por fim, estudou-se a organização estrutural da Convenção, com vistas à melhor compreensão, no terceiro capítulo, do desenvolvimento do Projeto de Cooperação Técnica CPLP/FAO 3201, já que este PCT acompanhou a dinâmica de algumas Conferências das Partes e, até mesmo, das reuniões de órgãos subsidiários da CCD.

Dando sequência à descrição do estudo, no segundo Capítulo, buscou-se estudar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a partir de uma breve contextualização de criação, observando em que se baseia, quais seus objetivos e como está organizada a estrutura da CPLP. Em seguida, procurou-se compreender um crucial ponto de cooperação tratada pela Comunidade, a “Cooperação para o Ambiente na CPLP”, a fim demonstrar como a CPLP trabalha o meio ambiente. Daí porque dar-se a conhecer o espaço físico e os Estados membros da CPLP, bem como a situação de cada Estado-membro, em especial dos PALOP e do Timor Leste, em relação ao processo de desertificação e/ou degradação das terras. Para finalizar o segundo capítulo, trabalhou-se as parcerias internacionais, utilizadas no desenvolvimento do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, analisando o papel da CPLP, da FAO, do antigo IPAD e do Mecanismo Mundial, para o desenvolvimento do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201.

No terceiro e último Capítulo, realizou-se um estudo analítico do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, a partir da gênese da proposta do PCT e das duas fases, referentes aos anos de sua execução (2008-2010 e 2010-2011). Posteriormente,

foi feita uma análise dos Planos de Entrevista de três atores escolhidos – e que se mostraram mais acessíveis – representantes e ex-representantes, respectivamente, de instituições internacionais (CPLP, CNUCD e FAO), os quais tiveram alguma participação no Projeto ora tratado, de maneira que é percebido, dentro do capítulo como um todo, os desafios do referido Projeto, as conquistas, dentre os resultados esperados, e algumas aprendizagens advindas da experiência vivida com esse PCT. Por fim, nas considerações finais são relevadas determinadas questões, observadas, principalmente, na análise do terceiro capítulo, que poderiam ser melhoradas durante a execução do PCT, a fim de trabalhar a problemática em torno das contribuições desse Projeto na implementação da CNUCD.

Antes, de fato, de adentrar no presente estudo, uma importante observação deve ser feita: em toda a dissertação, as citações diretas foram reescritas, de acordo com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, em vista de uma homogeneização gráfica, mas, também, para respeitar um acordo aprovado em 1990 e implementado no Brasil, em 2009, o qual teve um prazo de quatro anos para a transição das novas regras, o que significa que, ele deveria entrar em vigor, definitivamente, no presente ano de 2013. No entanto, no Brasil, foi novamente prorrogado por mais três anos (2016), em caráter definitivo, pela presidente Dilma Roussef, por meio de um decreto⁵ assinado por ela e publicado ainda no final de 2012, segundo informação do Jornal “O Globo”⁶ (2012).

Também se motiva esta explicação pelo fato de que a presente discussão trata da análise de um Projeto de Cooperação Técnica, apoiado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a qual foi criada com intuito primeiro de promover e difundir a língua portuguesa. Sendo assim, a ortografia deste trabalho seguiu o guia elaborado pelo professor e escritor Douglas Tufano⁷. Este guia está atualizado de acordo com a 5.^a edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)⁸, publicado pela Academia Brasileira de Letras, em março de 2009.

⁵ Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7875.htm> Acesso em: 26 fev. 2013.

⁶ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/acordo-ortografico-so-entrara-em-vigor-em-2016-7150751>> Acesso em: 26 fev. 2013.

⁷ A respeito do “Guia Prático da Nova Ortografia” (2009) elaborado pelo professor Douglas Tufano, acesse o link: <<http://michaelis.uol.com.br/novaortografia.php>>

⁸ “Esta nova edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* incorpora as Bases do Acordo Ortográfico de 1990, observados os seguintes princípios norteadores: a) a lição do Acordo; b) a coerência interna do texto do Acordo; c) o espírito do Acordo; d) a tradição lexicográfica” (NOTA EDITORIAL DA 5.^a EDIÇÃO, s/d, p. LV).

1 EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO INTERNACIONAL SOBRE DESERTIFICAÇÃO

Problemas socioambientais de caráter global, como alterações climáticas⁹, transformações bruscas na biodiversidade e processo de desertificação – fruto de alterações antrópicas no meio ambiente e das próprias variações naturais no clima – tornaram-se grandes fenômenos de discussão internacional, inclusive, porque esses fenômenos ambientais globais intensificam substancialmente o próprio processo de mudanças no clima, atingindo direta e/ou indiretamente aspectos econômico, social e ambiental dos Estados, principalmente os dos países em desenvolvimento e dos países com baixíssimos níveis de desenvolvimento. Em relação à situação dessa última categoria de Estados, pode-se destacar a região da África, no que concerne a alguns impactos projetados pelo *Intergovernmental Panel on Climate Chang* (IPCC), no seu Quarto Relatório de Avaliação, em 2007:

Em 2020, entre 75 e 250 milhões de pessoas estariam expostas a um maior estresse hídrico como resultado da alteração climática. Até 2020, a produtividade das culturas de sequeiro em alguns países poderia reduzir-se em até 50%. A produção agrícola e o acesso aos alimentos em muitos países africanos permaneceriam em uma situação gravemente comprometida. Isso afetaria ainda negativamente a segurança alimentar e agravaria a desnutrição. Rumo ao final do século, o aumento previsto do nível do mar afetaria áreas baixas costeiras com grandes populações. O custo de adaptação poderia chegar a, no mínimo, entre 5% e 10% do produto interno (PIB). Até 2080, produzir-se-ia um aumento entre 5% e 8% na extensão de terras áridas e semi-áridas na África para uma série de cenários climáticos [...] (IPCC, 2007, p. 11, tradução livre).

Sabendo disso, parte-se para a compreensão do que são problemas ambientais globais. Sprinz e Helm (1999), apud Steiner e Medeiros (2010, p. 700) lembram que são: “[...] aqueles causados em várias partes do mundo, agregados e transformados por um meio ambiental e que, ao fim, causam efeitos em graus variados. [...], sua resolução depende da ação conjunta de muitos ou todos os países”. Isso porque “[...] os fenômenos físicos do meio ambiente, por sua dinâmica própria, não permitem que utilizemos o critério das fronteiras delimitadas geopoliticamente em matéria de proteção ambiental torna[ndo]-se relevante o emprego da cooperação internacional” (LIMA, s/d, p. 6). De posse desse

⁹ “Para o IPCC, o termo ‘alterações climáticas’ denota uma mudança no estado do clima identificável (por exemplo, por análise estatística) na sequência de uma alteração na média e/ou na variabilidade de suas propriedades, e que persiste durante um longo período de tempo, cifrado em décadas ou em períodos mais longos. Denota qualquer mudança no clima ao longo do tempo, seja devido à variabilidade natural, seja como resultado da atividade humana” (IPCC, 2007, p. 30, tradução livre).

entendimento, abaixo segue, de maneira geral, a compreensão do problema ambiental global em questão: a desertificação.

1.1 DESERTIFICAÇÃO: contexto geral

Acerca da desertificação, tem-se que a primeira pessoa a utilizar este termo foi o pesquisador francês Louis Lavauden, em 1927. No entanto, como foi popularizado por Andre Aubreville, no final dos anos 1940, após dez anos de experiências relacionadas com a degradação da terra¹⁰ na Grande Planície Americana, como o desmatamento, a exploração intensiva dos solos e nove anos de seca intensa que afetaram a região durante o período de 1929 a 1936 (MMA, 2009, p. 53), alguns autores, como Cotin (2008) e Ferreira e Couveiro (2008/2009)¹¹, os quais têm artigos relacionados à questão da desertificação, atribuem o pioneirismo do termo a Aubreville e não ao Louis Lavauden. Assim observam: “O termo foi utilizado, pioneiramente, em 1949, pelo engenheiro francês A. Aubreville, também um estudioso do meio natural, para designar áreas em vias de degradação na África tropical em virtude do mau uso dos recursos” (COTIN, 2008, p. 44); e, “atribui-se a criação do termo ‘Desertificação’ a Aubreville (1949)” (FERREIRA; COUVEIRO, 2008/2009, p. 2).

Aqui, é importante e, por isso, necessário diferenciar o fenômeno da desertificação, exposto acima, do deserto e da seca, pois é possível confundir o primeiro fenômeno com os seguintes. Conforme Cotin (2008, p. 44), a desertificação pode ser entendida, inicialmente, como um conjunto de fenômenos que faz com que certas áreas acabem tornando-se desertos ou a eles se assemelhem (em inglês: *desert-like*¹²), podendo esse processo resultar tanto de alterações no clima, determinado por causas naturais, como ser ocasionado pela

¹⁰ “A ideia de ‘degradação da terra’ é ela mesma uma ideia complexa, com diferentes componentes. Esses componentes são: a) degradação de solos, b) degradação da vegetação, c) degradação de recursos hídricos, e d) redução da qualidade de vida da população. Esses 4 componentes dizem respeito a 4 grandes áreas de conhecimentos: físicos, biológicos, hídricos e socioeconômicos” (MATALLO JUNIOR, 2001, p. 24). Apenas para ressaltar, este termo pode ser utilizado na dissertação, por demais referências, como “degradação das terras”.

¹¹ Os artigos em que se pode encontrar que A. Aubreville é o pioneiro do termo desertificação estão disponíveis em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/article/viewFile/2091/2203> Acesso em: 12 fev. 2012; <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/323223/1/Ricardo_Ferreira-Vanessa_Couveiro-Convencao%20sobre%20Combate%20a%20Desertificacao.pdf> Acesso em: 25 fev. 2012.

¹² Em entrevista por Internet, no dia 4 de fev. 2013, Matallo Júnior assevera que as áreas que estão a se tornar desertos ou a eles se assemelharem, são conhecidas como *desert-like*.

ação do homem sobre frágeis ecossistemas, os quais podem ser vistos em periferias dos desertos ou áreas transicionais, conhecidas por serem de grande risco de degradação.

Ou seja, quando a degradação ocorre nas terras áridas – equivalente às zonas árida, semiárida e subúmida seca – do mundo, muitas vezes surgem condições semelhantes às dos desertos, segundo o Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC, sigla em Inglês, 2013)¹³. Sobre a mesma referência, alguns dados merecem ser ressaltados, como: 24% dos solos do planeta sofrem com o processo de degradação; cerca de 1,5 milhões de pessoas dependem diretamente das zonas, supracitadas, em degradação; quase 20% dos solos que estão a sofrer degradação são terras de cultivo; e 20% a 25% são pastagens naturais (UNRIC, 2013).

Em relação aos desertos, há os quentes e os frios. Entretanto, o que interessa à presente comunicação, são os quentes, os quais indicam, entre outras características:

[...] uma região de clima árido, onde a evaporação potencial excede a precipitação média anual, resultando em carência de água e fraco desenvolvimento da biosfera. A precipitação, além de escassa, apresenta alta variabilidade interanual, [...] A cobertura vegetal é esparsa, apresentando predominância de espécies xerófilas e fauna adaptada às condições de escassez de água [...]. Os processos erosivos são comandados pela ação eólica [...] (COTIN, 2008, p. 42).

Em se tratando de desertos quentes, pode-se ilustrar que “as maiores regiões desérticas do globo se situam na África (deserto do Saara) e na Ásia (deserto de Gobi) (CORRÊA, 2010). De acordo com esse autor, é importante salientar que estes e outros desertos podem ser classificados segundo sua localização geográfica e seu padrão climático predominante. Neste caso, destacam-se apenas alguns exemplos dos desertos de

¹³ Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/desenvolvimento-sustentavel/28897>> Acesso em: 13 mar. 2013. Neste *site*, explora-se uma série de outras questões, relacionadas às terras áridas, dentre elas, uma que não se pode deixar de ressaltar: a escassez de água. “A aridez está ligada à existência ou escassez de água, que é importante para o bem-estar humano e para as duas funções principais da terra, nomeadamente a produção primária e a reciclagem de nutrientes. A escassez de água, ou seja, a diferença entre a procura e a oferta de água, é maior nas terras áridas e torna-se maior à medida que a aridez aumenta. Para satisfazer às necessidades básicas do seu bem-estar, cada pessoa necessita de um mínimo de 2000 metros cúbicos de água por ano. As populações das terras áridas apenas têm acesso a 1300 metros cúbicos e prevê-se que a disponibilidade de água venha a diminuir. Atualmente, a escassez de água afeta 1 a 2 mil milhões de pessoas, que vivem, na sua maioria, nas terras áridas. Devido às alterações climáticas, em 2030, quase metade da população mundial estará a viver em zonas de elevado *stress* hídrico. Em algumas zonas áridas e semi-áridas isso levará 24 a 700 milhões de pessoas a deslocarem-se” (UNRIC, 2013).

padrão climático não polar¹⁴, como os de ventos contra-alísios, de latitudes médias, de barreiras antichuvas, de costeiros e de monção.

Nesse sentido, o deserto do Saara é um típico deserto de ventos contra-alísios; para os desertos de latitudes médias, há o deserto de Sonora, no sudoeste da América do Norte (Arizona) e o deserto de Tengger, na China; em relação ao deserto de barreiras antichuvas, pode-se citar o deserto da Judéia, em Israel e na Palestina, e o deserto do Vale da Morte, nos EUA, formado pelos ventos Chinook, que formam uma zona de sombra de chuva no local. Para ilustrar os desertos costeiros, existem o do Atacama, no Chile, e o de Namibe, em Angola, na África. Neste último, as dunas estão em forma de lua crescente, típicas de desertos costeiros, onde prevalecem os ventos do continente para o mar; e, por último, apresentam-se os desertos do Rajastão, na Índia, e do Thar, no Paquistão (CORRÊA¹⁵, 2010).

Por sua vez, é importante conhecer que, em relação à seca, Cotin assevera, por meio dos parâmetros da Organização Mundial de Meteorologia (1986), que

[...] “há seca em uma região quando a precipitação anual for inferior a 60% da normal, durante mais de dois anos consecutivos, em mais de 50% de sua superfície” (OMM, 1986, apud COTIN, 2008, p. 41).

Em se tratando de seca, vale abrir um breve parêntese, a fim de lembrar o Nordeste brasileiro. Esta região do Brasil, com algumas raras exceções federativas, foi e continua sendo “palco” dominante da catástrofe da seca. Conforme Madeiro (2013)¹⁶, no Portal Conexão Notícias, durante todo o ano de 2012 e, ao que parece, no início de 2013, o Nordeste vem enfrentando o pior período de seca já registrado nos últimos 40 anos. Em referência aos dados da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Madeiros (2013) ressalta que ano passado houve uma diminuição considerável das precipitações.

O coordenador do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélite da UFAL e meteorologista, Humberto Barbosa, apud Madeiros (2013), afirma a respeito: “Nos meses de fevereiro, março e abril de 2012, por exemplo, choveu entre 300 e 500 mm a menos do que o ano de 2011. É importante mencionar que, para o semiárido nordestino,

¹⁴ A maioria dos desertos não polares ocorrem devido ao fato deles terem pouquíssima água (CORRÊA, 2010).

¹⁵ Para mais informação a respeito das características dos desertos supracitados, acessar o sítio, disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/82683280/Os-Desertos>> Acesso em: 8 set. 2012.

¹⁶ Disponível em: <<http://conexaonoticias.com/noticia/5591/apesar-de-chuvas-nordeste-levara-uma-decada-para-se-recuperar-de-efeitos-da-seca-preveem-especialistas.html>> Acesso em: 1 fev. 2013.

o principal período chuvoso costuma iniciar entre fevereiro e março”. A fim de registrar mais dados importantes e visualizar a real dimensão da seca no Nordeste, Barcellos (2013, p. 1) assevera:

A região mais acometida do semiárido nordestino é o estado da Bahia [...]. Municípios de Alagoas e Piauí também estão há meses sem chuvas. Segundo dados divulgados periodicamente pelo Ministério da Agricultura (MAPA), 08 municípios da Zona da Mata em Pernambuco estão em situação de emergência devido à estiagem. No Maranhão, a estiagem chegou a municípios do litoral, como o de Barreirinhas nos Lençóis Maranhenses. Na Bahia, o número de cidades afetadas chegou a 259, quase a totalidade dos 266 situados no semiárido. No Norte de Minas Gerais, 125 municípios estão em situação de emergência devido à seca, inclusive com a seca de barragens. Ao todo, segundo o Ministério da Integração Nacional, 525 municípios da região estão em situação de emergência e outros 221 sofrem efeitos da estiagem e aguardam avaliação da Secretaria Nacional de Defesa Civil¹⁷.

Retomando a sequência do pensamento, Matallo Júnior (2001, p. 9) expõe que o conceito de desertificação não pode ser compreendido, em sua complexidade, por apenas uma ou outra disciplina tradicional, pois a definição é transdisciplinar¹⁸. Isso quer dizer que a desertificação é um tema que “permeia e perpassa várias áreas do conhecimento” (PACHÊCO; FREIRE; BORGES, 2006, p. 5). Por isso, Matallo Júnior (2001, p. 9) enfatiza que deve haver uma integração entre diferentes áreas e disciplinas científicas.

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente na África (CNUCD / CCD ou UNCCD¹⁹, sigla em Inglês) traz, no seu primeiro artigo, chamado “Termos Utilizados”, o conceito da palavra ora estudada. Apesar das críticas de estudiosos, como Matallo Júnior (2001)²⁰, acerca dessa construção social (o conceito de desertificação) – não sendo interesse desse trabalho mencioná-las – é a partir da Convenção que o significado de desertificação ganha relevância conceitual e aceitação perante os Estados e muitos outros atores internacionais. Assim, “Por ‘desertificação’ entende-se a degradação da terra nas

¹⁷ As duas frases em destaque foram sublinhadas por Barcellos (2013).

¹⁸ “A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento” (NICOLESCU, 1999, p. 11).

¹⁹ Esclarecimento: A partir da próxima página em diante, quando citar (CNUCD ou CCD) significa que é o documento da convenção em si (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África, 1994). Porém, ao citar UNCCD, provavelmente é em referência ao site da instituição internacional.

²⁰ Acerca de determinadas críticas ao conceito de desertificação que Matallo Júnior (2001) faz, ler seu texto - “INDICADORES DE DESERTIFICAÇÃO: histórico e perspectivas” - disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001298/129871por.pdf>> Acesso em: 1 jun. 2012.

zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas” (CNUCD, 1994, p. 4).

Hodiernamente, o problema da desertificação e/ou degradação da terra é reconhecido mundialmente pela comunidade internacional, a qual demanda respostas baseadas na cooperação internacional entre Estados e Organismos Internacionais (OI) – visando à Gestão Sustentável das Terras (GST)²¹ – como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), as diversas agências e programas especializados da ONU, dentre eles, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (ONUAA, ou FAO, sigla mais conhecida), e até organizações não governamentais, como ONGs.

Para este último tipo de organização, vale destacar que existe uma “Rede Internacional de ONG sobre Desertificação” (RIOD), formada por organizações de diversos Estados. “A RIOD foi estabelecida em nível mundial, em novembro de 1994, na reunião de Ouagadougou, Burkina Faso; e em nível da América Latina, em novembro de 1995, na reunião de Ica, Perú” (PICCHIONI, 2004, p. 2). Ainda conforme esta autora:

A Rede Internacional de ONG sobre Desertificação é uma estrutura facilitadora que permite às organizações não governamentais e organizações de base vinculadas ao combate da Desertificação (ou, num sentido mais amplo, o desenvolvimento sustentável das zonas áridas e semiáridas) intercambiar informações e coordenar suas ações em escala local, nacional, regional e global (PICCHIONI, 2004, p. 2).

Apesar de, atualmente, a RIOD só existi na América Latina, a Rede, com seu trabalho para auxiliar a Convenção de luta contra a desertificação, reconhece “[...] a desertificação e a seca [como] [...] problemas de dimensão global na em medida em que afetam todas as regiões do Globo e que se torna necessária uma ação conjunta da comunidade internacional para combater a desertificação e/ou mitigar os efeitos da seca;” (CNUCD, 1994, p. 1). De posse desse conhecimento, a seguir serão apresentadas, de modo geral, as principais causas, as consequências e os impactos ou problemas sociais, ambientais e econômicos da desertificação, por meio de um quadro, com informações do

²¹ “A Gestão Sustentável das Terras é multissetorial. O desenvolvimento econômico, a agricultura e a exploração de recursos minerais, a gestão ambiental, o controle das queimadas e da desmatção e as mudanças climáticas, são aspectos abordados pela GST” (CPLP; FAO, s/d, *slide* oficial do PCT CPLP/FAO 3201).

Laboratório de Geomorfologia, Pedologia e Geografia Física do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG - LABOGEF²² (s/d):

Quadro 1 - Principais causas, consequências e problemas ou impactos sociais, ambientais e econômicos da desertificação.

CAUSAS	“As principais causas da degradação das zonas áridas são o sobre-uso ou uso inapropriado dos recursos da terra, agravados pelas secas. Dentre os usos mais nocivos ao meio ambiente podemos citar: a) Uso intensivo dos solos tanto na agricultura moderna quanto na tradicional; b) Cultivo em terras inapropriadas tais como pendentes, ecossistemas e matas remanescentes, etc.; c) Pecuária extensiva; d) Desmatamento em áreas com vegetação nativa, áreas de preservação, margens de rios etc.; e) Práticas inapropriadas de irrigação, particularmente sem o uso de drenagem; f) Mineração”.
CONSEQUÊNCIAS	“Redução das áreas cultiváveis; diminuição da produtividade das áreas afetadas; redução dos recursos hídricos; aumento da poluição hídrica e atmosférica; aumento das cheias; aumento da areia nas áreas produtivas; destruição da flora e da fauna”.
PROBLEMAS OU IMPACTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS	“a) Problemas sociais - Fome, desnutrição, analfabetismo, diminuição da renda e do consumo nas áreas rurais e, quando ocorrem migrações para as áreas urbanas, dá-se ainda a pobreza, a desestruturação familiar, o desemprego; b) Problemas ambientais - Destruição da biodiversidade, erosão dos solos, formação e avanço de dunas, etc.; c) Problemas econômicos - Redução dos recursos hídricos e das terras cultiváveis, desemprego, estagnação econômica nas áreas atingidas, etc”.

FONTE: Elaborado pela autora, com base nas informações retiradas (fidedignamente) do LABOGEF (s/d).

Neste contexto de causas, consequências e problemas ou impactos da desertificação, não se pode esquecer que esta questão (desertificação), juntamente com a degradação do solo, e a seca – conhecidas pela sigla (DDLDD, em Inglês)²³ – ameaçam a segurança dos indivíduos, pois, devido à falta de água, as pessoas são privadas de seus meios de subsistência, o que provoca insegurança alimentar; além da diminuição das atividades econômicas. Também a desertificação, a degradação do solo e a seca, em piores cenários, podem ameaçar a segurança nacional e regional, forçar as pessoas a deixar suas casas e a desencadear conflitos de baixa intensidade (UNCCD²⁴, 2012).

²² Mais informações sobre desertificação, pesquisar o sítio disponível em: <[http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/Apresentacao_Impactos_III_\(desertificacao\)_6_0114.pdf](http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/Apresentacao_Impactos_III_(desertificacao)_6_0114.pdf)> Acesso em: 16 mai. 2012.

²³ Para se informar sobre dados estatísticos acerca da Desertificação, Degradação do Solo e Seca (DDLDD) em relação à segurança alimentar, à biodiversidade, às mudanças climáticas, à pobreza e migração, à questão de gênero e outras temáticas, basta acessar o Documento, chamado: “*Desertification Land Degradation & Drought (DLDD) - Some Global Facts & Figures*”. Disponível em: <<http://www.unccd.int/Lists/SiteDocumentLibrary/WDCD/DLDD%20Facts.pdf>> Acesso: 1 ago. 2012.

²⁴ Tais informações podem ser encontradas no sítio da UNCCD, disponível em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/2009/Pages/default.aspx>> Acesso em: 2 mai. 2012.

Abrindo um parêntese, essa última parte do parágrafo faz lembrar que problemas ligados a DDLT também podem causar deslocamento ou migração ambiental²⁵. De modo geral, podemos dizer que a migração ambiental é um movimento ou deslocamento forçado de indivíduos de seu habitat²⁶ (por perturbações ambientais) para outros lugares, ocorrendo tanto de maneira interna, como de forma externa. Em 1990, “[...] o IPCC afirma que ‘um dos mais graves efeitos das mudanças climáticas pode ser aqueles sobre migração humana’” (OIM, 2009, p. 15, tradução livre).

Hoje, sabe-se que os deslocamentos ambientais já ultrapassam os refugiados tradicionais²⁷. Na introdução do relatório “*State of Environmental Migration*” 2010, realizada por Gemenne, Brücker e Glasser (2011, p. 15, tradução livre), pode-se constatar essa realidade, haja vista que: “Em 2010, mais de 42 milhões de pessoas foram deslocadas por desastres, mais do que o número global de refugiados e pessoas deslocadas internamente (PDI), combinadas”.

Retomando o pensamento, vale lembrar que o reconhecimento da desertificação ocorreu ao longo das discussões internacionais sobre o meio ambiente, iniciado na Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente (CNUHMA), na Suécia, Estocolmo, em 1972, e intensificada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMD), no Brasil, Rio de Janeiro, em 1992. Logo, o fato de os Estados terem precisado – e ainda necessitarem – considerar a cooperação internacional, sobretudo, na área ambiental, ocorreu já na:

[...] segunda metade do século XX [quando] [...] os Estados passaram a considerar mais seriamente a aplicação do dever da cooperação, notadamente no âmbito do meio ambiente, em suas políticas globais e em suas relações internacionais com vistas a resolver questões internacionais de caráter comum (LIMA, s/d, p. 4).

²⁵ Deslocamentos ambientais podem ser causados tantos por riscos relacionados ao clima, como por riscos não relacionados ao clima. Conforme relatório realizado pelos IDMC e NRC (2011, p. 7-8) os riscos relacionados ao clima são divididos em: hidrológicos, meteorológicos e climatológicos; já os riscos não relacionados ao clima são divididos em: geográficos e biológicos.

²⁶ Para saber mais sobre características dos migrantes ambientais, também conhecidos por refugiados ambientais, leia o texto de Bates (2002) “*Environmental Refugees? Classifying Human Migrations Caused by Environmental Change*”. Este texto distingue os refugiados ambientais, a partir de critérios relacionados com as características da perturbação ambiental: quanto à origem (natural ou antrópica), à duração (aguda/abrupta ou gradual), e quanto à migração, se foi intencional ou não. Além disso, os fluxos de migração resultantes dessas perturbações podem ser distinguidos por meio de três categorias de mudanças no meio ambiente: os desastres, as expropriações e as deteriorações (BATES, 2002, p. 469).

²⁷ Refugiados (tradicionais ou clássicos) são aqueles reconhecidos pela Convenção de 1951 e pelo Alto Comissário das Nações Unidas (ACNUR).

Dessa maneira, a Organização das Nações Unidas, ao longo das discussões internacionais sobre desertificação – adiante analisadas – confirma e/ou justifica sua percepção a respeito desse fenômeno, que afeta uma série de regiões do planeta, principal e bruscamente os Estados em desenvolvimento, como os da África, por suas características sociais, políticas e econômicas já desfavoráveis. “Particularmente, na região subsaariana, na África, de 20 a 50% das terras estão degradadas, em intenso processo de desertificação, atingindo mais de 200 milhões de pessoas” (BARBOSA, 2007, p. 1).

A desertificação, nesta região do planeta, segundo o PAN (Plano de Ação Nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos das secas) - Moçambique (2002, p. 11-2), tem um impacto maior que nos outros continentes, sobretudo porque dois terços deste Continente são desertos ou terras áridas, dos quais 73% de terras áridas cultiváveis estão degradadas em alguma medida. Além disso, a maioria sofre com a grande pobreza, o que impulsiona seus habitantes a uma exploração predatória da terra. Vale lembrar, também, as longas e frequentes secas que afetam muitos de seus Estados que não são litorâneos, tornando as comunicações mais difíceis.

Em se tratando da desertificação na África, e considerando que a presente dissertação estuda um Projeto de Cooperação Técnica de implementação da Convenção de Combate à Desertificação, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor Leste, é pertinente ressaltar que, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cinco dentre eles são africanos (CPLP), há uma preocupação com a ameaça da desertificação e/ou degradação da terra. Sobre isso, o Relatório Final acerca da “Formulação do Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para Implementação da Convenção de Combate à Desertificação”, organizado pelas instituições CPLP, FAO, IPAD, MM (2010, p. 3), expõe o que segue:

Signatários da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação – CNUCD, os Estados Membros (EM) da CPLP lidam com a ameaça da desertificação e dos processos de degradação de terra e dos ecossistemas que asseguram as condições de vida das populações. Esse fenômeno se apresenta intrinsecamente relacionado com a pobreza, a insegurança alimentar, a utilização intensiva dos recursos naturais, os efeitos das mudanças climáticas e a falta de informação e tecnologias apropriadas para o desenvolvimento da Agricultura, da gestão florestal e do desenvolvimento rural e costeiro.

Por isso, a construção da proposta do Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para a implementação da Convenção de Combate à Desertificação, nos PALOP e também

no Timor Leste – que, inclusive, será analisada no terceiro Capítulo – foi gerida no marco da Gestão Sustentável das Terras, a qual envolve objetivos estratégicos para a terra e recursos afins, tais como os objetivos citados no Relatório da Consultoria Nacional de Moçambique, para formulação do futuro Programa de Cooperação, realizado pelas instituições CPLP, FAO, IPAD, MM, RCV (2009A, p. 11), a saber:

Melhorar o uso da terra na agricultura de subsistência; assegurar o uso dos recursos naturais para a diminuição da pobreza e na perspectiva do gênero; melhoria da economia através do uso sustentável dos recursos naturais; alcançar uma gestão integrada da terra, água, flora e fauna, fortalecendo as capacidades locais, nacionais e regionais; reduzir significativamente a deflorestação e a perda da biodiversidade florestal; alcançar uma exploração mineira e de atividades afins sustentáveis; desenvolver e pôr em prática a gestão integrada da terra e os planos de uso da água, com base no uso sustentável de recursos renováveis, na avaliação integrada dos potenciais socioeconômicos e ambientais e fortalecer a capacidade do Governo, autoridades locais e comunidades para monitorar e gerir a quantidade e a qualidade dos recursos de água e de terra.

De maneira mais detalhada, no segundo Capítulo, será abordada a vulnerabilidade à desertificação dos PALOP e do Timor Leste. Assim, diante do exposto até o momento, salienta-se que não coube, na introdução deste Capítulo, discutir os aspectos metodológicos e teóricos acerca do conceito de desertificação²⁸, desafio apontado por Matallo Junior (2001) para o reconhecimento do fenômeno da desertificação pela comunidade internacional. Também não se pretendeu discutir os argumentos levantados contra a desertificação. Contudo – sendo de interesse apenas delinear o contexto geral acerca da desertificação e questões afins – observou-se, ao longo desta exposição, que a temática “cooperação internacional” é o pano de fundo do problema global ambiental (desertificação), face a busca de sua minimização ou mesmo de sua resolução.

Dessa forma, faz-se necessário, antes de adentrar na evolução da discussão internacional propriamente dita acerca da desertificação, explicar como ocorre a cooperação, por meio de uma breve construção teórica a partir de perspectivas basilares (racionalistas) das relações internacionais, a fim de contribuir para uma posterior compreensão sobre a conformação da cooperação, no âmbito da evolução da discussão internacional sobre o tema. Para tanto, será trabalhado, neste tópico, dentre outros autores,

²⁸ Sobre os aspectos teóricos e metodológicos do conceito de desertificação, ler o texto de Matallo Júnior (2001) – “Indicadores de Desertificação: histórico e perspectivas”. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001298/129871por.pdf>> Acesso em: 1 jun. 2012.

Tadeu Morato Maciel (2009, p. 216), que explicita que as motivações as quais levam os indivíduos e os Estados a cooperarem dependem da perspectiva teórica a ser adotada. No caso desta dissertação, a pesquisa não ultrapassará as perspectivas racionalistas, pois se acredita que estas serão suficientes para o entendimento da cooperação e da observação de que este instrumento de política externa não ocorre sem interesses.

1.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: a partir de perspectivas racionalistas das relações internacionais

A cooperação é, em si, uma ação em grupo face a uma determinada questão de difícil resolução, já que, individualmente, as chances de conseguir tratá-las e/ou solucioná-las são bem menores ou até mesmo impossíveis. Adentrando nesse pensamento, faz-se da indagação de Maciel (2009, p. 215) o questionamento inicial dessa construção teórica: “Por que os seres humanos cooperam?” Ayllón (2007), apud Maciel (2009, p. 215), afirma que

[...] o significado etimológico da palavra cooperar é ‘atuar conjuntamente com outros para conseguir um mesmo fim’. Dessa forma, os seres humanos cooperariam para satisfazer necessidades ou realizar ações que gerem felicidade, ou seja, teoricamente, ajudando aos outros ajudaríamos a nós mesmos. Ao cooperar estaríamos desenvolvendo ações coordenadas para problemas comuns para os quais não possuímos resposta ou capacidade individual para solucioná-los.

Observando esta citação, pode-se colocar que a cooperação, no âmbito internacional, é a própria coordenação de ações dos atores internacionais em prol da realização de objetivos comuns, no meio internacional, direcionando estes a um sistema com ordem, mesmo sabendo que não há um poder supremo. Este pensamento remete a Kant (2004), segundo Maciel (2009, p. 217), uma vez que “o diferencial de Kant é que ao olhar o estado de natureza que impera no plano internacional, ele vislumbra a possibilidade de uma convivência pacífica, mesmo que não haja um Leviatã que governe a todos”.

Logo, mesmo em um modelo de anarquia internacional, a cooperação – impulsionada, por exemplo, pela Organização das Nações Unidas – torna o conjunto de Estados, teoricamente “sem ordem”, em um sistema de atuações estatais coordenadas. Dentre tantos exemplos pode-se constatar – já que o tema em pauta é a desertificação – a concretização da cooperação internacional, por meio da institucionalização do documento global da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Esta temática será

abordada, no próximo Tópico, a partir da abordagem da evolução da discussão internacional sobre desertificação.

Face a esse entendimento, vale atentar que a cooperação internacional foi pensada a partir de correntes teóricas de pensamentos, debatidas no campo das relações internacionais, que configuraram os grandes debates da área, com destaque para o primeiro debate entre Idealistas x Realistas – o qual “[...] aconteceu ao longo da década de 1930, opondo a corrente dominante Liberal-idealista à corrente emergente do Realismo” (GONÇALVES, 2002, p. 17) – e para o terceiro, entre Neoliberais x Neorealistas – “[...] conhecido como o “Debate dos Paradigmas”, [o qual] transcorreu ao longo dos anos 1970. Os estudiosos norte-americanos Robert Keohane e Joseph Nye²⁹ foram seus principais protagonistas” (GONÇALVES, 2002, p. 19).

O segundo debate entre Behavioristas e Tradicionalistas aconteceu no final de 1950, com base em um conteúdo de ordem metodológica, conforme Gonçalves (2002, p. 18). Por essa característica, esse debate não foi destacado no excerto acima, mas também porque se trata de um debate que não se preocupou em formular uma nova teoria. “O behaviorismo não é, portanto, uma nova teoria de RI; é um novo método de estudá-las. [...] a tendência a estudar apenas os fatos e a ignorar os valores” (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 76).

Durante a 1ª Guerra Mundial, o pensamento político, que dominava o cenário em que ocorriam as relações estatais, era o realista. Assim, o Estado, como o único ator internacional considerado, até busca a prática comum de alianças. Contudo, sabe-se que, para os realistas, “a cooperação só ocorre em termos relativos ao final do processo, [e que] a proporcionalidade da assimetria de poder deve ser preservada entre todas as partes que participaram da cooperação” (CINTRA, 2005, p. 2), sendo um jogo de soma-zero. Ou seja, a cooperação só ocorre se houver a certeza de que para um ganhar o outro necessariamente terá que perder, visto que os atores são autointeressados.

A partir, principalmente, de dois importantes pressupostos – política/natureza humana e interesses/poder – absorvidos dos seis princípios³⁰ de Morgenthau (2003),

²⁹ “Contra as teses centrais da corrente Realista, ambos [Robert Keohane e Joseph Nye] co-editaram as duas principais obras em defesa das teses da Interdependência Complexa, *Transnational Relations and World Politics* (1971) e *Power and Interdependence: World Politics in Transition* (1977)” (GONÇALVES, 2002, p. 19-20).

³⁰ Os seis princípios de Morgenthau (2003) são: “1) O realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana (p. 4); 2) A

compreender-se-á o porquê de os realistas não acreditarem em cooperação entre os Estados, no sentido de não darem credibilidade a este comportamento estatal.

Primeiramente, porque o realismo político acredita que tanto a política, como a sociedade em geral são governadas por leis objetivas baseadas na natureza humana (p. 4); natureza esta que rege as relações entre os Estados e está baseada na busca autointeressada pelo poder. Em segundo lugar, “o conceito de interesse [para o Estado é] definido em termos de poder” (p. 6) e, por sua vez, “o poder constitui sempre o objetivo imediato [da política internacional exercida pelo Estado]” (p. 49). Dessa maneira, os realistas “[...] acreditam que o objetivo, os meios e os usos do poder são uma preocupação essencial da atividade política” (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 147). Também, eles “[...], acreditam que o direito e a ordem internacional decorrem diretamente, da correlação de forças entre aqueles que detêm maior poder” (GONÇALVES, 2002, p. 17).

Com relação à teoria idealista (liberal), esta surge com toda força face ao término da 1ª Guerra Mundial. Dessa forma, o período entre guerras foi marcante na área de estudos das relações internacionais, pois as escolas antagônicas (realistas x liberais) expunham seus pontos de vista como uma forma de explicar duas questões essenciais às relações internacionais: a guerra e a paz. A este respeito, tem-se que

[a] devastação da Primeira Guerra Mundial também serviu como impulso para o estabelecimento do campo de estudos das relações internacionais. As escolas liberais e realistas surgiram como forma de explicar as guerras interestatais e, por meio de suas teorias, passaram a refletir sobre a realidade internacional (MACIEL, 2009, p. 218-19).

Em contraposição aos realistas, os liberais acreditam “[...] na perfectibilidade humana, no Direito Internacional e nas possibilidades de haver paz entre os Estados. [...] a realização desses ideais depende do aperfeiçoamento das instituições internacionais, o

principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio à paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder (p. 6); 3) O realismo parte do princípio de que seu conceito chave de interesse definido como poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, [...] A noção de interesse faz parte realmente da essência da política, motivo por que não se vê afetada pelas circunstâncias de tempo e Lugar (p. 16-7); 4) O realismo político é consciente da significação moral da ação política, como o é igualmente da tensão inevitável existente entre o mandamento moral e as exigências de uma ação política de êxito (p. 20); 5) O realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo (p. 21); 6) [...] é real e profunda a diferença existente entre o realismo político e outras escolas de pensamento. [...] Intelectualmente, o realista político sustenta a autonomia da esfera política, [...] Ele raciocina em termos de interesse definido como poder [...] O realista político não ignora a existência nem a relevância de padrões de pensamento que não sejam os ditados pela política. Na qualidade de realista político, contudo, ele tem de subordinar esses padrões aos de caráter político e ele se afasta das outras escolas de pensamento quando estas impõem à esfera política quaisquer padrões de pensamento apropriados a outras esferas” (p. 23-4).

qual, [...] deve resultar da cooperação entre os estadistas” (GONÇALVES, 2002, p. 17). Por meio da leitura de Maciel (2009), este tópico faz lembrar dois importantes autores idealistas para história, e também o principal autor da Escola Inglesa, respectivamente: Woodrow Wilson, Normam Angell e Hedley Bull. O primeiro autor, porque, conforme Jackson e Sørensen (2007, p. 66), “a fé liberal de Wilson de que a criação de uma organização internacional garantiria a paz permanente remete, [...], ao pensamento do teórico de RI liberal clássico mais famoso Immanuel Kant³¹, em seu panfleto *A paz perpétua*”.

O segundo, Angell³², também inspirado por Kant, “[...] via a política belicista como uma grande ilusão e pedia atenção para a fragilidade do equilíbrio nas alianças entre potências naquele período” (MACIEL, 2009, p. 217). Angell acreditava na cooperação, principalmente mediante o crescimento da interdependência econômica. O terceiro autor, por sua vez, porque, quando se menciona Direito Internacional, faz-se preciso citar Bull, posto que, para ele, não há como pensar este direito sem o desenvolvimento da cooperação internacional. Bull concebia o Direito Internacional mesmo frente a críticas ferrenhas de juristas³³, “[...] como um conjunto de regras que ligam os estados e os outros agentes da política mundial em suas relações recíprocas, aos quais se atribui status legal” (BULL, 2002, p. 147).

Outras correntes de pensamento de teor liberal que não se podem deixar de evidenciar são as funcionalistas e neofuncionalistas. Isso porque são de grande importância quando se pensa na cooperação internacional. Ambas buscavam dar um tom científico ao pensamento liberal, de forma a poder enfrentar o debate com os realistas.

³¹ Segundo Gerhardt (2005, p. 143), em resenha: “A paz perpétua, de Immanuel Kant”, a crença deste filósofo na paz perpétua dar-se-ia porque a razão tem mais força que o poder. Mas, também, porque “a razão [...] condena absolutamente a guerra como procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz um dever imediato, que, porém, não pode ser instituído ou assegurado sem um contrato dos povos entre si [...]” (KANT, 1795, apud GERHARDT, 2005, p. 143).

³² “Em 1919, [Normam Angell] publicou o livro *The Great Illusion* (A grande ilusão) [...]” (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 66).

³³ Para alguns juristas, “[...] o conceito do direito como um ‘conjunto de normas’ limita o escopo das considerações sociais, morais e políticas nas decisões legais, e especialmente nas judiciais. [...] Contudo, sem a referência a um conjunto de regras, a ideia do direito fica ininteligível. No plano normativo, refletir sobre a validade da lei pode abranger legitimamente outras considerações além do conteúdo das normas legais, mas estas perderiam o sentido se dispensas sem completamente o raciocínio jurídico. No plano fático, para reconhecer o processo decisório legal como um processo social, distinguindo-o de outros processos decisórios, precisa-se reconhecer que se trata de um processo cuja característica fundamental é a tentativa de moldar decisões tendo como referência um conjunto de regras legais aceitas” (BULL, 2002, p. 148-9).

De maneira geral, os funcionalistas acreditam na cooperação internacional, porque é “[...] uma das primeiras teorias acerca do processo de integração, pertencente à tradição liberal idealista, que forneceu o mínimo de orientação para a compreensão do que seria este fenômeno da integração” (CALEGARI, 2009, p. 96). Ao mesmo tempo, tomaram as Organizações Internacionais funcionais, no aspecto econômico, como incentivadoras da própria integração e cooperação.

O principal autor do funcionalismo é Mitrany (1888-1975), pois “as origens desta teoria, [...] encontram-se nas críticas acerca do Estado-Nação efetuadas por Mitrany, defensor do sistema de órgãos internacionais funcionais, com a transferência de certas funções e autoridades destes Estados para tais agências” (CALEGARI, 2009, p. 96). Mitrany (1948, p. 358, tradução livre) assevera que “se os Governos têm o bem-estar dos seus povos no coração, eles poderiam deixar essas organizações começarem a trabalhar, e, se as organizações são bem sucedidas, e seu número cresce, o governo mundial gradualmente evoluirá através de seu desempenho”. É nesse sentido, que mais tarde se desenvolve a ideia de

[...] microteoria que era denominada de Ramificação. Esta microteoria defendia o desenvolvimento da integração entre os Estados através da ramificação por setores. ‘Havendo sucesso do processo de integração em um determinado setor, tal interação entre Estados iria se alastrando para outros setores’ (CALEGARI, 1948, p. 97).

Já os neofuncionalistas procuraram reconfigurar a teoria funcionalista, aperfeiçoando-a. Haas, um dos principais autores dessa teoria, desenvolveu, com base na microteoria funcionalista da ramificação, uma ideia denominada *spillover* (CALEGARI, 2009, p. 104). Trata-se de uma lógica na qual “[...] o processo de integração ia se intensificando gradualmente e de forma expansiva, através da propagação por setores. A integração realizada em um setor levaria, inevitavelmente, a pressões técnicas, derivadas da interdependência – cada vez mais intensa – dos setores”. (CALEGARI, 2009, p. 104). Ou seja, quanto maior as vantagens adquiridas gradualmente com a cooperação internacional, através da integração econômica, mais os Estados colaborariam com a paz.

Em relação ao que o Neorealismo e o Neoliberalismo pensam sobre cooperação internacional, tem-se: Waltz, (1979) (neorealista), apud Tanno (2003, p. 47-8) que assevera, “o realismo, tanto em sua versão clássica quanto analítica assume uma visão negativa sobre a possibilidade de cooperação na esfera internacional, pois considera que,

em última instância, os Estados são atores autointeressados”. Com relação a essa temática, tem-se que:

[Para] os autores realistas e neorrealistas [...] o sistema internacional ainda deve ser analisado por meio da ideia de estado de natureza hobbesiano, no qual a sobrevivência e a segurança estatal determinam as políticas externas e as cooperações internacionais. [...] A amoralidade marcaria a cooperação entre os Estados, pois esses entes agem num mundo em que prevalece o jogo de soma zero, quando para um ganhar o outro tem que perder. A cooperação internacional serviria para os Estados manterem seu poder e crescimento, para conseguirem influência política, prestígio, vantagens geoestratégicas e intensificação do comércio, para garantirem investimentos ou, também, como forma de oferecerem subornos para as elites dos países em desenvolvimento em troca de apoios, por exemplo, em organismos internacionais (AYLLÓN, 2007, apud MACIEL, 2009, p. 226-7).

Ainda dentro de uma visão negativa sobre cooperação internacional, apresentam-se os estruturalistas com um enfoque de raiz marxista, segundo Maciel (2009, p. 227). Estes não compreendem a cooperação internacional como uma verdadeira manifestação do imperialismo. Isso porque a ajuda viria reforçar os padrões de desigualdade e injustiça herdados do período colonial. Ou seja, a ajuda para o desenvolvimento é vista como um instrumento estratégico de dominação, conforme pensamento considerado por autores como Mende, Zelystra, George e Hayter (MACIEL, 2009, p. 227).

Já, para os liberais pluralistas³⁴, “[...] há cooperação sempre que ocorrem ganhos absolutos (desde que cada parte alcance ganhos que superem os custos necessários à cooperação, esta tenderá a ocorrer)” (CINTRA, 2005, p. 2). Os partidários da corrente da interdependência complexa incentivam as relações de cooperação internacional e acreditam que o aumento da importância dessas relações tende a enfraquecer as relações de poder entre os Estados (GONÇALVES, 2002, p. 20). Contudo, é necessário esclarecer que a cooperação internacional não parte de ações altruístas e benevolentes. Nesse sentido, Keohane (1988, p. 380) assevera:

A cooperação internacional não depende necessariamente do altruísmo, idealismo, honra pessoal, objetivos comuns, normas internalizadas, ou uma crença compartilhada de um conjunto de valores incorporados em uma cultura. Em vários momentos e lugares qualquer uma dessas características de motivação humana pode de fato desempenhar um papel importante nos processos de

³⁴ Vale salientar que atores como “[...] Kauppi e Viotti a denominam pluralista; outros se referem a ela [à corrente da interdependência complexa] como institucionalista ou neoliberal institucionalista, dada sua ênfase no papel das instituições, tais como organizações não-governamentais, as empresas internacionais e as organizações internacionais” (RAMOS, 2006, p. 3).

cooperação internacional; mas a cooperação pode ser entendida sem referência a qualquer um deles.

Também é sabido que o neoinstitucionalista³⁵ Keohane (1984, p. 51, tradução livre) expressa que a “cooperação ocorre quando atores ajustam seus comportamentos às preferências antecipadas ou atuais dos outros, através de um processo de coordenação política”. O mesmo resume tal ideia ao afirmar que a cooperação entre Estados “[...] tem lugar quando as políticas efetivamente seguidas por um governo são consideradas por seus parceiros como realização facilitada de seus próprios objetivos, como o resultado de um processo de coordenação política” (KEOHANE, 1984, p. 51-2, tradução livre).

Dessa forma, torna-se claro que a cooperação não é uma harmonia de interesses. Para Axelrod e Keohane (1985), há uma grande diferença entre harmonia de interesses e cooperação, e que merece ser citada. Enquanto, na primeira, os autores afirmam: “Harmonia é uma completa identidade de interesses entre os jogadores, [...]” (AXELROD; KEOHANE, 1985, p. 226, tradução livre), o que não há como imaginá-la dentro de Estados regidos por sistemas democráticos, na segunda, “[...] cooperação é o ajuste do comportamento (percebidas) preferências dos outros” (AXELROD; KEOHANE, 1985, p. 226, tradução livre).

Keohane (1984, p. 53) ainda exprime que, enquanto harmonia é um conceito apolítico, por não exigir comunicação, nem exercer influência; cooperação, por sua vez, é altamente político, uma vez que demanda alterações nos padrões de comportamento, ajustando políticas. E, completa, acrescentando mais um elemento importante, para a compreensão da própria cooperação, a discórdia³⁶. A cooperação não implica a ausência de discordância; pelo contrário (KEOHANE, 1984, p. 53), “[...] ocorre apenas em situações em que o ator percebe que suas políticas estão realmente ou potencialmente em conflito, em que não há harmonia” (KEOHANE, 1984, p. 54, tradução livre).

³⁵ Vale lembrar que [o] “argumento central dos neoinstitucionalistas (ou ‘institucionalistas Neoliberais’, ou ainda, como o próprio Keohane se autodenominou posteriormente, ‘institucionalistas racionais’) é que as instituições internacionais têm papel fundamental na promoção da cooperação, pelo seu impacto na forma como os Estados definem seus interesses. [...] [As instituições Internacionais] são vistas como soluções intencionalmente criadas para os problemas de ação coletiva, atuando por meio do suprimento de informações, da promoção da transparência e do controle, da redução dos custos de transação, do desenvolvimento de expectativas convergentes, e da facilitação do uso produtivo de estratégias específicas (MELLO, 1997, p. 106-108).

³⁶ Discórdia, segundo Keohane (1984, p. 52, tradução livre) é “uma situação em que os governos consideram as políticas de cada um como obstáculo à realização de seus objetivos e se fazem responsáveis por essas restrições”.

Observa-se, dessa maneira, que o conceito de cooperação internacional foi desenvolvido por autores que possuíam suas raízes na corrente de pensamento liberal. Estes, contudo, aperfeiçoaram esta linha de pensamento, devido às mudanças decorrentes do sistema internacional dinâmico³⁷, já que, no curso das relações internacionais, “por entender que a teoria dominante não é capaz de dar conta de elementos novos, [...], os pesquisadores buscam aprofundar suas reflexões com a finalidade de obter formulações teóricas mais ricas” (GONÇALVES, 2002, p. 17).

A partir desse último contexto de ideias neoinstitucionalistas, é possível compreender que – tanto para acordos econômicos, como para acordos ambientais entre Estados – as ações não são movidas pelo simples altruísmo de buscar um meio ambiente sadio ao ser humano, ou por harmonias de interesses no que concerne às questões ambientais, mas sim por decisões racionais, diante do problema ambiental, muitas vezes, de ordem global, e de ajustes de comportamentos face à inexistência de uma autoridade central. Segundo Le Preste (2000, p. 284),

[o] caráter transnacional de numerosos problemas ambientais [degradação das terras, mudanças climáticas, dentre outros] – caráter que lhes é imposto pela geografia, pela física e pela interdependência política – força os atores internacionais, em particular os Estados, a [...] concluir acordos com outros países, dos quais depende a realização dos seus objetivos nacionais e internacionais, enquanto inexistir autoridade suprema que possa impor uma noção única de bem comum ou fazer respeitar acordos.

Resguardando o limite do padrão explicativo da teoria dos jogos³⁸, aqui seria mais ou menos como pensar o jogo do “Dilema da Aversão Comum”, para explicar a

³⁷ Alguns principais acontecimentos que fizeram mudar o sistema internacional, na década de 70, foram: “o abandono do padrão-ouro de *Bretton Woods*; o primeiro choque do petróleo; o fim da Guerra do Vietnã; e o início das tensões comerciais entre os Estados Unidos e o Japão” (GONÇALVES, 2002, p. 20).

³⁸ Para compreender “teoria dos jogos” em relações internacionais é importantes saber que “[a] aplicação da teoria dos jogos às relações internacionais foi tradicionalmente um campo, por excelência, da escola realista, fundamentada nas premissas de que os Estados são os principais atores do sistema internacional, agentes unitários e racionais, movidos pela preocupação com o poder e a segurança, e predispostos ao conflito e à competição. [...] a partir do início dos anos 80, a investida neoinstitucionalista contra o realismo fez ressurgir com força o interesse pela teoria dos jogos, que assumiu um lugar central no debate entre as duas principais perspectivas da teoria das relações internacionais (mais especificamente no cenário norte-americano). [...] “[Com base na teoria dos jogos, dentro da análise neoinstitucionalista, tem-se que] com a repetição do jogo, a deserção [e também a fraude] deixa[m] de ser compensadora[s] no longo prazo, na medida em que os ganhos de curto prazo serão superados pela punição mútua que ocorrerá a longo prazo. [É importante lembrar que] [n]o cerne da perspectiva neoinstitucionalista está a idéia de que os principais obstáculos à cooperação são a fraude e a deserção, mas estes podem ser enfrentados através das instituições internacionais, [ou seja], [...] dado que a fraude [e a deserção] é menos provável em jogos repetidos, a melhor forma de estimular a cooperação é garantir a durabilidade dos arranjos. [...] [Sendo assim, o neoinstitucionalismo liberal] super[ou] o uso restrito da teoria dos jogos como mera metáfora ou analogia, buscando, de forma mais

cooperação ou não no âmbito de problemas ambientais globais, como é o caso da degradação das terras em áreas áridas, semiáridas e subúmidas secas, que podem levar e/ou aumentar o processo de desertificação. Nesse tipo de jogo, atores A e B “não têm necessariamente os mesmos interesses (A prefere a2b1 e B prefere a1b2), mas compartilham uma aversão comum para com um resultado inaceitável (a2b2)” (LE PRESTE, 2000, p. 288). Observe o quadro a este respeito:

Quadro 2 - “Dilema da Aversão Comum”

Atores	Interesse de cada ator	Solução ótima	Resultado inaceitável
A	a2b1		
B	a1b2		
A e B		a1b1	a2b2

FONTE: Elaborado pela autora, com base na explicação do Dilema da Aversão Comum em Le Preste (2000, p. 288).

Por exemplo, se os atores A e B procuram cooperar para a questão ambiental supracitada, não necessariamente cooperam porque têm o mesmo interesse nacional, mas sim porque A, por depender da exportação de determinado produto agrícola, vê o processo de degradação no seu território como um potencial empecilho do seu crescimento econômico, trazendo riscos para a economia política interna e externa (a2b1); enquanto B, tendo uma população baseada em divisões tribais com rivalidades marcantes, nas quais a subsistência vem de atividades agrícolas, procurará cooperar com a mitigação do processo de degradação, a fim de buscar a convivência menos conflitiva de sua população (a1b2).

Assim sendo, os interesses, por trás do “objetivo comum” (cooperação para combater a degradação das terras nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas), são diferentes. Porém, compartilham uma aversão comum, que, nesse caso, seria o de não cooperar para combater a degradação das terras. Isto sim seria o resultado inaceitável (a2b2). Vale salientar, no entanto, que a busca da cooperação por alguns atores, isto é, do equilíbrio a1b1 não é estável, mesmo porque cada ator tende a buscar seus interesses (a1b2

abrangente, ampliar a compreensão dos diversos aspectos da interação dos Estados no sistema internacional” (MELLO, 1997, p. 106-109).

e a2b1), segundo Le Prestre (2000, p. 288). “O problema será o de incitar a coordenação de suas estratégias, o que poderá assegurar o máximo de ganhos, com a garantia de evitar o inaceitável” (LE PRESTRE, 2000, p. 288).

Diante do exposto, sobre como a cooperação internacional é vista pelas correntes teóricas de relações internacionais supracitadas, e de como a cooperação internacional – seja ela ambiental ou de outra natureza – não deve ser observada pelo altruísmo, mas sim como um processo de coordenação de políticas em que os Estados procuram ajustar seus comportamentos às preferências antecipadas ou atuais dos outros atores (KEOHANE, 1984, p. 51), pode-se dar início ao entendimento da evolução da discussão internacional sobre desertificação, de forma a visualizar a construção da cooperação internacional nessa temática, com seu ápice na concretização da Convenção de Combate à Desertificação.

1.3 A DISCUSSÃO INTERNACIONAL SOBRE DESERTIFICAÇÃO

Reconhece-se, conforme Campelo (2009, p. 132), que, apesar de o fenômeno da desertificação ter ganhado recentemente grande repercussão internacional, trata-se de um problema ambiental antigo, uma vez que:

[...] já havia sido apontado como um fator de declínio de civilizações muito antigas, como foi o caso das terras de regadio dos Sumérios e Babilônicos, nas quais, devido à insuficiência de drenagem, a produtividade agrícola foi destruída como consequência dos sais concentrados (CAMPELO, 2009, p. 132).

Ainda, segundo Campelo (2009, p. 131), o que impulsionou um conjunto de cientistas a pesquisar sobre o fenômeno chamado de desertificação foi o acontecimento, em 1930, da tempestade de areia, chamada, por Geiger, de *Dust Bowl*, resultado de uma combinação entre os climas extremos e a degradação do solo ocorrida nas grandes planícies do meio oeste americano. Esse evento ambiental ocorreu em “[...] uma área de aproximadamente 388.500 quilômetros quadrados, que inclui Oklahoma, uma longa e estreita faixa do Texas e trechos vizinhos ao Colorado, Novo México e Kansas” (BONNIFIELD, 1930, apud CAMPELO, 2009, p. 131). Contudo, o evento marcante que tornou a desertificação

definitivamente como alvo de preocupação da comunidade internacional foi a severa seca na zona saheliana³⁹.

Desde o fim da década de 1960, sabe-se que a opulência do sahel vinha sendo ameaçada por terríveis secas, com destaque para o período lembrado por Barbosa (2007), de 1968 a 1974 e o de meados da década de 1980, que tanto resultaram das alterações naturais no clima saheliano – conforme Batterbury (1998) houve um período considerável de chuvas abaixo da média (chamado de ‘dessecação’), iniciado ainda no final de 1960 e continuado, com algumas interrupções, na década de 1980 – quanto de vários tipos de degradação ambiental, conduzidas pelo homem, dentre eles: manejo inadequado e erosão do solo⁴⁰, intensificando o problema da desertificação na região (NÓBREGA, 2011, p. 2 e 3). Em relação a esse fraco período de chuvas na região do Sahel, Campelo (2009, p. 131) afirma que

[...] na normalidade se atingia anualmente o índice de 284 mm, e, naquela ocasião o índice foi muito abaixo da média, registrando somente 122 mm. [...] em 1972, foi registrado o pior índice de precipitação anual, 54 mm. Em 1973, o cenário, que apresentava um espetáculo de ‘vastas migrações e campos de refugiados’, chamou a atenção mundial e serviu como estímulo para o apelo das Nações Unidas à cooperação internacional no combate à desertificação [...].

Ainda sobre esse evento catastrófico, no período de 1968 a 1974, o PAN-BRAIL (2004, p. 2) expõe: “Sahel Africano é castigado por uma forte seca, que resultou em mais de 500 mil mortes”. Frente a esse evento de graves consequências, o tema da desertificação foi discutido em 1972, na Conferência de Estocolmo. Desse encontro, conforme assevera Cotin (2008, p. 39), surgiu o relatório Estudo do Impacto Humano no Clima (*Study on Man’s Impact on Climate – SMIC*), o qual forneceu as bases para a criação, em 1977, do Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA), com o objetivo, dentre outros, de divulgar problemas relacionados à desertificação no mundo. Dessa forma, ainda em 1974, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu organizar a Conferência Mundial sobre Desertificação, em Nairobi, no Quênia, realizada em 1977.

³⁹ “A palavra ‘Sahel’ significa ‘beira’, ou faixa meridional no sul do Saara [...]” (DOLLÉ, 1992, p. 3340). Esta zona se estende da África ocidental à África Oriental, sendo compartilhada pelos Estados do Senegal, da Mauritânia, do Mali, de Burkina Faso, do Níger, da Nigéria, do Chade, do Sudão, da Etiópia, da Eritreia, da Somália e de Djibouti.

⁴⁰ “A erosão é a deterioração do solo provocada por movimentos físicos de partículas de uma determinada área. O vento, a água, o gelo glacial, os animais e a utilização de máquinas pelo homem podem ser agentes de erosão. Os dois agentes mais importantes são o vento e a água, mas, na maior parte das situações, estes seguem-se aos efeitos provocados pelo homem, por insetos, doenças e fogos que irão remover a vegetação superficial, pois é esta que impede que o solo seja erodido” (FERREIRA; COVEIRO, 2008/2009, p. 4).

Esse evento pôde contar com 95 países, 50 entidades ligadas à ONU, oito organizações intergovernamentais e 65 não governamentais (ONG) (COTIN, 2008, p. 39).

É sabido que o desenvolvimento das discussões internacionais a respeito da desertificação foi um passo de grande relevância, principalmente com a Conferência de Nairobi, fazendo frente à preocupação internacional acerca dessa temática, e não a uma harmonia de interesse. Conforme Cotin (2008, p. 40), “[...] esse encontro foi o primeiro a assumir um caráter, ao mesmo tempo, mundial e interdisciplinar sobre a desertificação”. Contudo, sua eficácia deixou a desejar, em parte pelo caráter voluntário da cooperação, abrindo espaço para que os Estados fraquejassem em seus compromissos.

A própria Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação reconhece a importância da Conferência de Nairobi e da implementação, por esse evento internacional, do Plano de Ação de Combate à Desertificação (PACD), em 1977, em relação ao qual Campelo (2009, p. 148) registra que o “aspecto relevante, apresentado pelo PACD, é a confirmação que as causas da desertificação variam entre as regiões do mundo afetadas devido às diferenças em suas características ecológicas e suas estruturas sociais e econômicas”. Porém, logo em seguida, a CCD demonstra a insuficiência do Evento, expondo que, apesar dos esforços anteriores, o progresso na luta contra a desertificação e na mitigação dos efeitos da seca não atingiram as expectativas, tendo sido reconhecida a necessidade de uma nova e mais eficaz abordagem, em todos os níveis, no quadro do desenvolvimento sustentável (CNUCD, 1994, p. 2). Dessa maneira, vale ressaltar ainda que

[a]s avaliações do PACD, feitas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, mostram que os resultados obtidos foram mais do que modestos. Mostraram ainda que, os recursos necessários não foram investidos, e a maioria dos países com graves problemas de desertificação não assumiram compromissos com ações nacionais, e programas consistentes de capacitação e a formação de recursos humanos não foram desenvolvidos (LACERDA; LACERDA, 2004, p. 3).

Assim, quando a Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Conferência do Rio, ou, mesmo, ECO-92, ocorre, os Estados têm, dentre outras responsabilidades socioambientais – com o desenvolvimento sustentável e com a conquista do exercício de cooperação entre os Estados, com os acordos internacionais sobre mudanças climáticas e biodiversidade –, o

compromisso de prosseguir nas discussões acerca da desertificação e da necessária cooperação frente esse fenômeno global.

Segundo Roxo (s/d, p. 3), “[...] os países reunidos durante a Conferência do RIO, em 1992, decidiram pela negociação de uma Convenção com força de lei internacional e com caráter mandatário [...]”. Ou seja, dessa vez, não seria um acordo voluntário, como na Conferência de Nairobi, com o PACD, mas sim um acordo com caráter jurídico internacional, de forma que os Estados membros se obrigassem a cumpri-lo.

Vale salientar, acerca da ECO-92, que, essa Conferência reuniu “[...] representantes de todos os países do mundo para discutir [adotar] e divulgar a nova concepção de Desenvolvimento Sustentável que estava em [...] [vigor], a partir da publicação do *Relatório Brundtland*” (SOUSA, 2005, s/p). Esse relatório surgiu como resultado da primeira Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada e presidida pela então primeira ministra Norueguesa *Gro Harlem Brundtland* e por Mansour Khalid, sob a organização da Assembleia Geral da ONU, em 1983 (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 4). Por isso, o documento é chamado de *Relatório Brundtland*, tendo sido

[...] publicado em abril de 1987 e intitulado *Our Common Future: from one Earth to one World* [...] O Relatório *Brundtland* rejeitou o posicionamento do não-crescimento dos países, principalmente os menos desenvolvidos. O relatório reconheceu que para buscar soluções para o desenvolvimento sustentável seria imprescindível: tomar consciência do fato de que os problemas sociais e ambientais são interconectados; reconhecer que perturbações ambientais não são restritas a propriedades particulares ou a limites geográficos; que catástrofes experimentadas em uma determinada região do mundo, consequentemente, afetam o bem-estar de pessoas em todas as localidades, e que, apenas sobre abordagens sustentáveis do desenvolvimento, poderá se proteger o frágil (MOTA et al, 2008, p. 13).

Ressalta-se, dessa forma, que o conceito mais conhecido sobre desenvolvimento sustentável se encontra nesse Relatório, a saber: “o desenvolvimento sustentável procura atender as necessidades e aspirações do presente sem comprometer as possibilidades de atendê-las no futuro” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 44). Aqui, vale a pena abrir um pequeno parêntese com relação à compreensão da palavra “desenvolvimento”. Segundo Veiga (2008, p. 18), o entendimento acerca do desenvolvimento estava intrinsecamente ligado ao aspecto econômico, antes do lançamento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio

Ambiente (PNUMA). Com o passar do tempo, isto é, com o lançamento do IDH, a palavra em questão deixa de ser entendida como um mero sinônimo de crescimento econômico, pois outros indicadores de qualidade de vida (sociais, ambientais, políticos, além do econômico), passam a ser considerados. Dessa maneira, “a publicação do primeiro ‘Relatório do Desenvolvimento Humano’, em 1990, teve o claro objetivo de encerrar uma ambiguidade que se arrastava desde o final da 2ª Guerra Mundial [...]” (VEIGA, 2008, p. 18).

Retomando o pensamento, é importante ressaltar, que é a partir do evento mais importante no que concerne às relações internacionais e ao meio ambiente (ECO-92), que a concepção de desenvolvimento sustentável torna-se mais perceptível. Daí porque, neste megaevento, toma-se nota de um importante Plano de Ação Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecido por Agenda 21, o qual está voltado “[...] para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios [...] [do século XXI]” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, p. 1).

Esse Plano possui um capítulo, precisamente o 12, que trata da desertificação e das questões relativas à degradação da terra, sob o título: “Manejo de Ecossistemas Frágeis: a Luta Contra a Desertificação e a Seca” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, p. 96). Ressalta-se que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, “[...] iniciada em janeiro de 1993 e concluída em Paris, em 17 de junho de 1994 [...]” (BORGES; FREIRE; PACHÊCO, 2006, p. 7), “é um importante resultado da implementação da Agenda 21” (HEITOR MATALLO, 1994, p. 1), isto é, de seu capítulo 12.

Portanto, a fim de recapitular a discussão internacional sobre desertificação, tomam-se como base as principais informações do quadro esquemático construído por Roxo (s/d, p. 4), em *Land Care in Desertification Affected Areas* (LUCINDA), cuja fonte utilizada pelo autor foi a UNCCD:

Quadro 3 – Principais eventos internacionais relacionados à desertificação

Evento Internacional	Local	Data	Discussão
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH)	Estocolmo (Suécia)	1972	“Discute a questão da desertificação e aprova-se a realização da Primeira Conferência Internacional sobre Desertificação”.
Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação (CNUD)	Nairobi (Quênia)	1977	“A desertificação é considerada pela primeira vez como um problema Mundial. Adoção de um Plano de Ação para Combater a Desertificação”.
Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)	Rio de Janeiro (Brasil)	1992	“Estabelece a necessidade de um Comitê inter-governamental para preparar um instrumento vinculativo para o problema da desertificação”
Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD)	Paris (França)	1994	“A assinatura do documento, pelos países signatários, realizou-se a 14-15 de Outubro. Foi instituído o dia 17 de Junho, como o Dia Mundial de Combate à Desertificação e Seca. COP9”.

FONTE: Adaptação própria do quadro de Roxo (s/d, p. 4).

Assim, segundo a UNCCD (2012)⁴¹, desde que a Assembleia Geral da ONU declarou, com base na Resolução A/RES/49/115, que o dia 17 de junho é a data oficial de combate à desertificação, comemoram-se alguns importantes temas referentes à luta contra a desertificação e/ou degradação da terra e seca, como uma maneira de incitar a conscientização da população a seu respeito. Ainda segundo essa fonte, os Estados-membros da Convenção, juntamente com a sociedade civil, são convidados a participar e a organizar eventos a fim de comemorar esse dia, de maneira a aumentar a sensibilização ao combate à degradação das terras, à mitigação dos efeitos da seca (UNCCD, 2012) e à boa gestão das terras. A seguir, tem-se um quadro dos principais temas comemorados no dia 17 de junho, entre os anos de 2003 a 2013:

⁴¹ Informações disponíveis em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/Pages/default.aspx>> Acesso em: 27 mai. 2012.

Quadro 4 - Temas de comemoração no dia mundial de combate à desertificação (17 de junho) de 2003-2013

Ano	Tema
2003	“Sistemas de gestão sustentável dos recursos hídricos”.
2004	“As mulheres e a desertificação”.
2005	Sem dados
2006	“A beleza dos desertos – o desafio da desertificação”. (Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação)
2007	“A desertificação e as mudanças climáticas - um desafio mundial”.
2008	“Combater a degradação da terra para uma agricultura sustentável”.
2009	“Conservação da terra e água = protegendo nosso futuro comum”
2010	“Reforçar solos em qualquer lugar melhora a vida em toda parte”. (Ano Internacional dedicado à Biodiversidade; ano em que a ONU lança a Década para os Desertos e a Luta contra a Desertificação (2010-2020), anunciada durante a 2ª Conferência Internacional Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID-2010), em Fortaleza - Ceará.
2011	“As florestas mantêm as zonas áridas a trabalhar”. (Ano Internacional das Florestas).
2012	“Solo saudável sustenta sua vida: vamos neutralizar a degradação do solo”.
2013	“Não deixe o nosso futuro secar”

FONTE: Elaborado pela autora a partir da UNDC⁴² (2012, tradução livre).

No entanto, um problema que se deve ressaltar é que, segundo Roxo (s/d, p. 5), as iniciativas e a comunicação social desenvolvidas nesse dia acabam não se repetindo em outras oportunidades e, muitas vezes, não associam a desertificação aos outros dias comemorativos, como o da água e o do meio ambiente.

Antes de tratar a Convenção de luta contra a desertificação, faz-se necessário abordar, na presente discussão, o estudo realizado por meio do “Projeto Lucinda”⁴³, que se utilizou do arquivo de notícias do Google – “Google News” de 1977-2007, a fim de conhecer a divulgação, em nível global, do termo desertificação pela mídia. Na verdade, a

⁴² Disponíveis em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/2009/Pages/default.aspx>>; <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/2010/Pages/default.aspx>>; <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/2011/Pages/default.aspx>>; <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/Pages/WDCD2012.aspx>>; <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/WDCD2013/Pages/default.aspx?HighlightID=168>> Com exceção deste último, todos foram acessados em: 2 mai. 2012 e o último *link* foi acessado em: 9 abr. 2013.

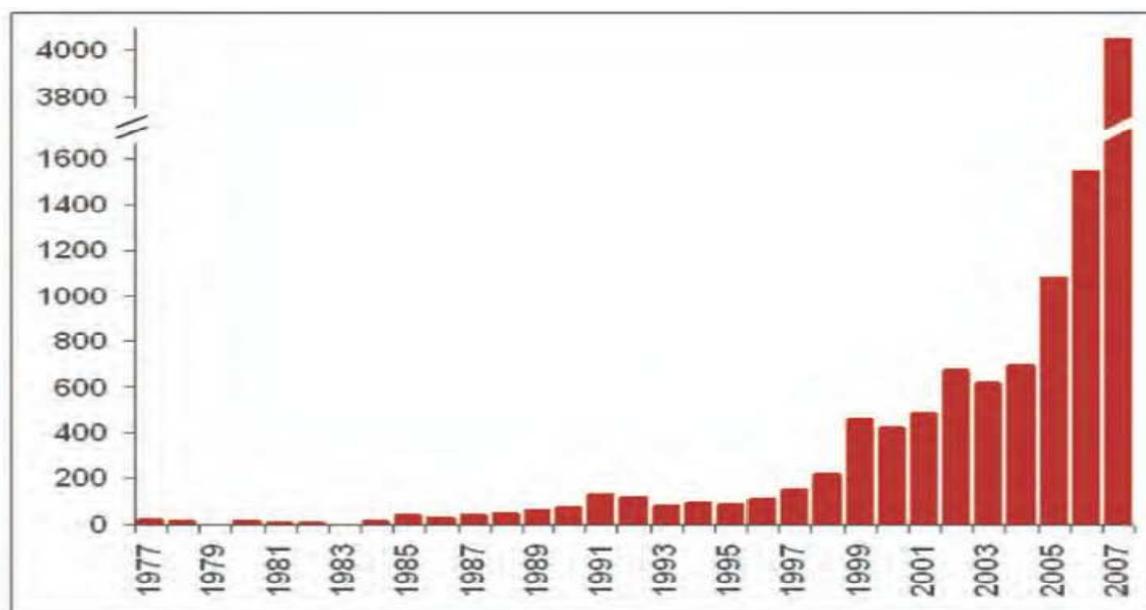
⁴³ Projeto Lucinda: <<http://geografia.fcsh.unl.pt/lucinda>>.

ideia foi conhecer a quantidade de notícias que foram publicadas anualmente sobre desertificação, a partir da utilização da palavra em Inglês, *desertification* (MOREIRA e TARGINO, 2010, p. 10). Sob mesma referência, foi constatado, neste estudo, que

[...] é sobretudo no final da década de 90 que o número de notícias começa a ter alguma expressão, notando-se um ligeiro aumento nos anos de 1991 e 1992, coincidente com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro. Mas é a partir de 1997, com a primeira Conferência das Partes – COP2, realizada na Itália, que o número de notícias apresenta crescimento anual, com aumento muito rápido a partir de 2005, em função da realização de importantes conferências internacionais, e em 2006 com a comemoração do Ano Internacional de Combate à Desertificação.

Em sequência, segue o quadro demonstrando a realidade supracitada:

Figura 1 - Número de ocorrências de notícias sobre Desertificação, anualmente, com base no *Google News*



Fonte: (Projecto LUCINDA, União Européia, apud MOREIRA e TARGINO, 2010, p. 10).

Face esta última abordagem, para complementar o ponto ora tratado, “Evolução da Discussão Internacional sobre Desertificação”, segue o conhecimento acerca da Convenção de Combate à Desertificação.

1.4 CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Conscientes da evolução da discussão internacional sobre desertificação e da conformação da cooperação no contexto desse debate, deseja-se adentrar no universo da Convenção de Combate à Desertificação, compreendendo-a para, principalmente, no terceiro Capítulo, estabelecer ligações com o Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, o qual teve como objetivo a implementação da Convenção de Combate à Desertificação, dentro do marco de Gestão Sustentável das Terras. Para tanto, é preciso compreender o que significa Convenção Internacional.

Face o entendimento de Rezek (1984, p. 88) sobre a semelhança dos termos “Convenção” e “Tratados Internacionais”, por meio do seguinte trecho: “[...] a implícita insinuação de que os dois termos se apliquem a figuras substancialmente diversas é algo que já não faz sentido, há pelo menos cem anos [...]”, dessa forma, pode-se compreender a expressão “Convenção Internacional” dentro do sentido do que se significa “Tratado Internacional”. A respeito deste termo, a Convenção de Viena (1969, s/p) traz, em seu artigo 2º, a seguinte definição: “<<Tratado>> designa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional, quer esteja consignado num instrumento único, quer em dois ou mais instrumentos conexos, e qualquer que seja a sua denominação particular”.

Ou seja, a Convenção Internacional pode ser uma denominação específica da expressão “Tratado”. É importante ressaltar que os artigos 1º e 3º da Convenção de Viena (1969, s/p) estabelecem: “A presente Convenção aplica-se aos tratados concluídos entre Estados”. Assim sendo, esta Convenção não se aplica “[...] aos acordos internacionais concluídos entre Estados e outros sujeitos de direito internacional ou entre estes outros de direito internacional [...]” (CONVENÇÃO DE VIENA, 1969, s/p). No entanto, Mazzuoli (2008, p. 45) lembra que esta última Convenção foi atualizada “[...] pela Convenção de 1986⁴⁴, sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre

⁴⁴ Yoda (2005, p. 10) assevera que, apesar da Convenção de 1986 ainda não ter entrado em vigor, devido ao insuficiente número de Estados que buscaram ratificá-la, esta Convenção representa “[...] um passo de grande relevância na história do Direito Internacional [...]”, [isso porque] [...] através dela foram devidamente codificadas as regras costumeiras sobre a matéria num documento que teve como objetivo o reconhecimento do direito das organizações internacionais de firmar tratados e convenções (*idem*). De acordo com o próprio documento da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais (1986, p. 24), em seu artigo 85, para entrar em vigor seria preciso, ao menos, que 35 Estados ratificassem este documento.

Organizações Internacionais, que teve por finalidade reconhecer às Organizações Internacionais o direito de firmar tratados e convenções”.

Dessa feita, de posse da supracitada definição e sabendo que a CCD surgiu em meio a toda uma discussão internacional sobre a desertificação, iniciada ainda na década de 1970 e concretizada na década de 1990, serão esclarecidos alguns importantes aspectos da Convenção em questão. Foi a partir da cooperação entre Estados e com apoio imprescindível de redes institucionais, que vão desde Organizações Intergovernamentais até não Governamentais, que a CCD se estabeleceu, entrando em vigor em 1996.

A Convenção de Combate à Desertificação, como visto, “trata especificamente das zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, [...], onde alguns ecossistemas e povos mais vulneráveis podem ser encontrados” (UNCCD⁴⁵, 2012, tradução livre). Nessas zonas, a degradação do solo, da vegetação, dos recursos hídricos e a redução da qualidade de vida, assim como entende Matallo Junior (2001, p. 24), componentes que conformam a degradação da terra, configuram-se como causas e/ou consequências de mudanças climáticas e das alterações antrópicas no meio ambiente. Observe-se que o documento da CNUCD (1994, p. 4), em seu art. 1º, alínea “f”, entende a degradação da terra, como:

[...] a redução ou perda, nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, da produtividade biológica ou econômica e da complexidade das terras agrícolas de sequeiro⁴⁶, das terras agrícolas irrigadas, das pastagens naturais, das pastagens semeadas, das florestas e das matas nativas devido aos sistemas de utilização da terra ou a um processo ou combinação de processos, incluindo os que resultam da atividade do homem e das suas formas de ocupação do território, tais como:

- I. A erosão do solo causada pelo vento e/ou pela água;
- II. A deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou econômicas do solo, e
- III. A destruição da vegetação por períodos prolongados.

Salienta-se que, por essas zonas supracitadas, entendem-se, qualquer área, à exceção das polares e subpolares, nas quais a razão de precipitação anual e evapotranspiração potencial (ETP) está compreendida entre 0,05 e 0,65 (CNUCD, 1994, p. 4). Vale ressaltar que as zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas se definem pela existência do índice de aridez (OLIVEIRA-GALVÃO; SAITO, 2003, p. 2). A partir de uma metodologia desenvolvida por Thornthwaite, “[...] o grau de aridez de uma região

⁴⁵ Essa e outras informações a respeito da CNUCD podem ser encontradas no *site*: <<http://www.unccd.int/en/about-the-convention/Pages/About-the-Convention.aspx>> Acesso: 28 jun 2012.

⁴⁶ “A agricultura de sequeiro é a cultura sem irrigação em regiões onde a precipitação anual é inferior a 500 mm. A agricultura de sequeiro depende de técnicas de cultivo específicas que permitem um uso eficaz e eficiente da limitada humidade do solo” (QUARANTA, s/d, p. 1).

depende da quantidade de água advinda da chuva (P) e da perda máxima possível de água por meio de evaporação e transpiração (ETP) ou Evapotranspiração Potencial” (MATALLO JÚNIOR, 1999/2003, p. 11). Ainda conforme esse autor:

A fórmula de Thornthwaite, como é conhecido o índice de aridez foi posteriormente ajustada por Penman (1953), a fim de que se elaborasse a classificação [cinco categorias do clima] aceita hoje. A razão entre essas duas variáveis foi utilizada para o estabelecimento das áreas de risco e a elaboração do *World Atlas of Desertification* (UNEP, 1992) [...] (MATALLO JÚNIOR, 1999/2003, p. 11).

Matallo Júnior (1999/2003) mostra, dessa forma, as cinco categorias do clima, de acordo com o índice de aridez, isto é, com base nos critérios metodológicos de Thornthwaite (1941), as quais foram aperfeiçoados por Penman (1953) e a seguir representados.

Tabela 1 – Índice de aridez

HIPERÁRIDO	< 0,05
ÁRIDO	0,05 – 0,20
SEMIÁRIDO	0,21 – 0,50
SUBÚMIDO SECO	0,51 – 0,65
SUBÚMIDO E ÚMIDO	> 0,65

FONTE: (MATALLO JÚNIOR, 1999/2003, p. 11).

A partir dessas categorias climáticas, esse mesmo autor ressalta que as áreas de suscetibilidade à desertificação correspondem às zonas do escopo de aplicação da Convenção. Quanto a essa informação, tem-se que:

São mais de 5 bilhões de hectares (51.720.000 km²) em cerca de 100 países que podem ser afetados direta e indiretamente pela desertificação. [...] quase 33% de toda a superfície terrestre. Deste total excluem-se as áreas hiperáridas, os desertos, que somam 9.780.000 km², 16% da superfície do globo. [...] No entanto [...] as áreas de maior risco são aquelas que associam alta suscetibilidade com fatores humanos de ocupação, tais como densidade demográfica, formas de manejo [...] etc. Associado à degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, está a pobreza, que vem sendo reconhecida em todo mundo como um dos principais fatores associados ao processo de desertificação (MATALLO JÚNIOR, 1999/2003, p. 10-11).

Na tabela a seguir, pode-se observar melhor a distribuição de terras por tipo de clima, identificando o somatório (51.720.000 km²) das três zonas climáticas consideradas pela Convenção de Combate à Desertificação.

Tabela 2 - Tipo total de terras km²

Tipo de Clima	Hiperárido	Árido	Semiárido	Subúmido Seco	Total (Hiperárido, Árido, Semiárido e Subúmido seco)	Área total do Continente
África	6.720.000	5.040.000	5.140.000	2.690.000	19.590.000	30.335.000
Ásia	2.770.000	6.260.000	6.930.000	3.530.000	19.490.000	43.508.000
Austrália	0	3.030.000	3.090.000	510.000	6.630.000	8.923.000
Europa	0	110.000	1.050.000	1.840.000	3.000.000	10.498.000
A. Norte	30.000	820.000	4.190.000	2.320.000	7.360.000	25.498.000
A. Sul	260.000	450.000	2.650.000	2.070.000	5.430.000	17.611.000
Antártida	0	0	0	0	0	13.340.000
Total	9.780.000	15.710.000	23.050.000	12.960.000	61.500.000	136.224.000

FONTE: Adaptação própria da tabela do Atlas Mundial Times apud Matallo Júnior (1999/2003, p. 10).

Observando esses dados, constata-se que o problema da desertificação e/ou da degradação da terra e a ameaça desses processos acometiam não somente a África, mas uma série de regiões do planeta. É mister saber, conforme Zanolla et al (s/d, p. 3), que o documento normativo da Convenção procurou abranger cinco grandes anexos de implementação regional, os quais correspondem às regiões da África, da Ásia, da América Latina e do Caribe, do Norte do Mediterrâneo e do recente anexo da Europa Central e Oriental, representando o esforço maior da comunidade internacional na luta contra a desertificação.

Ou seja, “cada anexo regional especifica o alcance, os objetivos e as condições particulares de cada região” (ZANOLLA et al, s/d, p. 3). Também dentro de um contexto geral da CNUCD, todos estes anexos apelam para o desenvolvimento de atividades de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca nos âmbitos nacionais, subregional e regional e para a necessária busca dos recursos e ajuda dos mecanismos financeiros e de cooperação e coordenação, a fim de elaborar e implementar os seus programas de ação.

Assim sendo, a Convenção é o instrumento jurídico vinculativo de cooperação internacional mais expressivo acerca da desertificação. Segundo Barbieri (2002, s/p), “sua implementação [...] vem estimulando que os governos dos países afetados desenvolvam programas nacionais [...], fator essencial de sucesso para a reversão dos processos de

desertificação no mundo”. Também, conforme Matallo Júnior (s/d, p. 1), a Convenção “[...] representa um avanço [...] aos níveis nacional e internacional, impulsionando a participação dos países e organismos doadores [...] e incorporando toda uma nova filosofia de participação das comunidades afetadas”.

Esta Convenção foi criada, principalmente, para ajudar a elaborar políticas públicas nacionais, regionais e subregionais que gerenciem sustentavelmente as terras, viabilizando tanto o combate à desertificação e/ou degradação da terra, e à mitigação dos efeitos da seca, quanto à prevenção daqueles Estados que só sentem a ameaça desses problemas, de ordem natural e/ou antrópica. Para tanto, é preciso salientar o que a CNUCD (1994, p. 4), em seu art. 1, alínea “b”, entende por combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca:

- b) Por combate à desertificação entendem-se as atividades que fazem parte do aproveitamento integrado da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas com vistas ao seu desenvolvimento sustentável, e que têm por objetivo:
 - I. a prevenção e/ou redução da degradação das terras,
 - II. a reabilitação de terras parcialmente degradadas, e
 - III. a recuperação de terras degradadas;
- [...] d) Por mitigação dos efeitos da seca entendem-se as atividades relacionadas com a previsão da seca e dirigidas à redução da vulnerabilidade da sociedade e dos sistemas naturais àquele fenômeno no que se refere ao combate à desertificação.

Dessa maneira, com força de lei, uma vez que já foi ratificada por mais de 190 países, inclusive pelo Brasil, em 1997, segundo o PAN-BRASIL (2004, p. 21), a referida convenção se baseia em dois objetivos chave, para colocar em prática suas diretrizes. Acerca desses objetivos, tem-se, no art. 2º, § 1º e § 2º da CNUCD (1994, p. 5):

1. A presente Convenção tem por objetivo o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente em África, através da adoção de medidas eficazes em todos os níveis, apoiadas em acordos de cooperação internacional e de parceria, no quadro duma abordagem integrada, coerente com a Agenda 21, que tenta em vista contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afetadas;
2. A consecução deste objetivo exigirá a aplicação, nas zonas afetadas, de estratégias integradas de longo prazo que se centrem simultaneamente, no aumento de produtividade da terra e na reabilitação, conservação e gestão sustentada dos recursos em terra e hídricos, tendo em vista melhorar as condições de vida, particularmente ao nível das comunidades locais.

Por meio destes dois objetivos, observa-se tanto a importância do apoio que acordos de cooperação internacional e as parcerias podem fornecer aos Estados afetados,

direta e indiretamente, para combater a desertificação e a seca - contribuindo no provimento do desenvolvimento sustentável - quanto à necessidade de estratégias integradas de longo prazo que viabilizem as condições de vida das comunidades locais.

Com relação a estas comunidades, Roxo (s/d, p. 4-5) assevera a importância de mencionar uma recomendação primordial da CCD (*Botton-up*), a fim de elaborar, com êxito, os Planos/Programas de Ações Nacionais (PANs) de seus signatários, diante da “[...] necessidade de uma abordagem de ‘baixo para cima’ (*Botton-up*), de maneira a envolver seriamente as populações das áreas afetadas, a fim de se lançarem bons resultados”. Essas populações também são “[...] convidadas a ajudar nas abordagens participativas de ‘cima para baixo’, tendo também que estar completamente envolvidas nas tomadas de decisões e processos de planeamento” (ZANOLLA et al, s/d, p. 2).

Levando-se em conta esses objetivos, o documento da CNUCD (1994, p. 7, 10 e 13) estabelece, na Parte III, três seções consideradas como mecanismos de grande importância, para conseguir o sucesso nas ações: 1. Planos/Programas de Ação que podem ser Nacionais (PAN), Subregionais (PASR⁴⁷) e Regionais (PAR⁴⁸) (artigos de 10 a 15); 2. Cooperação Científica e Técnica (artigos 16 a 18); e 3. Medidas de apoio (artigos 19 a 21). Nessas seções, há orientações para que os atores internacionais busquem o combate à desertificação e a mitigação da seca, trabalhando para uma gestão sustentável das terras, dentro de um contexto de cooperação, com destaque para os Planos/Programas de Ação supramencionados e para a cooperação internacional. A Convenção expõe, acerca dos PAN, no art. 10º, § 4º, as seguintes informações:

Considerando as circunstâncias e necessidades específicas de cada país Parte afetado, os programas nacionais incluirão, entre outras e conforme apropriado, medidas em alguns ou em todos os seguintes domínios prioritários, desde que relacionados com o combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca nas áreas afetadas e envolvendo as respectivas populações: promoção de formas de subsistência alternativas e melhoria do ambiente econômico nacional tendo em vista reforçar os programas dirigidos à erradicação da pobreza e à garantia da segurança alimentar, dinâmica demográfica, gestão sustentada dos recursos naturais, práticas agrícolas sustentáveis, desenvolvimento e uso eficiente de várias fontes de energia, quadro institucional e legal, reforço da capacidade de

⁴⁷ Aqui, pode-se citar como exemplo: o “Programa de Ação Subregional para Combater a Desertificação nos Países a Norte do Mediterrâneo (Grécia, Itália, Portugal, Espanha e Turquia)” (ZANOLLA et al, s/d, p. 5). Este que foi criado em 2008, com a compilação de seus PAN (UNCCD, 2012). Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/regional-access/Northern-Mediterranean/Pages/alltext.aspx#secondtitle>> Acesso em: 27 fev. 2013.

⁴⁸ E para exemplificar o Programa de Luta contra a Desertificação Regional, mencione-se o da América do Sul, com sua Carta de Entendimento disponível em: <<http://www.iicadesertification.org.br/attachments/category/8/CartaEntend.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2013.

avaliação e observação sistemática, incluindo os serviços hidrológicos e meteorológicos, e o desenvolvimento das capacidades, a educação e a conscientização pública; (CNUCD, 1994, p. 9).

Os PAN têm a responsabilidade de promover “a participação social, o desenvolvimento de capacidades nas temáticas correlacionadas, [...] medidas não apenas corretivas, mas também preventivas dos processos de degradação dos solos [...]” (CPLP; UNCCD, 2009, p. 3). Com relação aos Planos Nacionais, Subregionais e Regionais de luta contra a desertificação – que buscam, inclusive, reforçar a capacidade de execução dos PAN – e cooperação internacional, cita-se os art. 11º e art. 12º, respectivamente:

Os países Partes afetados procederão a consultas e cooperação na preparação, de acordo com os respectivos anexos de implementação regional, e conforme for aplicável, de programas de ação subregional e/ou regional que harmonizem, complementem e melhorem a eficiência dos programas de ação nacionais. As disposições do artigo 10º aplicam-se *mutatis mutandis* aos programas de ação subregional e regional. Uma tal cooperação pode incluir programas conjuntos estabelecidos de comum acordo para a gestão sustentável dos recursos naturais transfronteiriços, para a cooperação científica e técnica e para o fortalecimento das instituições competentes; Os países Partes afetados, em colaboração com outras Partes e com a comunidade internacional, deverão cooperar para assegurar a promoção de um ambiente internacional favorável à implementação da Convenção. Uma tal cooperação deverá abarcar também as áreas de transferência de tecnologia, bem como a de pesquisa científica e de desenvolvimento, a coleta e difusão de informação e de recursos financeiros (CNUCD, 1994, p. 9).

Dessa forma, os Estados terão a responsabilidade não só de tornarem reais – muitos já conseguiram – os PAN, mas também de fazê-los efetivos, a fim de que a CCD tenha o tão esperado sucesso na sua consolidação. Entretanto, isso não é uma tarefa fácil e demanda longo tempo para alcançar resultados reais, principalmente porque muitos Estados signatários da CCD são países em desenvolvimento e pobres, os quais dependem da ajuda e do comprometimento dos Estados desenvolvidos. Em estudo acerca desta Convenção, Ferreira e Coveiro (2008/2009, p. 6) identificam os artigos que instituem a responsabilidade dos Estados desenvolvidos para com os subdesenvolvidos:

As Partes que sejam países desenvolvidos têm, nos termos do artigo 6º, artigo 20 e outros artigos, obrigações específicas para apoiar os países afetados (particularmente, mas não só, os países em desenvolvimento), disponibilizando recursos financeiros e facilitando o acesso à tecnologia adequada, o conhecimento e *know-how*.

Como apontam os artigos da Convenção que evidenciam as responsabilidades comuns para todos os Estados, há

[a] obrigação comum de todas as Partes, incluindo as que não são afetadas pela desertificação, estarem definidas nos artigos 3, 4, 12, 14, 16, 17, 18, 19 e 20. Estes artigos apontam para a cooperação internacional na aplicação da Convenção a todos os níveis, particularmente nas áreas da recolha de dados, análise e intercâmbio de informações, investigação, transferência de tecnologia, capacitação e sensibilização, a promoção de uma abordagem integrada no desenvolvimento de estratégias nacionais para combater a desertificação, a assistência no sentido de garantir que os recursos financeiros adequados estejam disponíveis para os programas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.

A partir das citações supramencionadas, tem-se o entendimento de que uma das formas encontradas para viabilizar a ajuda internacional dos Estados desenvolvidos para os países em desenvolvimento, especialmente, mas não só – auxiliando, inclusive, na implementação dos programas de ação –, dá-se por meio da cooperação técnica internacional, seja ela bilateral ou multilateral. A respeito desse tipo de cooperação, que será um pouco mais trabalhado no terceiro Capítulo deste estudo, a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ⁴⁹ (s/d) afirma que

[a] cooperação técnica internacional constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos seus sistemas produtivos, como forma de superar restrições que tolhem seu natural crescimento. Os programas implementados sob sua égide permitem transferir conhecimentos, experiências de sucesso e sofisticados equipamentos, contribuindo assim para capacitar recursos humanos e fortalecer instituições do país receptor, a possibilitar-lhe salto qualitativo de caráter duradouro.

Assim, os Estados membros da CCD que têm dificuldades de elaborar seus PAN e implementá-los, por meio de atividades de combate à desertificação, à pobreza, à insegurança alimentar, à degradação do solo, dentre outros temas relacionados à desertificação – como é o caso de muitos Estados da Comunidade portuguesa, dentre os quais “apenas quatro⁵⁰ dos oito países da CPLP formularam seus Planos Nacionais de Combate à Desertificação [...]” (FAO, 2008, p. 5) –, podem ser melhor assistidos por essa forma de cooperação internacional, quando instituídas por meio de Projetos de Cooperação Técnica que viabilizem a formação de seus futuros Programas de Cooperação.

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/cooperacao-internacional/cooperacao-tecnica/>> Acesso em: 10 mar. 2012.

⁵⁰ Os quatro PAN são: Portugal (1999), Cabo Verde (2000), Moçambique (2002) e Brasil (2004). Hoje, sabe-se que também o Timor Leste (2008) formulou seu PAN em novembro de 2008. (Na época da informação supracitada – mar. 2008 – pela FAO, não existia este PAN).

Observadas todas essas informações a respeito da CNUCD, é preciso ressaltar que foi, justamente, no contexto dos objetivos da CNUCD, das abordagens de baixo para cima e cima para baixo, e da consideração das seções supracitadas, observadas pela Convenção, que o Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201 – a ser analisado no terceiro capítulo – buscou se embasar, na busca de seu principal resultado esperado (desenho do Programa de Cooperação). Dando continuidade ao entendimento da Convenção ora tratada, segue abaixo alguns esclarecimentos sobre a sua estrutura.

Para uma melhor compreensão da própria CCD –, e até mesmo do desenvolvimento do PCT CPLP/FAO 3201, no último capítulo, o qual acompanhou a dinâmica das Conferências das partes da CCD e de algumas reuniões de seus órgãos subsidiários, vislumbrando um Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para a Implementação da Convenção de Combate à Desertificação (CPLP et al, 2010, p. 3) – faz-se necessário adentrar na estrutura organizacional da Convenção, valendo lembrar que a Conferência das Partes (COP) é seu órgão mais importante (ver artigo 22), seguido do secretariado permanente (ver artigo 23) que possui, dentre outras funções, a de “organizar as sessões das Conferências das Partes e dos respectivos órgãos subsidiários [...]” (CNUCD, s/d. p. 19). Estes, por sua vez, são subsidiários da Conferência das Partes, chamados de: Comissão de Ciência e Tecnologia (CST) (ver artigo 24) e Comissão para a Revisão da Implementação da Convenção (CRIC).

Em relação às Conferências das partes, elas se iniciaram em 1997 e foram realizadas até a COP5, de ano em ano. A partir desta última COP em diante, as Conferências passaram a ocorrer a cada dois anos, conforme o adaptado quadro de Roxo (s/d, p. 4) e informações retiradas do texto de Ferreira e Coveiro (2008/2009, p. 8) acerca das muitas Conferências das Partes que já foram realizadas, a saber:

Quadro 5 - Conferências das Partes (COP) da CCD

Conferência das Partes	Local	Data
COP1	Roma - Itália	29 de Setembro a 10 de Outubro de 1997
COP2	Dakar - Senegal	30 de Novembro a 11 de Dezembro de 1998
COP3	Recife - Brasil	15 a 26 de Novembro de 1999
COP4	Bonn - Alemanha	11 a 22 de Dezembro de 2000
COP5	Genebra - Suíça	1 a 12 de Outubro de 2001
COP6	Havana - Cuba	25 de Agosto a 6 de Setembro de 2003
COP7	Nairobi - Quênia	17 a 28 de Outubro de 2005
COP8	Madrid - Espanha	3 a 14 de Setembro de 2007
COP9	Buenos Aires - Argentina	21 de Setembro a 2 de Outubro de 2009
COP10	Changwon – Coréia do Sul	10 a 21 de Outubro de 2011

FONTE: Adaptação própria do quadro de Roxo (s/d, p. 4) e das informações no texto de Ferreira e Coveiro (2008/2009, p. 8).

Já com relação aos dois órgãos subsidiários, tem-se, no artigo 24 da CNUCD, que o Comitê de Ciência e Tecnologia, segundo a UNCCD⁵¹ (2012, tradução livre), foi criado “[...] para fornecer-lhe informações e assessoramento sobre assuntos científicos e tecnológicos relativos ao combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca. O CST reúne-se em conjunto com as sessões ordinárias da COP”. Por sua vez, sobre a Comissão para a Revisão da Implementação da Convenção, a UNCCD⁵² (2012, tradução livre) expõe que foi “[...] estabelecida na COP5 em 2001. É um órgão subsidiário permanente para ajudar a rever regularmente a implementação da Convenção”. Dessa maneira, segue um quadro respectivo de todas as sessões da CRIC e das reuniões especiais do CST realizadas.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/about-the-convention/the-bodies/The-CST/Pages/default.aspx>> Acesso em: 2 mai. 2012.

⁵² Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/about-the-convention/the-bodies/Pages/default.aspx>> Acesso em: 30 mai. 2012.

Quadro 6 – Sessões do CRIC e reuniões especiais do CST

Sessões do CRIC	Local	Data	Sessões CST
1ª sessão (CRIC1)	Roma (Itália)	11 a 22 de nov. de 2002	Não houve
2ª sessão (CRIC2)	Havana (Cuba)	25 de Ago. a 5 de set. de 2003 (Simultânea à COP6)	Não houve
3ª sessão (CRIC3)	Bonn (Alemanha)	2 a 11 de maio de 2005	Não houve
4ª sessão (CRIC4)	Nairobi (Quênia)	18 a 21 de out. de 2005 (Simultânea à COP7)	Não houve
5ª sessão (CRIC5)	Buenos Aires (Argentina)	12 a 21 de mar. de 2007	Não houve
6ª sessão (CRIC6)	Madrid (Espanha)	3 a 14 de set. de 2007 (Simultânea à COP8)	Não houve
7ª sessão (CRIC7)	Istambul (Turquia)	3 a 14 de nov. de 2007	1ª reunião especial (CST S-1)
8ª sessão (CRIC8)	Buenos Aires (Argentina)	21 set. a 2 de out. de 2009 (Simultânea à COP9)	Não houve
9ª sessão (CRIC9)	Bonn (Alemanha)	16 a 25 de fev. de 2009	2ª reunião especial (CST S-2)
10ª sessão (CRIC10)	Bonn - Alemanha	11 a 21 de outubro de 2011 (Simultânea à COP10).	3ª reunião especial (CST S-3)

FONTE: Elaboração própria a partir das informações pesquisadas na UNCCD (2012, tradução livre)⁵³.

Faz-se importante salientar que, apesar de toda a estrutura organizacional explicitada, do esforço da comunidade internacional em fazer valer a Convenção e do entendimento da relação intrínseca dos problemas ligados ao clima, ao solo e à biodiversidade, por meio do trabalho sinérgico, desde 2001, desenvolvido pelo Grupo de Ligação Conjunta GLC ou JLG, sigla em Inglês)⁵⁴, formado pelas secretarias das três convenções (Convenção-Quadro das Nações Unidas de Mudanças Climáticas - CQNUMC, Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica - CNUDB e a própria Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - CNUCD) (UNCCD, 2012), essa CCD vem progredindo lentamente. A partir do reconhecimento desse lento progresso na luta contra a desertificação, buscou-se veicular uma nova estratégia de implementação da CCD com o Plano Estratégico Decenal (2008-2018), instituído com a Decisão 3/COP.8, o qual se encontra no documento da ONU e CNUCD (2007, p. 8) que observa:

Após uma década de implementação, se reconhece que houve fatores que limitaram a ótima aplicação da Convenção. Entre eles, os mais importantes são o

⁵³ Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/about-the-convention/the-bodies/The-CRIC/Pages/History.aspx>> Acesso em: 30 mai. 2012.

⁵⁴ “A JLG visa coletar e compartilhar informações sobre os programas de trabalho e operações de cada convenção. Além disso, seu objetivo é aproveitar a colaboração entre as três secretarias e para analisar os progressos nos preparativos para o seminário conjunto sobre as abordagens de sinergia” (UNCCD, 2012). Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/RioConventions/Pages/default.aspx>> Acesso em: 2 mai. 2012.

financiamento insuficiente, em comparação com as outras duas convenções do Rio, a escassa base científica, a advocacia e sensibilização insuficientes entre os setores interessados, as fraquezas institucionais e as dificuldades em alcançar um consenso entre as partes.

Observando as dificuldades de implementação da própria Convenção, o Plano Estratégico surgiu para alcançar, na década supracitada, o objetivo de “forjar uma parceria global para reverter e prevenir a desertificação e/ou degradação da terra, e mitigar os efeitos da seca nas áreas afetadas, a fim de apoiar a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental” (ONU; CNUCD, 2007, p. 16). Conforme o documento da Década das Nações Unidas para os Desertos e a Luta Contra a Desertificação (UNDDD) (2010, p. 2),

Em dezembro de 2009, cinco agências da ONU foram encarregadas de liderar as atividades da década. Estas são: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e outros órgãos relevantes das Nações Unidas, incluindo o Departamento de Informação Pública do Secretariado.

Salienta-se que, apesar de, em 2007, a Assembleia Geral das Nações Unidas ter declarado a década para os desertos, e a luta contra a desertificação e/ou degradação da terra, só no dia 16 de agosto de 2010, durante a 2ª Conferência Internacional Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID-2010), em Fortaleza (Ceará), é que a ONU comunicou oficialmente a Década para os Desertos e a Luta contra a Desertificação, como sendo o período 2010-2020 (UNDDD, 2010, p. 1).

Dessa forma, é sob o contexto do Plano Estratégico Decenal da ONU e também do contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em especial de três: “1) Erradicação à Pobreza extrema e à fome; 3) [...] [Promoção] à igualdade de gênero e a autonomização da mulher; 7) [e] Garantia da Sustentabilidade Ambiental” (CPLP et al, 2010, p. 7), que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – formada por oito Estados, dentre os quais cinco africanos: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique; um asiático: Timor Leste; e dois representando a América do Sul e a Europa, respectivamente: Brasil e Portugal – viu a necessidade e a obrigação de ajudar os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor Leste a implementar a CNUCD, posto que todos são signatários dela.

Esta ajuda, por sua vez, viria por meio da criação e da execução de um Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, que com o apoio da FAO, do Mecanismo Mundial e do antigo IPAD, propuseram “[...] lançar o diálogo institucional e processos de capacitação [...] [permitindo] que múltiplos grupos de trabalho setoriais [...] [fomentassem] as atividades propostas [...] para a concepção e acompanhamento dos Planos de Ação Nacionais”, conforme o relatório final acerca do Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para Implementação da Convenção de Combate à Desertificação, organizado pelas instituições CPLP, FAO, IPAD, MM (2011, p. 4).

Tendo em vista toda a explanação sobre a problemática da desertificação e/ou degradação da terra e seca, vistas como bases necessárias para posterior entendimento das ameaças advindas da degradação da terra, nos países membros da CPLP (2º Capítulo), além da necessidade do estudo acerca da CNUCD e seus órgãos principais, [para a posterior compreensão do PCT CPLP/FAO 3201 (3º Capítulo), já que ele acompanhou a dinâmica das Conferências das partes da CNUCD, e até de algumas sessões dos órgãos subsidiários, como CRIC, vislumbrando um Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para a Implementação da Convenção (CPLP et al, 2010, p. 3)], pode-se partir para o segundo e o terceiro Capítulos, nos quais será estudada a CPLP e sua busca da implementação da Convenção, por meio da análise do PCT CPLP/FAO 3201.

2 COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) E SUA ATUAÇÃO EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE

As primeiras Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais (OIGs), segundo Le Preste (2000, p. 97), datam do século XIX. Contudo, elas só passaram a se multiplicar após a 2ª Guerra Mundial, conforme a seguinte premissa: “Seu número aumentou de maneira espetacular [...]: de sete, em 1874, passaram a 37, em 1909, e a mais de quatrocentos, atualmente” (LE PRESTE, 2000, p. 99). Dentro do escopo das Organizações Internacionais (OI)⁵⁵ aparecem as OIG, que são caracterizadas, conforme o autor supracitado, como

[...] associações formais entre Estados, que perseguem a realização de objetivos comuns. Elas pressupõem um acordo permanente – um tratado ou uma resolução da Assembleia Geral da ONU –, estruturas decisórias regulares, orçamento, administração e uma sede social. [...]. As OIGs podem ser universais e regionais. [...]. Pode-se distinguir entre OIGs de destinação restrita, as quais têm um domínio de ação limitado como a saúde, e as OIGs que operam em numerosos domínios, como a educação, a paz, os direitos do ser humano, o desenvolvimento econômico e o meio ambiente (LE PRESTE, 2000, p. 99).

Complementando, as OI, segundo Seitenfus, (1997), compreendidas como OIG, são associações voluntárias de Estados, as quais se constituem como espaços de diálogo e, também, de confronto. Trata-se, dessa maneira, de um nível superior de cooperação internacional alcançado, quando três ou mais Estados se empenham para buscar objetivos comuns (SEITENFUS, 1997, p. 21, 23 e 26)⁵⁶. Dessa forma, as OI ou OIG são classificadas obedecendo a quatro princípios básicos, a saber: natureza de seus propósitos, atividades e resultados; tipo de função; poderes ou estrutura decisória; e composição (SEITENFUS, 1997, p. 35-6; SEITENFUS, s/d, p. 6-7).

Com relação à primeira classificação, o autor ora tratado admite que se delineiam dois propósitos distintos, para a natureza das OI, isto é, existem Organizações Internacionais que buscam o alcance político e outras que objetivam a cooperação técnica. Aquelas se caracterizam, principalmente, por se prenderem ao caráter político-diplomático

⁵⁵ “As organizações internacionais podem ser divididas em intergovernamentais e ONGs” (GONÇALVES, 2008, p. 12).

⁵⁶ O estudo sobre Organizações Internacionais – no “Manual das Organizações Internacionais”, em Seitenfus (1997) – segue o que a Conferência de Viena sobre o Direito dos Tratados entende por OIs: “entende-se por Organização Internacional uma organização intergovernamental (art.2)” (SEITENFUS, 1997, p. 27).

de suas atividades e por interferirem em questões vitais dos Estados-membros. Por sua vez, estas últimas não interferem, em princípio, nos assuntos de caráter político. Além disso, caracterizam-se por serem OI especializadas, já que tomam iniciativas conjuntas em áreas específicas (SEITENFUS, 1997, p. 36; SEITENFUS, s/d, p. 6).

A segunda classificação diz respeito à análise das funções e está ligada aos objetivos, inclusive implícitos, de seu ato constitutivo e aos instrumentos utilizados para alcançá-los. A terceira diz respeito à estrutura do poder, que pode ser vista, sobretudo, no processo de tomada de decisões por unanimidade e consenso, e, por maioria⁵⁷. A última e quarta classificação concerne à composição, ou seja, ao alcance espacial. Enquanto há OI regionais formadas por Estados de uma determinada região do mundo, apresentando uma contiguidade geográfica (aproximidade), há outras OI de caráter universal que comportam Estados de todas as regiões do mundo (SEITENFUS, 1997, p. 36-41; SEITENFUS, s/d, p. 6-9).

A abordagem, de modo resumido, das características acerca das Organizações Internacionais, compreendidas como Organizações Intergovernamentais, fez-se necessária, uma vez que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) resguarda muitas delas, porém com algumas peculiaridades que a tornam um tanto singular e pelas quais serão vistas no decorrer do texto.

Partindo desse breve entendimento sobre OIG, pode-se dar início ao desdobramento de algumas características da CPLP, Organização Intergovernamental resultante da integração regional, porém, entre Estados sem fronteiras, com descontinuidade espacial considerável e cuja busca da cooperação internacional ocorre, sobretudo, no domínio da promoção e da difusão da língua portuguesa, para firmação da identidade cultural e linguística.

Antes de partir para uma abordagem a respeito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com minúcias que vão desde os seus objetivos, passando pelo conhecimento de sua estrutura, até o estudo da cooperação na área – “ambiental” – à qual interessa a presente dissertação, em face do problema ambiental que a norteia, a desertificação, faz-se necessário explanar o que será tratado, no restante deste segundo

⁵⁷ A presente dissertação não adentra nas especificidades das categorias que envolvem as tomadas de decisão por unanimidade e consenso, e por maioria. Neste caso, a fim de compreender essas especificidades, ver o texto de Seitenfus (1997), disponível em: <<http://www.seitenfus.com.br/arquivos/esperan%C3%A7a-crise.pdf>>.

Capítulo. Dessa maneira, serão estudados os Estados que a compõem, destacando seus aspectos geográficos, climáticos, sociais e características de vulnerabilidade à desertificação. Por fim, serão abordados as cooperações, a partir das parcerias (do Mecanismo Mundial, da FAO e do antigo IPAD, além da CPLP) que se envolveram com o Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, como uma forma de iniciar a condução da análise do presente PCT, a ser desenvolvida no terceiro Capítulo.

2.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA CPLP⁵⁸

O momento que confirma a idealização da proposta de criação da futura Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi quando houve a realização do primeiro encontro entre Chefes de Estado e de Governo de língua portuguesa, sob a iniciativa do Presidente Sarney, na cidade de São Luís do Maranhão, em 1989. Isso porque, durante esse Encontro, decidiu-se pela criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)⁵⁹, com sede na Cidade da Praia, em Cabo Verde. Reconhecido como a “célula embrionária” da CPLP, o IILP foi integrado oficialmente, em 2005, à Comunidade, destacando-se como espaço de coordenação para a promoção e a difusão da língua oficial portuguesa (CPLP⁶⁰, 2010; MRE⁶¹, s/d).

No processo de criação da CPLP, é preciso ressaltar uma figura brasileira de bastante destaque, José Aparecido de Oliveira, embaixador do Brasil em Lisboa, nomeado pelo presidente da época, Itamar Franco, em 1993. O embaixador era considerado um velho entusiasta da ideia da ‘Comunidade Lusófona’ e, como tinha abertura em setores das intelectualidades brasileira e portuguesa, viu a oportunidade-chave, sob esse cargo, de

⁵⁸ “A idéia da criação de uma ‘Comunidade Lusófona’ (ou Comunidade Lusíada) remonta, pelo menos aos anos 50 do século XX, aparecendo – com maior ou menor intensidade – nas obras de intelectuais brasileiros e portugueses de diversos matizes ideológicos como Gilberto Freyre, Joaquim Barradas de Carvalho, Adriano Moreira, Agostinho da Silva e Darcy Ribeiro. Ao longo das últimas cinco décadas, tal Comunidade tornou-se um tema recorrente no discurso de políticos e intelectuais brasileiros e, principalmente, portugueses, reaparecendo constantemente em diferentes conjunturas. No entanto, a discussão sobre a sua constituição só ganha força, de fato, na década de 1980, quando em Portugal começa a se ensaiar um retorno ao Atlântico, depois de uma década em que a integração à Europa foi a preocupação central” (FREIXO, 2006, p. 35).

⁵⁹ De acordo com a última revisão dos Estatutos da CPLP (2007, p. 4), art. 9º, tem-se que: “O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP que tem como objetivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais”.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-45.aspx>> Acesso em: 3 nov. 2012.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp>> Acesso em: 3 nov. 2012.

levar adiante o projeto do que seria futuramente a CPLP. Como articulador, fez diversas viagens aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em busca de adesões para o projeto de construção da Comunidade (FREIXO, 2006, p. 35-6). No que concerne a este tópico, é importante frisar ainda que

[...] a maior parte dos analistas considera que, no âmbito da política externa brasileira, este empenho pela criação da CPLP teria sido muito mais uma iniciativa isolada do Embaixador brasileiro em Portugal do que uma ação efetiva do Estado brasileiro, uma vez que, desde o início da década de 1990, as opções preferenciais da política externa do país vinham sendo a aproximação ao chamado Primeiro Mundo e os esforços pela integração latino-americana, através da criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (FREIXO, 2006, p. 36)

Logo, se a criação da CPLP não estava dentro das opções preferenciais da política externa do Brasil, para Portugal, em compensação, segundo Freixo (2006, p. 39), dentro da estratégia de atuação do Estado Português na cena internacional, o espaço da Língua Portuguesa, no final década de 1980, foi confirmado como complemento de sua participação no espaço comunitário europeu. Ou seja, a construção de um espaço Lusófono contribuiu para o retorno de Portugal à Europa. Sem contar que Portugal alimenta uma crença no “destino imperial” (FREIXO, 2007, p. 5), como uma espécie de ‘direito histórico’ sobre a CPLP (FREIXO, 2006, p. 41). Com relação a todo esse aspecto, o mesmo menciona:

[...] não é exagero afirmar que a CPLP possui importância, até certo ponto, bastante significativa para a inserção do país na ordem internacional que começou a se estruturar no final década de 1980, e é tida como prioritária na formulação da política externa portuguesa. [...] a construção da CPLP poderia fortalecer – pelo menos na opinião de alguns intelectuais e/ou homens de Estado portugueses – a posição de Portugal dentro da Europa, fazendo com que ele retomasse, de certa forma, o seu mítico papel [...] de ‘ponte entre dois mundos’⁶² (FREIXO, 2006, p. 37).

⁶² “Em seus aspectos econômicos, a CPLP oferece a Portugal a possibilidade de servir de intermediário entre a Europa e os países de Língua Portuguesa, [...] Em relação aos PALOP, os investimentos portugueses [...] aumentaram consideravelmente, a partir da década de 1990, com as empresas portuguesas aproveitando as possibilidades que a integração à Europa lhes oferece [...] [Mas, como bem lembra o autor Freixo (2006)], [e]ssas relações econômicas de Portugal com os países de Língua Portuguesa têm sido travadas muito mais no âmbito das relações bilaterais com o Brasil e com os PALOP, do que dentro do espaço comunitário que a CPLP poderia proporcionar. [...] [Além disso], [e]m relação à perspectiva de assumir um papel de intermediário entre a UE e a CPLP, Portugal esbarra nas limitações de seu papel secundário no Sistema Internacional e dentro da própria UE, apesar da propalada igualdade de status jurídico dos Estados signatários do Tratado de Maastricht. [Esses e outros fatores citados no texto de Freixo (2006) limitam a intervenção de Portugal no cenário internacional, fazendo com que as intenções do Estado português sejam maiores do que a sua capacidade real de ação” (FREIXO, 2006, p. 39-40).

Dando continuidade ao entendimento acerca da criação da CPLP, o supramencionado autor confirma que foi a partir dos esforços do embaixador José Aparecido de Oliveira, que, em fevereiro de 1994, na cidade de Brasília, ocorreu a primeira Reunião de Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos Países de Língua Portuguesa, propondo a realização de uma Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de seus países para a constituição da futura Organização Internacional (FREIXO, 2006, p. 36). Em junho de 1995, em Lisboa reuniram-se os mesmos sete Ministros da primeira reunião, reafirmando a necessidade da constituição da CPLP e reiterando os compromissos acordados na reunião de Brasília. Na ocasião do encontro foi validado tanto o trabalho realizado pelo Grupo de Concertação Permanente – que logo depois passou a ser chamado de Comitê de Concertação Permanente – como acordado a marcação da Cimeira para o ano de 1996, também em Lisboa (CPLP⁶³, 2010).

Assim, conforme esperado, no dia 17 de Julho de 1996, em Lisboa, realizou-se a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que marcou o nascimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, composta por sete Estados naquele momento: Brasil, Portugal, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. A entrada de Timor Leste só ocorreu seis anos mais tarde, no dia 20 de maio de 2002, com a conquista de sua Independência⁶⁴. É também no ano de 1996 que é criado o instrumento legal da Comunidade, a Declaração Constitutiva da CPLP, como também são estabelecidos os Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa⁶⁵, cuja última revisão data 2 de novembro de 2007 (CPLP, 2010).

Em relação ao que se baseia e quais seus objetivos, é importante observar que, desde o início, a Comunidade busca se firmar como um foro de aprofundamento das relações entre os lusófonos, face à retórica da proximidade de seus laços históricos e étnico-culturais comuns. A CPLP se baseia no princípio da solidariedade e se concentra em três objetivos encontrados nos seus Estatutos, os quais reúnem características peculiares,

⁶³ Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241>> Acesso em: 3 nov. 2012.

⁶⁴ Para saber sobre a independência do Timor-Leste, ler a Palestra feita na “1ª Imersão em Direito e Relações Internacionais”, promovida pelas Faculdades Milton Campos e pelo Centro Universitário Newton Paiva, escrito pelo professor de direito Constitucional das Faculdades Milton Campos, Ricardo A. Malheiros Fiuza, sob o título: “Timor Leste, O Nascimento de Um Estado”. Disponível em: <<http://www.revistadir.mcampos.br/PRODUCAOCIENTIFICA/artigos/ricardomalheirosfiuza01.pdf>>.

⁶⁵ Para informações e pesquisas sobre a Declaração Constitutiva e os Estatutos da CPLP, acessar os seguintes links: <<http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fDocumentos+Base%2fDeclara%ef%bf%bd%ef%bf%bdoConstitutivaCPLP.pdf>>; <http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf> Acesso em: 9 jul. 2012.

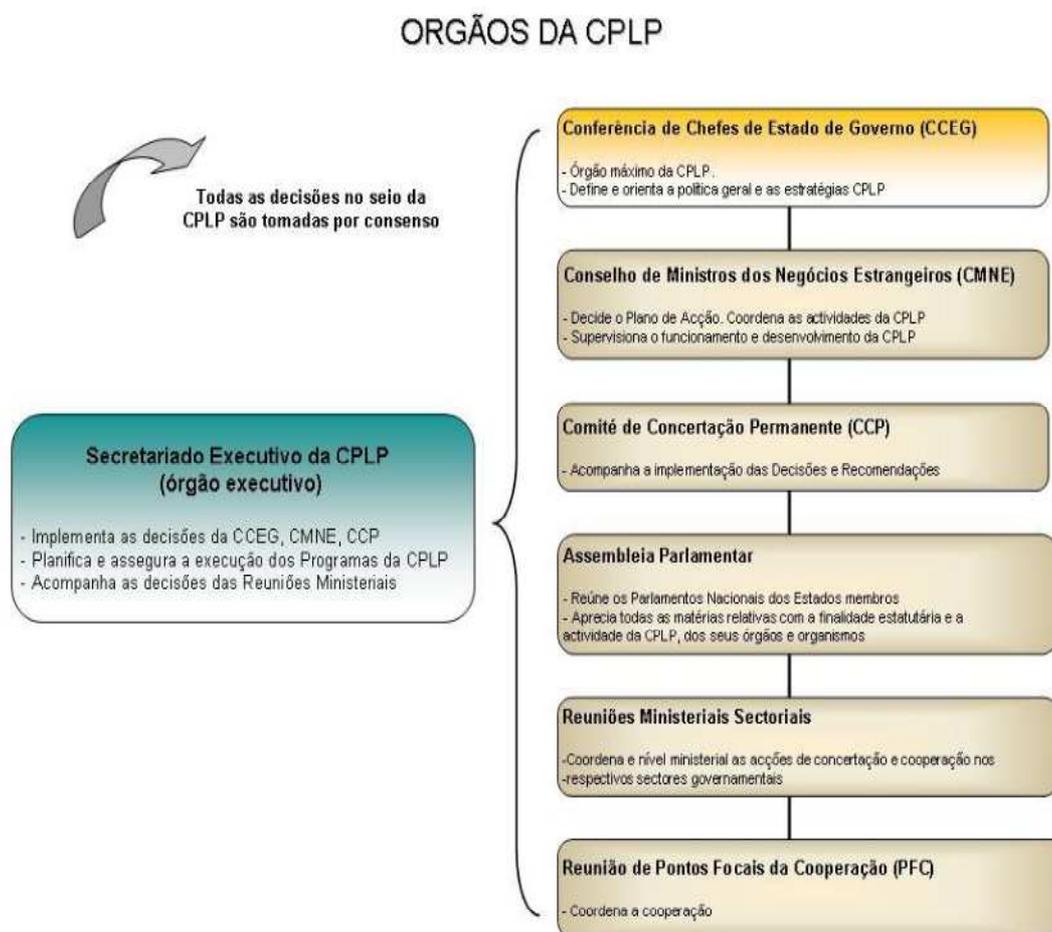
como a concertação político-diplomática entre os membros em matéria de relações internacionais, a cooperação em todos os domínios, inclusive em áreas prioritárias (educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social), e a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, por meio do Instituto Internacional de Língua Portuguesa; também pode-se acrescentar o objetivo da cidadania e da circulação de pessoas (CPLP, 2006, p. 1; MRE, s/d; CICL⁶⁶, 2012; ESTATUTOS, 2007, p. 1). Estes objetivos são concretizados a partir do trabalho de seus órgãos estruturantes.

Em sequência, observa-se a estrutura desse organismo internacional, com base em uma figura autoexplicativa que auxiliará no conhecimento dos órgãos estruturantes da Comunidade, com suas funções de forma resumida.

A Comunidade de língua portuguesa conta com um Secretariado Executivo e três órgãos deliberativos, em que as decisões são tomadas em consenso, a saber: a Conferência de Chefes de Estado de Governo - CCEG (reuniões bianuais); o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros - CMNE (reuniões anuais); e o Comitê de Concertação Permanente - CCP (reuniões mensais). Além disso, conta com o órgão consultivo que reúne representações dos Parlamentos nacionais dos Estados-membros (Assembleia Parlamentar) e com mais dois órgãos (Reuniões Ministeriais Setoriais e Reunião de Pontos Focais da Cooperação - PFC) (MRE, s/d; ESTATUTOS, 2007, p. 3-4). Abaixo, segue a figura do organograma estrutural da CPLP, com as principais funções de cada órgão supracitado:

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao/cooperacao-multilateral/cplp-dp1>> Acesso em: 3 nov. 2012.

Figura 2 - Órgãos da CPLP



FONTE: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua – CICL (2013)⁶⁷.

A CPLP é, desta maneira, “[...] uma organização internacional de base multilateral, com personalidade jurídica própria e um Secretariado Executivo com sede em Lisboa, que se constitui como o espaço multilateral privilegiado para concertação e cooperação [...]” (CPLP, 2008, p. 2). Ou seja, apesar de não ser apenas uma “organização de cooperação técnica”, uma vez que é amparada pelos dois objetivos já indicados (concertação político-diplomática e materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa), a CPLP pode ser caracterizada, como tal, pela importante aceção exposta por Seitenfus (1997, p. 36): “as *organizações de cooperação técnica* [...] são delineadas pela natureza dos problemas que só podem ser enfrentados com a ação do coletivo internacional”, como

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao/cooperacao-multilateral/cplp>> Acesso em: 3 nov. 2012.

é o caso da questão referente à desertificação e/ou degradação de terra. Conforme Silveira (2002, p. 289), “a cooperação técnica é um dos pilares da CPLP [...]”. A este respeito, tem-se que

[a] cooperação técnica tem assumido um papel de crescente importância no âmbito da CPLP. Prova disso foi a institucionalização, em 2002, como órgão permanente da Comunidade, das Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP, que visam a subsidiar o Comitê de Concertação Permanente (CCP) na aprovação e acompanhamento de projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento, por meio do Fundo Especial de Cooperação, que financia as ações de cooperação comunitárias. [...]. Hoje, a CPLP possui um mecanismo de cooperação estruturado, que contempla um fundo para financiamento de projetos e um conjunto de normas e procedimentos amplo e moderno, incluindo manual específico com modelos para a elaboração de projetos e ações pontuais, além de relatórios de monitoramento e avaliação das ações de cooperação (SILVEIRA, 2002, p. 289-90).

Assim, quando os Estados-membros, por meio das Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP, definem temas de prioridades em conjunto e, com o apoio do Secretariado Executivo, procuram identificar e obter os recursos indispensáveis à execução das atividades escolhidas, tem-se, então, a abertura para a elaboração de propostas de projetos de cooperação no âmbito da Comunidade, obedecendo às regras estabelecidas no Manual de Elaboração de Projetos⁶⁸ apoiados pelo Fundo Especial⁶⁹. Este, por sua vez, é alimentado por contribuições voluntárias de entidades públicas e privadas, para apoio a ações concretas (CICL, 2012). Dessa maneira teve lugar a proposta do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, em 2007, para implementação da Convenção de Combate à Desertificação, dentro da concepção da Gestão Sustentável de Terras (GST), que será analisado no terceiro Capítulo.

O importante, para este segundo Capítulo, no entanto, é saber que o PCT supracitado abarcou, dentre várias outras, uma importante área de cooperação para a CPLP, o meio ambiente, sem excluir domínios como educação e cidadania. Desse modo, buscar-se-á a compreensão da dinâmica do ponto: “Cooperação para o Ambiente”⁷⁰ na

⁶⁸ Mais informação sobre no Manual de Elaboração de Projetos, acessar o link disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2386.aspx>> Acesso em: 3 nov. 2012.

⁶⁹ “O Fundo Especial da CPLP, criado a 22 de Julho de 1999, adota, de entre as suas finalidades (alínea d) do Art.º 3º do respectivo Regimento), o ‘desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros, o aproveitamento económico dos recursos naturais, a distribuição equitativa da riqueza gerada e o bem estar da população, a proteção e preservação do meio ambiente e o treinamento de recursos humanos’” (CPLP, s/d, p. 5).

⁷⁰ A palavra “Ambiente” interpreta-se como Meio Ambiente.

CPLP”, pesquisado como uma das temáticas-chave no *site* oficial⁷¹ da Comunidade, a fim de permitir o entendimento da conformação da cooperação, nesta área, pela CPLP.

2.2 COMPREENDENDO A “COOPERAÇÃO PARA O AMBIENTE NA CPLP”

O meio ambiente é uma das temáticas cuja preocupação se reflete já na Declaração Constitutiva da Comunidade, isto é, desde a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Dentre os seus objetivos, constatados na Declaração Constitutiva da CPLP, aparece o incentivo à cooperação bilateral e multilateral, voltado para proteção e preservação do meio ambiente, com vistas para o desenvolvimento sustentável nos Estados-membros. Vale atentar que a I Reunião de Ministros de Meio Ambiente da CPLP ocorreu (1997) um ano após a criação da Comunidade (CPLP⁷², 2010; CPLP, 2006, p. 1).

Na ocasião dessa I Reunião Ministerial de Meio Ambiente, surgiu a Declaração de Lisboa⁷³ que, por sua vez, recomenda o estabelecimento de um observatório ambiental, de maneira que esse novo mecanismo analise os principais aspectos da cooperação na CPLP. Na III Reunião da Cúpula da Comunidade, em 2000, foi aprovada a “Declaração sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”, a qual reafirma os compromissos dos Países da CPLP com valores democráticos, de promoção do desenvolvimento sustentável e de erradicação da pobreza. Ainda em 2000, a CPLP e a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) assinaram um acordo de cooperação, reforçando os compromissos ligados à Declaração supracitada e estabelecendo como objetivo a cooperação nas áreas de educação, proteção do meio ambiente, ciências exatas e naturais, ciências sociais e cultura (CPLP, 2010; CPLP, 2006, p. 1).

Logo depois, em 2001, a CPLP (2006, p. 2) assevera a realização da II Conferência Ministerial de Meio Ambiente da CPLP, em que nasce a Declaração de Maputo, cujos temas principais ressaltados foram: “(Rio+10), gestão de recursos hídricos (abastecimento de água e saneamento, **minimização de riscos de secas e cheias**), gestão de resíduos

⁷¹ Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2123.aspx>> Acesso em: 21 abr. 2012.

⁷² Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2123.aspx>> Acesso em: 21 abr. 2012.

⁷³ A Declaração de Lisboa e as que se seguiram (Declaração de Maputo, Declaração de Brasília, Plataforma de Cooperação, Declaração de Luanda e Declaração do Sal) nas demais Reuniões Ministeriais de Meio Ambiente, estão disponíveis em : <<http://www.cplp.org/id-2130.aspx>> Acesso em: 30 jun. 2012.

(sólidos urbanos, hospitalares e industriais), proteção do solo e reforço das capacidades institucionais e técnicas” (CPLP, 2006, p. 2, grifo da autora). É também nessa II Conferência, que surge a ideia de desenvolver uma Rede de Pontos Focais, sustentada por um espaço eletrônico na Internet. No entanto, essa ideia somente se realizou no II Encontro Lusófono de Ambiente, em 2005, quando foi relançada (CPLP, 2006, p. 2).

Durante esse II Encontro Lusófono de Ambiente, houve tanto um aprofundamento das discussões acerca das questões ambientais, como água, saneamento e financiamentos internacionais, como se tornou possível o pedido da II Conferência Ministerial de Meio Ambiente – a Rede de Pontos Focais na Internet, chamada de “Rede CPLP Ambiente e Território”⁷⁴. Além disso, decidiu-se, nesse II Encontro Lusófono de Ambiente, pela formalização da Plataforma de Cooperação⁷⁵ na área ambiental, em 2006 (CPLP, 2010; CPLP, 2006, p. 2).

Como acordado, foi estabelecida, em 2006, a Plataforma de Cooperação da CPLP pela Declaração de Brasília, criada na III Reunião de Ministros de Meio Ambiente, cujas nove áreas temáticas prioritárias de cooperação, a ser em enfrentadas, são: Biodiversidade; **Combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca**; Ecoturismo; Educação Ambiental; Gestão Ambiental Marinha e Costeira; Gestão de Resíduos; Gestão Integrada de Recursos Hídricos; Mudança do Clima e Energias Renováveis (CPLP, 2006, p. 4, grifo da autora). Complementando a evolução dessa compreensão, é imprescindível ater-se para o fato de que:

A cooperação na área ambiental entre os países de língua portuguesa tem como referência o conjunto dos compromissos internacionais assumidos por essas nações. A presente plataforma, portanto, implica a renovação desses compromissos, particularmente os acordos multilaterais ambientais [como a Convenção de Combate à Desertificação], o Plano de Implementação de Joanesburgo e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (CPLP, 2006, p. 2).

⁷⁴ “A Rede CPLP Ambiente e Território tem como objetivo o reforço das relações entre administrações públicas da CPLP, em matéria de ambiente, possibilitando manter um diálogo efetivo e permanente entre os países da CPLP, que representam um universo de cerca de 230 milhões de habitantes; promover a troca regular de informação sobre políticas de ambiente; promover a criação de capacidades e troca de conhecimentos; identificar projetos de cooperação; [e] facilitar a articulação de posições nos foros internacionais de negociação” (REDE CPLP AMBIENTE E TERRITÓRIO, 2007). Disponível em: <<http://www.ambiente-territorio-cplp.org/pages/oquefazemos/>> Acesso em: 6 dez. 2012.

⁷⁵ “A Plataforma de Cooperação da CPLP na área ambiental deverá ter sua implementação fundamentada prioritariamente em arranjos institucionais já existentes, particularmente no que diz respeito ao Plano Estratégico de Bali para Suporte Tecnológico e Desenvolvimento de Capacidades, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, bem como nas oportunidades do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF)” (CPLP, 2006, p. 2).

Baseada nessas recomendações de renovar e buscar assumir os compromissos internacionais de cooperação na área ambiental, e em importantes compromissos acordados, inclusive em relação a temas transversais – como, educação ambiental – pela CPLP, conforme a FAO⁷⁶ (s/d), foi aprovada e teve início a implementação do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201 durante a IV Reunião Ministerial do Meio Ambiente, em abril de 2008, em Luanda. Vale ressaltar que, dentre os importantes compromissos e temas considerados centrais e transversais, respectivamente, pela Declaração de Luanda, surgida na IV Reunião Ministerial do Meio Ambiente, destacam-se:

10. Redobrar os esforços para a concretização da Plataforma de Cooperação da CPLP na Área Ambiental, tendo em conta as áreas temáticas prioritárias, como um importante instrumento para a implementação de iniciativas e a promoção da troca de experiências, ações e projetos com sucesso, que promovam a gestão ambiental efetiva e o desenvolvimento sustentável; [...] 12 Destacar como temas centrais para o desenvolvimento de ações de cooperação para o período 2008-2010, **o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca**, as alterações climáticas, o saneamento e a educação ambiental como temática transversal (DECLARAÇÃO DE LUANDA, 2008, p. 2, grifo da autora).

Dessa forma, o então PCT foi criado como parte do compromisso de fazer valer a Plataforma de Cooperação na área ambiental e, também, na tentativa de buscar tornar realidade os compromissos assumidos pelos Estados-membros da CPLP, no que concerne à Convenção de Combate à Desertificação, uma vez que todos são signatários dela.

Mediante a abordagem da CPLP e, principalmente, da maneira como a Comunidade vem trabalhando o ponto “Cooperação para o Ambiente”, bem como do problema ambiental ressaltado, desde o primeiro Capítulo (desertificação), faz-se necessário conhecer um pouco o espaço físico dos Estados-membros da CPLP, verificando, respectivamente, tanto a localização geográfica de cada um deles, com base em um mapa e em um quadro-complemento que especifica, quantitativamente, a população, a superfície, as zonas econômicas exclusivas (ZEE), a fronteira e a costa; como, logo em seguida, foi aferida a situação ambiental, no que concerne aos aspectos climáticos e sociais desses Estados, com destaque para os PALOP e o Timor Leste. Além disso, considerou-se a vulnerabilidade à desertificação nestes Estados.

2.2.1 Espaço físico dos Estados-membros da CPLP e suas localizações geográficas

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/quem-somos/en/>> Acesso em: Acesso: 2 mar. 2012.

O conjunto dos países que formam a Comunidade Portuguesa ocupa uma área do globo bastante vasta. O espaço terrestre da CPLP equivale a 10 742 000 km² de terras, ou 7,2 por cento da terra do planeta (148 939 063 km²), espalhadas pelos seguintes Continentes: Europa, América, África e Ásia. Este espaço descontínuo incorpora realidades bem distintas que vão desde o Brasil, quinto país do mundo em superfície, até o menor Estado da África, São Tomé e Príncipe (CPLP, 2006, p. 1).

É importante lembrar que os membros da Comunidade possuem parte considerável dos mares do mundo (361 126 222 km²), apresentando uma parte significativa do Oceano Atlântico. Ou seja, a dimensão marítima é um elemento muito importante, já que condiciona a própria existência da CPLP. Esta, além de abarcar três Estados insulares (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) e um Estado com dois arquipélagos (Portugal, com os arquipélagos Açores e Madeira), a CPLP tem, em seu escopo espacial, milhares de quilômetros de costas, sobre os quais se encontram fundos marinhos com grandes riquezas (reservas haliêuticas, minerais, petróleo) e pontos estratégicos para o transporte marítimo (Atlântico Médio, Canal de Moçambique, Mar de Timor) (CPLP, 2006, p. 4-5).

Ainda com base nessa referência, aqui, abre-se um parêntese para ressaltar algumas dificuldades que precisam ser enfrentadas pela CPLP, enquanto desafios, a fim de melhor desenvolver as atividades gerenciadas e apoiadas pela Comunidade. As dificuldades são as distâncias e os custos, que acabam tornando onerosas as telecomunicações e as viagens entre os Estados membros da CPLP. Apesar de Portugal e do Brasil disporem de uma rede densa de portos e aeroportos internacionais, apenas a partir de Lisboa é possível fazer voos diretos para a maioria das capitais da Comunidade (CPLP, 2006, p. 7 e 10), o que faz crer que, projetos de cooperação também possam sofrer com as distâncias e as despesas onerosas de viagens, durante suas execuções.

De posse desse conhecimento, segue a figura de um mapa, a qual demonstra a localização geográfica de cada Estado-membro da CPLP. Logo após, como complemento, serão descritas as características geoclimáticas e sociais, bem como será explorada a vulnerabilidade à desertificação destes Estados:

Figura 3 – Mapa dos Estados que compõem a CPLP



FONTE: CPLP (2010)⁷⁷.

Observado o mapa e com o auxílio desta figura, sobretudo das demais bibliografias relevadas, obtém-se a exata posição destes Estados e uma noção geopolítica da dimensão deles.

BRASIL – Como foi visto, este é o quinto país mais extenso do planeta, perdendo somente para a Rússia, o Canadá, a China e os Estados Unidos. No mapa, percebe-se que o Brasil está localizado na América do sul, onde faz fronteira, segundo EUA - *Central Intelligence Agency – CIA* (s/d)⁷⁸, com quase todos os Estados, à exceção do Equador e do Chile. O país é formado por, exatamente, 26 Unidades Federativas e um Distrito Federal (Brasília), capital brasileira. Esses estados se distribuem em cinco grandes regiões, a saber: Norte (com 45% do território e somente 7% da população), Nordeste (ocupando 18% do território nacional), Centro-Oeste (também com 18% da área total), Sudeste (com 10% do território brasileiro) e Sul (abrangendo a menor proporção do território do Brasil, 7%), segundo o Portal Brasil⁷⁹ (2010), respaldado por informações do IBGE e do MRE;

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-22.aspx>> Acesso em: 21 ago. 2012.

⁷⁸ Mais informações sobre o Brasil e a posição dos Estados, segundo suas extensões territoriais, podem ser encontradas em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html>>; <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>> Acesso: 27 dez. 2012.

⁷⁹ Disponível: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estado-brasileiro/territorio>> 5 nov. 2012.

PORTUGAL - Localizado no hemisfério norte, conforme se observa no mapa, a parte continental de Portugal se encontra no extremo sudoeste da Península Ibérica onde ocupa uma área de 92.391 Km², sendo delimitado nessa parte pela Espanha (zonas norte e leste) e pelo oceano Atlântico (zonas sul e oeste) (FAO⁸⁰, 2012). O país está dividido em sete regiões (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira), sendo que o Alentejo e o Centro são as maiores áreas territoriais do país, com 34% e 31%, respectivamente, enquanto que a Região Autónoma da Madeira é a menor. Além disso, Portugal possui 18 Distritos: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa (capital), Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. (AICEP - PORTUGAL GLOBAL⁸¹, 2012);

ANGOLA - Localiza-se no Sudoeste do Continente africano e faz fronteira com três Estados, a saber: a República Democrática do Congo, a norte; a Namíbia, a sul; e a Zâmbia, a leste. Considerado o quarto maior país da África, Angola é quase doze vezes maior que Portugal. É composta por 18 províncias, dentre elas está a sua capital (Luanda). Em seu território, Angola possui parte dos sistemas hidrográficos do maior rio da África Ocidental, o Zaire ou Congo (4000 km), e do maior rio da África Oriental, o Zambeze (2680 km). Além disso, seu território pode ser dividido em seis áreas geográficas, a saber: a faixa costeira, as zonas de transição para o interior, os relevos intermédios, os planaltos, a bacia do Zaire e a bacia dos rios Zambeze e Cubango (PNUD, s/d, apud FAO⁸², 2012; EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA - JAPÃO⁸³, 2013);

GUINÉ-BISSAU - Este é um pequeno país que fica no Noroeste do Continente africano, conforme visto no mapa. Guiné-Bissau faz fronteira com o Senegal e a República da Guiné, e sua parte continental integra cerca de 80 pequenas ilhotas (CPLP et al, 2010, p. 16);

CABO VERDE - Segundo a figura do mapa, este Estado se localiza na parte norte do Continente africano. Precisamente a cerca de 450 km da Costa da África, ao largo do Senegal. Esse país é formado por dez ilhas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São

⁸⁰ Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/portugal/contexto-nacional-da-gst-de-portugal/en/>> Acesso em: 13 nov. 2012.

⁸¹ Disponível:<<http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/Portugal/Paginas/RegioesMultifacetaDas.aspx>> Acesso em: 13 nov. 2012.

⁸² Disponível em: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/angola/contexto-nacional-da-gst-de-angola/en/>> Acesso em: 12 nov. 2012.

⁸³ Disponível em: <http://www.angola.or.jp/index.php/about_angola/geography> Acesso em: 12 nov. 2012.

Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo e Brava) e treze ilhéus. Sua capital é a cidade da Praia, localizada na Ilha de Santiago. (FAO⁸⁴, 2012);

MOÇAMBIQUE - Localiza-se na costa leste da África Austral e é considerada estrategicamente posicionada, por ser a porta de entrada para seis Estados (Tanzânia, Zâmbia, Malawi, Suzilândia, Zimbábwe e África do Sul). O país está dividido em três regiões: Norte (Niassa, Cabo Delgado, Nampula), Centro (Zambézia, Tete, Manica, Sofala) e Sul (Inhambane, Gaza e Maputo). Esta última cidade é sua capital. (CPLP et al, 2010, p. 18; PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE⁸⁵, 2006);

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - A cidade de São Tomé é a capital deste país. O arquipélago se localiza na faixa costeira ocidental da África. É tido como um país insular, porque se compõe de suas duas ilhas principais (São Tomé e Príncipe) e quatro ilhéus (Ilhéu das cabras, Ilhéu Bom Bom, Ilhéu Portinho e Ilhéu Boné de Jokei), situado no Golfo da Guiné (CPLP et al, 2010, p. 19; PANA, 2006, p. 12);

TIMOR LESTE - Situa-se na menor e a mais oriental das ilhas do arquipélago malaio, sul da Indonésia. É considerado um dos países mais jovens do mundo, cuja capital é Díli (CPLP et al, 2010, p. 20);

A fim de ter uma melhor noção das diferenças geopolíticas entre os Estados-membros da Comunidade, demonstrar-se-á, em seguida, os dados referenciais citados acima (População, Superfície, ZEE, Fronteira e Costa), como forma de perceber tamanha diferença quantitativa, a partir dos dados do maior e do menor país. O Brasil, dentre os demais Estados, é o mais populoso, possui maior superfície, maior quantidade de zonas econômicas exclusivas, bem como maior fronteira e costa. Ver-se-á, por sua vez, que São Tomé e Príncipe é o Estado menos populoso, com menor superfície e também com a menor costa. Contudo, Este tem zonas econômicas exclusivas maiores que as de Guiné-Bissau as do Timor Leste. Observe-se:

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/cabo-verde/contexto-nacional-da-gst-de-cabo-verde/en/>> Acesso em: 12 nov. 2012.

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique>> Acesso em: 12 nov. 2012.

Tabela 3 - Dados de População, Superfície, ZEE, Fronteira e Costa dos Estados-membros da CPLP

Países	População	Superfície	ZEE	Fronteira	Costa
Brasil	190 (milhões)	8. 514. 847 km ²	3.191.827 km ²	16.885 km	7.360 km
Portugal	10,6 (milhões)	92.391 km ²	1.727.408 km ²	1.214 km	2.300 km
Angola	15,9 (milhões)	1.246.700 km ²	518.433 km ²	5.198 km	1.600 km
Guiné-Bissau	1,473 (milhões)	36.125 km ²	123.725 km ²	724 km	350 km
Cabo Verde	0, 424 (milhões)	4.033 km ²	800.561 km ²	-	965 km
Moçambique	19,8 (milhões)	801. 590 km ²	578.986 km ²	4.571 km	2.700 km
São Tomé P.	0,199 (milhões)	1.001 km ²	131.397 km ²	-	209 km
Timor Leste	0,953 (milhões)	15.007 km ²	70.326 km ²	228 km	706 km

FONTE: Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados da CPLP (2006, p. 3).

Para complementar as características destes Estados, vale ressaltar que a Comunidade portuguesa não é a única instituição internacional da qual os países supracitados participam; há, também, alguns importantes espaços regionais de integração, dos quais os Estados de língua portuguesa fazem parte, senão veja-se:

Quadro 7 – Principais Espaços regionais de integração de que os Estados-membros da CPLP participam

Espaços Regionais	Estados	
SADC	Moçambique	Angola
CEEAC	São Tomé e Príncipe	Angola
MERCOSUL	Brasil	-
EU	Portugal	-
ASEAN	Timor Leste	-
CEDEAO	Cabo verde	Guiné-Bissau
CILSS	Cabo verde	Guiné-Bissau

FONTE: Quadro elaborado pela autora, com base na CPLP (2011, p. 7).

Como é demonstrado, Moçambique e Angola participam da Comunidade Sul-Africana de Desenvolvimento (SADC); São Tomé e Príncipe e Angola fazem parte da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC); o Brasil participa do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); Portugal é membro da União Europeia (UE); Timor Leste participa da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e Cabo Verde e Guiné-Bissau fazem parte tanto da Comunidade Econômica dos Estados da África

Ocidental (CEDEAO), quanto do Comitê Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) (CPLP, 2011, p. 7).

Para além do estudo das diferentes características geopolíticas dos Estados da CPLP, por meio da observação dos dados físicos supracitados – sob os quais devem ser fortemente considerados nos trâmites dos trabalhos da CPLP – é importante ainda ressaltar alguns aspectos sociais, refletidos nos níveis de desenvolvimento humano dos Estados-membros da Comunidade, uma vez que a ciência de tais indicadores serviram de base para melhor desenvolvimento de presentes e futuros projetos e programas no âmbito dos PALOP e do Timor Leste.

O texto “Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional ESAN-CPLP”, publicado em julho de 2011, pela CPLP, trouxe níveis de desenvolvimento humano referentes ao IDH de 2010, pois ainda não tinha sido publicado o relatório do IDH de 2011 cujo PNUD (2012)⁸⁶ mostra que só foi publicado em 2 de novembro de 2011. Assim sendo, em relação ao IDH do ano de 2010 “[...] a CPLP inclui países com desenvolvimento humano muito elevado (Portugal), elevado (Brasil), médio (Cabo Verde, Timor Leste e São Tomé e Príncipe) e baixo (Angola, Guiné Bissau e Moçambique)” (CPLP, 2011, p. 5). Abaixo, segue uma tabela com os dados e níveis de desenvolvimento humano dos Estados da CPLP, de acordo com as informações dos Relatórios de IDH (2010 e 2011). Não se pretende, com esta tabela, promover uma comparação de dados, mesmo porque o IDH 2011 aumentou o registro de países e territórios (de 169, em 2010) para 187, (PNUD, 2012). A ideia é apenas demonstrar as transformações desses dados e níveis de posição dos membros da Comunidade, com o acréscimo de Estados.

⁸⁶ Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2589>> Acesso em: 14 mar. 2013

Tabela 4 – Dados e níveis de posição dos Estados da CPLP: IDH 2010 e IDH 2011 (pós-aumento do número dos Estados)

	Países da CPLP	Posição no IDH 2010/ Nível	Posição no IDH 2011/Nível
1)	Portugal	40° (Muito elevado)	41° (Muito elevado)
2)	Brasil	73° (elevado)	84ª (Elevado)
3)	Cabo Verde	118° (Médio)	133° (Médio)
4)	Timor Leste	120° (Médio)	147° (Baixo)
5)	São Tomé e Príncipe	127° (Médio)	144° (Baixo)
6)	Angola	146° (Baixo)	148° (Baixo)
7)	Guiné-Bissau	164° (Baixo)	176° (Baixo)
8)	Moçambique	165° (Baixo)	184° (Baixo)

FONTE: (IDH, 2010, p. 197-200; IDH, 2011, p. 168-170).

O relatório do IDH de 2011 demonstrou que, apesar de Portugal, do Brasil e de Cabo Verde terem continuado com seus respectivos níveis de desenvolvimento humano (muito elevado, elevado e médio), estes países tiveram alguma queda em suas posições: 1) (40° para 41°); 2) (73° para 84°) e 3) (118° para 133°). Os Estados de Timor Leste e de São Tomé e Príncipe caíram de nível e também de posição: indo de médio para baixo em desenvolvimento humano: 4) (120° para 147°) e 5) (127° para 144°), enquanto que Angola, Guiné-Bissau e Moçambique permaneceram com os mesmos níveis de desenvolvimento humano (baixo), porém também caíram em suas posições: 6) (146° para 148°), 7) (164° para 176°) e 8) (165° para 184°). Para enfatizar, a queda da posição, no caso desses Estados, ocorreu não somente pelos seus baixos desempenhos nos indicadores considerados pelo IDH, mas, principalmente, pelo acréscimo de Estados no IDH 2011.

Referenciando o texto acima da CPLP, relativo ao IDH 2010, é importante salientar, também, o que segue:

Em termos absolutos, a CPLP conta com quase 28 milhões de desnutridos. Em termos proporcionais, os países mais problemáticos são Angola (44%), Moçambique (37%), Guiné-Bissau (31%), Timor Leste (23%) e Cabo Verde (14%). [...] atualmente o conjunto dos Estados membros da CPLP conta com cerca de 250 milhões de habitantes e prevê-se que venha a contar com cerca de 323 milhões em 2050 (CPLP, 2011, p. 5).

A apresentação destes dados referenciais e dos demonstrados nos quadros acima permite compreender que a cooperação internacional Sul-Sul e Norte-Sul, nas diversas áreas, inclusive nas de combate à desertificação e Gestão Sustentável das Terras – auxiliaria a própria questão de segurança alimentar e nutricional⁸⁷ – são mais que necessárias aos PALOP e Timor Leste, mesmo sendo essa uma tarefa desafiadora pelas dificuldades próprias desse espaço regional sem fronteira.

Contudo, as diferenças entre os oito Estados da CPLP não ficam somente nos dados geopolíticos e sociais supracitados, mas, também, na considerável diversificação de clima, fauna e flora, que corresponde à variedade das latitudes. Grande parte da CPLP se localiza na zona tropical e subequatorial, à exceção de Portugal, cujo clima é temperado com variantes oceânica e mediterrânea. Os índices de pluviosidade determinam as diferenças de paisagens naturais, daí porque, dentro de um só país, tais diferenças se mostram tão fortes. Por exemplo, no Brasil pode-se observar desde estepes semiáridas do Nordeste até à selva amazônica; e, em Angola, tem-se da floresta do Mayombe ao deserto de Namibe, e às savanas inundáveis do Zambeze (CPLP, 2006, p. 1).

Compreendendo esta diversidade de ambientes, e sabendo que a desertificação e/ou degradação da terra envolve tanto fatores diretos, como alterações climáticas, quanto fatores indiretos, atuação exploratória do homem no ambiente, vê-se a necessidade de adentrar na especificidade climática e de propensão à desertificação nos PALOP e no Timor Leste, pois já se sabe que “os países da CPLP enfrentam a ameaça da desertificação com diferentes níveis de intensidade e abrangência territorial. Pode-se afirmar que a degradação das terras e o avanço dos desertos representam um risco real e significativo para as suas populações” (FAO, 2008, p. 30). Observar-se-á, a partir de agora, um resumo da situação de cada Estado-membro da CPLP, com destaque para os PALOP e o Timor Leste, em relação ao processo de desertificação e/ou degradação da terra.

2.2.2 Os Estados-membros da CPLP em relação ao processo de desertificação e/ou degradação das terras

⁸⁷ “A definição de segurança alimentar e nutricional (SAN) acordada pelos Estados-membros na Conferência Mundial da Alimentação (Roma, 1996) refere que: *‘Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável’*” (CPLP, 2011, p. 20).

BRASIL - Neste país “[...] a desertificação está relacionada com a ocorrência de áreas com déficit de chuvas em um ecossistema frágil e fortemente ameaçado por atividades econômicas [...] (sobrepasto, práticas agrícolas agressivas, mineração, exploração de lenha entre outros)” (FAO, 2008, p. 39). O processo de desertificação no Brasil, ocorre, essencialmente, na região Nordeste. Conforme Cavalcanti, Coutinho e Selva (2006, p. 12), “a ocorrência de desertificação no Brasil se confunde com o recorte regional, já que a área de escopo de aplicação da CCD está quase que exclusivamente circunscrita à Região Nordeste [...]”. Isso porque, “o Nordeste brasileiro tem em torno de 80% de sua extensão classificada como semiárida, possuindo cerca de 34 milhões de hectares com caatinga e expandindo-se pelos nove estados que compõem a região” (REIS, 1984, apud PACHÊCO; FREIRE; BORGES, 2006, p. 23). Sendo característica da região nordestina, “a caatinga nordestina, de acordo com Ministério do Meio Ambiente, sofre um desmatamento pulverizado, tendo com principal causa a produção de energia” (PAE-PB PRELIMINAR, 2011, p. 38).

Vale atentar que, para esta região, o Plano de Ação Nacional do Brasil de combate à desertificação - PAN-BRASIL⁸⁸ (2004, p. 35) mostra que há exatamente quatro “Núcleos de Desertificação”, verificados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), a saber: Gilbués-PI, Irauçuba-CE, Seridó-RN e Cabrobó-PE, daí a importância da implementação do PAN-BRASIL em relação, sobretudo, à proteção das Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD). Estas “cobrem uma superfície de 1.340.863 km², abrangendo um total de 1.488 municípios nos nove Estados do nordeste, além do norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo” (ATLAS, 2007, p. 18). São, sem dúvida, importantes a elaboração e implementação dos Planos de Ação Estaduais⁸⁹ de combate à desertificação e

⁸⁸ Conforme seu próprio documento (2004, p. 17), o PAN - BRASIL foi norteado pela CCD, pela Agenda 21, pela Declaração do Semiárido, pela Conferência Nacional do Meio Ambiente, pelas estratégias e pelos macro objetos de desenvolvimento sustentável propostas pelo governo federal e adotadas no Plano Plurianual (PPA 2004-2007).

⁸⁹ O desafio de elaborar os Planos de Ação Estadual de combate à desertificação é, conforme Brasil - Ministério de Meio Ambiente - MMA (2013, s/d), “[...] uma das estratégias de implementação do PAN Brasil, levando em consideração seus eixos temáticos (redução da pobreza e desigualdade; conservação e manejo sustentável dos recursos naturais; gestão democrática e arranjo institucional) e [...] [uma] forma de consolidar a institucionalização do tema ‘combate à desertificação’ no âmbito dos estados. Além disso, os PAE são documentos norteadores para o planejamento e o desenvolvimento de ações integradas e para a aplicação de investimentos públicos e privados no âmbito estadual. Os PAE que já foram elaborados, segundo o MMA apud Resk (2011, s/d), são: PE (2009); MG (2010); CE (2010); RN (2010) e PI (2010) e acrescento o da BA (2010). No ano de 2011, AL, ES, MA, PB, além de SE devem apresentar seus projetos. Em pesquisas, só faltam concluir os Planos de Ação Estaduais do ES e do MA.

mitigação da seca que, buscam seguir a linha do PAN-BRASIL, entretanto, guardando as especificidades de cada estado.

PORTUGAL - “As áreas mais susceptíveis⁹⁰ ao processo de desertificação correspondem a algumas zonas no interior do Alentejo e algumas zonas no Norte do País (cerca de 11%). Observa-se em 60% do território português [apresenta] risco moderado à desertificação” (DIÁRIO DA REPÚBLICA - I SÉRIE-B, 1999, p. 4302). Na região do Alentejo, segundo Imenso (s/d, p. 5)

[o]s solos foram erodidos durante a segunda metade do último século e os sedimentos estão agora a atingir o mar em Vila Real de Santo António. As cheias são uma resposta atrasada à erosão do solo no passado. São os solos erodidos que estavam nas vertentes e estão agora nos rios, constituindo agora um dos fatores principais para a gênese das cheias. Processos similares ocorrem em quase todo o lado nas planícies aluviais da Europa.

Em Portugal, “a mais ampla expressão da problemática causa-efeito, na desertificação observada no território português, é o despovoamento”, segundo Diário da República - I SÉRIE-B (1999, p. 4301). Sob mesma referência, reconhece-se que, mesmo não podendo comparar o fenômeno da fuga das populações constatado em outras regiões do mundo mais duramente afetadas pela seca, neste país, o frequente movimento humano para as cidades e, principalmente, para o litoral, é fonte geradora de grandes problemas, tanto nas áreas de origem, quanto nas de destino.

Na primeira, há problemas de abandono (despovoamento ou desertificação humana⁹¹) e efeitos sobre os recursos naturais e sobre a paisagem; no segundo, há o problema de sobrepopoamento mais ou menos acentuado, afetando o equilíbrio ecológico como um todo (DIÁRIO DA REPÚBLICA - I SÉRIE-B, 1999, p. 4301). Daí porque, dentre os cinco objetivos estratégicos esperados pelo Programa de Ação Nacional de Combate à desertificação (PANCD) de Portugal, destaca-se a conservação do solo e da água, a fixação da população ativa nos meios rurais e a sensibilização da população para a problemática da desertificação (DIÁRIO DA REPÚBLICA - I SÉRIE-B, 1999, p. 4303).

⁹⁰ “O índice de susceptibilidade à desertificação [para Portugal] foi obtido a partir dos índices climático, de perda de solo e de seca, com recurso a operadores de sistemas de informação geográfica (SIG)” (DIÁRIO DA REPÚBLICA - I SÉRIE-B, 1999, p. 4302).

⁹¹ “A expressão «desertificação humana» tem sido utilizada como sinônimo de despovoamento, mas não se deve confundir com o termo «desertificação» no sentido da Convenção [...] Contudo, nas condições de Portugal, correm a par os dois conceitos (DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-B, 1999, p. 4302).

Para adentrar na situação de vulnerabilidade à desertificação dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e do Timor Leste é oportuno apresentar, um quadro retirado do penúltimo relatório final do PCT CPLP/FAO 3201, identificando as áreas de vulnerabilidades baixa, moderada e alta ao processo de desertificação.

Quadro 8 – Vulnerabilidade dos PALOP e do Timor Leste à desertificação

PAÍS	VULNERABILIDADE À DESERTIFICAÇÃO
Angola	Áreas úmidas não vulneráveis e de baixa vulnerabilidade; áreas de vulnerabilidade moderada; áreas de grande e muito alta vulnerabilidade; e, áreas secas
Cabo Verde	Áreas de vulnerabilidade moderada; áreas de grande e muito alta vulnerabilidade; e, áreas secas
Guiné-Bissau	Áreas de vulnerabilidade moderada e áreas secas
Moçambique	Áreas úmidas não vulneráveis e de baixa vulnerabilidade; áreas de vulnerabilidade moderada; áreas de grande e muito alta vulnerabilidade; e, áreas secas.
São Tomé e Príncipe	Não Contém informações
Timor Leste	Áreas úmidas não vulneráveis e de baixa vulnerabilidade; áreas de vulnerabilidade moderada; e, uma pequenina área considerada como de alta vulnerabilidade.

FONTE: (CPLP et al, 2010, p. 11).

Pode-se observar que, à exceção de São Tomé e Príncipe, que não contém informações sobre a existência de alguma vulnerabilidade à desertificação, e de Timor-Leste, que não demonstra ter áreas propriamente secas, este e todos os outros Estados dos PALOP possuem áreas que vão desde vulnerabilidade moderada até alta vulnerabilidade à desertificação. Abaixo, registram-se algumas características geoclimáticas e socioambientais dos PALOP e do Timor Leste que fazem compreender os níveis de vulnerabilidade à desertificação nestes Estados, observados no quadro antes representado.

ANGOLA - Na elaboração do “Resumo do Projeto” para Angola, voltado para a Gestão Sustentável de Terras, o PNUD (2009, p. 1) expõe algumas características importantes referentes ao clima desse país. Angola possui clima tropical e subtropical, com invernos suaves e secos, e verões quentes e úmidos. Suas condições climáticas são fortemente influenciadas pela altitude, pela longitude e pelo impacto do oceano. A estação

seca vai de meados de maio a setembro e a estação das chuvas vai de outubro a meados de maio. Ainda sob esta referência, tanto a floresta como a savana são características naturais desse país. Seus ecossistemas “[...] variam entre as áreas de deserto de dunas no sul, junto à fronteira norte do Deserto do Namibe, as margens noroeste da Bacia do Zambeze e os limites sudoeste das florestas tropicais da Bacia do Rio Congo, no norte do país” (PNUD, 2009, p. 1).

Com relação ao ecossistema de Namibe, hoje, conforme o Observatório dos Países de Língua Portuguesa (OPLOP⁹², 2011), esta cidade é a província mais afetada pela desertificação e que “[...] apresenta grande avanço desse processo. A região é estratégica para Angola, devido à sua localização e produção agrícola. Dois fatores ameaçam a cidade atualmente: a própria desertificação e a invasão das areias”. Para o Observatório, uma das principais preocupações com a desertificação advém da falta do abastecimento alimentício, devido à perda de terras agricultáveis. Em relação às dunas, há a dificuldade de contê-las na proporção em que se deslocam para regiões mais distantes (OPLOP, 2011). “Esse processo já tem ameaçado as áreas urbanas da Namibe, com uma população de 160 mil habitantes” (OPLOP, 2011). Por exemplo, na região do Tombwa, na província do Namibe, o Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural e da Pesca – MADRP (2011, p. 8) informou que há “[...] uma baía de características fisiográficas peculiares e nas suas águas frias desovam e multiplicam-se numerosas espécies marinhas [...] encontrando-se, por isso, a maior diversidade e riqueza em espécies piscícolas de toda a costa de Angola”. Se continuar havendo a manutenção dos níveis de avanço do deserto, alerta o MADRP (2011, p. 8), estes ecossistemas, com suas infraestruturas econômicas e sociais, certamente estarão em risco de desaparecer.

CABO VERDE - Este insular país é muito vulnerável aos fenômenos naturais – especificamente às secas –, por estar inserido em uma área de elevada aridez meteorológica, mas também devido às atividades humanas. O arquipélago cabo-verdiano apresenta semelhanças em relação a outros Estados sahelianos, devido a sua posição geográfica, na parte norte da área do Sahel, que o faz apresentar um clima semiárido e árido. Além disso, é temperado pela influência oceânica, fazendo Cabo Verde sofrer de forma intensa os efeitos catastróficos da seca. Também é um país de origem vulcânica, o

⁹² Disponível em: <<http://www.oplop.uff.br/boletim/919/desertificacao-crece-em-regioes-habitadas-de-angola>> Acesso em: 11 nov. 2012.

que o torna ainda mais vulnerável. As principais causas dos períodos cíclicos de secas, alternados com cheias, são os problemas de degradação ambiental e socioeconômicos. Há, também, uma grande fragilidade do setor agrícola, que advém principalmente da insuficiência e da irregularidade das chuvas, juntamente com as características do território (FAO⁹³, 2012; PAN-CABO VERDE, 2000, p. 9). “A superfície arável está estimada em 10% da área total, [...]. Dessa área, 9% é irrigável e a restante está restrita às zonas de agricultura pluvial - 19% nas zonas úmidas, 42% nas zonas subúmidas e 39% nas zonas semiáridas” (FAO, 2012). Com relação à problemática da desertificação em si, tem-se – no relatório final da Consultoria Nacional de Cabo Verde, organizado pelas instituições CPLP, FAO, IPAD, MM, RCV (2009B, p. 27) – que

[o] fenômeno da desertificação está presente em todo o país, de forma diferente e de acordo com as características físicas das ilhas do arquipélago. No Sal, Boa Vista e Maio, ilhas planas e arenosas, a desertificação manifesta-se, sobretudo pelo desaparecimento quase total do coberto vegetal e por erosão eólica intensiva. Nas outras ilhas, os efeitos combinados das características geomorfológicas e climáticas provocam escoamento torrencial e erosão hídrica considerável.

A desertificação em Cabo Verde apresenta dois importantes efeitos: físico e socioeconômico. Associado ao primeiro, tem-se degradação do solo, erosão hídrica, diminuição das águas superficiais, diminuição dos recursos forrageiros, por causa do sobrepastoreiro, déficit de produtos florestais e a conseqüente extinção de algumas espécies da biodiversidade. Em relação ao segundo efeito, a desertificação resulta, dentre outras conseqüências, em populações cada vez mais paupérrimas e no crescimento do êxodo rural (FAO, 2012).

GUINÉ-BISSAU – Este é um país que conta com importantes bacias hidrográficas, entre elas estão as dos rios Geba, Cacheu e Mansoa. No entanto, 43% da população de Guiné-Bissau não possui acesso à água de qualidade (CPLP et al, 2010, p. 16). Neste país, a degradação da terra se verifica, sobretudo, nas zonas Norte e Leste. As causas principais da degradação da terra são de ordem antrópica e ecológica, com impactos na fertilidade de solo, no aumento da erosão, na salinização e acidificação dos solos. Em Guiné-Bissau,

⁹³ Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/cabo-verde/contexto-nacional-da-gst-de-cabo-verde/en/>> Acesso em: 12 nov. 2012.

podem ser destacadas algumas atividades que constituem as principais causas da degradação florestal, por exemplo: o pastoreio extensivo, a produção de lenha e de carvão vegetal para as necessidades energéticas domésticas, a exploração madeireira e a tradicional prática da agricultura, baseadas nas derrubadas e queimadas. Por ano, estima-se que são queimados entre 50.000 e 80.000 hectares de florestas para a prática de agricultura e caça. Um dos motivos para compreender tal ordem de degradação da terra ocorre em virtude de Guiné-Bissau apresentar indicadores de pobreza e vulnerabilidade bastante preocupantes, Ou seja, possui uma população muito pobre e distribuição de terras desigual (uma média de 400 hectares para operações de cultivo em grande escala, e entre dois e três hectares para produtores tradicionais), segundo o relatório final da Consultoria Nacional de Guiné-Bissau, realizado pelas seguintes instituições CPLP, FAO, IPAD, MM, RCV (2009C, p. 5 e 6). Importante lembrar que, conforme visto no IDH 2011, este Estado apresenta-se em 176º lugar no *ranking* mundial. Com essa posição, Guiné-Bissau está entre os doze com Índice de Desenvolvimento Humano baixo (IDH, 2011, p. 162).

Sobre a penúltima referência, os recursos florestais representam mais de 85% das necessidades energéticas domésticas do país, prestando serviços vitais às populações autóctones. Também a pressão sobre os recursos florestais crescem anualmente tanto por força do mercado, quanto pela necessidade de sobrevivência de uma população carente. Logo, há a procura cada vez maior por lenha e carvão vegetal, para uso doméstico, como fonte de energia, por cibes (palmeira), para a construção de habitação; e por madeira, para a indústria de mobiliário no mercado urbano e outros objetivos afins, que impulsionam os indivíduos a explorar exacerbadamente esses recursos, causando, dessa forma, enormes danos à floresta e à biodiversidade. Em Guiné-Bissau, as áreas rurais são paupérrimas, devido à pouca fertilidade do solo, apresentando, sobretudo, uma economia de subsistência. As zonas Norte e Leste se destacam pela fraqueza da vocação agrícola dos solos, por causa das irregularidades das chuvas e do fenômeno de sahelição (CPLP et al, 2009B, p. 7).

MOÇAMBIQUE - A República de Moçambique, conforme a FAO⁹⁴ (2012), apresenta clima tropical, o qual recebe influência do regime de monções do Índico e da corrente quente do Canal de Moçambique. O país apresenta “três zonas em todo o

⁹⁴ Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/mocambique/contexto-nacional-da-gst-de-mocambique/en/>> Acesso em: 13 nov. 2012.

território: Norte e Centro: tropical úmido, tipo monçônico, com uma estação seca de quatro a seis meses, Sul: Tropical seco, com uma estação seca de seis a nove meses e Montanhas: Clima tropical de altitude” (FAO, 2012). Ressalta-se que 80% da população moçambicana habita em zonas rurais, com grande dependência dos recursos naturais e que o risco da desertificação atinge os distritos do Sul, sobretudo nos distritos da província de Gaza. Já os distritos do Centro estão menos sujeitos à seca, no entanto apresentam forte incidência de queimadas descontroladas e desmatamento (FAO, 2008, p. 39). É importante ressaltar que, por sua localização geográfica ser nos trópicos e subtropicais, Moçambique acaba sendo vulnerável a eventos extremos de origem meteorológica, como secas, cheias e ciclones tropicais e de origem geológica, como sismos e tsunamis (CPLP et al, 2009, p. 11). Salienta-se que este país está entre os dez Estados do mundo com Índice de Desenvolvimento Humano baixo (IDEH, 2011, p. 163).

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – De clima “equatorial, quente e úmido, com temperaturas médias anuais que variam entre os 22°C e os 30°C, é um país com uma multiplicidade de microclimas, definidos, principalmente, em função da pluviosidade, da temperatura e da localização” (FAO⁹⁵, 2012). Em São Tomé e Príncipe (STP), as chuvas são abundantes em quase todo o ano, à exceção entre os meses de junho e agosto, os quais correspondem ao período da gravana, em que há uma diminuição tanto da precipitação, quanto da temperatura (PANA, 2006, p. 13). Isso faz compreender a ausência, no quadro acima, de informações sobre a vulnerabilidade à desertificação, neste país. No entanto, dados do seu Plano de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas - PANA (2006) informam acerca da vulnerabilidade deste país às mudanças climáticas. Nesse plano, observa-se que STP apresenta um ecossistema frágil e, neste documento, são registrados, dentre alguns fenômenos socioambientais, importantes alterações no ambiente, advindas da degradação da terra, a saber:

Um ligeiro aumento da temperatura ao longo de todo o país, nos últimos anos; diminuição das chuvas e a consequente diminuição dos caudais dos rios nas nascentes; destruição das florestas devido ao alto consumo de lenha e à prática de agricultura intensiva em zonas de grande declive; nalgumas regiões, após seca prolongada, quando caem as primeiras chuvas, ocorrem deslizamentos de terras com perdas significativas de bens materiais (*Sundy*) e, noutros casos, inundações (são disso exemplo: a cidade de Santo António, Malanza e Santa Catarina, entre outros) (PANA, 2006, p. 14-15)

⁹⁵ Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/sao-tome-e-principe/en/>> Acesso em: 13 nov. 2012.

Apesar de não haver vulnerabilidade, propriamente dita, à desertificação, o PANA, com base em constatações feitas no inquérito às populações, GDE e na consulta bibliográfica, traz um quadro que mostra a estimativa de grau de vulnerabilidade/risco dos fenômenos relativos à Mudança climática (MC) em STP, e registra a existência de um nível médio de risco de seca no país:

Quadro 9 - Estimativa de grau de vulnerabilidade/risco dos fenômenos MC em STP

Fenômenos	Cheias e inundações	Inundações costeiras	Tempestades	Desabamento de Terra	Seca
Nível de risco	A	A	A	M	M

LEGENDA: nível do risco: Baixo=B; Médio=M; Alto=A

FONTE: PANA (2001, p. 15).

TIMOR LESTE - De clima equatorial, o país possui três zonas climáticas: ao Norte, a estação seca é de cinco meses, isto é, há menos chuva. A Zona Central é montanhosa e apresenta muita precipitação. Seu período seco é de quatro meses. Ao Sul, o período seco é de apenas três meses, com planícies de grande extensão expostas aos ventos australianos, ou seja, mais chuvosas (FAO⁹⁶, 2012). No Timor Leste, as chuvas torrenciais e pouco frequentes, muitas vezes lavam os solos e causam inundações, deixando grande parte da terra inclinada. Isso torna o solo suscetível à erosão, não sendo adequado para o cultivo sustentável. Outras questões que têm aumentado a erosão, consideravelmente, em muitas áreas do país, são o desmatamento, os incêndios recorrentes, o sobrepastoreio, além das práticas agrícolas não sustentáveis. Como foi visto na Tabela 3, o país possui uma população de, aproximadamente, um milhão de habitantes, da qual cerca de 80% vivem em áreas rurais. Apesar da fragilidade do solo, a agricultura é a principal fonte de renda na maioria das aldeias rurais, sendo responsável por, aproximadamente, um quarto do PIB (NAP – TIMOR LESTE, 2008, p. 4 e 6).

Conforme o Plano de Ação Nacional do Timor Leste, os recursos florestais também são de grande valia para a economia do país, uma vez que as pessoas têm o costume de

⁹⁶ Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpuncdd/paginas-nacionais/timor-leste/contexto-nacional-da-gst-de-timor-leste/en/>> Acesso em: 13 nov. 2012.

levar lenha, madeira e plantas medicinais de florestas próximas para o uso doméstico e, por vezes, para a venda. Apesar da proibição de negociação de produtos florestais, especialmente de madeira para combustível, e aves selvagens, essas atividades continuam sendo uma prática em áreas rurais, para atender às necessidades básicas e obter alguma renda. Nesse país, o aumento da demanda por madeira para combustível acaba por causar problemas de degradação, principalmente nas proximidades de cidades maiores e onde há acesso fácil a Díli. Em resumo, estas atividades são uma grande pressão sobre os recursos florestais nativos. (NAP – TIMOR LESTE, 2008, p. 7).

Observado todo o exposto e tomando em conta que, principalmente, dois dos pilares de atuação da CPLP (cooperação técnica e concertação político-diplomática) são cruciais, quando se considera o apoio dessa Comunidade a projetos de cooperação técnica e programas, como foi o caso do PCT CPLP/FAO 3201 de Implementação de Combate à Desertificação, parte-se dessa forma – mesmo sem dar início à discussão propriamente dita do PCT supracitado – para o apoio que esta Comunidade forneceu ao presente PCT, aproveitando para discutir também os papéis e a importância dos demais organismos internacionais (FAO, antigo IPAD e Mecanismo Mundial) que se destacaram na ajuda internacional para o desenvolvimento do PCT CPLP/FAO 3201.

2.3 PARCERIAS INTERNACIONAIS: CPLP, FAO, IPAD e MM no Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201

Ante uma sociedade internacional globalizante e mediante problemas socioambientais cada vez mais catastróficos, com intensa repercussão (política, econômica e até de segurança), para além das fronteiras nacionais, a cooperação internacional não se restringiu ao nível de Estados, mas expandiu-se através do desenvolvimento de parcerias internacionais entre Estados e OI, e entre OI, como uma tentativa de superar dificuldades internacionais e enfrentar desafios de alta complexidade, como a fome, a desertificação e a dificuldade de gerir sustentavelmente a terra.

Assim foi observado para a realização do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, que visava à construção de um Programa de Cooperação no âmbito da implementação da Convenção de Combate à Desertificação, dentro do marco de Gestão Sustentável das Terras (GST), destinado aos Países Africanos de Língua Oficial

Portuguesa e ao Timor Leste (CPLP et al, 2011, p. 7). Para sua realização, contou especialmente com o apoio do Secretariado da CPLP, com assistência técnica e apoio financeiro da FAO, apoio do Mecanismo Mundial ou Global (MM ou MG) e com suporte financeiro do governo de Portugal representado pelo IPAD, hoje não mais reconhecido por esta sigla, mas sim pela CICL (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua).

Como a CPLP já foi um tema bastante detalhado – desde o modo como trabalha, a partir dos objetivos de concertação político-diplomática e cooperação, até a maneira como subsidia suas atividades, por meio de seu Fundo especial – convém chamar a atenção para o papel e a importância da CPLP em relação ao PCT. Já com relação aos demais organismos internacionais, será demandada maior observação à cooperação desenvolvida por eles, na área socioambiental, em referência à degradação da terra, para só depois analisar no papel que desenvolveram frente ao PCT CPLP/FAO 3201.

2.3.1 Parceria da CPLP ao PCT CPLP/FAO 3201

Mediante o reconhecimento do problema da degradação da terra nos Estados-membros da CPLP, do processo de desertificação em muitos deles, das perdas socioeconômicas e políticas que estas questões representam, da ligação que a desertificação e/ou degradação da terra possui “[...] com a pobreza, a insegurança alimentar, a utilização intensiva dos recursos naturais, os efeitos das mudanças climáticas e a falta de informação e tecnologias apropriadas para o desenvolvimento da Agricultura, [...]” (CPLP et al, 2011, p. 37) e da necessidade urgente em cumprir, por parte dos Estados da CPLP, o acordo efetuado com a CCD, é que se viu a necessidade de realizar um acordo⁹⁷ de cooperação entre o Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o Secretário-Executivo da Convenção de luta contra a desertificação, que trata, como objetivos, os seguintes itens:

- 1.1 Estabelecer uma Plataforma de ação conjunta com o objetivo de cooperar no domínio de luta contra a desertificação e a degradação dos solos, combatendo os problemas da seca, escassez de água e da pobreza e apoiando todos os esforços realizados pelos países da CPLP no contexto do processo de implementação da UNCCD;
- 1.2 Reforçar a sensibilização dos formuladores de política e tomadores

⁹⁷Este acordo está disponível em:

<http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fAcordos%2fAcordoCPLP_UNCCD.pdf>.

de decisão com relação à necessidade de serem estabelecidos mecanismos de cooperação para elaboração e implementação de ações conjuntas de combate à desertificação, à degradação dos solos e à pobreza e de estas serem integradas nas respectivas políticas nacionais para a promoção do desenvolvimento sustentável; 1.3 Estimular a participação efetiva e coordenada de todos os atores relevantes envolvidos na luta contra a desertificação, a degradação dos solos e a pobreza (CPLP; UNCCD, 2008, p. 1-2).

Com base nesses objetivos, especialmente no de buscar realizar uma futura Plataforma de ação conjunta no domínio de luta contra a desertificação e a degradação dos solos – sobre o qual fortaleceria sobremaneira a Plataforma de Cooperação da CPLP, na área ambiental, concretizada na III Reunião Ministerial de Meio Ambiente, em 2006 – a “CPLP assumiu como prioridade da cooperação comunitária, para o período 2008-2010, o apoio à consecução dos ODMs [...], com foco no combate à pobreza, através da promoção das capacidades humanas básicas e na sustentabilidade ambiental [...]” (CPLP et al, 2010, p. 7).

Também foi neste sentido e período que o Secretariado da Comunidade entrou como parceiro direto do PCT CPLP/FAO 3201, buscando desempenhar um papel fundamental na sua articulação política, ao criar contato diplomático e assessorar as atividades do projeto entre os governos dos países membros. Além disso, o Secretariado da CPLP buscou liderar o processo de avaliação do PCT, por meio de consultas feitas aos países beneficiários – tratadas no terceiro Capítulo – bem como procurou o diálogo com a FAO, a fim de elaborar um conjunto de indicadores para avaliar os processos e os resultados do projeto (CPLP et al, 2011, p. 7). Dessa forma, o SECPLP buscou agir como mediador e facilitador da circulação de informação entre os parceiros, apoiando, dessa forma, a implementação do PCT e o diálogo entre os Comitês e Consultores Nacionais e Consultores da FAO (CPLP et al, 2011, p.11; CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 26).

2.3.2 Parceria da FAO ao PCT CPLP/FAO 3201

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) se destaca quando se trata de combate e mitigação da desertificação; isso porque têm ajudado muitos países a desenvolverem estratégias nessa área, particularmente nas zonas áridas e semiáridas da Ásia, do Médio Oriente e da África Subsaariana. A ação dessa Organização tem se baseado na monitoração, na implementação de projetos no terreno e na aplicação de

programas de referências. As diversas atividades desenvolvidas são divididas em áreas, como: preservação de ecossistemas frágeis, conservação de pastagens e produção animal, gestão da água e do solo, apoio jurídico, gestão dos recursos florestais, reflorestação, controle da salinização nas terras irrigadas, fixação de dunas, promoção das energias renováveis, e segurança alimentar (IMESON, s/d, p. 5). Apesar desse destacante papel, no terceiro Capítulo, observar-se-á que, dentre as dificuldades, no âmbito de desenvolvimento do PCT CPLP/FAO 3201, apontadas pela Consultora Regional desse Projeto, durante a entrevista, uma delas inclui a FAO, relacionada à gestão de conhecimento.

Como membro do Comitê de Facilitação do Mecanismo Mundial, a FAO está ligada a temas da degradação da terra e do câmbio climático, mobilizando as competências técnicas ao serviço dos governos, a fim de atingir os Objetivos do Milênio, aumentar a segurança alimentar e, assim, reduzir os índices de pobreza. Além disso, busca promover a cooperação Sul-Sul (CPLP, s/d, p. 4). Daí porque a FAO

[...] disponibilizou-se para apoiar técnica e financeiramente um Programa de Cooperação Técnica (TCP) [por meio, do PCT CPLP/FAO 3201], [...] com vistas a criar adequados ambientes de enquadramento nacionais e a permitir desde logo investir em ações desenvolvimento rural sustentável favorecidas por atividades de formação nos domínios das técnicas de uso e conservação do solo e dos recursos naturais, comunicação e sensibilização e trabalho em rede, entre outros (AFN; GPP; MADRP, 2009, p. 2).

Nesse sentido, a FAO apoiou o PCT CPLP/FAO 3201, por meio da assistência técnica de seu Centro de Investimento⁹⁸. Segundo o próprio organismo, esta OI buscou assegurar tanto a contratação como o financiamento de consultores técnicos do PCT e demais serviços técnicos de apoio (FAO, 2008, p. 21).

Conforme o Relatório Final (2010) do PCT, houve a viabilização da assistência técnica da FAO ao Secretariado da CPLP, aos Países Africanos de Língua Portuguesa e ao Timor Leste, por meio do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, cujo objetivo foi o de apoiar a formulação de um Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul de implementação da UNCCD, no quadro de Gestão Sustentável das Terras. No entanto, nesta última década, a FAO não se delimitou apenas ao PCT supramencionado, mas, também, forneceu suporte técnico para estes Estados-membros da CPLP no que diz

⁹⁸ “O Centro de Investimentos da FAO (TCIE) é uma divisão do Departamento de Cooperação Técnica da FAO e tem por missão promover investimentos no desenvolvimento agrícola e rural, assistindo países em desenvolvimento na identificação e formulação de políticas agrícolas, programas e projetos” (CPLP, s/d, p. 2).

respeito ao desenvolvimento de políticas fundiárias, gestão e planeamento de uso da terra, apoio cadastral, garantia do direito à terra dos mais pobres, desenvolvimento de estratégias de segurança alimentar, gestão da água e inserção de jovens e mulheres (CPLP et al, 2010, p. 3).

Ou seja, além do PCT CPLP/FAO 3201, outros projetos estiveram relacionados com a temática da GST, com destaque para o TCP/INT/3103, que diz respeito à gestão fundiária, e o Projeto GCP/INT/052/SPA sobre Terra, Água e Gênero. Este primeiro buscou iniciar um processo de levantamento de necessidades de fortalecimento de capacidades humanas e institucionais no campo da gestão fundiária. E o segundo procurou incorporar elementos, reconhecidos pelo projeto, como complementares e essenciais à problemática do desenvolvimento rural sustentável. Dessa maneira, os dois PCT e o GCP que a FAO deu apoio buscaram abordar aspectos diferentes, porém complementares da GST (CPLP et al, 2010, p. 3).

Apenas para constar, o fortalecimento da relação CPLP/FAO, atualmente, vem sinalizando o crescimento do amadurecimento institucional da CPLP. O exemplo a ser constatado é que no ano de 2012 houve a consolidação de uma maior cooperação entre o Secretariado Executivo da CPLP e a FAO. Conforme o Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, apud Viegas (2012), em DN GLOBO⁹⁹, isso ocorreu devido à abertura de um escritório-delegação da FAO, em Portugal, junto do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a fim de reforçar a ação da FAO junto da CPLP, frente à luta pela diminuição da pobreza e da fome nos PALOP e no Timor Leste.

Sobre mesma referência, Graziano da Silva afirmou, na IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, cujo tema foi “A CPLP e os Desafios de Segurança Alimentar e Nutricional”, que: “Hoje, a FAO executa projetos na ordem dos 200 milhões de dólares [...] nos países da CPLP. À primeira vista pode parecer uma cifra alta, mas representa menos de um dólar por cada um dos 250 milhões de habitantes dessa comunidade”. Acredita-se, dessa forma, que o escritório da Organização da FAO junto da CPLP poderá auxiliar no fortalecimento da cooperação entre essas duas instituições no que concerne o enfrentamento dos desafios, sobretudo, em segurança alimentar.

⁹⁹ Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2677300&seccao=CPLP&page=-1> Acesso em: 28 dez. 2012.

2.3.3 Parceria do antigo IPAD (atual CICL) ao PCT CPLP/FAO 3201

A respeito do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), sabe-se que ele “[...] é o ponto focal português para a área da cooperação e, como tal, tem participado das reuniões sobre Pontos Focais de Cooperação da CPLP, que se realizam duas vezes por ano, em fevereiro e em julho, [...]” (CICL, 2012). O CICL, antigo IPAD, tem a função de coordenar, supervisionar e dirigir a política de Cooperação Portuguesa e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Esse Instituto busca agir em prol da promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural dos países da CPLP, e, também, da melhoria das condições de vida das suas populações (CPLP, s/d. p. 1 e 2), inclusive quanto ao aspecto ambiental. Portanto, segue abaixo um quadro que demonstra a atuação do CICL em áreas de sua intervenção, por meio de alguns importantes projetos de cooperação direcionados aos Estados da CPLP:

Quadro 10 - Área de atuação do CICL

ÁREA DE INTERVENÇÃO	PROJETOS APOIADOS
SAÚDE	• Plano Estratégico de Cooperação em Saúde
	• Rede de Desenvolvimento de Saúde – Malária
	• Bibliotecas Móveis de Enfermagem em Português
EDUCAÇÃO	• Conferência Infante-Juvenil pelo Meio-Ambiente: uma contribuição para o Programa de Educação Ambiental da CPLP
	• Bial de Aprendizagem da Matemática, Língua Portuguesa e Tecnologias
	• Cartilhas escolares
	• Vozes de Nós, Crianças de Rua Protagonistas dos seus Direitos
AMBIENTE	• Projeto Educação Ambiental na CPLP no marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Salas Verdes)
	• Projeto de Formulação de Programa de Cooperação Sul/Sul e Norte/Sul da CPLP para a Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação
	• Formação e Implementação de Metodologias para a Conservação da Biodiversidade e Gestão de áreas Protegidas
TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL	• Microcrédito como forma de luta contra a pobreza
	• Projeto Centro de Informação e Intercâmbio sobre Extensão Social
	• Bolsas CADAP

APOIO À CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DOS PALOP E TIMO-LESTE	• Governo Eletrônico
	• Cooperação Técnica em Telecomunicações
	• Curso sobre Gestão do Ciclo do Projecto de Cooperação Técnica
	• Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP
CULTURA	• I Mostra de Cinema e Audiovisual da CPLP

FONTE: (CICL, s/d, grifo da autora)¹⁰⁰.

A cooperação portuguesa tem como princípio orientador

[...] promover a sustentabilidade do desenvolvimento dos países parceiros. Ambiente e recursos naturais integram também as prioridades setoriais, designadamente a gestão dos recursos hídricos, a resposta às necessidades de adaptação às alterações climáticas e o combate aos riscos de desertificação, no contexto dos recursos e vulnerabilidades específicos dos parceiros (CPLP, s/d, p. 6).

Ainda conforme a supracitada referência, é baseado nesse princípio orientador que a cooperação portuguesa tem buscado apoiar a

[...] colaboração técnica no âmbito da CPLP, prosseguindo os objetivos de reforço da capacidade comunitária para resposta às ameaças ambientais globais e de promoção de uma identidade partilhada junto de interlocutores multilaterais (CPLP, s/d, p. 6).

Nesse sentido, o apoio do antigo IPAD à execução do PCT grifado, sobre o qual se está trabalhando, veio acompanhado da colaboração da Autoridade Florestal Nacional do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Portugal, por meio de recursos humanos e financeiros próprios (FAO, 2012). Assim, já em março de 2008, um mês depois de o documento da assistência técnica da FAO à CPLP ser apresentado aos Pontos Focais da Comunidade (FAO, 2012), nasceu a cooperação portuguesa ao PCT CPLP/FAO 3201, financiando tanto a participação de representantes dos Estados-membros dos Ministérios da Agricultura nas reuniões do Projeto, como as missões de especialistas portuguesas e Pontos Focais da UNCCD (CPLP et al, 2011, p. 3).

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao/cooperacao-multilateral/cplp-dp1>> Acesso em: 3 nov. 2012.

2.3.4 Parceria do Mecanismo Mundial ao PCT CPLP TCP/FAO 3201

Criada em 1997, pela Convenção de Combate à Desertificação, para ser seu mecanismo financeiro, e não um fundo, o Mecanismo Mundial só deu início às suas operações em outubro de 1998. É reconhecido como um órgão subsidiário da CCD, cujos escritórios se situam na sede do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA ou IFAD, sigla em Inglês), em Roma. Como o próprio nome dá a entender, o MM tem um alcance global, operando na África, na Ásia, na América Latina e no Caribe e no Pacífico. (MG¹⁰¹, 2009; UNCCD, 2012).

Assim sendo, “o Mecanismo Mundial é uma instituição da UNCCD que tem por missão prover serviços de assessoria aos Países signatários da Convenção, de forma a ampliar os recursos financeiros disponíveis para a Gestão Sustentável das Terras” (CPLP, s/d, p. 2). Ou seja, além de trabalhar com os Estados da CCD, busca ampliar a variedade de parcerias internacionais e regionais, a fim de melhor compreender as novas modalidades de financiamento e fazer com que a Gestão Sustentável das Terras se torne prioridade na alocação do orçamento doméstico dos países (UNCCD, 2012).

Segundo o Portal do Mecanismo Global¹⁰² (2013), essa Instituição “[...] conta com o apoio financeiro de uma variedade de doadores, incluindo o FIDA, o Banco Mundial, a Comissão Europeia, o Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional [OFID] e nove outras agências doadoras bilaterais”, a saber: Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá (CIDA), Agência Sueca para Cooperação e Desenvolvimento Internacional (SIDA), Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC), Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Ministério das Relações Exteriores da Itália e Ministério Norueguês das Relações Exteriores (MG, 2013).

Um exemplo concreto de como o Mecanismo Mundial apoia a mobilização de recursos entre os países da CPLP, também partes da CCD, é por meio de um instrumento criado pelo próprio MM e seus parceiros, chamado “Estratégias Financeiras Integradas” (EFI), configurado na forma de um Programa - “Desenhos de Estratégias Financeiras

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/DEFI_Curso/DEFI_-_02_Apresentacao_UNCCD_e_MM.pdf> Acesso em: 30 dez. 2012.

¹⁰² Disponível em: <<http://global-mechanism.org/en/Current-Partners/>> Acesso em: 29 jan. 2013.

Integradas” (DEFI). A EFI trabalha apoiando a mobilização de recursos de maneira sistemática. Dessa forma, o objetivo da formação DEFI é capacitar os países da CPLP a desenvolverem estratégias financeiras integradas para a GST, em nível nacional, no quadro do Programa de Cooperação Sul-Sul da CPLP. Ao apoiar os países da Comunidade por meio do programa EFI, o MM segue a estratégia decenal da UNCCD. (MG, 2009, s/p). Daí porque o MM buscou apoiar o Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201 para a efetivação de um Programa de Cooperação Sul-Sul, Norte-Sul para implementação da Convenção de Combate à Desertificação. Tendo em vista o exposto, o Mecanismo Mundial se propôs a apoiar o PCT CPLP/FAO 3201 da seguinte forma:

O Mecanismo Mundial com a sua política CSEA [*Consolidated Strategy and Enhanced Approach*] para a mobilização de recursos num contexto de mudanças nos padrões internacionais de atribuições de recursos, comprometeu-se a fornecer aos países, em colaboração com o seus parceiros, um apoio sistemático, mais estratégico e de longo prazo. Baseado na experiência adquirida, esse apoio inclui assistência para desenvolver ferramentas estratégicas como a Estratégia Financeira Nacional, a Harmonização de políticas públicas, a valoração econômica da degradação das terras, a definição de mecanismos inovadores de financiamento e a promoção de focos estratégicos, particularmente com câmbio climático (CPLP, s/d, p. 4).

Uma vez feitas as análises acerca das Organizações Internacionais supracitadas, sobretudo, sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, observa-se como elas atuam na área socioambiental e construindo um breve estudo acerca do apoio internacional que elas se propuseram a fornecer ao Projeto, como forma de se tornarem parceiros internacionais do PCT CPLP/FAO 3201. Como já foram estudados, detalhes referentes à localização geográfica e a situação socioambiental dos Estados-membros, tem-se conhecimento, principalmente, de suas vulnerabilidades à desertificação, e pode-se, desse modo, adentrar na análise propriamente dita do PCT, no Capítulo seguinte.

3 O CASO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PCT CPLP/FAO 3201 (2007-2011)

Antes de adentrar na gênese e análise propriamente do Projeto de Cooperação Técnica em estudo, é preciso compreender uma das modalidades de cooperação, internacional, que é a Cooperação Técnica Internacional (CTI). Conforme Puentes (2010, p. 31), ela “representa parcela considerável do esforço global em prol do desenvolvimento”. Para ele, este tipo de cooperação é, justamente, uma das vertentes e também uma das “[...] modalidades clássicas da Cooperação para o Desenvolvimento”¹⁰³, juntamente com a Cooperação Financeira (CF) e a Assistência Humanitária (AH)¹⁰⁴, entre outras. A CTI é também entendida como parte da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD)¹⁰⁵” (PUENTES, 2010, p. 39). O Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201¹⁰⁶ abrangeu, além da basilar CTI, a CF, daí porque se faz necessário conhecer

¹⁰³ “[...] pode-se classificar a cooperação para o desenvolvimento, segundo quatro critérios básicos: a origem, os canais de execução, os instrumentos e o nível de desenvolvimento dos países envolvidos” (ALONSO, 2005, apud PUENTES, 2010, p. 41). “No critério da origem, a cooperação pode ser oficial (pública) ou privada. A oficial é financiada com recursos governamentais. A privada é custeada com recursos não públicos, ou seja, de empresas, associações, fundações privadas, ONG, indivíduos. Naturalmente, pode haver sempre combinações das duas origens, mas a tendência é de que uma delas predomine. Quanto aos seus canais de execução, a cooperação para o desenvolvimento pode ser bilateral, triangular (ou trilateral), multilateral, descentralizada, e mediante [Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento] ONGD. Admite-se aqui também a possibilidade de formas mistas com a combinação de um ou mais canais de execução. [...] De acordo com seus instrumentos, a cooperação para o desenvolvimento se divide em Cooperação Financeira (CF), Cooperação Técnica (CT), Assistência Humanitária (AH) e Ajuda Alimentar” (PUENTES, 2010, p. 41-2).

¹⁰⁴ “A Assistência ou Ajuda Humanitária não está classificada no quadro de modalidades do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da OCDE. Não há sequer consenso sobre sua pertinência à categoria de cooperação para o desenvolvimento. Mas trata-se de área crescente de ação e, para todos os efeitos, os recursos empregados em assistência emergencial e humanitária são contabilizados pelos países doadores como AOD. É instrumento de curto prazo, tem como objetivo a preservação da vida e o alívio do sofrimento de populações que se encontram em situações calamitosas decorrentes de catástrofes de origem natural ou provocadas pela ação humana” (PUENTES, 2010, p. 61-2).

¹⁰⁵ “O termo AOD, consagrado, sobretudo, entre países doadores membros do CAD (Comitê de Assistência para o Desenvolvimento da OCDE), onde se originou, e utilizado também nos organismos internacionais, é dos mais frequentes na literatura sobre cooperação internacional. Refere-se basicamente à cooperação entre governos de países desenvolvidos (PD) e países em desenvolvimento (PED), ainda que implementada por organismos internacionais. [...] Inclui atualmente uma variedade de modalidades, empréstimos e créditos (desde que concessionais – mínimo de 25% de elemento concessional), perdão de dívidas, doações, cooperação técnica, assistência humanitária, ajuda alimentar e auxílios a refugiados acolhidos nos países doadores. A AOD, pelo menos na origem dos recursos, é entendida como governamental (oficial ou pública), ainda que possa, em alguns casos, ser repassada a ONGs e outras entidades desde que para aplicação dos recursos nos países beneficiários” (OCDE, 1992; ALONSO, 2005, apud PUENTES, 2010, p. 39).

¹⁰⁶ É importante asseverar que a parceria da CPLP/FAO, para a execução deste Projeto de Cooperação Técnica, só foi possível porque, desde 21 de setembro de 1999, existe um Protocolo de Cooperação entre a

brevemente esta última, para, em seguida, estudar, de fato, a evolução daquela. A este respeito Puentes (2010) assevera:

[...] a Cooperação Financeira é a modalidade que costuma abranger a maior parte dos recursos envolvidos na cooperação para o desenvolvimento. A CF constitui-se de um conjunto de subvenções, investimentos financeiros a fundo perdido, doações (inclusive de bens necessários ao desenvolvimento), e créditos “concessionais” (em geral, de longo prazo e com taxas de juros mais favoráveis), vinculados a programas e projetos de reformas macroeconômicas, estruturais ou setoriais (incluindo ampliação de infraestruturas), e serviços de assessoria para a implementação desses programas e projetos. Sua função é promover melhores condições socioeconômicas no país receptor e, por conseguinte, o progresso e o bem estar de sua população (PUENTES, 2010, p. 60).

De posse desse conhecimento, focaliza-se neste momento, a evolução da Cooperação Técnica Internacional em contexto histórico. Antes, porém, é preciso ressaltar, conforme Maciel (2009, p. 219-20), que a importância dessa modalidade de cooperação pode ser observada na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), no seu artigo 1º, a fim de promover os desenvolvimentos econômico, social, cultural e humanitário, servindo, inclusive, de instrumento para convocar o respeito aos direitos humanos. Também em seus artigos 55 e 56¹⁰⁷ do Capítulo IX há os princípios gerais acerca da cooperação técnica, nos quais é solicitado que os membros da ONU possam cooperar mutuamente, a fim de conseguir uma convivência pacífica entre as suas populações.

O mesmo autor (2009, p. 220) delinea a construção evolutiva da cooperação técnica, começando pelo período de 1944 a 1949, em que a cooperação técnica se resumiu a esforços de reconstrução da Europa, lembrando que a CT foi “instituída formalmente pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução nº. 200, de 1948 [...]” (CONDE, 1990, apud PUENTES, 2010, p. 65). Na década de 1950, segundo Maciel (2009, p. 220), esse tipo de cooperação se tornou mais disseminada, muito embora o conceito de ajuda ou assistência internacional prevalecesse como forma de minimizar as consequências produzidas pelo subdesenvolvimento. No entanto, as várias reivindicações dos países do Sul – a fim de que a cooperação superasse o mero sentido de uma ajuda vinculada a interesses políticos-estratégicos, para finalmente se tornar uma fonte de trocas e interesses

CPLP e a FAO. Disponível em: <http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fAcordos%2fmaisAcordos%2fProtocCoopCPLP_FAO.pdf> Acesso em: 5 mai 2012.

¹⁰⁷ Acerca desses artigos na Carta da ONU, consultar o seguinte sítio: <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ONU/ONU-Carta-IX-55-60.htm>>.

mútuos, de maneira a buscar tanto o enriquecimento como a capacitação de todos os envolvidos – fizeram com que “a ONU [...] [revisse] o conceito de assistência técnica¹⁰⁸ e o [...] [substituísse] pelo termo ‘Cooperação Técnica’ na Resolução 1.383, na Assembleia Geral da ONU de 1959” (MACIEL, 2009, p. 220).

O interessante a ressaltar é que, na década de 1970, algumas questões, apontadas pelo autor ora tratado, como endividamento de muitos Estados subdesenvolvidos, inclusive os latino-americanos, a segunda crise do petróleo e o fim da conversibilidade dólar-ouro de *Bretton Woods*, em meio a medidas econômicas implementadas pelos Estados Unidos, mostraram o fosso no qual esses Estados estavam imersos, dificultando o desenvolvimento de projetos de cooperação. Isso fez com que as Nações Unidas desenvolvessem, ainda nos anos de 1970, o conceito de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)¹⁰⁹, também chamada de cooperação horizontal (MACIEL, 2009, p. 221-2). Apenas para pontuar, a questão em nível nacional, no Brasil, a cooperação horizontal é uma prática comum dentro da chamada cooperação Sul-Sul, e deve ser entendida como um dos meios com os quais o país conta para se afirmar no cenário internacional (PUENTES, 2010, p. 32). Assim como o Brasil, muitos Estados em desenvolvimento, sejam eles doadores ou receptores, beneficiam-se desse tipo de cooperação, a exemplo dos demais Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A década de 1980 foi “[...] marcada pelos efeitos das crises do petróleo na década de 1970 e da recessão decorrente nos PD¹¹⁰. E, nos PED¹¹¹, pela dificuldade de equilibrar as contas externas, muito em função do peso da dívida externa crescente e das receitas de importação declinantes” (PUENTES, 2010, p. 45). Em outras palavras, segundo Maciel (2009), a recessão mundial trouxe à tona as dificuldades econômicas e o protecionismo das grandes potências. Estas graves consequências acabaram representando limitações fortemente significativas para os Estados do Sul, face o recebimento de recursos por meio de cooperação internacional Norte-Sul; isso porque começou a haver a suspensão dos

¹⁰⁸ Outro motivo, exposto no texto de Puentes (2010) para que a expressão “Assistência Técnica” fosse substituída, “[...] em especial nos foros internacionais, nos anos 70, para ‘cooperação técnica’, [ocorreu] em virtude da denotação implícita de desigualdade entre os parceiros que a palavra “assistência” trazia, sugerindo uma concessão ou atitude caritativa de parte do doador e uma atitude passiva e dependente por parte do recipiendário (CONDE, 1990, apud PUENTES, 2010, p. 65).

¹⁰⁹ “[...] Vale lembrar que a CTPD não nascia para substituir as cooperações bilaterais e multilaterais existentes, mas sim como um novo elemento a ser acrescido a esse leque de opções” (MACIEL, 2009, p. 222).

¹¹⁰ PD - Países Desenvolvidos.

¹¹¹ PED - Países em Desenvolvidos.

recursos disponibilizados para muitos Estados do Sul, por organismos do Sistema das Nações Unidas, direcionado os auxílios para países paupérrimos. Essa realidade, no entanto, impulsionou significativamente o desenvolvimento da cooperação Sul-Sul, como alternativa para a promoção do desenvolvimento nos Estados do Sul (MACIEL, 2009, p. 222).

Para finalizar esta explanação sobre cooperação técnica, na década de 1990, este autor expõe que houve, por parte de muitas conferências da ONU, a propositura de mudanças nas formas de ajuda aos países mais pobres, a fim de que fossem alcançados níveis mais satisfatórios de desenvolvimento humano. Nesse sentido, no início do século XXI, a cooperação internacional sofreu considerável influência das determinações conferidas pela Conferência de Monterrey (2002)¹¹² e pela Declaração de Paris (2005)¹¹³, as quais objetivam tanto melhorar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento, como procuram se basear nos ditames da Declaração do Milênio¹¹⁴; ditames estes, apresentados como norteadores da cooperação em nível mundial (MACIEL, 2009, p. 222-3).

A partir desse entendimento sobre a cooperação técnica, – no seu significado, na sua importância e na sua construção evolutiva – pode-se iniciar a análise do Projeto de Cooperação Técnica CPLP/FAO - 3201, que tinha como principal objetivo elaborar um Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para o Combate à Desertificação, no marco da Gestão Sustentável (GST) das Terras. Logo, além de este PCT envolver, em sua

¹¹² “A Conferência de Monterrey, de 2002 (sobre o financiamento do desenvolvimento), reitera o entendimento anterior de que é da responsabilidade dos governos dos próprios PED obter progressos no caminho do desenvolvimento” (PUENTES, 2010, p. 50). “Monterrey produziu alguns compromissos de parte dos doadores: a) aumentar o volume da AOD com a reiteração de recomendação já existente no âmbito do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da OCDE, de que cada PD deve alocar o equivalente a 0,7% de seu PNB para esse fim, sendo, pelo menos, 0,15% para os países de menor desenvolvimento relativo (PMD); e b) melhorar a qualidade da ajuda, por meio de maior harmonização de procedimentos, redução da “cooperação atada” (*tied Aid*), utilização, quando apropriados, dos instrumentos de apoio ao orçamento, focalização da assistência na redução da pobreza e melhoria da mensuração de resultados” (ALONSO, 2005, apud PUENTES, 2010, p. 50). Convém esclarecer que cooperação *tied Aid* é quando “[...] os países doadores estabelecem, como pré-condição para a concessão da ajuda ou cooperação, que parcelas dos recursos transferidos sejam utilizadas para adquirir produtos e serviços do país doador” (idem, p. 56).

¹¹³ Para conhecer a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento, Apropriação, Harmonização, Alinhamento, Resultados e Responsabilidade Mútua, acesse o seguinte site: <<http://apps.who.int/medicinedocs/documents/s18744pt/s18744pt.pdf>>.

¹¹⁴ Puentes (2010, p. 49) também lembra que um dos dois temas que ganham destaque no debate sobre a cooperação para o desenvolvimento é os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM), cujos objetivos reúnem oito complexos temas, a saber: “1. Redução da pobreza; 2. Universalização do ensino básico; 3. Igualdade entre os sexos e autonomia da mulher; 4. Redução da mortalidade infantil; 5. Melhoria da saúde materna; 6. Combate ao HIV/AIDS, à malária e a outras doenças endêmicas; 7. Garantia da sustentabilidade ambiental; e 8. Estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento. Para cada um dos objetivos há metas pré-estabelecidas, em um total de 18 metas” (idem).

concepção, elementos de cooperação Sul-Sul e Norte-Sul, já que foi idealizado para receber apoio do Brasil e de Portugal, é voltado para atender às necessidades, em GST, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor Leste; o projeto exigia um esforço permanente de coordenação e promoção da comunicação entre os atores (FAO, 2008, p. 30 e 31). Sendo assim, é preciso reafirmar que tanto “o nascimento e desenvolvimento desta proposta de programa [por meio do PCT CPLP/FAO 3201] têm acompanhado a dinâmica das Conferências das Partes da CUNCCD” (CPLP et al, 2010, p. 3), como também de alguns eventos, a seguir expostas.

3.1 ANTECEDENTES DA PROPOSTA DO PCT CPLP/FAO 3201

Na “Proposta de quadro de cooperação entre os países da CPLP no âmbito dos Programas Nacionais de Luta Contra a Desertificação”, durante a COP 7 da CNUCD (em 2005, Nairobi), as delegações dos países da CPLP endossaram uma proposta da delegação portuguesa para fortalecer as capacidades nacionais, com vista à implementação da Convenção e para estabelecer uma futura plataforma, no intuito de fortalecer os processos dos Planos de Ação Nacionais de combate à desertificação (PAN)¹¹⁵ dos PALOP e do Timor Leste. Ainda naquele momento, os países revelaram essa intenção ao Mecanismo Mundial, mostrando a necessidade de um Projeto de Cooperação Técnica (CPLP, 2008, p. 1).

Durante a III Reunião de Ministros do Meio Ambiente dos países membros da CPLP, em 2006, houve, como já visto no segundo Capítulo, a assinatura da Carta de Brasília, em que se estabeleceu a Plataforma de Cooperação, a fim de enfrentar desafios nas áreas de educação ambiental, **desertificação, efeitos da seca** e mudanças climáticas, dentre outras. Nesse contexto, os Pontos Focais da CCD da CPLP pensaram em uma cooperação na esfera da Comunidade, a fim de ajudar na implementação da Convenção (CPLP, 2008, p. 1; FAO, 2008, p. 3, grifo da autora).

¹¹⁵ Quando se iniciaram, em 2007, as primeiras conversações sobre a proposta de Programa de Cooperação, apenas dois Planos de Ação Nacionais referentes aos PALOP estavam realmente prontos e, um, ainda estava em forma de projeto, a saber: o de Moçambique (2002), disponível em: <<http://www.unccd.int/ActionProgrammes/mozambique-other2002.pdf>>; o de Cabo Verde (2000), disponível em: <http://www.unccd.int/ActionProgrammes/cape_verde-fre2000.pdf>; e o Projeto do PAN de Guiné-Bissau (2006), disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/bib_GBS_/GB_PAN-LCD-Vers%C3%A3o_Semi-final.pdf>.

Importante lembrar que, nesse mesmo tempo, o Brasil, por meio de seu Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Ministério de Meio Ambiente, estabelecia um PCT com a Angola, de maneira a elaborar uma política de educação e conscientização ambiental angolana. Em 2007, o Brasil expôs esse mesmo interesse para os países da CPLP. Tanto a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), como o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, contribuíram com o Fundo Especial da CPLP, para a implementação do projeto “Educação Ambiental na CPLP, no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”¹¹⁶, pelo qual o PCT CPLP/FAO 3201 buscava apoio, a fim de proporcionar a discussão de um Programa de Cooperação que considerasse a Gestão Sustentável das Terras, para a luta contra a desertificação e a promoção da cooperação entre os países da Comunidade. Assim sendo, a CNUCD constituir-se-ia em um tema das Salas Verdes¹¹⁷ (FAO, 2008, p. 28 e 33), ou seja,

[c]onsiderando o caráter complementar e sinérgico da proposta dos Pontos Focais da CCD com as ações da Educação Ambiental (que se destacam pela criação de espaços de interlocução bilateral e múltipla como forma de promover o controle social das políticas públicas e o diálogo entre as políticas setoriais ambientais, educativas, econômicas, sociais e de infraestrutura, de modo a participar das decisões de investimentos desses setores), foi elaborado um PCT [CPLP/FAO 3201] de apoio à proposta dos Pontos Focais da UNCCD com interfaces objetivas com o PCT da Educação Ambiental¹¹⁸ (FAO, 2008, p. 29).

Vale ressaltar, ainda, que, quando da 5ª Reunião do Comitê de Revisão e Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Seca (CRIC5 - Buenos Aires, Março de 2007), realizou-se uma outra reunião, com as delegações de Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Bissau, Brasil e Portugal, na qual acordaram a necessidade de construir uma proposta de

¹¹⁶ O Projeto “Educação Ambiental na CPLP no Marco da década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” tinha como objetivos: “Constituir centros de referência em documentação, comunicação e educação ambiental - Salas Verdes (a partir da constituição de dois centros de referência em cada um dos países membros da CPLP e da constituição de uma Rede de comunicação entre esses centros de referência); [e] Elaborar o Programa de Educação Ambiental da CPLP (a partir da realização de um Seminário CPLP de Educação Ambiental e da definição de estratégias para uma Campanha Internacional de Educação Ambiental com ênfase no tema Mudanças Climáticas)” (FAO, 2008, p. 28).

¹¹⁷ Salas Verdes são, como visto ainda na nota de rodapé 111, “[...] centros de referência em documentação, comunicação e educação ambiental [...]” (FAO, 2008, p. 28).

¹¹⁸ “[...] é importante destacar a concepção de Educação Ambiental com a qual se trabalha nos dois projetos. Para além da educação formal, a proposta de Educação Ambiental assumida está pautada na informação da sociedade para o exercício do controle social e da participação na elaboração de políticas públicas que considerem a sustentabilidade socioambiental” (FAO, 2008, p. 28).

cooperação Sul-Sul¹¹⁹. Assim sendo, ainda nesta reunião, estabeleceu-se que os PALOP e o Timor Leste realizariam uma breve avaliação – a partir de consulta nacional e de elementos identificados nos Planos de Ação Nacionais já realizados – das suas necessidades, a fim de fortalecer as capacidades nacionais, visando a implementação da CNUCD (CPLP, 2008, p. 2 e 7; FAO, 2008, p. 7).

Logo, Angola, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste iniciaram seus processos de consultas, tendo suas demandas¹²⁰ sintetizadas em três categorias, a saber: A) Formação de Recursos Humanos, B) Desenvolvimento Organizacional: Arcabouço Jurídico e Institucional e Desenvolvimento de Manuais, Diagnósticos e Indicadores, C) Estratégias de Comunicação e Sensibilização para o tema da desertificação. Nesse sentido, as necessidades destes Estados constituiriam as bases da cooperação Sul-Sul de longo prazo, expostas em uma proposta a ser apresentada à comunidade internacional, durante a COP8, em setembro de 2007, em Madrid, na Espanha (CPLP, 2008, p. 2 e 7; FAO, 2008, p. 7).

Assim, “[...] na COP 8, em Madrid, em um *side event* sob a presidência do Secretário-Executivo da CPLP, foi discutido e formalmente aprovado o quadro de orientação geral de um Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul [...]” (CPLP et al, 2010, p. 3). Este foi apresentado aos Pontos Focais da CPLP, no dia 25 de fevereiro de 2008, na cidade de Lisboa. Em abril de 2008, durante a IV Reunião de Ministros do Meio Ambiente da CPLP, foi anunciada a aprovação e o início da implementação do projeto (FAO¹²¹, s/d). E, no dia 5 de novembro de 2008, na cidade de Istambul, na Turquia, foi finalmente assinado o primeiro acordo de combate à desertificação e seca – Memorando de entendimento – entre o Secretário-Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, e o Secretário-Executivo da CCD, Luc Gnacadja (PORTAL PRAVDA¹²², 2008), acordo citado ainda no segundo Capítulo.

¹¹⁹ Esta “[...] proposta de cooperação Sul-Sul [Programa de Cooperação] teria as seguintes características: que seja de longo prazo com fases sucessivas de execução através de projetos específicos; que leve em conta o conjunto das prioridades dos países em termos de apoio à implementação da Convenção nos quadros de seus programas de desenvolvimento socioeconômicos; que envolva o Secretariado da CPLP; que aproveite as experiências de cada país; que tome em conta os apoios existentes” (CPLP, 2008, p. 2).

¹²⁰ A respeito dessas demandas sintetizadas pelos PALOP e pelo Timor Leste em três categorias, ver o **ANEXO A** (Demandas Apresentadas pelos Pontos Focais Nacionais da UNCCD).

¹²¹ Disponível em: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/quem-somos/en/>> Acesso em: 2 mar. 2012

¹²² Disponível em: <<http://port.pravda.ru/science/04-11-2008/25130-cplpdesertif-0/>> Acesso em: 12 abr. 2012.

Em consonância com a recomendação *Bottom-up*¹²³ da CCD e com a estratégia de trabalho da FAO¹²⁴ em relação à degradação da terra como um todo, ratifica-se que a proposta do Programa de Cooperação, a qual deveria ser construída pelo PCT CPLP/FAO, 3201 “[...] foi concebida a partir de um levantamento preliminar de demandas de cooperação dos países africanos da CPLP e do potencial de cooperação de Portugal e Brasil. [...]” (CPLP, s/d, p. 1). Estes dois Estados entrariam com suas experiências adquiridas por meio da realização dos seus Planos de Ação Nacional (PAN)¹²⁵ de luta contra a desertificação e demais características de cooperação e atividades específicas no presente PCT.

Tomando como base características da cooperação horizontal brasileira, mencionada por Puentes (2010, p. 32), como a abrangência de atividades pontuais, bem como projetos e programas, de forma a envolver tanto a geração, como a disseminação de conhecimentos técnicos, a capacitação de recursos humanos e experiências bem-sucedidas, o presente PCT, segundo a FAO (2008, p. 21), buscou o apoio direto deste país na consecução do quinto resultado esperado (Rede de Educação Ambiental envolvida e integrada na estratégia de comunicação), posto que o Brasil atuava como coordenador do processo de implementação de rede de Salas Verdes.

Já com relação a Portugal, “a cooperação para o desenvolvimento é uma prioridade da política externa portuguesa, [...] [sendo que] a coordenação da ajuda pública ao desenvolvimento é realizada por um único organismo, o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, [...] (CICL, 2012, s/p). Este país buscou contar com capacidade técnica no setor e, por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da rede de assessores locais do antigo IPAD, esperou-se a facilitação e a sensibilização dos Ministérios setoriais, além da

¹²³ É “[...] uma abordagem de ‘baixo para cima’ (*Bottom-up*), de maneira a envolver seriamente as populações das áreas afetadas, a fim de se lançarem bons resultados” (ROXO, s/d, p. 4-5).

¹²⁴ “A estratégia da FAO assenta, essencialmente, em três elementos-chave: (1) participação das populações afetadas e dos decisores locais, com o desenvolvimento de projetos com base em decisões tomadas pela comunidade, (2) conhecimento tradicional, que deve ser analisado e utilizado, quando corresponde a práticas de conservação e preservação dos recursos naturais, (3) as prioridades devem ser estabelecidas, para a salvaguarda de benefícios a longo prazo” (ROXO, s/d, p. 6).

¹²⁵ O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação de Portugal (PANCD) foi aprovado “[...] pelo governo a 17 de Junho de 1999, com a Resolução n.º 69/99” (ZANOLLA et al, s/d). “O presente PNACD resulta de uma participação alargada de agentes implicados e interessados na problemática de desertificação [...]” (DIÁRIO DA REPÚBLICA - I SÉRIE B, 1999, p. 4301). O Brasil só conseguiu lançar seu PAN-BRASIL em 2004 e, apesar das dificuldades de implementação, esse documento representa um norte na política brasileira de luta contra a desertificação, já que se guia por quatro eixos, os quais correspondem aos macro-objetivos do governo federal: “Combate à Pobreza e à Desigualdade; Ampliação Sustentável da Capacidade Produtiva; Preservação, Conservação e Manejo Sustentável de Recursos Naturais; e Gestão Democrática e Fortalecimento Institucional” (PAN-BRASIL, 2004, p. 17).

articulação entre atores, para integrar o Comitê de Coordenação e implementar o plano de trabalho do PCT, uma vez constituídos os Grupos de Trabalho deste Projeto (FAO, 2008, p. 21).

Logo, a instituição de um Projeto de Cooperação Técnica (PCT) que resultasse, principalmente, na elaboração de um Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para a Implementação da CCD no quadro de Gestão Sustentável das Terras (GST), por parte do apoio direto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e da assistência das demais instituições internacionais (FAO, MM e ex-IPAD), ocorreu pelo fato de que todos os Estados da CPLP são signatários da CNUCD e sofrem com a degradação da terra, bem como, em sua maioria, com o processo da desertificação; mas, também, pela compreensão de que a luta contra a desertificação e/ou a degradação da terra, além da seca, exigem respostas conjuntas e sinérgicas, isto é, respostas em nível de cooperação internacional e de parcerias atuantes em GST.

Por isso mesmo, em seus documentos, o presente PCT buscou observar quais as sugestões para o êxito da CCD e atuar em conformidade com o Marco Estratégico Decenal da CCD (2008-2018), principalmente, no que diz respeito ao objetivo estratégico 3, quanto seu efeito previsto 3.1: “A gestão sustentável da terra e a luta contra a desertificação e a degradação das terras contribuem para conservação e o uso sustentável da biodiversidade e para a mitigação da mudança climática” (ONU; CNUCD, 2007, p. 17). Diante de todo o exposto, parte-se para a compreensão esmiuçada do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, desenvolvido em duas fases a seguir analisadas.

3.2 AS DUAS FASES DO PCT CPLP/FAO - 3201 (2008-2010; 2010-2011)

A fim de compreender o que aconteceu nas duas fases do PCT CPLP/FAO 3201, faz-se mister informar que o período de execução original desse Projeto de Cooperação Técnica, sediado pelo Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), foi estabelecido entre julho de 2008 e junho de 2010. Contudo, face a complexidade das ações, este prazo se entendeu por mais um ano, no qual seu aporte financeiro ficou estabelecido em 475.000 R\$ (FAO) + 100.000 € (antigo IPAD) (CPLP, 2009, p. 30). Na verdade, a extensão do PCT foi solicitada pelo Secretário-Executivo da CPLP, após a II Reunião do Comitê de Coordenação do Projeto, pelo motivo oficial de manter a comunicação e a coordenação das

atividades, enquanto se aguardava os resultados da candidatura apresentada ao Fundo Espanhol aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM na FAO (CPLP et al, 2011, p. 21 e 22). Esperava-se que esta candidatura contribuisse para o principal resultado do Projeto, o financiamento do Programa de Cooperação, posto que foi apresentada a concepção de um documento de síntese deste desenho de Programa à Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), ainda na primeira fase do PCT, para a supracitada aplicação do Fundo Espanhol (CPLP et al, 2011, p. 27).

Esse Projeto foi concebido segundo o primeiro Boletim do PCT CPLP/FAO 3201, organizado pelas instituições CPLP, FAO, IPAD (2008, p. 1) “[...] como um projeto-meio que tem por objetivo apoiar os países na elaboração de um programa de cooperação de longo prazo para o desenvolvimento de ações de combate à desertificação e promoção do desenvolvimento rural sustentável”, de maneira a identificar tanto o potencial de cooperação Sul-Sul, quanto dos parceiros na cooperação Norte-Sul. Para além da projeção deste Programa, contava-se com outro importante objetivo em sua proposta original, a saber: a realização de um Atlas Socioambiental¹²⁶. Contudo, essa proposta de construção de um Atlas Socioambiental teve que se transformar, na época, em uma proposta, a qual se acreditava mais viável – discutida de forma mais apurada na segunda fase do PCT – em um Sistema de Informação para um Observatório Socioambiental¹²⁷, uma vez que faltavam dados necessários à realização de um Atlas (CPLP et al, 2011, p. 27).

Outrossim, considera-se que a dinâmica e a estrutura de um Observatório Socioambiental é mais atual, na medida em que os dados podem ser facilmente acessados pela rede mundial de computadores e periodicamente atualizados, formando um importante instrumento de informações para o desenvolvimento de futuros projetos, beneficiando, dessa forma, a comunidade local.

¹²⁶ O Atlas Socioambiental partiria do aproveitamento do produto das consultorias nacionais, estimulando uma análise sobre a sociobiodiversidade dos países da CPLP. Este Atlas consideraria: (ambientes naturais e a biodiversidade dos países; aspectos geográficos e geopolíticos; diversidade étnica e cultural dos países). Além disso, reuniria as informações acerca dos Estados de língua portuguesa, de maneira a constituir-se em um elemento de afirmação da identidade desses países, por meio da valorização de suas culturas, bem como da diversidade ambiental neles presentes (FAO, 2008, p. 26-7), ou seja, idealizava-se, com a elaboração do Atlas, a promoção e o conhecimento da diversidade social e natural entre os países da Comunidade (CPLP et al, 2011, p. 17).

¹²⁷ Caso fosse realizado, esse Sistema de Informação para o Observatório Socioambiental seria [...] “um sistema de informação interativa composto por uma plataforma na internet e uma rede de colaboradores distribuídos nos países de Língua Portuguesa” (FAO, 2010, p. 1).

Aqui, vale atentar para alguns motivos referentes ao déficit de informação que impossibilitou a realização deste Atlas e, ao mesmo tempo, estimulou a idealização e a luta pelo desenvolvimento do Observatório Socioambiental, o qual era um produto esperado do Programa de Cooperação, conforme segue:

Essa enorme lacuna de informações é acompanhada pela ocorrência de discrepância entre os dados disponíveis, [...], e pode ser justificada por diversas razões. A primeira delas possivelmente está relacionada à própria história e desenvolvimento dos países, no que se refere ao acesso à formação e tecnologias da informação. Igualmente, a fragilidade institucional impede a ampliação da investigação, do estudo e, por conseguinte, o desvendar das múltiplas realidades nacionais em todos os campos do conhecimento. Sendo assim, um dos motivos aparentes para a falta de informações disponíveis na Internet é exatamente o fato destas informações não terem sido produzidas. Por outro lado, a maior parte da informação disponível é procedente de instituições internacionais, que realizam estudos em projetos de desenvolvimento e ajuda internacional. Há também uma parcela de informação não digitalizada ou catalogada nos acervos dos centros de pesquisa, [...] Uma outra hipótese é que as informações produzidas, dados e mapas registros de novas tecnologias e boas práticas não são disponibilizadas pela reduzida cultura de democratização das informações. A maior parte da produção de informações é fruto de algum trabalho demandado e/ou financiado por diversas instituições interessadas, dentro ou fora dos países. Há, portanto, um mercado de informações, controlado por alguns grupos de profissionais (FAO, 2010, p. 4).

A implementação prática de um Sistema de Observatório Socioambiental serviria, dessa forma, como um instrumento para, se não sanar, ao menos, minimizar o déficit de informação observado, superando o desafio inicial da informação, identificado pelo PCT CPLP/FAO 3201. No entanto, revelam-se, com a explicação da segunda fase do Projeto, quais problemas inviabilizaram a realização do Programa de Cooperação e de seu importante resultado esperado, o Sistema de Informação para o Observatório Socioambiental.

Retomando o pensamento desta primeira fase do Projeto, é importante informar que, como projeto-meio, os resultados esperados do PCT já constituiriam as etapas preparatórias de implementação do Programa de Cooperação (FAO, 2008, p. 21-2). A respeito dos resultados, o PCT objetivou cinco. Conforme seu último Relatório Final (2011), os resultados esperados foram: 1) Comitê Intergovernamental de Gestão criado e operacional; 2) Programa de Cooperação da CPLP para combater a desertificação, preparado e endossado pelos atores técnicos e políticos de todos os Estados-Membros, e amplamente comunicado; 3) Instituições nacionais envolvidas na gestão sustentável dos solos; 4) Estratégia financeira do programa de cooperação projetado e implementado; 5)

Rede de Educação Ambiental envolvida e integrada na estratégia de comunicação (CPLP et al, 2011, p. 9). Ressalta-se que, ainda na primeira fase deste PCT, pôde-se desenhar a execução ou não de tais resultados esperados.

3.2.1 Primeira fase do PCT CPLP/FAO 3201 (2008-2010)

Nessa primeira fase do Projeto, é preciso frisar que muitos dos acontecimentos explanados no tópico “Antecedentes da Proposta do PCT CPLP/FAO 3201”, referentes ao período (2008-2010), já podem ser considerados pertencentes a esta fase. Assim, o Relatório Final do PCT ora tratado faz a seguinte observação:

O TCP INT 3201 foi implementado de acordo com uma abordagem de gestão adaptativa, através da identificação de oportunidades para melhorar as ações voltadas para fortalecer as capacidades nacionais em matéria de Ordenamento Sustentável do Território, desenvolvimento de parcerias estratégicas e superando as mudanças contextuais que possam ameaçar o sucesso do projeto (CPLP et al, 2011, p. 8).

Parte da realidade acima já pôde ser observada no desenvolvimento da primeira fase do PCT, pois as ações desse projeto foram coordenadas por meio de um arranjo institucional¹²⁸, o qual continha Comitê de Coordenação (CC) (CPLP, s/d, p. 21), que, por sua vez, estava designado para coordenar a formação dos Grupos de Trabalhos (GT) e dos Comitês Nacionais (CN). Conforme a CPLP (s/d, p. 2), o CC representava os oito países da Comunidade, sendo formado por representantes dos: “a) Pontos Focais da CNUCD; b) Pontos Focais da Educação Ambiental; c) Ministérios da Agricultura; d) Pontos Focais do PCT na CPLP” (CPLP et al, 2011, p. 10).

Os Grupos de trabalhos intersetoriais nacionais, por sua vez, eram de responsabilidade deste Comitê de Coordenação intergovernamental, já que este deveria constituir-los, a fim de elaborar o Programa de Cooperação da CPLP. Estes GT se baseavam no aprofundamento das necessidades, correspondentes à fase preliminar da elaboração deste PCT, de maneira que pudessem contribuir para a consolidação dos processos de planejamento integrado do combate à desertificação e às ameaças ambientais

¹²⁸ Conforme o “Memorando da 1ª Reunião do Comitê de Coordenação do Projeto de Cooperação Técnica da FAO para o Combate à Desertificação na CPLP (2008/2009)”, “as ações deste TCP CPLP/FAO serão coordenadas a partir de um arranjo institucional que é formado por um Comitê de Coordenação, que integra os 8 países e o Ponto Focal da CPLP, a assessoria e apoio da FAO e, ainda, o apoio das Cooperações brasileira e portuguesa” (CPLP, s/d, p. 21).

globais. A formação técnica obrigatória dos GT era integrada pelos seguintes representantes: a) Ponto Focal nacional para a UNCCD; b) Consultor Nacional do PCT; c) Ponto Focal nacional para a Educação Ambiental; d) Ministério da Agricultura; e) Ministério do Planejamento; f) Ministério das Finanças; g) Ministério do Ambiente; h) Instituições de investigação e sociedade civil relacionadas com a gestão sustentável das terras (FAO, 2008, p. 16-7).

Já os Comitês Nacionais foram desenhados para ser um espaço onde fossem desenvolvidas a discussão, a aprendizagem e a construção coletiva, buscando verificar as demandas de apoio que os PALOP, mais o Timor Leste, apresentassem para o desenvolvimento da Gestão Sustentável das Terras, além de apontar as direções a serem percorridas, identificando, assim, tanto o potencial de intercâmbio, como a troca de experiências entre os países da Comunidade, segundo a CPLP (s/d, p. 2). Ainda sob essa mesma referência, “os Grupos de Trabalho/Comitês Nacionais são as instâncias que deverão, em conjunto, discutir, propor e validar as ações no campo da Gestão Sustentável das Terras a serem desenvolvidas com apoio do Programa de Cooperação” (CPLP, s/d, p. 2). Fácil identificar, com a explicação dos resultados alcançados, que, apesar de o Programa de Cooperação, preparado pelo Projeto, não ter sido executado, o envolvimento dos GT com os CN que conseguiram ser construídos foram de grande importância para o processo de criação da proposta de Programa pelo PCT.

Logo, a formação do Comitê de Gestão, dos Grupos de Trabalhos, dos Comitês Nacionais, juntamente com o fortalecimento dos trabalhos dos Consultores Nacionais¹²⁹ do PCT foram instrumentos cruciais para a organização e a desenvoltura da proposta do Programa de Cooperação Sul-Sul Norte-Sul de Combate à Desertificação, do qual demandariam bastante comprometimento deste arranjo institucional, das demais parcerias nacionais, bem como das almejadas parcerias internacionais. Nesse sentido, e com o objetivo de melhor visualizar os três resultados oficialmente alcançados (1º, 3º e 4º) pelo PCT, será reproduzido de forma resumida o quadro (*First Phase: July 2008 – June*

¹²⁹ “Este PCT assegura a contratação de um consultor principal e de consultores nacionais para as actividades de capacitação nacional e formulação do Programa de Cooperação CPLP. Os consultores nacionais deverão desenvolver o seu trabalho de apoio à capacitação e de assessoria técnica junto das instituições que compõem os Grupos de Trabalho nacionais, ou outras indicadas por estes, mas deverão ser residentes junto dos Ministérios do Planeamento, prosseguindo a missão de criação de capacidade para o planeamento integrado na confluência de objetivos de desenvolvimento, segurança alimentar, combate à desertificação, mitigação e adaptação às alterações climáticas e combate à perda de biodiversidade” (FAO, 2008, p. 18).

2010)¹³⁰, publicado no Relatório Final (2011) do Projeto e no Relatório da II Reunião do Comitê de Coordenação do PCT, sob o nome de “Matriz Lógica de Resultados”, em três fragmentados quadros menores.

Para explicar os outros dois resultados previstos (2º e 5º), oficialmente tidos como não alcançados pelo PCT, serão utilizadas informações do quadro supracitado, sem que, contudo, ele seja fragmentado em quadros menores. Para tanto, no que concerne ao segundo resultado – referente à elaboração do Programa de Cooperação – serão destacadas as atividades que conseguiram ser implementadas no âmbito do Projeto, posto que, apesar de o Programa, em si, não ter sido executado, “a fase de implementação [do PCT], na realidade corresponde a uma fase de desenvolvimento participado do Programa de Cooperação, com a criação dos comitês intergovernamentais e a realização dos diagnósticos com o apoio de consultores nacionais” (JUSTINO, 2012, APÊNDICE 3). No que diz respeito ao quinto resultado, serão traçados alguns esclarecimentos, de maneira a explicar por que este resultado – Rede de Educação Ambiental envolvida e integrada – não foi alcançado. Seguem os quadros:

Quadro 11 - Primeiro resultado esperado

Resultado Esperado	Atividades Implementadas/ Resultados Alcançados
<p>Resultado 1: Comitê de Coordenação Intergovernamental criado</p>	<p>A.1.1. Comitê de Coordenação ou de Gestão (CC ou CG) criado;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A I Reunião da Comissão de Coordenação foi realizada em Lisboa, no SECPLP, de 22 a 23 de setembro de 2008; ● A II Reunião da Comissão de Coordenação foi realizada em Maputo, de 27 a 29 de abril de 2010, com o objetivo de validar a proposta de Cooperação, como fase final do projeto; <p>A.1.2. Os Termos de Referência (TR) foram definidos para: os Comitês Nacionais, os Consultores Nacionais, as missões ao terreno da Consultora Regional e para a Consultora;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Os Comitês Nacionais foram criados e instalados: <ul style="list-style-type: none"> o Cabo Verde: fevereiro de 2009 (decretado como comitê permanente de comunicação ministerial) o Guiné-Bissau: fevereiro 2009 o Moçambique: abril de 2009 o São Tomé e Príncipe: abril de 2009 o Timor Leste: Em 2008, por acordo com o Projeto <i>SLM PNUD / GEF</i>; ● Consultorias Nacionais foram executadas em Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique; <p>A.1.3. Durante a II Reunião do CC, a proposta de programa foi apresentada, discutida e aprovada.</p>

¹³⁰ Ver **ANEXO B** (*First Phase: July 2008 – June 2010*), para observar o quadro maior, com detalhes a respeito de atividades implementadas/resultados alcançados.

FONTE: Quadro sintetizado e adaptado pela autora, a partir do quadro *First Phase: July 2008 – June 2010*, no Relatório Final do PCT CPLP/FAO 3201 (CPLP et al, 2011, p. 10-14) e no Relatório da II Reunião do Comitê de Coordenação do PCT (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 26-29), chamado de Matriz Lógica de Resultados

Nesse quadro, pode-se observar que o primeiro resultado previsto do PCT foi executado. O Comitê de Coordenação foi criado e dois encontros, pelos quais o CC ficou responsável, foram realizados. O primeiro aconteceu em Lisboa, no Secretariado da CPLP, nos dias 22 e 23 de setembro de 2008. Dentro de uma ideia de gestão conjunta, que envolvesse todos os parceiros do PCT. A primeira reunião contou com a participação dos representantes de todos os Estados-membros da CPLP, da FAO, do antigo IPAD, do Mecanismo Mundial, do Secretário-Executivo da UNCCD, do Secretário-Executivo da CPLP e da Consultora Regional do Projeto. Foi nesse encontro que o Comitê de Coordenação buscou discutir e aprovar as regras de funcionamento e metodologias preliminares, a fim de conceber a elaboração do Programa de Cooperação (CPLP et al, 2011, p. 10-11), por meio das seguintes tarefas: “(1) Aprovar o plano de trabalho do PCT [...]; (2) Estabelecer o esquema de articulação para a equipe técnica do PCT [...]; e (3) Definir os possíveis componentes do programa, identificar e convocar grupos de trabalho nacionais intersetoriais [...]” (CPLP et al, 2011, p. 11). Face a busca das regras de funcionamento e metodologias preliminares, a partir do estabelecimento das tarefas implementadas acima, este CC também se encarregou de

[a]companhar e apoiar os Grupos de Trabalho/Comitês Nacionais para a concepção do Programa de Cooperação [como foi visto] e respectiva calendarização de trabalhos; acompanhar os resultados das Consultorias Regional e Nacionais no âmbito dos trabalhos especializados e de capacitação nacional para a elaboração do Programa; acompanhar os processos de consulta e debate público do Programa, em articulação com a equipe técnica do TCP CPLP/FAO; aprovar a versão final da proposta de Programa e minutas dos termos de referência para Projetos e ações identificados; apoiar o Secretariado Executivo da CPLP na identificação de recursos para a implementação do Programa junto de doadores multilaterais e bilaterais (CPLP, s/d, p. 2).

Ou seja, no início dessa primeira fase do PCT, o CC ficou responsável por aprovar suas responsabilidades e suas ferramentas de comunicação (CPLP et al, 2011, p. 13), tendo que cumprir com suas atribuições. O segundo encontro do Comitê de Coordenação aconteceu em Maputo nos dias 27 e 29 de abril de 2010, com o objetivo de validar a proposta de Programa de Cooperação, como fase final do Projeto, uma vez que já havia

sido apresentada e discutida (CPLP et al, 2011, p. 10 e 11). Aliados à concretização do Comitê de Coordenação, os Comitês e as Consultorias Nacionais – que eram para ser realizados em todos os PALOP e em Timor Leste – não conseguiram ser concretizados em alguns desses Estados. Faltou a realização do Comitê Nacional de Angola e a concretização dos relatórios de Consultorias Nacionais¹³¹ de Angola e também do Timor-Leste, como pode ser constatado no quadro reproduzido. Em relação às causas que levaram Angola e Timor Leste a não executarem estas responsabilidades cruciais para o desenho do Programa de Cooperação, a Sra. Denise Valéria de Lima, Consultora Regional do PCT, deu a seguinte explicação:

Em Angola, além das dificuldades inerentes à cultura organizacional do país, que está muito voltada para a sua dinâmica interna e pelo fato de não depender de financiamento externo para desenvolver as ações que se propunha no projeto. Um agravante foi a centralização do diálogo em uma representação do país que, por desventura, sofreu um AVC. E assim, o projeto ficou paralisado no país. Outro agravante foi a ausência de Representante da FAO no país. Por quase dois anos o escritório de Angola funcionou com representação interina e com reduzida capacidade de ação¹³². [Em relação ao segundo país,] o Timor Leste sofreu várias dificuldades. A dificuldade de comunicação, uma vez que a maioria dos técnicos não fala português e poucos falam inglês dificultava a comunicação. O trauma da guerra ainda muito recente, a cultura muito particular dos timorenses, a imensa falta de técnicos com capacidade técnica para realizar a consultoria nacional, impossibilitaram o desenvolvimento do projeto naquele país (LIMA, 2012, APÊNDICE 1).

Em relação às representações de Cabo Verde, de Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e de Moçambique, países que conseguiram concretizar suas Consultorias Nacionais, a Consultora Regional do PCT salienta que o que ajudou no êxito dessas representações, respectivamente:

¹³¹ Sobre os Relatórios das Consultorias Nacionais, basta acessar os *links* – referentes, respectivamente, a Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe – disponíveis em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/Relatorios/GB_Quadro_Demandas_semfotos.pdf>; <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/Relatorios/CV_Quadro_Demandas.pdf>; <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/Relatorios/MOZ_Quadro_Demandas.pdf> e <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/bib_STP_/STP_TDR_Cons_Nacional__2009_22032009_.pdf> Acesso em: 13 nov. 2012.

¹³² Complementando, na época da II Reunião do Comitê de Coordenação, Angola alegou que o atraso de seu relatório devia-se à “[...] dificuldade em contratar os consultores nacionais, seja pelos valores oferecidos, seja pela ausência de Representante da FAO e ausência do próprio Ponto Focal CNUCD por motivos de saúde” (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 23).

O forte engajamento das representações de Cabo Verde e de Guiné-Bissau pode ser considerado como um dos facilitadores da implementação do projeto. Esse engajamento aliado ao fato de que os representantes desses países tinham acesso ao alto nível de Governo e às representações diplomáticas na CPLP fortalecia o grupo e motivava os demais países. O profissionalismo e esforço de superação de dificuldades por parte da representação da Guiné-Bissau no projeto, aliado ao espírito de equipe e solidariedade de Cabo Verde promoveram um clima muito favorável ao projeto. Em São Tomé, um time de três técnicos experientes abriu portas, mobilizou os atores e proporcionou a realização de um seminário de consulta nacional de muita qualidade. Em Moçambique se deu o mesmo. A última reunião do projeto contou com a participação da Ministra Adjunta do Meio Ambiente e de vários técnicos de alto nível do Governo moçambicano (LIMA, 2012, APÊNDICE 1).

Registra-se, dessa forma, que as questões preponderantes na formação das Consultorias Nacionais desses quatro Estados foram o engajamento das representações de Cabo Verde e de Guiné-Bissau, e o nível considerável de experiência dos técnicos de São Tomé e Príncipe e Moçambique. Estes fatores faltaram em Angola e Timor Leste respectivamente. Faz-se importante informar que as Consultorias Nacionais desenvolvidas no escopo do PCT foram orientadas por uma metodologia de trabalho baseada nos seguintes objetivos, segundo o relatório final (2010) do PCT:

- 1) Identificar os programas e projetos desenvolvidos e em desenvolvimento nos países relacionados com a GST; 2) Levantar o quadro de atores relevantes para a temática da GST; e, 3) Identificar o quadro de demandas e ofertas de cooperação para a implementação da convenção nos países e a inserção da abordagem da Gestão Sustentável das Terras (CPLP et al, 2010, p. 9).

Foi a partir dessa metodologia, conforme esse mesmo Relatório Final (2010), que se realizaram as reuniões dos Comitês Nacionais, para discutir, ou aprovar os relatórios das Consultorias Nacionais elaborados. Estes relatórios consideraram entrevistas realizadas e seminários de consulta nacional. Diante desses elementos, foi assim que um grupo de especialistas em desenvolvimento rural, metodologias participativas, abordagem territorial e gestão de recursos naturais se reuniram, a fim de elaborar a proposta do Programa de Cooperação, proposta esta apresentada na II Reunião do Comitê de Coordenação do TCP INT 3201 (CPLP et al, 2010, p. 9), discutida e aprovada.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o segundo resultado esperado do presente PCT era o Programa de Cooperação da CPLP, preparado e endossado pelos atores técnicos e políticos de todos os Estados-membros e amplamente comunicado. Destarte, sob a

responsabilidade do PCT (projeto meio) estava a preparação da proposta de Programa, bem como, conforme a CPLP (s/d, p. 3), a formação do Comitê de Coordenação e dos Grupos de Trabalho nacionais, que, uma vez constituídos e operacionais, seriam responsáveis pela execução do Programa, juntamente com o auxílio dos Comitês Nacionais. Assim sendo, como os resultados esperados do Projeto eram considerados, segundo a FAO (2008, p. 21 e 22), também as etapas preparatórias da implementação do Programa de Cooperação e como a formação (experiência de condução e o funcionamento) do Comitê de Coordenação deveria servir de base à constituição da estrutura de condução do Programa, no contexto da análise das lições aprendidas (FAO, 2008, p. 25), a tendência é esses dois instrumentos de cooperação serem confundidos.

Dessa forma, faz-se necessário reforçar o que o primeiro boletim do PCT assevera: “É importante não confundir o PCT CPLP/FAO [3201] com o Programa de Cooperação de longo prazo para a implementação da UNCCD nos países da CPLP” (CPLP, FAO, IPAD, 2008, p. 2); isso porque a elaboração deste constitui um dos resultados previstos daquele projeto meio. Dessa forma, este seria apenas o instrumento ou o meio para impulsionar a realização de um Programa de Cooperação.

Apesar de a proposta de Programa de Cooperação da CPLP ter conseguido ser preparada com a ajuda dos atores técnicos e políticos dos quatro Estados da CPLP, o que demonstra que parte do segundo resultado do PCT foi realizado, o Programa de Cooperação não foi executado. Segundo a Consultora regional do PCT¹³³, o motivo-chave para a não execução do Programa foi a não confirmação do financiamento que viria da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, por causa da crise internacional que abateu a Espanha. A explicação desse motivo gerado pela crise internacional será abordada na segunda fase do PCT.

No Relatório Final (2011), esse segundo resultado do PCT foi considerado, oficialmente, não alcançado, devido à falta de implementação da proposta pelos supracitados países. Todavia, entende-se que parte desse segundo resultado foi conquistado ante a preparação da proposta de Programa de Cooperação pelos quatro Estados dos PALOP acima referidos. Pode-se considerar, a partir do que já foi analisado, duas razões para o segundo resultado ser considerado oficialmente não alcançado, a saber: a primeira seria o fato de que o Programa de Cooperação da CPLP para combater a desertificação

¹³³ Em entrevista por Internet, no dia: 26 abr. 2013.

deveria ter sido preparado e endossado pelos atores técnicos e políticos de todos os Estados-membros, mas nem Angola nem Timor Leste concretizaram seus Relatórios de Consultorias Nacionais, devido as dificuldades apresentadas pela Consultora Regional, ficando, em parte, fora do processo de desenvolvimento da proposta de Programa, o que sinalizou a não aprovação do Programa por esses dois Estados; a segunda razão foi porque, ao não conseguir o financiamento da AECID, a execução do Programa se tornou impossível.

É importante reiterar que – mesmo que o Programa de Cooperação não tenha sido colocado em prática, com o fim do PCT – as etapas preparatórias desse Projeto, como visto, foram consideradas como parte das atividades implementadas pelo Programa de Cooperação. Assim, todas as atividades realizadas, no âmbito dos resultados previstos, são partes também do Programa.

Antes de iniciar a explicação acerca dos objetivos do Programa de Cooperação, bem como demonstrar como ele foi pensado para ser desenvolvido – se tivesse sido executado depois do término do PCT – será destacada a realização de algumas outras atividades, durante o desenho da proposta de Programa, no âmbito da busca da comunicação, da interação dos atores e do envolvimento com o PCT, a saber: A realização de reuniões da Consultora Regional e do Coordenador do projeto com os Comitês Nacionais, em Cabo Verde (julho de 2009), em Guiné-Bissau (setembro de 2009), em Moçambique (abril de 2009 e abril de 2010), em São Tomé e Príncipe (abril de 2009 e abril de 2010) e em Timor Leste (janeiro de 2010); o acompanhamento e o apoio dos Consultores Nacionais pela Consultora Regional (Sra. Denise Valéria de Lima) e pelo Coordenador da FAO (Sr. Luc Dubreuil); e a realização de várias conferências via Internet, implementadas entre a Consultora Regional, os Consultores Nacionais e os Comitês Nacionais para monitorar e coordenar os processos de formulação do Programa¹³⁴; a contactação da equipe do projeto com especialistas portugueses e brasileiros (acadêmicos e outros) para escutar percepções (CPLP et al, 2011, p. 14-5; CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 29-31);

Também foram realizadas missões no terreno, efetuadas pela Consultora Regional e pelo Coordenador da FAO, a identificação das necessidades contidas nos relatórios das

¹³⁴ Vale ressaltar que, em entrevista (26 abr. 2013), por Internet, a Consultora Regional do Projeto explicou que a realização das conferências *on-line* contribuiu para um ganho de cultura, posto que os Consultores Nacionais não tinham a cultura de usar alguns novos meios de comunicações, antes do projeto.

Consultorias Nacionais e o debate com os Comitês Nacionais. Houve também a implementação de consultas com vários atores, por meio da realização de encontros, como: o III Encontro dos Observadores Consultivos da CPLP (junho de 2009), o Encontro com o IICT Português e o Encontro com os representantes do Ministério da Agricultura do Brasil, para discutir sobre Educação Ambiental (fevereiro de 2010). Ainda, foi construído um *site* do projeto concebido dentro da Plataforma da FAO e publicado a partir do *website* da CPLP¹³⁵ e houve a apresentação de diretrizes, componentes e propostas para o Programa de Cooperação, dentre elas, a aprovação do conceito de Observatório Socioambiental, em vez de Atlas, durante o II Encontro do CC (abril de 2010). Por fim, foram incorporadas recomendações, foi dado um *feedback* e sugestões na revisão da proposta para o Programa de Cooperação, aprovadas pelas autoridades dos Estados-membros e houve apresentação da síntese da proposta do Programa de Cooperação, discutida no âmbito da CPLP, para o Fundo Espanhol para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na FAO (CPLP et al, 2011, p. 15-18; CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 31-33).

Para explicar como foi pensado o Programa de Cooperação, é importante ressaltar que o desenvolvimento da proposta de Programa se encaminhou, conforme o relatório (2011) do PCT, em alinhamento com a Declaração de Paris de 2005 e a Agenda de ACCRA para a Ação de 2008¹³⁶, na medida em que os métodos de trabalho da proposta de Programa se coadunaram com muitas das diretrizes da Declaração supracitada.

[Em relação ao método de trabalho da proposta de Programa de Cooperação, destaca-se] a estratégia de gestão baseada em comitês interinstitucionais; a identificação e concertação com os principais parceiros da cooperação internacional nos países; a inserção da monitoria analítica, atenta às aprendizagens coletivas, aos contextos específicos e à negociação das mudanças; o apoio ao desenvolvimento de Estratégias Financeiras Integradas; a inserção do Protagonismo Juvenil e das relações de gênero em todos as componentes desenvolvidas. [Dentre as diretrizes da Declaração mencionam-se]: a harmonização de esforços; [o] alinhamento com as estratégias e prioridades nacionais; [a] apropriação e responsabilização mútua; [a] construção de parcerias mais eficazes e inclusivas; [a] gestão por resultados e prestação de contas mútua;

¹³⁵ Pela CPLP, pode-se encontrar o Portal do PCT CPLP/FAO 3201, no *link*: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=2147&PID=5295&M=NewsV2&Action=1&NewsId=1081>> Ou pode encontrar o Portal deste PCT, diretamente, no sítio da FAO: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/en/>> Em entrevista (26 abr. 2013), por Internet, com a Consultora Regional deste PCT, ela assevera que a construção deste Portal, em língua portuguesa, na FAO, foi uma grande vitória, posto que esta não é uma língua, reconhecida, como oficial pela FAO.

¹³⁶ Para conhecer a Declaração de Paris 2005 e a Agenda ACCRA, acesse os *links* disponíveis em: <<http://www.oecd.org/dac/effectiveness/38604403.pdf>>; <<http://www.oecd.org/dac/effectiveness/41202060.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2013.

[o] planeamento de longo prazo; [a] sinergia entre as Convenções de Combate à Desertificação, Biodiversidade e Mudanças Climáticas (CPLP et al, 2011, p. 41).

Registra-se, dessa forma, que a formulação do Programa também pretendeu contribuir para o desenvolvimento de alguns objetivos específicos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, como: “1) Erradicação a Pobreza extrema e a fome; 3) Promover a igualdade de gênero e a autonomização da mulher; 7) Garantia da Sustentabilidade Ambiental” (CPLP et al, 2010, p. 7).

Assim sendo, parte-se para a compreensão do Programa de Cooperação, idealizado com o “[...] objetivo [de] fortalecer capacidades humanas e institucionais e apoiar a formulação de políticas públicas harmônicas e pautadas pela busca da sustentabilidade socioambiental” (CPLP et al, 2010, p. 40). Para tanto, este Programa foi desenhado para ser desenvolvido em nove anos, com divisões de três períodos consecutivos de três anos (CPLP et al, 2010 p. 21). Vislumbrava-se, com isso, “[...] um processo de formação de técnicos e comunidades para a formulação de projetos de gestão territorial, enquanto experiências piloto de política pública e como geradores de aprendizagens e subsídios para a proposição e/ou reformulação de políticas públicas” (CPLP et al, 2010, p. 21). Para este desenvolvimento e mediante as principais necessidades dos PALOP e do Timor-Leste, o Programa delineou seus objetivos gerais da seguinte forma:

1) Fortalecer capacidades humanas, técnicas, financeiras e institucionais para a formulação e implementação de políticas públicas de combate à desertificação e gestão sustentável das terras (GST) na CPLP; 2) Contribuir para o aumento da resiliência ecológica, social e econômica frente às ameaças da seca e da desertificação, agravadas pelas mudanças climáticas, beneficiando as populações afetadas, com ênfase na juventude e nas mulheres (CPLP et al, 2010, p. 5).

A partir desses objetivos gerais, para cada período ou fase de três anos do Programa, foram projetados objetivos específicos estratégicos, a fim de torná-lo viável. Abaixo, seguem esses objetivos, correspondentes às três fases:

Quadro 12 - Objetivos específicos, por fase, do Programa

FASE I	I - 1) Facilitar a apropriação pelos gestores públicos, técnicos, pelas comunidades e pela juventude da abordagem da GST, seus conceitos, suas ferramentas de planejamento territorial, de monitoramento e avaliação de indicadores de desertificação;
	I - 2) Formular propostas de intervenção social, nas áreas prioritárias, com ênfase no combate à desertificação e gestão sustentável das terras com sustentabilidade ambiental e respeito às culturas locais;
	I - 3) No âmbito do sistema de informação (SI), criar e fortalecer redes de aprendizagem coletiva nas temáticas relacionadas ao combate à desertificação e à GST, além de facilitar a troca de documentação e implementação de um sistema para o monitoramento e posterior avaliação dos indicadores da CNUCD e outros indicadores decididos como pertinentes.
FASE II	II - 1) Implementar intervenções territoriais, nas áreas designadas como prioritárias, com foco no combate à desertificação e a GST, e no respeito à sustentabilidade ambiental e às culturas locais;
	II - 2) Implementar o SI para monitoramento dos indicadores de desertificação e GST;
	II - 3) Sistematizar e analisar as intervenções territoriais como base para a formulação de políticas públicas para o combate à desertificação e a GST.
FASE III	III - 1) Apoiar o desenho contínuo, implementação e monitoramento de políticas públicas estruturantes de combate à desertificação e da GST;
	III - 2) Consolidar o sistema de informação como locus de disseminação e promoção do desenvolvimento técnico e científico, e base para a formulação de políticas públicas sustentáveis.

FONTE: (CPLP et al, 2010, p. 5).

É importante informar que, se houve o desenvolvimento detalhado da primeira fase do Programa, o mesmo não ocorreu com as duas últimas fases, devido ao fato de o Programa não ter sido executado, havendo, portanto, poucas informações a ser exploradas nestas últimas fases, nos relatórios de 2010 e de 2011 do Projeto. Nesse sentido, adentrar-se-á mais na compreensão da primeira fase, cujos objetivos específicos foram baseados em quatro eixos/componentes, que teriam que dialogar entre si, isto é, se interrelacionar, a saber: “Componente A: Fortalecimento de Capacidades; Componente B: Comunicação e Cidadania Ambiental; Componente C: Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; e Componente D: Parcerias e Sinergias” (CPLP et al, 2011, p. 52).

Não havendo como discutir todos os produtos esperados¹³⁷, a partir do desenvolvimento dos eixos supracitados, eis os dois principais de interesse para a presente comunicação: A realização de um Sistema de Informação, que consideraria o Observatório Socioambiental como um elemento prioritário do desenvolvimento do componente B, além

¹³⁷ A respeito dos produtos esperados pelos componentes supracitados, ver o **ANEXO C: Produtos e Resultados dos Componentes A, B, C e D.**

da concepção de um conjunto de Projetos de Gestão da Terra, principal produto do Componente A, que deveriam ser formulados de maneira processual e participativa. Estes projetos buscariam atender a um conjunto de demandas comuns entre os PALOP e o Timor Leste, vinculadas às ações de ordenamento e zoneamento territorial (CPLP et al, 2010, p. 31-33). Ainda conforme o Relatório Final (2010), estariam inseridos nos Projetos de Gestão da Terra as atividades relacionadas com

[e]tnomapeamentos (identificação de territórios e suas comunidades e respectivas dinâmicas sociais e demográficas) Zoneamentos Agroecológicos Participativos (identificação de áreas com ameaças de desertificação, potencial agrícola e de manejo florestal, dentre outros) Análises Participativas de oportunidades e constrangimentos econômicos e à geração de ocupação e renda (acesso a educação, água, crédito, tecnologias, meios de produção, dentre outros) e direito à terra. Proposta de mudanças na Gestão das Terras considerando o potencial autônomo das comunidades e o nível de engajamento do Estado e Poderes Locais (CPLP et al, 2010, p. 22).

Para a segunda fase do Programa, o esperado seria a implementação desses Projetos de Gestão da Terra de maneira que pudessem gerar aprendizagens coletivas para a realização ou mesmo reformulação de políticas públicas. A ideia era que estas aprendizagens pudessem ser discutidas e analisadas em seminários, com o envolvimento dos atores locais e do público alvo das ações de comunicação do Programa (CPLP et al, 2010, p. 22). E, para a terceira e última fase do Programa, esperava-se a concretização de

[...] um processo mais focado nas Comissões Parlamentares e no alto nível de governo para o desenvolvimento de propostas de Políticas Públicas orientadas pelos princípios do ordenamento territorial, da conservação e uso racional dos solos, da segurança alimentar e a manutenção da fertilidade das terras agrícolas, do envolvimento das populações afetadas por processos de degradação de terras na gestão ambiental e do engajamento de jovens e mulheres (CPLP et al, 2010, p. 22)¹³⁸.

Retomando a análise dos resultados esperados pelo PCT, no terceiro deles (Instituições nacionais envolvidas na gestão sustentável dos solos formados), as atividades desenvolvidas no âmbito do PCT, para a elaboração do Programa de Cooperação, dão provas de que houve o envolvimento médio das instituições nacionais na projeção do Programa. A categorização “média”, e não “alta” nem muito menos “baixa”, constata-se, porque, enquanto quatro Estados (Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e

¹³⁸ Estas três fases estão resumidas no **ANEXO D**: Matriz Resumida do Programa de Cooperação.

Príncipe), como foi visto, conseguiram efetivar seus Comitês e Relatórios de Consultorias Nacionais, refletindo que houve um envolvimento institucional considerável; em Angola e Timor Leste, a não execução dos seus Relatórios das Consultorias Nacionais revelou que, em algum momento, o envolvimento de suas instituições foi falho, bastando constatar o argumento supracitado pela Consultora Regional do Projeto em relação a estes dois últimos Estados.

A fim de analisar o envolvimento institucional dos Estados que conseguiram concretizar seus Comitês e Relatórios das Consultorias Nacionais, conforme o Relatório Final (2011) do PCT, em Guiné-Bissau, houve o envolvimento do Ministério da Agricultura do país, que colaborou com a organização de eventos nacionais no âmbito do PCT. Neste país, o envolvimento se estendeu à filial local do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao fundar a participação de especialistas locais nas atividades de formação organizada no contexto do Projeto; em Cabo Verde, tanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, quanto a Direção-Geral do Ministério da Educação e do Ambiente apoiaram reuniões nacionais e missões dentro do país; em Moçambique, o Ministério da Coordenação da Ação Ambiental (MICOA) buscou participar do PCT, ao acolher a II Reunião do Comitê de Coordenação em seu país, recebendo, aproximadamente, 40 pessoas de todos os Estados-membros da CPLP; e, em São Tomé e Príncipe, o Comitê Nacional organizou e apoiou a consultoria nacional para o Quadro Nacional de Cooperação em matéria de Gestão Sustentável das Terras (CPLP et al, 2011, p. 7; CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 3).

Complementando o argumento do envolvimento institucional desses Estados, segundo a Consultora Regional do PCT¹³⁹, o Ministro de Agricultura de Guiné-Bissau, Barros Bacar Banjai, em março de 2011, e a Ministra de Meio Ambiente do Brasil, Izabella Teixeira, em maio de 2011, fizeram cada qual uma solicitação de apoio à FAO, por meio de uma carta, para fortalecer a proposta de Observatório Socioambiental, através do Programa de Cooperação Técnica. Sobre esse contexto, há, abaixo, o quadro deste terceiro resultado esperado, a partir de algumas atividades implementadas/resultados alcançados para a concepção e desenvolvimento da proposta de Programa de Cooperação:

¹³⁹ Em entrevista por Internet, no dia: 26 abr. 2013.

Quadro 13 - Terceiro resultado esperado

Resultados Esperados	Atividades Implementadas/Resultados Alcançados
<p>Resultado 3: Instituições nacionais envolvidas na concepção e execução do programa de treinamento para projetar o plano integrado de combate à desertificação ou Instituições nacionais envolvidas na gestão sustentável dos solos formados</p>	<p>Concretização do envolvimento das instituições nacionais, vistas na realização das seguintes atividades:</p> <p>A.3.1. • Consultora Regional recrutada e seus Termos de Referência (TRs) aprovados pelo Comitê de Coordenação (CC);</p> <p>• Consultores Nacionais recrutados e seus (TRs) designados de acordo com seus objetivos;</p> <p>A.3.2. • Consultores Nacionais apoiados e treinados pela Consultora Regional e Coordenador da FAO;</p> <p>• A Consultora Regional forneceu aos consultores nacionais formação em metodologia de pesquisa de contexto, implementação de entrevistas, sistematização e desenho da matriz de projeto e do programa¹⁴⁰;</p> <p>• As reuniões entre a Consultora Regional e os Comitês Nacionais para endossar relatórios nacionais, foram, também, oportunidades de treinamento e formação</p> <p>• Chamadas de conferências por Internet foram realizadas entre a Consultora Regional, as Consultorias nacionais e os Comitês Nacionais, para monitorar o processo de concepção do Programa;</p> <p>• Realização do Seminário PRODER por Portugal, incluindo visitas a campo.</p>

FONTE: Quadro sintetizado e adaptado pela autora a partir do quadro *First Phase: July 2008 – June 2010*, no Relatório Final do PCT CPLP/FAO 3201 (CPLP et al, 2011, p. 18-20) e no Relatório da II Reunião do Comitê de Coordenação do PCT (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 33-35), chamado de Matriz Lógica de Resultados.

Com relação a esta última atividade, o “Seminário PRODER”, sua importância é inegável. Antes, porém, é preciso saber o “PRODER” é um Programa para o Desenvolvimento Rural e um “[...] instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente português, aprovado pela Comissão Europeia (Decisão C(2007)6159, de 4 de dezembro), para o período 2007-2013” (AFN; GPP; MADRP, 2009, p 2). Como causa-efeito da desertificação, em Portugal, relaciona-se ao despovoamento, o PRODER atua a partir de quatro eixos, como contributo para o combate à desertificação neste país, a saber:

EIXO 1 – Fixação da população ativa nos meios rurais pela promoção e criação de empresas competitivas. EIXO 2 – Fixação da população ativa nos meios rurais, por compensação das desvantagens naturais à produção agrícola; - Conservação do solo e da água, através da valorização dos modos de produção e da gestão do espaço florestal e agroflorestal; - Recuperação das áreas afetadas, através da gestão do espaço Florestal. EIXO 3 - Fixação da população ativa nos meios rurais, pela promoção e criação de microempresas competitivas, e melhoria do bem-estar das populações; - Sensibilização da população para a

¹⁴⁰ Ver **ANEXO D** (Matriz Resumida do Programa de Cooperação).

problemática da desertificação, através da animação do território e melhoria da governança local (RAFAEL, s/d)¹⁴¹.

O Seminário de Desenvolvimento Rural e Combate à Desertificação, segundo FAO e GPP (2009, s/p) aconteceu, no dia 18 de Junho de 2009, em S. Domingos de Rana, em Portugal, organizado no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201 de Combate à Desertificação. Este seminário pretendeu

[...] explicitar a experiência de Portugal nos domínios da concepção, preparação e execução do ProDer. [Também pretendeu-se] [...] conhecer a sua arquitetura e o conjunto de medidas que de modo direto ou indireto podem contribuir para o combate à desertificação, fazendo-se referência aos indicadores de desenvolvimento rural que integram o quadro comum de acompanhamento (monitorização e avaliação) das realizações do ProDer, dando especial ênfase àqueles indicadores que se prendem com a desertificação (AFN; GPP; MADRP, 2009, p. 2).

Pode-se dizer, dessa forma, que a ideia do Seminário era compartilhar sua experiência com os membros dos Comitês Nacionais dos PALOP e do Timor Leste, capacitando-os, como forma de contribuir para o desenvolvimento da proposta de Programa de Cooperação. A capacitação, segundo a Consultora Regional do projeto¹⁴², aconteceu no âmbito do PCT, em parceria com o Ministério da Agricultura de Portugal e o Mecanismo Mundial da UNCCD. Essa experiência resultou em uma formação, em todos os Estados-membros, em Estratégia Financeira Integrada, de maneira que estes Estados assumissem o protagonismo no processo de concepção do Programa de Cooperação e na captação de fundos. Logo, o PRODER, em parceria com a FAO, além de fornecer o fortalecimento de capacitação, ofereceu parceria, cobriu custos do Evento e levou os PALOP, mais o Timor Leste, para visitar experiências de Portugal em desenvolvimento sustentável. Entretanto, ainda conforme a Consultora, o impacto maior desse Seminário PRODER foi a integração das pessoas, uma vez que puderam se conhecer, interagir e construir um espírito de equipe.

Em relação ao quarto resultado, é importante saber que, desde o início, o PCT se baseou na “[...] identificação de fontes de assistência [...] seguindo três eixos principais: fontes de assistência brasileira, fontes Norte-Sul de assistência e fontes de cooperação

¹⁴¹ Disponível em: <<http://www.gpp.pt/ri/CPLP/seminario/ProDeRDesertificacaoRuiRafael.pdf>>. Acesso em 1 mar. 2013.

¹⁴² Em entrevista por Internet, no dia: 26 abr. 2013.

entre os PALOP e Timor Leste” (CPLP et al, 2011, p. 20). Em relação à primeira fonte, apesar da posição de distanciamento do Brasil deste projeto, conforme o último relatório do PCT, ainda se chegou a fazer um mapeamento¹⁴³ das fontes potenciais de assistência no país (CPLP et al, 2011, p. 20).

Na segunda fonte, procurou-se a assistência Norte-Sul (financeira e técnica), por meio da cooperação com o Governo de Portugal, com a FAO e com o Mecanismo Global, já analisadas no segundo Capítulo. E, como terceira fonte, buscou-se identificar as oportunidades de cooperação entre os PALOP e o Timor Leste, a partir da tentativa de reconhecer as contribuições de cada país na implementação da proposta de Programa de Cooperação (CPLP et al, 2011, p. 20-21). Algumas das atividades implementadas/resultados alcançados estão no quadro abaixo:

Quadro 14 - Quarto resultado esperado

Resultados Esperados	Atividades Implementadas/Resultados Alcançados
Resultado 4: Estratégia financeira do programa de cooperação projetada e implementada.	<p>A.4.1</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O SECPLP foi apoiado pela FAO, a fim de identificar e mapear as fontes de assistência para implementar o Programa: <ul style="list-style-type: none"> o Contatos com algumas instituições de cooperação bilateral, como a Cooperação de Desenvolvimento Alemã (GTZ), a Lux Development do Luxemburgo, a AECID de Espanha e com a Agência de Cooperação Argentina; o Contato, dentro dos PALOP e do Timor Leste, com o Banco Mundial, a Comissão Europeia (CE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e outras instituições ligadas ao Sistema das Nações Unidas (SNU); ● O SECPLP foi apoiado pela Autoridade Florestal Nacional (AFN) de Portugal, na identificação de representantes da Comissão Europeia, para convidar os participantes à COP 9; ● De 16 a 29 de junho de 2009 foi implementado um curso sobre Desenhos de Estratégias Financeiras Integradas (DEFI)¹⁴⁴, de que a Comissão de Coordenação do PCT participou. (Estratégias Financeiras Integradas é um Instrumento criado pelo MM e seus parceiros); ● Os Consultores foram pagos com recursos fornecidos pela FAO; Apresentação do conceito da proposta do Programa de Cooperação a financiamento da FAO com recursos do <i>Trust Fund</i> Espanhol; ● Suporte para os países da CPLP na Conferência ICID Internacional, em

¹⁴³ No documento de trabalho referente ao projeto FAO TCP/INT/3201 tem-se o que segue: “O mapeamento das fontes de assistência brasileiras buscará identificar as instituições que já prestam cooperação no âmbito bilateral e multilateral e ainda aquelas que apresentam experiências relevantes e capacidade institucional para a cooperação. Universidades, centros de pesquisas, organizações da sociedade civil e governamentais serão consideradas nesse mapeamento” (FAO, 2008, p. 26).

¹⁴⁴ Lembrando que o objetivo da formação DEFI é de capacitar os países da CPLP a desenvolver estratégias financeiras integradas para a Gestão Sustentável das Terras (GST) a nível nacional no quadro do programa de cooperação Sul-Sul da CPLP. Ao apoiar os países da Comunidade por meio do programa EFI, o Mecanismo Mundial (MM) ou Mecanismo Global (MG) segue de acordo com a estratégia decenal da UNCCD (MG, 2009, *slide*).

	junho de 2010, em Fortaleza. É importante dizer que este suporte se deu através de contatos e viabilização de encontro entre Estados-membros e organização da Conferencia Internacional ICID, em Junho de 2010, a fim de que os Estados desenvolvessem contatos com doadores e debatesse tecnicamente o Programa.
--	---

FONTE: Quadro sintetizado e adaptado pela autora (2013) a partir do quadro original *First Phase: July 2008 – June 2010* no Relatório Final do PCT CPLP/FAO 3201 (CPLP et al, 2011, p. 20-21) e no Relatório da II Reunião do Comitê de Coordenação do PCT (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 35-6), chamado de Matriz Lógica de Resultados.

Apesar da estratégia financeira do Programa de cooperação ter sido projetada e implementada, é importante ressaltar que, na esteira dos contatos realizados com as instituições de cooperação no quadro, apenas o contato com a Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID se concretizou. Em entrevista por Internet, a Consultora Regional¹⁴⁵ atribuiu três razões significativas para esse contato ter dado certo. Em primeiro lugar, a proposta de Programa coincidiu com o tempo certo do ciclo de financiamento desta Agência; em segundo, o Programa estava inserido nas linhas de ação prioritária da AECID; e, em terceiro, nenhum dos Estados dos PALOP e do Timor Leste eram considerados ilegíveis por esta Agência Espanhola. Ainda, conforme a Consultora Regional, Sra. Denise Valéria de Lima, no caso das outras instituições de cooperação multilateral, nem sempre esses requisitos estavam presentes. No entanto, como já foi dito, na segunda fase do PCT, a crise internacional (2007-2008) que abateu a Espanha fortemente, fez com que todo o dinheiro esperado da AECID, em 2010, – para colocar em prática o Programa de Cooperação – não passasse de uma esperança não concretizada.

Em sequência dos resultados do PCT, tem-se, o quinto resultado (Rede de Educação Ambiental envolvida e integrada na estratégia de comunicação). A este respeito, como o Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Departamento de Educação Ambiental (DEA) apresentaram uma Proposta de Projeto “Educação Ambiental na CPLP no Contexto da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” – fruto da ampliação de um Projeto implementado em Angola¹⁴⁶, pelo Departamento de Educação Ambiental do Brasil –, esperava-se, dessa forma, que o Brasil

¹⁴⁵ Em entrevista por Internet, no dia: 26 abr. 2013.

¹⁴⁶ Salienta-se que o Projeto de Cooperação Técnica que o Brasil estabeleceu com Angola era referente a uma política de educação e conscientização ambiental (FAO, 2008, p. 29), conhecido, como Programa de Educação e Conscientização Ambiental (PECA). Inspirado neste PCT, surge o objetivo de colocar em prática o Projeto de “Educação Ambiental na CPLP no Contexto da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, que teve apoio de Portugal e até a intenção de apoio da União Européia, para sua integração com os objetivos da CNUCD (FAO, 2008, p. 12).

se responsabilizasse pela coordenação do processo de implantação de Salas Verdes¹⁴⁷ e pela constituição de uma Rede de comunicação entre esses centros de referência (FAO, 2008, p. 12). Ou seja, acreditava-se que a formação de Redes de Salas Verdes¹⁴⁸ – dentro da interfase e das sinergias dos dois PCT (Projeto de Educação Ambiental do Brasil na CPLP e Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201) – fosse utilizada e enriquecida pelo tema gerador da UNCCD: a Gestão Sustentável das Terras, como um interessante ponto a ser desenvolvido (FAO, 2008, p. 40).

Além dessa almejada contribuição brasileira, e pelo fato de o país ter assumido a secretaria executiva do Comitê da Educação Ambiental, acreditava-se que o Brasil poderia ajudar na mobilização dos atores, na promoção da comunicação entre os países da Comunidade e a orientação metodológica para a concepção dos projetos político-pedagógicos dos Centros de Referência (FAO, 2008, p. 12). No entanto, em maio de 2008, as mudanças no Ministério do Meio Ambiente ocasionaram a paralisia do Projeto Sala Verde, e como consequência da nova estrutura, houve uma série de limitações e desinformação entre as instituições brasileiras, ocasionando a retirada da participação brasileira no Projeto Sala Verde (CPLP et al, 2011, p. 8).

Logo, conforme o Relatório Final (2011) do PCT, seu quinto resultado não foi alcançado, pois “[...] o projeto [Educação Ambiental na CPLP, no Contexto da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável] não foi implementado por causa de problemas logísticos ligados à entidade executiva brasileira” (CPLP et al, 2011, p. 21), que de acordo com a análise da Consultora Regional do PCT CPLP/FAO 3201, refletiu-se no distanciamento do Brasil em relação ao Projeto.

¹⁴⁷ “Sala Verde é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade” (BRASIL - MMA, 2013). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educocomunicacao/salas-verdes#oprojeto>> Acesso em: 25 mar. 2013.

¹⁴⁸ Quanto à Rede de Salas Verdes, trata-se de “[...] uma Plataforma de educação e comunicação flexível e adaptável às necessidades e culturas dos diferentes países [...]” (FAO, 2008, p. 40). Logo, dentro da concepção do projeto “Educação Ambiental na CPLP, no Contexto da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, que tinha o objetivo de formar um Programa de Educação Ambiental da CPLP, a Rede atuaria favorecendo “[...] a comunicação entre os atores, a formação de técnicos a distância e a informação dos governos e da sociedade civil [...]” (FAO, 2008, p. 28). É importante não confundir este último Projeto com o Projeto de Sala Verde, “[...] coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) [do Brasil, em que] consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de informação e Formação ambiental. [...]” (BRASIL - MMA, 2013).

De posse da análise de todos os resultados, alguns alcançados, outros não, depreende-se, no entanto, que todas as atividades realizadas no âmbito do PCT CPLP/FAO 3201 foram para realizar o grande objetivo de preparar o Programa de Cooperação. Apesar de este objetivo ter sido representado apenas por PALOP, o final dessa primeira fase do PCT, segundo o Relatório Final (2011), foi considerado exitoso pelo Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), no contexto de alguns indicadores – desenvolvidos durante as atividades do Projeto, como: (A) Comunicação; (B) Seleção para os Consultores Nacionais; (C) Missões; (D) Estratégias de Gestão; (E) Mobilização dos Comitês Nacionais; e (F) Atividades de Formação – os quais foram analisados a partir de um questionário de avaliação, submetido aos membros dos Comitês Nacionais dos países beneficiários (CPLP et al, 2011 p. 23-26). Este questionário será estudado, juntamente com o plano de entrevistas dos atores, para que se possa entender melhor o(s) porquê(s) de esta primeira fase do Projeto ter sido considerada um sucesso.

3.2.2 Segunda fase do PCT CPLP/FAO 3201 (2010-2011)

Para compreender a segunda fase do Projeto, correspondente ao período que vai de julho de 2010 a junho de 2011, é importante mencionar que esta fase se firmou, basicamente, em uma proposta de Observatório Socioambiental, face à falta de dados suficientes para a realização de um Atlas Socioambiental (proposta original). No entanto, ainda na primeira fase do PCT, a proposta do Observatório Socioambiental foi discutida em seminários nacionais e com representantes dos PALOP, do Timor Leste, Brasil e de Portugal, para, finalmente, ser aprovada durante a II Reunião do Comitê de Coordenação do PCT CPLP/FAO 3201 (CPLP et al, 2011, p. 17, 21 e 27). Para a segunda fase, incluiu-se como principal objetivo “[...] um projeto de implementação estruturada para o Observatório Socioambiental desenvolvido com o apoio de especialistas do Brasil, Cabo Verde e Moçambique [...]” (CPLP et al, 2011, p. 10).

É importante ressaltar que a estruturação do Projeto do Observatório Socioambiental foi concretizada. Entretanto, sua execução, produto esperado do Programa de Cooperação, não pôde ser realizada. Isso porque, conforme o relatório (2011), a ajuda internacional, que viria da AECID espanhola para a execução do Programa de Cooperação e, por consequência, para a realização do Observatório Socioambiental, não foi

concretizada, devido à crise financeira internacional (CPLP et al, 2011, p. 22). A respeito dessa crise, Paula e Ferrari Filho (2011, s/p) e Oreiro, (2011, s/p) mencionam que ela estourou em 2007-2008 abatendo, demasiadamente, os Estados conhecidos, por uma série de instabilidades, sobretudo, pela crise fiscal, os chamados PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha), sobre os quais sobrevieram desdobramentos que repercutem até hoje, com destaque para Espanha, que foi

[...] profundamente afetada pela crise econômica mundial. A taxa de desemprego passou de 8,2% da força de trabalho em 2007 para 11,3% em 2008, fechando 2009 em torno de 20%. O PIB espanhol apresentou uma contração de 3,6% em 2009 e as expectativas do FMI para 2010 são de uma nova contração de 0,7%” [...] Após 2007, [...], a dívida pública passa a apresentar uma elevação expressiva, alcançando o patamar de 70% do PIB no início de 2010 (OREIRO, 2011, s/p).

Esta crise financeira internacional abateu a Espanha de tal forma, que, em 2010, este país deixou de financiar vários projetos pela AECID, e, com isso, a esperança, de que fosse posto em prática um futuro projeto de Observatório também foi exterminada. Entretanto, logo após este incidente, um interessante episódio ocorreu: a contactação da equipe do projeto, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), mostrando interesse na proposta do Observatório Socioambiental, como uma estratégia institucional de comunicação e cooperação com os PALOP, o Timor Leste e Macau. Nesse instante, abria-se a oportunidade de unir as atividades desenvolvidas no quadro do PCT para um público da Universidade brasileira, cuja missão institucional se coadunava com o principal objetivo do projeto: a promoção da Cooperação Sul-Sul. (CPLP et al, 2011, p. 22 e 27).

Ainda sobre esta última referência, houve a elaboração de um plano de trabalho conjunto com a UNILAB, que incluía a realização de missões para apresentar e discutir a proposta desta Universidade com os parceiros do PCT, nos países de língua oficial portuguesa que aprovaram o Programa de Cooperação. Também foi estabelecido um contato com o PNUD Brasil, que havia demonstrado interesse em compartilhar lições aprendidas e práticas positivas dos projetos do PNUD/GEF no Brasil, com os PALOP. Assim, algumas missões¹⁴⁹ foram realizadas e criou-se um banco de recomendações e

¹⁴⁹ Segundo o Relatório Final (2011) do PCT, “[...] sete missões foram organizadas, duas delas com a participação da UNILAB”. A saber: “outubro: Guiné-Bissau; novembro: Brasil (Fundada pelo PNUD Brasil);

orientações para a realização do projeto do Observatório Socioambiental¹⁵⁰ dos países de língua portuguesa (CPLP et al, 2011, p. 22). Com relação ao projeto do Observatório Socioambiental, este seria

[...] uma peça propositiva dirigida aos potenciais parceiros e integrantes do Observatório, pautada por marcos orientadores que são: a promoção e a valorização dos conhecimentos e das capacidades existentes nos Países Africanos de Língua Portuguesa e Timor-Leste, e a busca de reforço dessas capacidades. Pretende-se com isso, promover o desenvolvimento autônomo e sustentável de uma Plataforma de Observação e Gestão de Conhecimentos que sirva ao desenvolvimento de Políticas Públicas e de Ações da Sociedade Civil, bem como às ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de cooperação (CPLP et al, 2011, p. 68).

Dentro de uma “visão de futuro”, expressão atribuída pelo Relatório Final (2011) do PCT, estimou-se um período de cinco anos para que esse Observatório se tornasse uma Plataforma de Observação Socioambiental e Gestão de Conhecimentos que, como já citado, servisse ao desenvolvimento de políticas públicas e de ações da sociedade civil no campo da gestão sustentável das terras, bem como à disseminação dos resultados de pesquisas, tecnologias sociais e de experiências relevantes nos países associados (CPLP et al, 2011, p. 68).

Assim, essa segunda fase do PCT foi caracterizada, principalmente, pela tentativa de tornar viável a preparação de um projeto de Observatório Socioambiental, concebido em documento, como um instrumento que se constituiria não só em “[...] um banco de informações disponível na Internet, mas um organismo dinâmico, que oferecesse espaços para comunicação, interação e inclusão digital com foco nos conhecimentos coletivos” (CPLP et al, 2011, p. 67). Vale ressaltar que, segundo a Consultora Regional do PCT CPLP/FAO 3201¹⁵¹, a UNILAB escreveu este Projeto com a assessoria da FAO. No entanto, a própria FAO não deu prosseguimento a ele, devido a um período de transição da Direção Geral e do *staff* responsável pelo PCT. Como o projeto do Observatório Socioambiental não foi assumido ou reconhecido como prioritário ou relevante pelos

dezembro: Cabo Verde; janeiro: Timor Leste; fevereiro: Moçambique; março: Brasil e maio: Brasil” (CPLP et al, 2011, p. 22).

¹⁵⁰ A fim de conhecer o Projeto do Observatório, ver os *links*: http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Observatorio/FolderSI_VFINAL.pdf e http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/rome2007/docs/TCP%20INT%203201%20IMPLEMENTATION%20REPORT.doc Este último *link* refere-se ao relatório final (2011) do PCT que traz o projeto do Sistema de Informação para o Observatório Socioambiental, nas páginas (67-79).

¹⁵¹ Em entrevista por Internet, no dia: 26 abr. 2013.

novos técnicos responsáveis no setor e na própria Direção da FAO, o mesmo acabou na gaveta. Portanto, este problema de descontinuidade observado na FAO – típico de transição de dirigentes – também contribuiu para o não prosseguimento da execução do Observatório, além da falta de financiamento da AECID abordada.

Mesmo que o projeto do Observatório Socioambiental não tenha sido exitoso, contudo, é preciso mencionar que o desenvolvimento da ideia de um Sistema de Informação para o Observatório Socioambiental foi “[...] uma contribuição do PCT CPLP/FAO 3201 para o fortalecimento da Plataforma de Cooperação da CPLP na área ambiental, firmada pelos Estados-Membros da Comunidade em maio de 2006” (CPLP et al, 2011, p. 67), com a possibilidade de um dia ser, de fato, executado. Sendo assim, essa ideia do PCT também foi uma contribuição na busca da implementação da Convenção de luta contra a desertificação.

É importante mencionar que o Projeto deveria ter sido finalizado, em uma única fase, mas, em vista do interesse da UNILAB pela ideia de Observatório Socioambiental, segundo a Consultora Regional do PCT CPLP/FAO 3201¹⁵² –, bem como da solicitação da extensão do PCT, pelo Secretário-Executivo da CPLP, após a II Reunião do Comitê de Coordenação do projeto –, foi estendido por mais um tempo, configurando a segunda fase.

Em entrevista por Internet, a Consultora Regional¹⁵³ deu indícios de que, depois que a FAO finalizou o PCT CPLP/FAO 3201, a CPLP não deu prosseguimento ao Projeto, por meio da busca de outros financiadores para o Programa. Isso porque, sem o aporte institucional da FAO e sem o apoio financeiro da AECID, a CPLP não se viu em condição de continuar, sozinha, apoiando o Programa de Cooperação. Da mesma forma, nenhum dos Estados teria condições de liderá-lo tal individualmente.

Muito embora, como visto no segundo capítulo, o SECPLP, durante o projeto, tenha se esforçado, ao agir como mediador e facilitador da circulação de informação entre os parceiros, apoiando, dessa forma, a implementação do PCT e o diálogo entre os Comitês e Consultores Nacionais e Consultores da FAO (CPLP et al, 2011, p. 11; CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 26), pode-se dizer que o esforço da Comunidade não pôde ser estendido ao período pós-projeto, que equivalia ao Programa de Cooperação, revelando um amadurecimento institucional ainda muito frágil, haja vista seu pouco tempo de existência.

¹⁵² Em entrevista por Internet, no dia: 26 abr. 2013.

¹⁵³ Em 26 abr. 2013.

A partir desse necessário levantamento e da análise de informações acerca dos antecedentes e das duas fases do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, faz-se imprescindível – a partir da realização de um modelo de plano de entrevista – recorrer às informações fornecidas por três atores que participaram parcial ou inteiramente neste PCT, a fim de avaliar melhor o Projeto ora estudado.

3.3 ANÁLISE DOS PLANOS DE ENTREVISTAS DOS TRÊS ATORES

A fim de conhecer melhor o universo do PCT CPLP/FAO 3201, por meio de seus desafios, suas dificuldades e contribuições, ele será analisado a partir de um plano-modelo de entrevistas, realizado, principalmente, durante o segundo semestre do ano de 2012, com atores – representantes, na época do PCT, dos principais organismos internacionais (CPLP, FAO e UNCCD) – que estiveram direta ou indiretamente ligados ao PCT CPLP/FAO 3201, a saber: a Sra. Clara Justino, representando a Direção da Cooperação para o Desenvolvimento da CPLP; o Sr. Heitor Matallo Junior, Coordenador da Unidade de Coordenação Regional da UNCCD; e a Sra. Denise Valéria de Lima, como já mencionada, Consultora Regional do PCT CPLP/FAO 3201 e Assessora da FAO, na época da realização do Projeto.

Dessa forma, para facilitar a análise dos planos de entrevistas, que estão no APÊNDICE (1) (2) e (3), ela será dividida em duas partes. Primeiramente, serão avaliadas as respostas colhidas nas duas primeiras fases das entrevistas (situação inicial e dificuldades) e, em seguida, serão analisadas as respostas das fases derradeiras (situação final e lições aprendidas). Com isso, buscou-se descobrir os desafios da situação inicial, as dificuldades de implementação, as contribuições e percepções da situação final e as lições aprendidas pelos atores entrevistados, com o presente Projeto, conseguindo, dessa maneira, melhores informações a respeito de sua realização, para a obtenção de uma visão mais crítica do PCT em estudo.

3.3.1 Primeira parte da análise: situação inicial e dificuldades

Situação inicial

Duas perguntas orientaram este ponto. Correspondente à primeira, tem-se: “Quais os maiores desafios do PCT CPLP/FAO 3201 no contexto da situação inicial?” Os três atores dão respostas bastante ricas, na medida em que apontam desafios distintos e demasiadamente complexos para a situação inicial do PCT. Para o Sr. Heitor Matallo Júnior, o desafio estava ligado ao alcance homogêneo, por parte dos PALOP e do Timor Leste, dos objetivos do PCT, como se depreende da seguinte afirmação: “O maior desafio era conseguir que os países africanos pudessem responder de forma homogênea aos objetivos do Projeto” (HEITOR MATALLO, 2012, APÊNDICE 2). Cabe aqui, o seguinte questionamento: Será que esse PCT não foi muito ambicioso ao querer que todos esses Estados respondessem de maneira homogênea aos seus objetivos? Em entrevista por Internet, o Sr. Matallo Júnior¹⁵⁴ mostrou claramente que as complexas diferenças (sociopolítica, econômica e ambiental) entre os PALOP e o Timor Leste certamente não trariam respostas homogêneas aos objetivos do PCT. Logo, muito mais que um desafio, almejar alcançar respostas homogêneas foi um erro estratégico à efetuação dos objetivos do PCT.

Quanto à Consultora Regional do Projeto, ela pensa que talvez a melhor solução fosse ter integrado os PALOP e Timor Leste de maneira paulatina ao PCT, respeitando, assim, o tempo dos resultados para cada Estado. Já a Sra. Clara Justino menciona, como resposta a primeira pergunta, que o desafio era o de trabalhar um grande tema ambiental (questão ambiental global): a desertificação, frente às especificidades dos Estados em relação a essa ameaça. Assim, ela assevera que

[t]odos os países da CPLP, embora com diferentes especificidades, se deparam com o problema da desertificação. Um dos grandes desafios deste Projeto foi o de trabalhar um dos grandes temas ambientais, tratado ao nível por uma Convenção Internacional, gerindo estas mesmas especificidades e as diferentes expectativas e perspectivas nacionais, que pudesse resultar num programa comum e continuado (JUSTINO, 2012, APÊNDICE 3).

Por sua vez, a Consultora Regional do PCT aponta mais de um desafio na situação inicial do PCT. No primeiro deles, considerado o principal, ela menciona a necessidade do desenvolvimento de uma comunicação eficiente entre os Estados membros da Comunidade, o que demandaria um constante esforço de mobilização, na busca do foco do Projeto e da participação ativa dos representantes dos oito Estados (LIMA, 2012,

¹⁵⁴ No dia 4 fev. 2013.

APÊNDICE 1). Importante adiantar que, na avaliação do Projeto, feita na II Reunião do Comitê de Coordenação – a partir de indicadores agregados e submetidos aos membros dos Comitês Nacionais dos Estados beneficiários (CPLP et al, 2011 p. 23) –, a comunicação foi um dos desafios enfrentados, dada a dificuldade da distância, já que se trata de países sem fronteiras comuns. Como segundo desafio, a Consultora Regional apontou a dimensão do tema (Gestão Sustentável das Terras), reconhecida por diferentes razões entre os países da Comunidade, o que exigiria a construção de soluções também diferentes e faria com que o Programa de Cooperação devesse apresentar um caráter holístico, conforme resposta na íntegra:

Outro desafio tinha a ver com a dimensão do tema. Embora o tema da Gestão de Terras fosse reconhecido como prioridade para todos os países envolvidos, isto se dava por diferentes razões, com diferentes intensidades, desafios e potenciais de conflitos. Cada país teria, então, que construir suas próprias soluções, por isso a formação a ser oferecida pelo futuro Programa de Capacitação deveria ter caráter holístico, focar em métodos e técnicas de GST, mas principalmente em gestão, para propiciar a construção de competências para análise de contextos e tomada de decisão em todos os países. A conexão temática, era, portanto, muito diluída (LIMA, 2012, APÊNDICE 1).

Para a primeira parte da resposta da Consultora Regional, fica claro que o desafio apontado já demonstrava que a viabilização da integração dos Estados da Comunidade, em prol da construção do Programa de Cooperação, para a implementação da Convenção de Combate à Desertificação no marco da Gestão Sustentável das Terras: 1) não deveria ser de forma simultânea face à grande dimensão do tema; 2) deveria ser de maneira abrangente, já que o reconhecimento do tema GST se dava por motivações diferentes em cada Estado; e 3) precisava ser de modo gradativo, a fim de que a implementação nos PALOP e no Timor Leste acontecesse por etapas, para que se pudesse aprender, assim, com os resultados de cada Estado.

Em relação à segunda parte da resposta da Consultora Regional, somente se poderia analisar o enfrentamento dos desafios apontados, como: A construção das próprias soluções de cada Estado; a capacitação dada pelo Programa com caráter holístico, dentre as demais questões apontadas com a prática do Programa, pós-execução do PCT, o que não aconteceu, muito embora a construção da Proposta de Programa de Cooperação tenha conseguido – mesmo que só por escrito – focar métodos e técnicas de GST, como visto no estudo acerca deste Programa de Cooperação.

Para finalizar, a Consultora Regional verifica como desafio a complexidade das relações diplomáticas, ao responder de forma original:

Por último, a complexidade das relações diplomáticas era muito desafiadora. Nem sempre os interesses do Brasil, como potência emergente se harmonizavam com os de Portugal, o ex-colonizador, integrante da União Europeia que era de longe o maior doador, porém sem poder de decisão nessa instância (LIMA, 2012, APÊNDICE 1).

Esta presente realidade, como desafio desse Projeto, na verdade, reflete uma questão pertinente, quando se trata dos interesses em política externa desses dois Estados da Comunidade (Portugal e Brasil). Segundo Freixo (2006, p. 37), enquanto Portugal se voltou para o Atlântico, desde o final dos anos de 1980, visualizando a construção de uma Comunidade de língua portuguesa, como uma oportunidade e um complemento para consolidar sua participação na União Europeia, o Brasil, por sua vez, tinha uma política externa que nem sempre privilegiou os Estados da CPLP, à exceção de Portugal e de Angola. A respeito da política externa do Brasil, este autor assevera o que segue:

[...] se nos governos José Sarney e Itamar Franco o governo brasileiro ainda demonstrou algum empenho – muito mais devido a iniciativas individuais como as do Embaixador José Aparecido de Oliveira – na construção da CPLP, durante os oito anos da presidência de Fernando Henrique Cardoso este empenho esteve muito mais nos discursos oficiais do que em áreas concretas, com o Brasil preferindo priorizar as relações bilaterais com Portugal e Angola [...] com a chegada do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, a África e o mundo não-desenvolvido voltaram a ser áreas de grande interesse para os formuladores da política externa brasileira. [...] No entanto, mais uma vez, dentro desses projetos o espaço comunitário da CPLP não parece ser prioritário, tendo o Itamaraty optado por dar continuidade à política de relações bilaterais ou de alianças conjunturais em fóruns internacionais (FREIXO, 2006, p. 43).

Apesar de Portugal ter um interesse bem mais aguçado na CPLP¹⁵⁵, até porque foi o antigo colonizador dos Estados membros da Comunidade, Aron (1986), apud Freixo (2006, p. 39) ressalta que Portugal é “[...] um Estado, [...], com pouquíssima capacidade de impor sua vontade ou de exercer influência política sobre os demais”. Isso porque, mesmo estando intergrado à Europa, Portugal “[...] continua a ser uma pequena potência, com um território reduzido, população modesta, baixo desenvolvimento tecnológico e escassos recursos naturais” (FREIXO, 2006, p. 39). Hoje, isso não mudou tanto. Já o Brasil, além de

¹⁵⁵ Devido também, “[...] uma posição geográfico-estratégica privilegiada, [...] e ligações históricas e culturais com os países lusófonos do Atlântico Sul [...]” (FREIXO, 2006, p. 39).

ser um país continental, “[...] não se pode ignorar que cerca de 80% dos falantes deste idioma [português] encontram-se [...]” (FREIXO, 2006, p. 41) nele. Isso, em relação aos demais Estados da CPLP. Apesar disso, esse autor deixa claro que esse é um temor que não se fundamenta, pois “o Brasil não tem demonstrado ter grandes pretensões de hegemonia dentro da Comunidade, até porque, para o Itamaraty, a CPLP tem sido uma questão absolutamente secundária [...]”, a partir do que já foi revelado na citação da (p. 43), acerca do pouco interesse da política externa brasileira pela CPLP.

Assim, constatando o que a Sra. Denise de Lima explica, ainda hoje, mesmo havendo relações diplomáticas amistosas – prova disso é a presença de Portugal e Brasil, como membros partícipes, de uma mesma Comunidade – elas não deixam de ser complexas, quando se trata de seus interesses em política externa, associados aos PALOP e ao Timor-Leste, enfim à própria CPLP.

Em relação à segunda pergunta, correspondente à situação inicial do PCT – “Quais eram suas expectativas naquele momento?” – O Sr. Heitor Matallo Júnior não explicita sobre sua própria expectativa. No entanto, ele expõe, no contexto de uma expectativa geral, que

[...] havia uma expectativa de que todos os países africanos pudessem realizar as mesmas tarefas, no mesmo tempo e com o mesmo nível de informação. Mas isso não foi possível, pelo fato de que os recursos humanos e informação existentes nestes países não eram homogêneo, não estavam no mesmo nível. Além disso, o projeto propunha a implementação de muitas atividades de difusão de informação no âmbito de um programa de Educação Ambiental. Parece que o projeto foi bastante ambicioso para a situação real dos países (MATALLO JÚNIOR, 2012, APÊNDICE 2).

Percebe-se, dessa forma, que o nível de expectativa era muito alto, nesse início de Projeto, para uma realidade de diferentes níveis e déficits de capacidades não somente humana, mas também técnica e institucional, nos subdesenvolvidos Estados Africanos de Língua Oficial Portuguesa e no Timor-Leste, embora a CPLP tenha conhecimento sobre as diferenças entre os Estados que a compõe. Esta expectativa inicial, de modo geral, revela que as peculiaridades dos Estados não foram consideradas de forma devida, uma vez que, havia a expectativa de que todos os PALOP e o Timor Leste “pudessem realizar as mesmas tarefas, no mesmo tempo e com o mesmo nível de informação” (MATALLO JÚNIOR, 2012, APÊNDICE 2).

Em relação ao que a Sra. Clara Justino respondeu, fica claro que, apesar de não ter participado da fase de concepção do PCT, ela tinha expectativas bastante elevadas frente aos resultados que o Projeto buscava conquistar, o que revela uma certa conexão com a percepção anterior, conforme suas declarações: “As minhas expectativas pessoais eram muito elevadas, acompanhando também aquilo que eram os resultados previstos pelo Projeto. Foi também o primeiro Projeto que acompanhei na CPLP, e desconhecia as dificuldades desta gestão multilateral” (JUSTINO, 2012, APÊNDICE 3).

A Sra. Denise Valéria de Lima¹⁵⁶ assevera, como expectativa inicial do PCT, que o Brasil assumisse a liderança do PCT, haja vista que ele tinha a pretensão de executar um Programa muito forte de Educação Ambiental nos países da CPLP, por meio do Ministério do Meio Ambiente e do Departamento de Educação Ambiental do país. Dessa forma, contava-se que o projeto “Educação Ambiental na CPLP, no Contexto da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” do Ministério do Meio Ambiente, pudesse ser um articulador para o PCT CPLP/FAO 3201, fortalecendo o diálogo com os interlocutores dessa iniciativa. No entanto, como a Sra. Marina Silva saiu do Ministério do Meio Ambiente, o projeto de Educação Ambiental sofreu com a descontinuidade, não contando mais com a liderança do Brasil no PCT CPLP/FAO 3021.

Dificuldades

Quanto às dificuldades dessa primeira parte da análise, apenas uma pergunta foi realizada, a saber: “Quais foram as maiores dificuldades de implementação do PCT CPLP/FAO - 3201?” O Sr. Heitor Matallo Júnior destacou duas dificuldades de implementação: [1] “Falta de recursos humanos e institucionais adequados nos países” [e] [2] “Mudanças dos pontos Focais da Convenção” (MATALLO JÚNIOR, 2012, APÊNDICE 2). Para este primeiro ponto, pode-se constatar essa falta de recursos humanos quando a Consultora Regional menciona, principalmente, as dificuldades em relação a Angola, acerca da falta de pessoal com capacidade técnica para realizar a consultoria nacional (LIMA, 2012, APÊNDICE 1). E, em relação à falta de recursos institucionais, pode-se constatar que isso foi um dos motivos apontados, também, pela Consultora

¹⁵⁶ Em entrevista por Internet, no dia: 26 abr. 2013.

Regional, para a não efetivação do Atlas, quando assevera que: “[...] a fragilidade institucional impede a ampliação da investigação, do estudo e, por conseguinte, o desvendar das múltiplas realidades nacionais em todos os campos do conhecimento [...]” (LIMA, 2012, APÊNDICE 1). Para o segundo ponto, o próprio Sr. Heitor Matallo Júnior explica que as mudanças dos Pontos Focais da Convenção podem ocasionar desde instabilidade institucional até descontinuidade dos trabalhos. Esta é uma realidade que, acredita, muitas vezes, poder também acarretar em interrupção temporária e mesmo definitiva de Projetos (MATALLO JÚNIOR, 2012, APÊNDICE 2).

A Sra. Clara Justino apontou como dificuldade o pouco tempo para o PCT elaborar a proposta de Programa de Cooperação, haja vista as várias atividades para a construção de Programa multissetorial, como foi o caso. A esse respeito afirma o que segue:

[...] [O] calendário (duração de tempo curta) disponível para o desenvolvimento das várias ações realizadas para a construção do Programa de Cooperação: Reuniões dos Comitês, consultas públicas, formações, acompanhamento de consultorias, entre as principais. Tratando-se de um projeto multilateral e de natureza multissetorial, exigiu uma grande coordenação para que os diferentes atores fossem envolvidos e consultados. Para além disso não terá sido reunido o máximo consenso na sua fase de concepção, tendo resultado posteriormente em algumas resistências por incompatibilidade de visões (JUSTINO, 2012, APÊNDICE 3).

Um curto calendário de tempo faz parte da realidade de Projetos de Cooperação Técnica. No entanto, para a realização de objetivos pretendidos e acompanhamento dos processos gerados durante os PCT, faz-se necessário um tempo muito maior que três ou quatro anos, principalmente, quando se trata de projetos que pretendem elaborar Programas de Cooperação multissetoriais. Isso não foi diferente com PCT CPLP/FAO 3201.

O pouco tempo para a realização deste Projeto foi apontado não somente pela Sra. Clara Justino, mas pelos demais entrevistados, no decorrer de seus planos. Ou seja, este foi apontado como um problema unânime pelos três entrevistados, uma vez que quatro anos não foi o tempo suficiente para formular uma proposta bem articulada do porte do Programa de Cooperação – para implementação da Convenção de Combate à Desertificação, no marco da Gestão Sustentável das Terras – entre todos os Estados dos PALOP e o Timor Leste, haja vista que apenas quatro Estados, que apresentavam menos dificuldades em recursos humanos e institucionais, conseguiram concretizar seus relatórios de consultorias nacionais e aprovar o Programa.

Não se quer, com isso, tirar as responsabilidades dos Estados que não conseguiram efetivar suas atividades para a construção do Programa de Cooperação. No entanto, se o tempo não fosse tão curto, poderia ter ocorrido uma melhor capacitação dos consultores e poderiam ter sido diminuídas resistências. A elaboração de esta Proposta de Programa de Cooperação também demandava a implementação de etapas e fases, que mereciam, como visto, o acompanhamento dos organizadores e apoiadores pós-projeto de, pelo menos, duas fases da execução do Programa. Ou seja, era necessário um maior tempo para a prática do presente PCT, o que, certamente, contribuiria para melhorar a capacitação e o entrosamento de pessoal.

A Sra. Denise Valéria de Lima, por sua vez, menciona como dificuldades de implementação do PCT:

[...] [A] necessidade de construir um conhecimento coerente sobre as dinâmicas subregionais onde os países estavam inseridos. E a partir desse conhecimento, como fazer somar as estratégias da CPLP às estratégias de Gestão de Terras da CEDEAO [Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental], onde Guiné-Bissau e Cabo Verde estavam inseridas? E da mesma forma, em relação à SADC [Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral] da qual Angola e Moçambique fazem parte, da Bacia do Congo onde está São Tomé, da Indonésia para Timor Leste, da União Europeia e Mercosul para Brasil e Portugal. Não podíamos nem ignorar, nem competir com essas dinâmicas, uma vez que esses ‘vizinhos’ estavam muito mais próximos e muito mais presentes nas realidades, acordos internacionais e relações de cooperação (LIMA, 2012, APÊNDICE 1).

Adianta-se que, no último ponto “lições aprendidas”, estas dificuldades supostamente não foram vencidas, posto que a Consultora Regional do PCT assevera que “[...] os países poderiam ir sendo paulatinamente envolvidos, considerando as dinâmicas subregionais e não limitando-se apenas aos países membros da CPLP” (LIMA, 2012, APÊNDICE 1). Em relação à maior dificuldade, a Consultora Regional aponta que a liderança presumida do Brasil, durante o momento de formulação do Projeto, não foi efetivada na fase de implementação. As causas para a não efetivação da liderança presumida do Brasil foram:

A saída da Ministra Marina Silva [em maio de 2008], que coincidiu com o início do projeto, a inversão de prioridades no Ministério e a descontinuidade de ações, inerente às mudanças de governo, além de outras incompreensões sobre o Projeto fez com que o Brasil se colocasse numa posição de distanciamento (LIMA, 2012, APÊNDICE 1).

Essa lacuna, porém, foi sendo preenchida, em um primeiro momento, pelo Estado de Portugal; logo em seguida, foi sendo conquistada com o aumento do empoderamento e da apropriação do Projeto pelos PALOP. E, ao final do PCT, observou-se uma posição coerente dos países africanos como resultado desse esforço. Assim, a maior dificuldade acabou por resultar em aprendizado e crescimento para os representantes dos PALOP, conforme Denise Valeria de Lima (2012, APÊNDICE 1).

É importante salientar que esse empoderamento do projeto, pelos países africanos – segundo a Consultora Regional do PCT¹⁵⁷ – é revelado quando eles começam a desenvolver ações sem esperar pela liderança de Portugal e do Brasil, ou seja, os PALOP, mesmo reconhecendo o apoio fornecido por estes dois Estados, vão assumindo, por meio de um protagonismo, a liderança do PCT CPLP/FAO 3201. Por exemplo, uma das ações que demonstram que os PALOP assumiram esse Projeto, é quando eles buscaram o apoio da AECID para financiar o presente PCT, sem esperar pela liderança de Portugal e do Brasil.

Também a Consultora Regional expõe, como dificuldades de implementação do Projeto, os problemas enfrentados por Angola e pelo Timor Leste – já esboçados no estudo do primeiro resultado previsto pelo PCT – ao tentarem desenvolver as atividades cruciais para a concepção do Programa de Cooperação. Além de todos os obstáculos de implementação do PCT expostos até o momento, havia outro bastante importante, que era “[...] a falta de continuidade dos trabalhos por parte dos representantes da FAO nos PALOP e no Timor Leste, à exceção do Representante de Cabo Verde” (LIMA, 2012, APÊNDICE 1).

A Sra. Denise Valeria de Lima¹⁵⁸ explica que a falta de gestão de conhecimentos e a descontinuidade das ações, no momento do desenvolvimento do PCT, refletiam um problema institucional e organizacional da FAO. Isso pôde ser observado, quando houve a saída de representantes da FAO de alguns Estados dos PALOP e do Timor Leste, afetando o seguimento do PCT, posto que trabalhos desenvolvidos, ao longo do processo, não foram continuados, acabando no momento que a equipe responsável saiu. Atualmente, a Sra. Denise Valéria de Lima afirma que há um Programa de Gestão de Conhecimento novo na FAO que começou a ser implementado e que deve apoiar a superação de, pelo menos, uma parte dessas dificuldades.

¹⁵⁷ Em entrevista por Internet, no dia: 26 abr. 2013.

¹⁵⁸ Em entrevista por Internet, no dia: 26 abr. 2013.

Pode-se inferir, a partir de todas as dificuldades supracitadas, que, muito embora a Proposta de Programa de Cooperação tenha sido realizada e aprovada por quatro Estados do PALOP, a execução do Programa de Cooperação dependeria, também, da superação de todas essas dificuldades, principalmente no que concerne à questão do tempo, à adequada capacitação técnica e institucional, no que concerne aos Estados que apresentaram deficiência nesta área, e à melhor gestão de conhecimento por parte da FAO. Que essas dificuldades apresentadas possam servir de lição aprendida e apreendida, para realização de futuros Projetos de Cooperação Técnicas, no âmbito da reunião institucional principal: FAO/CPLP.

3.3.2 Segunda parte da análise: situação final e lições aprendidas

Situação final

As perguntas desenvolvidas para esta situação são divididas em dois assuntos (resultados e contribuições). As perguntas referentes à primeira temática foram: Na sua opinião, os resultados esperados do PCT CPLP/FAO 3201 foram atingidos? Quais não foram atingidos? Por quê? O que faltou para serem atingidos? Como algumas destas perguntas já foram respondidas, com o auxílio da primeira parte da análise do plano de entrevista, a Sra. Denise Valeria de Lima e a Sra. Clara Justino julgaram não ser necessário responder a todos esses questionamentos propostos na segunda parte da entrevista. Apenas a Sra. Clara Justino confirmou que, “[c]om exceção dos resultados **2 e 5**, todos os resultados previstos foram alcançados” (JUSTINO, 2012, APÊNDICE 3).

O Sr. Heitor Matallo Júnior, por sua vez, muito embora tenha dito que não havia “[...] como avaliar se os resultados foram atingidos adequadamente” (MATALLO JÚNIOR, 2012, APÊNDICE 2), lembrou a não realização de um importante objetivo esperado, a decisão de “[...] fazer um Mapa da Desertificação dos países participantes do Projeto [...]” (MATALLO JÚNIOR, 2012, APÊNDICE 2). O mapa de desertificação a que ele se refere foi antes abordado (o Atlas Socioambiental). Este depois se transformou em uma proposta de Observatório Socioambiental, como foi observado, mas que também não se concretizou em termos de execução.

Em relação ao assunto contribuição, fez-se a seguinte pergunta: “Quais foram as contribuições desse Projeto para os PALOP e o Timor Leste?” O Sr. Heitor Matallo Júnior destacou duas questões a esse respeito:

Creio que houve um levantamento de consciência sobre a importância do tema no período inicial, mas que não estou seguro de que tenha permanecido ao longo do tempo. Do ponto de vista de recursos humanos, acho que as pessoas envolvidas aprenderam e se desenvolveram muito com o Projeto, o que faz com que seja um ganho para os países no longo prazo (MATALLO JÚNIOR, 2012, APÊNDICE 2).

Este aspecto pode ser considerado como mais uma contribuição do PCT para a implementação da Convenção de Combate à Desertificação, pois houve ganho de consciência a respeito do tema (desertificação e/ou degradação das terras e mitigação das secas) e o desenvolvimento das pessoas envolvidas, em termos de recursos humanos, por meio do PCT, conforme almejado pela Convenção. Já a Sra. Clara Justino¹⁵⁹ não respondeu a essa pergunta, por achar que quem melhor poderia responder eram os próprios Estados beneficiários. Também a Sra. Denise Valeria de Lima, dentro desse entendimento, aconselhou ver a avaliação do Projeto¹⁶⁰, no Relatório da II Reunião do Comitê de Coordenação ou mesmo no Relatório final (2011), já que não foi possível entrevistar, por Internet, os representantes dos Comitês Nacionais dos Estados beneficiários, mesmo tendo sido buscado contato, via Internet, com muitos deles.

Esta avaliação a que a Consultora Regional do PCT se refere, é, justamente, o questionário de avaliação, cujo estudo mais acima, foi apontado como necessário durante a análise destes planos de entrevistas. Este questionário, segundo o Relatório (2011) do PCT, foi realizado ainda na II Reunião do Comitê de Coordenação, a fim de avaliar o final da primeira fase do Projeto, considerada pelo Secretário da CPLP (SECPLP) como um sucesso. Ressalte-se que este sucesso estava embasado no contexto de alguns indicadores, já supracitados, mas que merecem ser lembrados, a saber: (A) Comunicação; (B) Seleção para os Consultores Nacionais; (C) Missões; (D) Estratégias de Gestão; (E) Mobilização dos Comitês Nacionais; e (F) Atividades de Formação, (CPLP et al, 2011 p. 23-26). Em esclarecimento sobre esses procedimentos, vale destacar:

¹⁵⁹ Entrevista por Internet, no dia: 17 dez. de 2012.

¹⁶⁰ “A matriz de avaliação foi circulada pelos países beneficiários, cerca de um mês antes desta reunião [II Reunião do Comitê de Coordenação], e os resultados apresentados traduziram a percepção de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé” (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 21).

Estes indicadores foram agregados em um questionário de avaliação e submetidos aos membros dos comitês nacionais dos países beneficiários. Os resultados desta pesquisa foram sistematizados, em seguida, apresentados, discutidos e validados por representantes dos países durante a II Reunião do Comitê de Coordenação, em Maputo, maio 2010. De acordo com os critérios da avaliação, que incluiu quatro níveis de satisfação – [...] [a saber: inadequado (1-0), suficiente (1,1-2), bom (2,1-3) e muito bom (3,1-4)] – a implementação total do projeto foi avaliada entre bom e muito bom (CPLP et al, 2011 p. 23).

A fim de compreender como foi que se chegou ao nível de avaliação “bom e muito bom”, traduzido em “sucesso” pelo SECPLP, seguir-se-á a avaliação realizada para os indicadores de A a D, com destaque para os dois últimos indicadores E e F, respectivamente, que, ao invés de serem avaliados por notas, trazem, conforme o Relatório da II Reunião do Comitê de Coordenação do PCT e o Relatório final (2011) do Projeto, sugestões a fim de melhorar o grau de mobilização e participação dos Comitês Nacionais. Destacam-se igualmente respostas às perguntas focadas em cursos de formação ou sensibilização de ações necessárias, a fim de melhorar a participação dos Comitês na implementação do futuro Programa (CPLP et al, 2011, p. 26).

Antes de avaliar os indicadores abordados, é importante ressaltar que, em se tratando de alcance dos objetivos específicos do Projeto, a avaliação se balisou entre bom a muito bom (intervalo de pontuação: 3,25 a 3,75). Estes objetivos se encontram, relacionados aos quesitos: Seminário PRODER, contribuição para a formação DEFI; processo de desenvolvimento do Comitê de Coordenação e dos Comitês Nacionais para a capacitação dos atores envolvidos no planejamento intersetorial e participativo da luta contra a desertificação (pontuação 3,25); processo de formulação do Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul no que diz respeito à comunicação, à metodologia e à estratégia de gestão do Projeto para o combate à desertificação, e a Gestão Sustentável das Terras na CPLP (pontuação 3,5); e concepção deste Programa para o combate à desertificação e a Gestão Sustentável das Terras na CPLP (pontuação 3,75). Também houve algumas perguntas direcionadas às mudanças relacionadas à melhoria da capacidade dos atores envolvidos no PCT, a respeito do planejamento intersetorial e participativo na luta contra a desertificação (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 37-8; CPLP et al, 2011, p. 24). A este respeito, foram obtidas as seguintes respostas:

O documento [proposta de Programa de Cooperação] é uma base de reflexão PARA QUESTÕES DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DE TERRAS, NO

ÂMBITO DA CNUCD; Houve o fortalecimento da consciência sobre a existência de recursos mobilizáveis em vários Projetos e programas intersetoriais; Houve o reforço da abordagem participativa e o fortalecimento dos atores na elaboração de propostas integradoras; Houve a conscientização mais elevada em nível de tomadores de decisão. Através desse projeto os atores estão mais sensibilizados; A Guiné-Bissau conseguiu conquistar seu espaço na CPLP e hoje é uma referência em termos de visibilidade. Este Projeto ainda permitiu congregiar esforços e unir técnicos de maneira regular em volta da problemática do CD [Convenção da Desertificação], que anteriormente sofria de um isolamento (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 37-8).

Em sequência, seguem os indicadores de avaliação, cada qual em um quadro, referente à primeira fase do Projeto:

Quadro 15 - Indicador A

“O fluxo e a pertinência das comunicações no âmbito do PCT foram avaliados entre **Bom e Muito Bom (Pontuação média em ambos quesitos de 3,5)** nos quesitos tempo de resposta e pertinência das informações disseminadas ”

FONTE: (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 38, grifo no original).

É importante salientar que, ao analisarem entre bom e muito bom o fluxo e a relevância da comunicação, os membros dos Comitês Nacionais não deixaram de sugerir, para melhoria deste Indicador, a necessidade de “[i]nstalação de equipamentos e sistemas de informática que permitam ao comitê técnico se comunicar ‘on time’ e aumentar a celeridade e facilitar o acesso sistemático das informações” (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 38). Também faz-se necessário informar que, dentre as formas de comunicação, a Consultora Regional¹⁶¹ ressalta que houve conexão entre todos os pontos focais dos PALOP, durante o PCT, por meio de novos meios de comunicação e Internet, sob o qual não tinham, anteriormente, a cultura de utilizá-los. Além disso, para incentivar a comunicação, foram feitos Boletins¹⁶² informativos, cuja função era trazer todas as notícias acerca do andamento das atividades do PCT.

¹⁶¹ Em entrevista por Internet, no dia: 26 abr. 2013.

¹⁶² Para acessar os quatro boletins, basta acessar os seguintes links disponíveis em:
 <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Boletins/Boletim_1_Ago08.pdf>;
 <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Boletins/Boletim_2_set08.pdf>;
 <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Boletins/Boletim_3.pdf>;
 <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Boletins/Boletim_CPLP_versao_portugues.pdf>

Quadro 16 - Indicador B

“Transparência e participação no processo de selecção e acompanhamento dos/as consultores/as nacionais foram avaliadas na sua grande maioria como **Bom (Intervalo de pontuação: 3,0 - 3,25)** nos quesitos de processo de divulgação, análise de currículos e selecção de consultores (Pontuação média de 3,25); metodologia e Plano de Trabalho da Consutoria (Pontuação média de 3); processo de acompanhamento e orientação (Pontuação média de 3,25); qualidade do Relatório Nacional – Quadro de Demandas de Cooperação (Pontuação média de 3,25)”

FONTE: (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 38, grifo no original).

Quadro 17 – Indicador C

“Quanto à preparação, realização e partilha de informações para as Missões, as avaliações variaram de **Bom a Muito Bom (Intervalo de pontuação: 2,75 a 3,5)** nos quesitos de sensibilização de atores [no sentido de aumento de consciência] (Pontuação 2,75); partilha de informações (Pontuação 3,0); envolvimento dos atores nacionais na preparação (Pontuação 3,25); e abrangência interinstitucional e em diferentes níveis do governo (Pontuação 3,5)”.

FONTE: (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 38, grifo no original).

Quadro 18 – Indicador D

“A estratégia de gestão do Projeto quanto ao envolvimento do Comitê de Coordenação e Comitês Nacionais foi avaliada entre **Bom e Muito Bom (Intervalo de pontuação: 2,75 a 3,5)** nos quesitos de envolvimento/apropriação do Comitê (Pontuação 2,75); mobilização e número de encontros do Comitê (Pontuação 3,0); constituição interinstitucional do Comitê de Coordenação (ambiente, agricultura e educação ambiental) e constituição interinstitucional do Comitê Nacional (abrangência de instituições relevantes e de diferentes níveis do governo) - *específica para cada país* (Pontuação 3,5)”.

FONTE: (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 39, grifo no original).

No Relatório da II Reunião do Comitê de Coordenação, surgiram comentários em relação a este último indicador os quais deixam claro uma preocupação pertinente no que concerne à estratégia e à estrutura do PCT para posterior implementação do Programa de Cooperação. Assim, leia-se: “A estratégia e a estrutura são boas mas necessitam uma melhor utilização; as mesmas devem ser mantidas a fim de garantir uma execução eficaz do programa; bem como, manter esta mesma estratégia e estrutura para o comité de pilotagem do Programa” (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 39). Para os dois últimos indicadores a seguir, observe-se o que foi sugerido:

Quadro 19 – Indicador E: mobilização dos Comitês Nacionais

“Foram também levantadas as sugestões para melhorar o grau de mobilização e participação dos Comitês Nacionais. São as seguintes: adequar o Comitê de meios técnico-financeiros para o melhor cumprimento dos trabalhos do mesmo; transformar os Comitês Nacionais em Comitês de Pilotagem do Programa; criar a figura de um coordenador nacional de programa; manter a comunicação interativa e regular entre os membros sobre a implementação do Programa e zelar pela estabilidade dos membros do Comitê”.

FONTE: (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 39, grifo no original).

Quadro 20 – Indicador F: atividades de formação

“Foram questionadas quais seriam as capacitações ou ações de fortalecimento necessárias para aprimorar o desempenho/apropriação dos Comitês na implementação do Programa. **As respostas foram as seguintes:** promover mais reforço de capacidade dos membros do Comitê dos países da CPLP e trocas de experiências entre os mesmos; o comprometimento da CPLP/FAO seria chave para aprimorar o desempenho do Programa; Bem como a maior responsabilização dos membros através da distribuição de senhas de presença, por exemplo, para estimular a participação dos membros. Formar e reforçar as capacidades dos membros dos Comitês Nacionais em matéria da Gestão Sustentável das Terras e da CNUCD e PAN; objetivos e agenda da estratégia de 10 anos da CNUCD, e coletânea da legislação ambiental, bem como, para a mobilização de recursos”.

FONTE: (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 39, grifo no original).

Fica claro, dessa forma, que as sugestões do indicador “E” e os questionamentos do indicador “F” apresentados demonstraram sensibilização dos beneficiários do PCT, bem como a necessidade de melhor articulação dos instrumentos já criados, a fim de conseguir pôr em prática a realização do futuro Programa de Cooperação. Ao concluir este momento final de avaliação do Projeto de Cooperação Técnica

[...] os EM consensualizaram que, do ponto de vista dos seus objetivos centrais, estes foram amplamente atingidos, designadamente:

- A constituição dos Comitês Nacionais;
- Os processos de identificação das necessidades dos países;
- A capacitação em formulação de projetos para financiamentos (DEFI); e
- Elaboração de uma proposta de Programa de Cooperação Sul-Sul, Norte-Sul para a Implementação da CNUCD e GST (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 23).

Em relação à delegação brasileira, durante a avaliação do PCT, foi sugerida uma reflexão acerca do papel do Secretariado Executivo da CPLP, em termos de processo de articulação e comunicação institucional e dos mecanismos instituídos para alcançá-los. Isso, em vista do que o país reflete, com relação à origem dos problemas decorridos durante a execução do projeto, no que concerne a sua participação (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 23). Portugal, por sua vez, analisou a execução do PCT da seguinte forma:

Portugal [assim como os quatro Estados membros] avalia positivamente a questão central do projeto com a constituição dos Comitês Nacionais para o seguimento desta temática. Reconhece o trabalho de levantamento de disponibilidade e necessidades nacionais e a capacitação em desenvolvimento de estratégias financeiras (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 23).

É importante mencionar que a consideração do sucesso pelo SECPLP ocorreu, principalmente, pelo fato de ter sido “[...] projetado o Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para a implementação da UNCCD, o qual foi aprovado por Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe” (CPLP et al, 2011, p. 9). Mesmo não podendo deixar de evidenciar que o esforço desses quatro Estados no desenho do Programa de Cooperação se configurou como uma considerável contribuição para implementação da Convenção de Combate à Desertificação, posto que os relatórios das consultorias dos Estados supracitados poderão servir “[...] para planejar suas futuras atividades no campo da gestão sustentável de solos” (CPLP et al, 2011, p. 27) e reforçar a elaboração e implementação de seus Planos de Ação Nacionais de combate à desertificação, sabe-se que o PCT foi idealizado para ser projetado um Programa de Cooperação aprovado em todos os PALOP e no Timor Leste. No entanto, nem Angola nem o Timor Leste aprovaram o Programa, como analisado.

Esta e outras falhas supracitadas pelos atores, na primeira e na segunda parte da análise da entrevista, permite que seja questionado, dentro do contexto geral da primeira fase do PCT, o entusiasmo do Secretário-Executivo da CPLP quando menciona a palavra sucesso. Diante de tudo o que foi analisado, a avaliação mais adequada para o final da primeira fase seria entre “suficiente e bom”.

Lições Aprendidas

Para o desenvolvimento deste último ponto, foram feitas quatro perguntas, a saber: “Qual foi ou quais foram as suas principais aprendizagens nessa experiência do PCT CPLP/FAO 3201? Se fosse reiniciar essa experiência do zero, o que faria igual? O que faria diferente? Que recomendações daria para um outro grupo de países que pretendesse desenvolver uma experiência parecida?” Respondendo às quatro questões como um todo, o Sr. Heitor Matallo Júnior afirmou que “[a] primeira coisa que se tem que fazer é mudar o horizonte do projeto. Quatro (4) anos não são tempo suficiente para mudar a situação institucional e criar capacidade em países como os que participaram do projeto” (MATALLO JUNIOR, 2012, APÊNDICE 2). A preocupação com o curto espaço de tempo foi confirmada pela a Sra. Clara Justino, na fase de “dificuldades de implementação”. O Sr. Heitor Matallo Júnior ainda alerta o que segue:

Outra coisa é o nível de compromisso que estes países assumem com o Projeto, que sempre é bastante baixo. Eles recebem o dinheiro, mas não têm um compromisso de executar adequadamente as tarefas. Quanto a recursos humanos, nunca se tem a garantia de que uma vez treinados pelo Projeto eles continuarão trabalhando na mesma área (MATALLO JUNIOR, 2012, APÊNDICE 2).

Quando o Sr. Matallo Junior menciona, entre outras questões, o baixo nível de compromisso, ele se refere, principalmente, aos Estados que não assumiram seus papéis para com o presente PCT. Neste caso, infere-se que Angola e Timor Leste foram os mencionados Estados que tiveram o citado baixo nível de compromisso. Em relação ao que faria de diferente, ele não ariscaria propor um Projeto de três ou quatro anos, como aconteceu com o tempo do PCT ora tratado. Para ele

[p]rojeto de 6 anos, no mínimo. Obrigação de devolver o recurso se não executa as tarefas propostas [Referindo-se aos Estados que recebem o dinheiro, mas não executam as tarefas adequadamente do PCT]. Investimento na área institucional, com especial atenção para um mecanismo de seguimento do projeto a ser implantado que sobreviva depois de terminado o projeto. São as medidas clássicas para fortalecimento institucional. Os projetos deveriam reservar recursos para acompanhamento de 2 anos depois de terminado o projeto (MATALLO JUNIOR, 2012, APÊNDICE 2).

Dessa forma, além da necessidade do aumento do tempo de PCT, o Sr. Matallo Júnior pensa também ser necessária a devolução dos recursos empregados quando os Estados não cumprem com suas responsabilidades nos projetos de cooperação, bem como maior investimento institucional e reservas de recursos, a fim de que haja um mecanismo de seguimento do projeto para acompanhar o desenvolvimento de atividades pós-projeto, o que não aconteceu no presente PCT. Em relação ao que não faria, ele assevera: “Não esperar resultados iguais para países diferentes, com capacidades e recursos distintos. [Isso] significa flexibilizar os resultados” (MATALLO JÚNIOR, APÊNDICE 2).

Também, como um todo e deixando de responder a algumas questões, a Sra Clara Justino esclarece os necessários reforços em alguns importantes setores, como: compromisso político, comunicação e capacidade de adaptação e flexibilização, para a realização de futuros projetos de cooperação técnica. Para ela

[é] necessário que exista um forte compromisso político, para que o envolvimento dos técnicos seja reforçado e legitimado. O processo de comunicação, que permite conduzir o projeto deve também ser bastante assertivo, nos *timings* e nas formulações. Por outro lado, é importante que exista

uma capacidade de adaptação e flexibilização a novos caminhos que possam fazer sentido ao longo do processo (JUSTINO, 2012, APÊNDICE 3).

A Consultora Regional do PCT, assim como demais representantes analisados, também expõem o problema da curta duração de tempo para um Projeto tão ambicioso. Além disso, reforça que os Estados também não poderiam assumir esse Projeto todos de uma só vez. Observe-se sua resposta original:

Uma proposta tão desafiadora de trabalhar com oito países em 4 continentes, não poderia ser desenvolvida em um projeto de curto prazo e assumindo todos os países de uma só vez. Se o objetivo é integrar os países da CPLP, os países poderiam ir sendo paulatinamente envolvidos, considerando as dinâmicas sub-regionais e não limitando-se apenas aos países membros da CPLP. Se o objetivo é promover capacitações e fortalecimento da CCD, as dinâmicas sub-regionais parecem ter mais potencial e um ator fundamental é a Academia (LIMA, 2012, APÊNDICE 1).

Se, em relação a outro momento do Projeto – “dificuldades” –, a Consultora Regional do Projeto assegurou que existia “[...] a necessidade de construir um conhecimento coerente sobre as dinâmicas sub-regionais onde os países estavam inseridos” (LIMA, 2012, APÊNDICE 1), nesta citação, a Sra. Denise Valeria de Lima deixa pistas de que não foram consideradas estas dinâmicas subregionais no PCT, ao menos devidamente, uma vez que ela afirmou a necessidade de considerá-las, sem se limitar aos países membros da CPLP.

Caso fosse iniciado o Projeto hoje (em relação ao que faria de diferente), a Consultora Regional assevera que “[...] envolveria fortemente as universidades, professores e estudantes, além dos Pontos Focais da CCD” (APÊNDICE 1). Também, a Sra. Denise Valeria de Lima alerta que “[o] Projeto buscou desenvolver a interlocução com Comitês Nacionais, e não com indivíduos” (LIMA, 2012, APÊNDICE 1) Esta informação é muito importante, uma vez que se pode pensar confusamente que o Projeto tinha em sua execução, a mesma responsabilidade do Programa de Cooperação. O papel do PCT CPLP/FAO 3201, como projeto-meio, era justamente buscar desenvolver a interlocução com os Comitês Nacionais. Já o Programa, caso fosse efetivado, deveria, além de manter este exercício, também buscar a interlocução com os indivíduos, já que era a partir do Programa que iriam ser colocadas em prática as políticas públicas voltadas para o combate à desertificação e a mitigação da seca, enfim, para a Gestão Sustentável das Terras como um todo, buscando fortalecer a participação, principalmente, local da população.

Em linha de conclusão, este capítulo termina com uma reflexão da própria Consultora Regional do PCT a respeito dos Estados que conseguiram e dos que não conseguiram aproveitar e desenvolver as oportunidades em relação ao Projeto:

Os países que conseguiram abraçar essa proposta e engajar técnicos de diferentes organizações tiveram processos mais ricos em aprendizagens. Os países que centralizaram a interlocução perderam a oportunidade de capacitar um número maior de profissionais e de contribuir com as discussões na CPLP (LIMA, 2012, APÊNDICE 1).

Mediante o que foi visto e, principalmente, em relação às informações adquiridas por meio das respostas dos representantes dos organismos internacionais (CPLP, FAO e CNUCD), finaliza-se este trabalho evidenciando, principalmente, o entendimento acerca da problemática deste trabalho nas considerações finais.

Antes disso, no entanto, é importante revisar o que se procedeu, ao longo da pesquisa-estudo e análise. Nesta presente dissertação, foram trabalhados pontos cruciais no desenvolvimento dos primeiro, segundo e terceiro Capítulos; pontos estes necessários para a ligação deles e para a compreensão do principal objetivo, a qual seja, a análise do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201 para a implementação da Convenção de Combate à desertificação, no marco da Gestão Sustentável das Terras.

Para tanto, a fim de compreender este objetivo principal, foi estudado, de modo geral, a problemática da desertificação, posto que o PCT objetivou implementar a Convenção de Combate à Desertificação. Logo, a contextualização deste problema ambiental global, aliada a questões como seca e degradação da terra, era preciso. Também foi necessário fazer um estudo acerca da cooperação, a partir das teorias racionalistas, para posterior entendimento da conformação da cooperação internacional, no contexto da evolução da discussão internacional sobre desertificação. E, em seguida, foi retomada e analisada a compreensão da Convenção de Combate à Desertificação, observando sua estrutura organizacional e as reuniões realizadas, por órgãos desta Convenção, para facilitar o entendimento da análise do PCT que, como visto, ocorreu paralelamente a reuniões estabelecidas.

A ligação do objetivo principal de análise com os pontos abordados do segundo Capítulo, também foram significativos, uma vez que se trata de um PCT apoiado diretamente pela CPLP, com assistência técnica e financeira da FAO, do MM e do antigo IPAD, no âmbito de uma problemática ambiental que atinge, em maior e menor proporção,

a maioria dos Estados da CPLP. Dessa maneira, iniciou-se este Capítulo, com uma breve explanação sobre as Organizações Internacionais, a fim de uma prévia compreensão de suas características, para adentrarmos no entendimento acerca da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, destacando uma das áreas com a qual a CPLP trabalha e que foi de interesse para a realização da presente dissertação, o meio ambiente. Em seguida, houve a necessidade de conhecer de forma geral os aspectos geopolíticos e climáticos dos Estados-membros da CPLP, bem como observar suas vulnerabilidades à desertificação e/ou à degradação da terra. E, por último, buscou-se analisar a forma de cooperação dos organismos supracitados, na área de degradação da terra, e suas parcerias no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201.

Depois de reunidos todos esses importantes pontos abordados, iniciou-se construção do terceiro Capítulo, com um breve conhecimento acerca da cooperação técnica para uma melhor compreensão do PCT ora tratado, explorando, na medida do possível, seus detalhes, principalmente por meio dos planos de entrevistas realizados com três atores, que representaram ou ainda representam organismos internacionais, como a CPLP, a FAO e a UNCCD e que de, algum modo, tiveram participação (parcial ou inteiramente) na experiência de execução do PCT CPLP/FAO 3201. Com isso, obteve-se uma melhor noção dos desafios, das dificuldades enfrentadas, das contribuições conquistadas com o Projeto, bem como das aprendizagens absorvidas, devido às falhas apresentadas.

Esta noção pôde ser formulada, porque foram consideradas as seguintes questões: desafios, dificuldades, contribuições e aprendizados, a partir da utilização de quatro fatores metodológicos, quais sejam: 1º situação inicial, 2º implementação, 3º situação final e 4º lições aprendidas – três (1º, 2º e 3º) dos quais trabalhados pelo: *Guías de Terreno – Sistematización de Experiencias Locales da FIDAMERICA – PREVAL*¹⁶³ dos autores Berdegú, Ocampo e Escobar (2004). Com o estudo desta metodologia, compreendeu-se que qualquer que seja o projeto, certamente, ele deparar-se-á com desafios, enfrentará dificuldades e trará algum tipo de contribuição; seja poucos ou muitos, ao menos importantes aprendizados serão retirados da experiência. Também é importante relevar que, mesmo havendo um estudo de gestão de risco realizado pelos projetos, falhas poderão

¹⁶³ Esse guia orienta a sistematização da experiência que se procura estudar, a partir da escolha ou priorização dos atores da experiência, além do ordenamento e análise das informações.

ocorrer. O interessante, no entanto, é que dependendo das falhas do projeto (pequenas ou grandes), pode-se observar o nível de força das instituições que o apoiaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao PCT trabalhado, pode-se dizer que suas falhas de execução deram sinais de alerta quanto à fragilidade institucional da CPLP. Acredita-se que o principal motivo desta referida fragilidade está em sua jovialidade. Esta Instituição, como visto, é muito recente. Dessa forma, observou-se, no segundo Capítulo, que o seu amadurecimento em relação à área do meio ambiente, que não é a sua área prioritária, também é recente e, por isso mesmo, ainda frágil. Todavia, contrariamente à realidade referida, vê-se que a CPLP começa a dar sinais de certo amadurecimento institucional, com o exemplo, supracitado ainda no segundo Capítulo, referente à abertura do escritório da FAO, em Portugal, junto do Secretariado da CPLP, no início do ano de 2012, que poderá fortalecer a cooperação entre essas duas instituições, no que concerne à Segurança Alimentar e Nutricional, e, que, conseqüentemente, ajudará a melhorar a área ambiental.

Em relação ao caso da FAO, apesar do amadurecimento e peso institucional desta Organização Internacional, foi demonstrado, que um dos motivos para o não andamento de algumas de suas atividades ocorreu por causa de falhas na gestão de conhecimento, fruto de uma questão estrutural/organizacional da FAO. Isso pôde ser observado, conforme exposto pela Consultora Regional, quando houve a saída de representantes da FAO de alguns Estados dos PALOP e do Timor Leste, afetando o seguimento do PCT, posto que trabalhos desenvolvidos, ao longo do processo, não foram continuados, acabando no momento que a equipe responsável saiu.

Apesar das fragilidades da CPLP e mesmo da FAO, percebidas durante a análise do PCT ora tratado, é preciso ressaltar que a parceria técnica e financeira estabelecida nesse projeto, entre essas duas instituições, fez desenvolver a elaboração do Programa de Cooperação de implementação da Convenção de Combate à Desertificação aprovada por quatro Estados do PALOP. A experiência deste PCT CPLP/FAO 3201, incluindo, a dos dois Projetos – TCP/INT/3103 (que diz respeito à gestão fundiária) e o Projeto GCP/INT/052/SPA (sobre Terra, Água e Gênero) –, no âmbito da CPLP/FAO, em Gestão Sustentável das Terras, mencionados no segundo capítulo, certamente, fizeram com que a CPLP ganhasse, hoje, um maior amadurecimento na área ambiental, fortalecendo-se institucionalmente, de maneira a fazer com que, em próximos PTC desta área, seus

Estados-membros sejam melhor respaldados durante os processos, possibilitando desempenhos mais responsivos no que concerne, sobretudo, ao combate à desertificação.

Acredita-se, também, que a parceria entre a CPLP/FAO – um dos pontos reconhecidos pelos membros dos Comitês Nacionais dos Estados beneficiários do PCT CPLP/FAO 3201, ao avaliar este Projeto – é a “chave” para aprimorar o desempenho dos futuros PCT e Programas de Cooperação (CPLP; FAO; MICOA, 2010, p. 39), bem como fortalecer a institucionalidade da CPLP, entre os Estados que a compõem, e no cenário internacional em geral. Isso, certamente, fará com que, em vez de fragilidades, fortalecimento e amadurecimento institucional sejam transpassados para projetos e programas vindouros.

Com relação ao que foi revelado com o estudo deste PCT CPLP/FAO 3201, pode-se destacar que as expectativas dos organizadores e dos representantes dos países partícipes da experiência tratada devem ser menos “idealistas” e mais condizentes com as diferentes realidades político-econômicas e sociais dos Estados-membros da Comunidade, respeitando, dessa forma, a necessidade de maior flexibilização frente às peculiaridades de cada país. A pesquisa mostrou, também, que existe a necessidade de um maior tempo de duração para PCT, inclusive, para posterior manutenção de seus resultados esperados, haja vista que o tempo disponível para a execução do presente Projeto, não foi suficiente para que se pudesse desempenhar uma melhor capacitação institucional e técnica para o desenvolvimento dos resultados esperados. Revela, ainda, que há a necessidade de algum tipo de punição para os países que se utilizam dos recursos e não cumprem com suas responsabilidades; além de expor a necessidade de envolver os PALOP e Timor Leste neste tipo de Projeto paulatinamente, considerando as dinâmicas sub-regionais.

Estas e as demais falhas, apontadas no terceiro Capítulo, contribuíram para o alcance apenas parcial do segundo resultado previsto e o não alcance do quinto resultado esperado pelo PCT, bem como para a não efetivação dos Relatórios das Consultorias Nacionais de Angola e de Timor Leste. As falhas do presente PCT, como um todo, poderiam ter sido evitadas, com o maior compromisso político do Brasil, para com a CPLP; com melhor engajamento, por parte do Estado de Angola, e com a presença do Representante da FAO neste país; e com a capacitação humana, no que diz respeito ao treinamento dos técnicos que ficaram responsáveis por realizar a consultoria nacional, no caso de Timor Leste. Além disso, o PCT poderia ter sido melhor organizado, caso tivesse

ocorrido uma maior capacidade de flexibilização dos resultados, isto é, não esperasse que todos os Estados reagissem de forma homogênea em relação aos resultados esperados.

Assim sendo, pode-se dizer que, em virtude das falhas supracitadas, o PCT configurou-se como contribuição à implementação da CNUCD, de forma parcial, haja vista que três dos cinco resultados previstos conseguiram ser efetivados. Para melhor explicar esta contribuição parcial do PCT à implementação da CNUCD, é preciso lembrar a problemática que deu origem à dissertação – “Até que ponto o Projeto de Cooperação Técnica PCT CPLP/FAO 3201, organizado pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa e apoiado pela FAO, dentre a assistência de outros organismos internacionais, conseguiu trazer alguma contribuição para a implementação da CCD nos PALOP e Timor Leste?” – e buscar respondê-la.

Dessa forma, pode-se verificar, ao longo da construção deste texto, que, como projeto-meio, o PCT CPLP/FAO 3201 trouxe consigo contribuições consideráveis para a implementação da CNUCD. De início, basta constatar que só o fato de ser um projeto de cooperação, apoiado por uma Organização Intergovernamental recente, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – formada em sua maioria por países africanos – com assistência das Organizações Internacionais supramencionadas, já demonstra o esforço e interesse em fazer valer a própria Convenção por parte dos Estados-membros da CPLP e dos Secretariados Executivos da CPLP e da CCD.

Deve-se enaltecer também que, como projeto-meio, o PCT desenvolveu um arranjo institucional que conformou a Comissão de Coordenação, os Grupos de Trabalho/Comitês Nacionais e os Consultores Nacionais, conseguindo a realização dos Relatórios de Consultorias Nacionais de, pelo menos, quatro Estados dos PALOP, os quais demandaram conhecimento acerca da desertificação e/ou degradação da terra, contribuindo, assim, para reforçar os Planos de Ação Nacional de combate à desertificação existentes e ajudar na elaboração dos PAN que faltam; também houve a realização de reuniões entre a Consultora Regional e os Comitês Nacionais para endossar os relatórios nacionais, além do Seminário PRODER e a formação em Estratégia Financeira Integrada; ocorrem chamadas de conferências realizadas entre a Consultora Regional e os Comitês Nacionais, para monitorar o processo de concepção do Programa, até à instituição do desenho das matrizes de Projeto e do Programa. Portanto, todas as atividades desenvolvidas e os resultados conquistados no âmbito do PCT se constituíram como passos de contribuição rumo à

implementação da Convenção de Combate à Desertificação, pois, na medida do possível, procuraram executá-la.

Além disso, pode-se destacar, ainda, que, conforme observado na avaliação realizada pelos membros dos Comitês Nacionais dos Estados beneficiários, a formulação da proposta do Programa de Cooperação (do documento) serviu como base de reflexão para questões de Gestão Sustentável das Terras, como a questão de combate à desertificação e/ou degradação da terra nos PALOP. Também, a ideia de desenvolvimento do Sistema de Informação do Observatório Socioambiental partiu do presente PCT, sendo mais uma contribuição para implementação da CCD. Do ponto de vista dos recursos humanos, as pessoas envolvidas também aprenderam e se desenvolveram com o Projeto, o que foi um ganho para os países beneficiários a longo prazo.

Portanto, a realização deste PCT deu mostras de que os Estados-membros da CPLP procuraram seguir a Convenção, a partir de pressupostos encontrados nos artigos da CCD (3-4; 7-8; 12-14; 16 e 19-20), os quais englobam: os princípios que as partes devem seguir para melhor executá-la; a importância da cooperação internacional, por meio da busca de parcerias estratégicas, da cooperação técnica e financeira, do auxílio das organizações internacionais voltadas às atividades de combate à desertificação; a priorização do continente africano pela CNUCD; a necessidade de se trabalhar de maneira colaborativa, com a participação das populações, em especial das comunidades locais, a fim de buscar elaborar e/ou implementar os Planos de Ação Nacionais de combate à desertificação; o desenvolvimento de atividades socioambientais, estimuladas pelas partes da CNUCD, que busquem as sinergias com as Convenções de Biodiversidade e de Mudança Climática; o aumento do conhecimento a respeito dos processos que conduzam à desertificação e à seca, dentre outras questões.

Ao longo deste estudo, foi observado, por fim, que a prática da análise de Projetos de Cooperação Técnica é pouco explorada academicamente, principalmente quanto aos PCT realizados no escopo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. No entanto, estudos desses casos práticos, no meio acadêmico, são importantes, porque contribuem com informação à sociedade, mostrando-lhe a viabilidade dos Projetos de Cooperação Técnica em execução e podendo servir, inclusive, como instrumento para instigar a participação da população, por meio da cobrança de uma prática coerente dos PCT. Compreende-se, portanto, também, ser necessária e de suma importância a realização de

mais estudos práticos nesta área, para que possam servir de ferramenta de formação para técnicos em treinamento pelas Organizações Internacionais que lidam com esta tarefa e pelos governos, principalmente os de Estados em desenvolvimento, de forma que seja possível evitar erros corriqueiros e obter resultados positivos.

REFERÊNCIAS

AFN, Autoridade Florestal Nacional; GPP, Gabinete de Planeamento e Políticas; MADRP, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. **Seminário Desenvolvimento Rural e Combate à Desertificação** - Seminário Torre D' Aguilha. São Domingos de Rana, jun. 2009. Disponível em: <http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/seminario_desertif.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

ATLAS das áreas suscetíveis à desertificação do Brasil / **MMA, Secretaria de Recursos Hídricos, Universidade Estadual da Paraíba**. Organizador: Marcos Oliveira Santana. Brasília: MMA, 2007. 134p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/129_08122008042625.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

AXELROD, R; KEOHANE, O. R. Alcançar cooperação sob anarquia: estratégias e instituições. **World Politics**, v. 38, n. 1, p. 226-254, out. 1985. Disponível em: <https://umdrive.memphis.edu/rblanton/public/POLS_7508_Fall_2009/axelrod_cooperation_under_anarchy.pdf>. Acesso: 10 fev. 2012.

BARBIERI, E. O deserto avança. **Revista Mundo e Missão**, n. 67, p. 19-23, nov. 2002. Disponível em: <http://www.pime.org.br/noticias.inc.php?&id_noticia=3562&id_sessao=2>. Acesso em: 26 fev. 2012.

BARCELLOS, S. B; COVER, M. A seca no sertão e o debate sobre a convivência com o semiárido brasileiro. **ADITAL – Notícias da América Latina e Caribe**. 2013. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=S&cod=73140>. Acesso em: 1 jan. 2013.

BERDEGUÉ, J. A.; OCAMPO, A.; ESCOBAR, G. *Sistematización de Experiencias Locales de Desarrollo Agrícola y Rural: guías de terreno*. **FIDAMERICA – PREVAL**. Versão 3, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.alianzasdeaprendizaje.org/salon-del-conocimiento/item/download/283>> Acesso em: 11 jan. 2012.

BULL, H. **A sociedade Anárquica**: um estudo da ordem na política mundial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, XXVIII, 361p., 2002. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0158.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

CALEGARI, D. Neofuncionalismo e Intergovernamentalismo: Preponderância ou Coexistência na União Européia? **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, v. 5, p. 91-131, 2009. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume5/arquivos_pdf/sumario/daniela_calegari.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2012.

CAMPELO, L. G. B. O problema da desertificação. Ministério Público de Goiás. **Rev. de Direito Ambiental**. p. 129-166, 2009. Disponível em:

<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/o_problema_da_desertificacao.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2012.

CNUCD, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África.** 1994. Disponível em: <<http://www.aguasdaterra.org.br/images/desertificacao.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2012.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (1992: Rio de Janeiro). Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Resolução, n. 44/228 da Assembléia Geral da ONU, dez. 89. Agenda 21 - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

CONVENÇÃO DE VIENA. Convenção de Viena sobre os Direitos e Tratados. **Diário da República**, n. 181, Série I-A, ago, 2003. Assinada em 23 de maio de 1969. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/Conv_Viena/Convencao_Viena_Dt_Tratados-1969-PT.htm>. Acesso em 15 ago. 2012.

CONVENÇÃO DE VIENA. Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais. **Centro de Direito Internacional - CEDIN.** Viena - Áustria, mar, 1986. Disponível em: <http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/5/53/Conven%C3%A7%C3%A3o_de_Viena_sobre_Direito_dos_Tratados-.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2013.

COTIN, J. B. O Conceito de Desertificação. **CLIMEP - Climatologia e Estudos de Paisagens.** Rio Claro, SP, Brasil, v. 3, n. 2, p. 39, jul./dez. 2008. – eISSN: 1980-654X. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/article/viewFile/2091/2203>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional ESAN-CPLP.** Parte I ENQUADRAMENTO - Versão em Desenvolvimento, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fEstrategia%2fI-Enquadramento+26.9.11.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa et al. **Formulação de um programa para a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) nos países da CPLP** – Relatório Final Consultoria Nacional de Cabo Verde, out. 2009A. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/Relatorios/CV_Quadro_De_mandas.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Formulação de um programa para a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) nos países da CPLP** – Relatório Final Consultoria Nacional de Guiné-Bissau, jun. 2009B. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/Relatorios/GB_Quadro_Demandas_semfotos.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Formulação de um programa para a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) nos países da CPLP** - Relatório Nacional da Consultoria de Moçambique. 2009C. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/Relatorios/MOZ_Quadro_Demandas.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Relatório final:** formulação do programa de cooperação sul/sul e norte/sul para a implementação da Convenção das Nações Unidas (TPC/INT/3201), p. 44, jun. 2010.

_____. **Relatório Final:** Programa de cooperação sul-sul e norte-sul para a implementação da Convenção das Nações Unidas (TPC/INT/3201), p. 101, mai. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/rome2007/docs/TCP%20INT%203201%20IMPLEMENTATION%20REPORT.doc>. Acesso em: 25 jul. 2012.

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations; IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. **Informativo do projeto de cooperação técnica** - Preparação do Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para Gestão Sustentável das Terras. TCT/INT/3201, n. 1, p. 2, ago. 2008. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Boletins/Boletim_1_Ago08.pdf>. Acesso em: 25 abril. 2012.

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations; MICOA, Ministério da Coordenação da Ação Ambiental. **2ª Reunião do comitê de coordenação do programa de cooperação técnica (PCT) FAO/CPLP**. Maputo, abr. 2010. Disponível em: <https://mail-attachment.googleusercontent.com/attachment/?ui=2&ik=fb5557c236&view=att&th=138b453f06174f46&attid=0.1&disp=safe&zw&saduie=AG9B_P_3hQw_3RTjw864hGVg2Z1G&sadet=1363922253327&sads=K8ylgbFTqgK48PH2F1HWmv06P4U>. Acesso em: 17 jul. 2012.

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Memorando da 1ª reunião do comitê de coordenação do projeto de cooperação técnica da FAO para o Combate à Desertificação na CPLP (2008/2009)**. Lisboa, set. (2008/2009). Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Memoria_I_Reuniao_CC_TCP_CPLP_FAO_22Set_final_.doc>. Acesso em: 16 jul. 2012.

_____. **Pensar, comunicar, atuar em língua portuguesa - 10 ANOS da CPLP / Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. 2006. Disponível em: <http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fComunicacaoInfo%2f10_anos.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2012.

_____. **Plataforma de cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na Área de Ambiental.** 2006. Disponível em: <http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fredes%2fambiente%2fPlataforma_de_Coopera%ef%bf%bd%ef%bf%bd_da_Comunidade_de_Pa%ef%bf%bdses_de_L%ef%bf%bdngua_Portuguesa.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2012.

_____. **Projeto de Cooperação Técnica CPLP FAO:** Elaboração de um Programa de Cooperação para a Gestão Sustentável das Terras nos Estados Membro da CPLP. (s/d). Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Informacoes_Gerais_TCP_CN.doc>. Acesso em: 11 mar 2012.

_____. **Proposta de quadro de cooperação entre os países da CPLP no âmbito dos Programas Nacionais de Luta contra a Desertificação** - delineação do Programa de Cooperação. (s/d). Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/General/070723_CPLP_Co_ope_Proposta.pdf>. Acesso em: 11 mar 2012.

_____. **Relatório de Atividades da Direção de Cooperação.** Secretariado Executivo da CPLP - Direção de Cooperação, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fPontos_Focais%2fXIX_Praia_Jun09%2fRelatorio_DirCoop_Jan2009_Jun2009_FINAL_OC.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2013.

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; UNCCD, United Nations Convention to Combat Desertification. **Acordo de cooperação entre o secretariado da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação em países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente em África e o secretariado executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.** 2008. Disponível em: <http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fAcordos%2fAcordoCPLP_UNCCD.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2012.

_____. **Projeto de cooperação técnica CPLP:** Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - Termos de Referência. Consultoria Nacional - Guiné-Bissau. 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/bib_GBS_/TDR_Cons_Nacional_Guine_Bissau_15012009.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2012.

DIÁRIO DA REPÚBLICA - I SÉRIE-B, n.158, p. 9-7, jul. 1999. Disponível em: <<http://www.dre.pt/pdfgratis/1999/07/158B00.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

DLDD, Desertification Land Degradation & Drought. **Desertification Land Degradation & Drought:** Some global facts & figures. p. 29-31, mai. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/Lists/SiteDocumentLibrary/WDCD/DLDD%20Facts.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2012.

DOLLÉ, V. Atividade pastoril e agricultura de oásis, complementaridade e sinergia para enfrentar a seca. **CIRAD/SAR**, França. In: Conferência Internacional ICID Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-áridas - ICID. Fortaleza, CE, Brasil, p. 3337-3348, jan./fev. 1992. Disponível em: <http://www.icid18.org/arquivos/volume10_pt.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2012.

ESTATUTOS da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007). 2007. Disponível em: <http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fDocumentos+Base%2fEstatutos_CPLP_REVLIS.07.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2012.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Projeto de preparação do programa de cooperação CPLP para implementação da UNCCD** - Documento de Trabalho Referente ao Projeto FAO TCP/INT/3201. 2008. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Projecto_Combate_a_Desertificacao_-_Documento_de_trabalho_10.03.08.pdf>. Acesso: 02 mar. 2012.

_____. **Sistema de Informação (SI) para o Observatório Sócio-ambiental**. 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Observatorio/FolderSI_VFINAL.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012.

_____. PROÁFRICA: programa de cooperação temática em matéria de ciência e tecnologia. **Assessoria de Cooperação Internacional - ASCIN/CNPq**. Programas Multilaterais. Detalhamento do Projeto. Edital MCT/CNPq n. 016/2010. 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Observatorio/Pro_Africa_Observatorio.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

FERREIRA, R.; COVEIRO, V. Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. **Instituto Superior Técnico**. Mestrado de Engenharia do Ambiente. Política do Ambiente. 2º Semestre, p. 21, 2º Semestre, 2008/2009. Disponível em: <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/323223/1/Ricardo_Ferreira-Vanessa_Couveiro-Convencao%20sobre%20Combate%20a%20Desertificacao.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2012.

FREIXO, A de. **As relações luso-brasileiras e a CPLP**: algumas reflexões em torno da idéia da lusofonia. (s/d). Artigo [uma versão resumida e modificada do capítulo final da tese de doutoramento em História Social intitulada “Minha Pátria é a Língua Portuguesa: A Construção da Idéia da Lusofonia em Portugal”], defendida em 2007, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <http://www.oplop.uff.br/sites/default/files/documentos/as_relacoes_luso-brasileiras_e_a_cplp.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2012.

_____. Dez anos da CPLP: as perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa. **Cena Internacional** - Revista de Análise em Política Internacional, ano 8, n. 1, p. 35-53, 2006. Disponível em:

<http://www.oplop.uff.br/sites/default/files/documentos/artigo_-_dez_anos_da_cppl.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2012.

GERHARDT, L. M. **À paz perpétua, de Immanuel Kant**. Resenha. Porto Alegre – RS, ano XXVIII, n. 1 (55), p. 143–154, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/407/304>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

GEMENNE, F.; BRÜCKER, P.; GLASSER, J. The state of environmental migration 2010. **IDDRI e OIM**. Editado: François Gemenne, Pauline Brücker e Joshua Glasser, n. 7, dez. 2011. Disponível em: <http://publications.iom.int/bookstore/free/STUDY0711_SEM2010_web3.pdf>. Acesso em: 28 set. 2012.

GONÇALVES, W. Relações internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal Fluminense, p. 38, 2002. Disponível em: <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2012.

_____. **Relações internacionais: ciências sociais passo-a-passo**. – 3.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

IDH, Índice de Desenvolvimento Humano. Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos. Relatório do Desenvolvimento Humano (2011). **PNUD**. 2011. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2013.

IDMC, Internal Displacement Monitoring Centre; NRG, Norwegian Refugee Council. **Displacement due to natural hazard-induced disasters: Global estimates for 2009 and 2010**. 2011. Disponível em: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Full_Report_1079.pdf> Acesso em: 26 ago. 2012

IMESON, A. Introdução geral à degradação da terra e à desertificação. **Lucinda – Land Care in Desert Affected Areas from Science Towards Application**. Série do Fascículo A, n. 1, p. 14. Disponível em: <http://geografia.fcsh.unl.pt/lucinda/booklets/A1_Booklet_Final_PT.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2012.

IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change. **Cambio climático 2007: Informe de síntesis**. Contribuição dos Grupos de trabalho I, II y III ao Quarto Relatório de Avaliação do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre a Mudança Climática [Equipe de redação principal: Pachauri, R.K. e Reisinger, A. (diretores da publicação)]. IPCC, Genebra, Suíça, 104p. 2007. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr_sp.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2012.

IV CONFERÊNCIA DE MINISTROS DO AMBIENTE. **Declaração de Luanda**. 2008. Disponível em:

<<http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fredes%2fambiente%2fIVConfMinAmbiente.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

JACKSON, R. H; SORENSEN G. **Introdução às relações internacionais**: teorias e abordagens. Tradução Bárbara Duarte; revisão técnica, Arthur Ituassu. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, 445p.

KEOHANE, R. O. **Cooperation and international regime**. Princeton, NJ: Princeton University Press. Capítulo 4. In: _____. After hegemony: cooperation and discord in the world political economy, 1984, p. 47-64. Disponível em:

<<http://www.polsci.wvu.edu/faculty/hauser/ps591m/keohaneafterhegemonypartial.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. **International Institutions**: Two Approaches. International Studies Quarterly. Publicado por: Blackwell, v. 32, n. 4, dez. 1988, p. 379-396. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2600589>> Acesso em: 15 ago. 2012.

LACERDA, M. A. D. de; LACERDA, R. D. de. Planos de combate à desertificação no nordeste brasileiro. **Revista de Biologia e Ciência da Terra**, Campina Grande, PB, 1º Semestre, v. 4, n. 1, p. 14, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/500/50040111.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2012.

LABOGEF. **Impactos ambientais do uso das terras**. MODULO III - Processos de desertificação. Disponível em:

<[http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/Apresentacao_Impactos_III_\(desertificacao\)_60114.pdf](http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/Apresentacao_Impactos_III_(desertificacao)_60114.pdf)>. Acesso em: 16 mai. 2012.

LE PRESTE, P. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: Editora SENAC, tradução: Jacob Gorend, 481p., 2000.

LIMA, L. F. **Os princípios do direito internacional do meio ambiente e sua aplicação na questão da mudança do clima**. Capítulo extraído da Dissertação – “A Moldura Regulatória Internacional do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto”. Orientador da dissertação: Professor Dr. Guido Fernando Silva Soares. Pós-graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, obteve o grau de mestre em Direito Internacional, p. 23, (s/d). Disponível em:

<<http://www.meioambientecarbono.adv.br/pdf/principios.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

MACIEL, T. M. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. **Rev. Ponto-e-vírgula**, n. 5, p. 215-229, 2009. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n5/artigos/pdf/pv5-20-tadeumorato.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2012.

MADRP - Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e das Pescas. **Projeto integrado de combate à desertificação no litoral e cunene**. Instituto de Desenvolvimento Florestal. Luanda, 2011. Disponível em:

<http://idf.co.ao/PROGRAMAS_PROJECTOS/Combate%20%C3%A0%20Desertifica%C3%A7%C3%A3o%20no%20Litoral%20e%20Cunene-%20w.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2013.

MATALLO JUNIOR, H. **Desertificação**. Organizadores: Celso Salatino Schenkel e Heitor Mallo Júnior. 2.ed. Brasília: UNESCO, 1999/2003, 82p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001298/129872porb.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

_____. **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África**. (s/d). Disponível em: <<http://www.aguasdaterra.org.br/images/desertificacao.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

_____. **Indicadores de desertificação: histórico e perspectivas**. – Brasília: UNESCO, 2001. 80p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001298/129871por.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2012.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direito internacional público: parte geral**. 4ª ed., revisada, atualizada e ampliada – São Paulo: Editora Revistas do Tribunais, 2008.

MELLO, F. de C. **Teoria dos jogos e relações internacionais: um balanço dos debates**. BIB, Rio de Janeiro, n. 44, 2º semestre de 1997, pp. 105-119. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=481&Itemid=397> Acesso em: 21 fev. 2013.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Glossário de termos e conceitos usados no contexto da UNCCD**. Organizador: Heitor Matallo Júnior. – Brasília: MMA, 2009. 154p. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/120/Glossario_de_termos_e_conceitos.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2013.

MITRANY, D. **The functional approach to world organization international affairs** (Royal Institute of International Affairs 1944), v. 24, n. 3, p. 350-363, jul. 1948. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0020-5850%28194807%2924%3A3%3C350%3ATFATWO%3E2.0.CO%3B2-D>>. Acesso 25 de mar. 2012.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Desertificação, desenvolvimento sustentável e Agricultura familiar recortes no Brasil, em Portugal e na África**. Editora Universitária. João Pessoa – PB, 2010. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/b2055p/b2055p.pdf>> Acesso em: 1 maio 2013.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. (Clássicos IPRI), 2003. 52p. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0179.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

MOTA, J. A. et al. Trajetória da governança ambiental. **Boletim Regional e Urbano do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, n. 1, p. 11-20, dez. 2008. Disponível em: <http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo_26.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2012.

NAP - Timor-Leste. **Nacional Action Programme to Combat Land Degradation**. Dili, p. 45, nov. 2008. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/bib_TL_/Timor-Leste_NAP_Revised_Draft.pdf>. Acesso em 30 nov. 2012.

NÓBREGA, M. de O. **A influência da “escassez ambiental” e das alterações climáticas no período que antecede o conflito em Darfur (1984-2003)**: questão de segurança ambiental. In: III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2011/mariana_nobrega.pdf>. Acesso em: jan. 2102.

NOSSO FUTURO COMUM / Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991. 490p. Disponível em: <http://api.ning.com/files/n0ZLLK3clS7BkLdgXKJil2yF3TPf6pPJc3CDfMWMJsPTwOom*3wlGitBphZl851f7vbTdoy8HVS3b5p9ALJMvs1RAN0*CZgM/BrundtlandNossoFuturoComum.pdf> Acesso em: 07 mai. 2012.

NOTA EDITORIAL DA 5ª EDIÇÃO. **Academia Brasileira de Letras**. (s/d). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/media/Nota%20Editorial.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2013.

OIM, Organização Internacional para Migração. Capítulo I. Climate Change, Environmental Degradation and Migration: A Comprehensive Approach to Address a Complex Nexus. In: Relatório publicado pela (OIM). **Compendium of IOM’s Activities in Migration, Climate Change and the Environment**, 309p, dez. 2009. Disponível em: <http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/activities/env_degradation/compendium_climate_change.pdf>. Acesso em: 29 set. 2012.

ONU, Organização das Nações Unidas; CNUCD, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Decisão 3/COP.8 - o marco e o Plano Estratégico Decenal para melhorar a aplicação da Convenção (2008-2018). **Informe da Conferência das Partes sobre Seu Oitavo Período de Sessões Celebradas em Madri de 3 a 14 de Setembro de 2007 e Medidas Adotadas pela Conferência das Partes em Seu Oitavo Período de Sessões**, p. 8-29, out. 2007. Disponível em: <<http://www.unccd.int/Lists/OfficialDocuments/cop8/16add1spa.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 15 jun. 2012.

OREIRO, J. L. A crise na Europa e os dilemas da Espanha. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2 (122), p. 326-328, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n2/09.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

PACHÊCO, A. da P.; FREIRE, N. C. F.; BORGES, U. da N. **A Transdisciplinaridade da Desertificação**. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociência. Geografia, v.15, n. 1, p. 5-34, jan./jun. 2006.

PAE-PARAÍBA. Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAE-PB. Elaborado pela Associação para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia - **SCIENTEC**, no âmbito do Projeto **BRA/IICA/05/004**, e executado pelo **Ministério do Meio Ambiente - MMA** em cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - **IICA**, nov., 2011. Disponível em: <http://www.jornalescolar.org.br/?file_id=pae-paraiba.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2013.

PANA, Plano de Ação Nacional para adaptação às Mudanças Climáticas. **Banco Mundial, GEF e República Democrática de S. Tomé e Príncipe (Ministérios dos Recursos Naturais e Ambiente)**, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.napa-pana.org/private/modules/knowledgebox/io/file.php?entry=974&field=22>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

PAN-BRASIL. Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-BRASIL. **Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável**, p. 32, 2004. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/cma/ap/AP_20070828_SRHU-MMA_Desertificacao.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2012.

PAN-BRASIL. Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente Secretaria de Recursos Hídricos**. Edição Comemorativa dos 10 anos da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca-CCD, ago. 2004. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/rn/wp-content/files/2009/05/PAN_BRASIL.pdf>. Acesso em 8 fev. 2012.

PAN-CABO VERDE. **Cap Vert - Programme d'action National de Lutte contre la Desertification**. 2000. Disponível em: <http://www.unccd.int/ActionProgrammes/cape_verde-fre2000.pdf>. Acesso em 17 fev. 2012.

PAN-MOÇAMBIQUE. Moçambique - Plano de Ação Nacional de Combate à Seca e à Desertificação. **Ministério para a coordenação da ação ambiental**. 2002. Disponível em: <<http://www.unccd.int/ActionProgrammes/mozambique-other2002.pdf>>. Acesso em 11 fev. 2012.

PAULA, L. F. de; FERRARI FILHO, F. Desdobramentos da crise financeira internacional: Tempos Keynesianos. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2 (122), p 315-317, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n2/09.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

PICCHIONI, S. A. Os papéis dos pontos focais. **ASA / ASPAN / RIOD**, p. 5, fev. 2004. Disponível em:

<<http://www.aspan.org.br/riodbrasil/pt/ponto-focal/O-Papel-dos-Pontos-Focais.pdf>>. Acesso em 9 mai. 2012.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Resumo do projeto: gestão sustentável de terras.** 2009. Disponível em: <<http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/SLM-Port.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

PUNTES, C. A. I. A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento - **CTPD** - no Período (1995-2005). – Brasília: FUNAG, 2010, 340p. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao_tecnica_brasileira.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2012.

QUARANTA, G. Agricultura de sequeiro. **Lucinda – Land Care in Desert Affected Areas from Science Towards Application.** Série do Fascículo C, n. 4. (s/d). Disponível em: <http://geografia.fcsh.unl.pt/lucinda/Leaflets/C4_Leaflet_PT.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2012.

RAMOS, B. O. **A cooperação internacional e os debates teóricos: um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil.** Brasília, 2006, 87p. Dissertação (Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais). Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4884/1/2006_B%C3%A1rbara%20Oliveira%20Ramos.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2012.

REZEK, José Francisco. **Direito dos tratados.** Rio de Janeiro: Forense, 628p., 1984.

ROXO, M. J. Alertar a sociedade para a desertificação. **Lucinda – Land Care in Desert Affected Areas from Science Towards Application.** Série do Fascículo A, n. 4, p.16, (s/d). Disponível em: <http://geografia.fcsh.unl.pt/lucinda/booklets/A4_Booklet_Final_PT.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2012.

SEITENFUS, R. **Da esperança à crise: as organizações internacionais frente ao direito e ao poder.** Disponível em: <<http://www.seitenfus.com.br/arquivos/esperan%C3%A7a-crise.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____. **Manual das Organizações Internacionais.** – Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1997. 352p.

SILVEIRA, A. P. Cooperação técnica: realidade e perspectivas no continente africano; um caso especial: cooperação com os PALOPS. In: Colóquio sobre as Relações Brasil-África (4ª Parte - Cooperação). Ministério das Relações Exteriores - Departamento da África e Oriente Próximo - Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. **Instituto Rio Branco**, Brasília, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0174.pdf>> Acesso em: 6 dez. 2012.

SOUSA, A. C. A. de. A evolução da política ambiental no Brasil do século XX. **Revista. achegas. net**, n. 26, nov./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.achegas.net/anteriores.html>> ou <http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/ana_sousa_26.htm>. Acesso em: 12 jan. 2012.

STEINER, A. Q; MEDEIROS, M. de A. Convenções internacionais de meio ambiente realmente funcionam? Abordagens teórico-metodológicas sobre a eficácia dos regimes ambientais. **Rev. Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 695-727, Rio de Janeiro, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a12.pdf>>. Acesso em 28 fev. 2012.

TANNO, G. A. Contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de Segurança Internacional. **Rev. Contexto Internacional**, v. 25, n. 1, p. 47-80, Rio de Janeiro, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/media/Tanno_vol25n1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2010.

UNDDD, Decade for Deserts and the Fight against Desertification. **ONU lança década de esforços para combater a desertificação**. 2010. Disponível em: <http://unddd.unccd.int/docs/press_releases/08_16_2010_por.pdf>. Acesso em: 30 Mai. 2012.

YODA, A. J. V. As organizações internacionais e o poder de celebrar tratados. **Rev. Jur.**, Brasília, v. 7, n. 75, p. 1-14, out./nov. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_75/artigos/PDF/AnaVeneroso_Rev75.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2013.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2008. 220p. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hEjcrUyfChQC&oi=fnd&pg=PA9&dq=desenvolvimento+sustentavel&ots=u9WEjd_0R0&sig=_VeN17Ypdr4pmrlnZYvDPY6Tw8#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 fev. 2012.

ZANOLLA, C. et al. Programa de Ação Nacionais e Regionais no Anexo IV da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD). **Lucinda - Land Care in Desertification Affected Areas**, n. 7, série do fascículo A, p. 14, (s/d). Disponível em: <http://geografia.fcsh.unl.pt/lucinda/booklets/A7_Booklet_Final_PT.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2012.

Portais Eletrônicos e Sites Consultados:

AICEP, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – PORTUGAL GLOBAL. **As regiões de Portugal**. 2012. Disponível: <<http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/Portugal/Paginas/RegioesMultifacetadas.aspx>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

BAPTISTELLA, A. P, et al. *Slideshare*. (S/d). **Pesquisa qualitativa e quantitativa**. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/jlpaesjr/pesquisa-qualitativa-e-quantitativa>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

BRASIL - MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Programas Estaduais**. 2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/combate-a-desertificacao/programas-estaduais>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

CICL, Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. 2013. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao/cooperacao-multilateral/cplp>>. Acesso em: 3 nov. 2012.

_____. **Atividades de cooperação**. 2012. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/atividades-de-cooperacao>>. Acesso em: 3 nov. 2012

_____. **Geography** - note. In: Publications> The World Factbook. South America>Brasil. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso: 27 dez. 2012.

Cintra, Rodrigo. **Cooperação internacional ou debate entre realistas e liberais**. Site do Professor Dr. Rodrigo Cintra, out. 2005. Disponível em: <http://www.rodrigocintra.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=145:coopera-internacionale-o-debate-entre-realistas-e-liberais&catid=62:textos-acadcos&Itemid=31>. Acesso em: 26 abr. 2012.

CORRÊA. I. C. S. Os Desertos. Museo de Topografia. Prof. Laureano Ibrahim Chaffe. Departamento de Geodésia – IG/UFRGS. mai. 2012. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/82683280/Os-Desertos>> Acesso em: 8 set. 2012

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Como surgiu?**. 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241>>. Acesso em: 3 nov. 2012.

_____. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Objetivos)**. 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-46.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

_____. **Cooperação para o ambiente na CPLP**. 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2123.aspx>>. Acesso em 21 abr. 2012.

_____. **Estados-membros**. 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-22.aspx>>. Acesso em 21 ago. 2012.

_____. **Político diplomático**. 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-85.aspx>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **TCP CPLP/FAO: formulação do Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para a implementação da UNCCD**. (s/d). *Slide*. Disponível

em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DxkfDapZk4AJ:www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Apresentacao_TCP_CPLP_FAO_Comites_Nacionais.ppt>. Acesso em: 22 jun. 2012.

EMBAIXADA DA REPUBLICA DE ANGOLA - JAPÃO. **Geografia**. 2012. Disponível: <http://www.angola.or.jp/index.php/about_angola/geography>. Acesso em: 12 nov. 2013.

EUA, Estados Unidos da América - CIA, Central Intelligence Agency. **Area**. In: Publications> The World Factbook. Country Comparison> Are. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html>>. Acesso: 27 dez. 2012.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Contexto nacional da GST de Angola**. 2012. Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/angola/contexto-nacional-da-gst-de-angola/en/>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. **Contexto nacional da GST do Brasil**. 2012. Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/brasil/contexto-nacional-da-gst-do-brasil/en/>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. **Contexto nacional da GST de Cabo Verde**. 2012. Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/cabo-verde/contexto-nacional-da-gst-de-cabo-verde/en/>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. **Contexto nacional da GST de Moçambique**. 2012. Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/mocambique/contexto-nacional-da-gst-de-mocambique/en/>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Contexto nacional da GST de Portugal**. 2012. Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/portugal/contexto-nacional-da-gst-de-portugal/en/>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Contexto nacional da GST de São Tomé e Príncipe**. 2012. Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/sao-tome-e-principe/en/>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Contexto nacional da GST de Timor Leste**. 2012. Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/timor-leste/contexto-nacional-da-gst-de-timor-leste/en/>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Já aconteceu**. 2012. Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/tcpint3201-home/ja-aconteceu/en/>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

_____. **Quem somos**. (s/d). Disponível: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/quem-somos/en/>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo cruz. **Cooperação técnica** - Conceitos. ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. (S/d). Disponível em:

<<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/cooperacao-internacional/cooperacao-tecnica/>>
Acesso em: 10 mar. 2012.

MADEIROS, Carlos. **Apesar de chuvas, nordeste levará uma década para se recuperar de efeitos da seca, preveem especialistas.** In: Conexão Notícias. 2013. Disponível em:
<<http://conexaonoticias.com/noticia/5591/apesar-de-chuvas-nordeste-levara-uma-decada-para-se-recuperar-de-efeitos-da-seca-preveem-especialistas.html>>. Acesso em: 1 fev. 2013.

MG, Global Mecanism. **O Mecanismo Mundial da Convenção das Nações Unidas. Slide.** Disponível em:
<http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/DEFI_Curso/DEFI_-_02_Apresentacao_UNCCD_e_MM.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2012.

_____. **Salas verdes:** (o projeto). 2013. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educacao/salas-verdes#oprojeto>>.
Acesso em: 25 mar. 2013.

MRE, Ministério das Relações Exteriores. **A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.** s/d. Disponível em:
<<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp>>. Acesso em 3 nov. 2012.

OPLOP, Observatório de Países de Língua Oficial Portuguesa. **Desertificação cresce em regiões habitadas de Angola.** 2011. Disponível em:
<<http://www.oplop.uff.br/boletim/919/desertificacao-cresce-em-regioes-habitadas-de-angola>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDH 2011 cobre número de 187 países e territórios.** Disponível em:
<<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2589>>. Acesso em: 14 mar. 2013

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Informação geral sobre Moçambique.** 2006. Disponível: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

PORTAL PRAVDA.RU. **CPLP vai assinar acordo para combate à desertificação.** 2008. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/science/04-11-2008/25130-cplpdesertif-0/>>.
Acesso em: 12 abr. 2012.

RAFAEL, R. **Desertificação.** In: Seminário: Desenvolvimento Rural e Combate à Desertificação, apoio: ProDeR, MADRP, UE. *Slide.* (s/d). Disponível em:
<<http://www.gpp.pt/ri/CPLP/seminario/ProDeRDesertificacaoRuiRafael.pdf>>. Acesso em 1 mar. 2013.

RESK, S. S. **Sergipe e seu plano de combate à desertificação**. 2011. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticias/se-comeca-criar-seu-plano-combate-desertificacao-619686.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

TUFANO, D. **Guia prático da nova ortografia**. 2009. In: Dicionários Michaelis - Uol. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/novaortografia.php>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

UNCCD, United Nations Convention to Combat Desertification. **About the Convention**. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/about-the-convention/Pages/About-the-Convention.aspx>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

_____. **Addressing desertification, land degradation and drought in the Northern Mediterranean**. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/regional-access/Northern-Mediterranean/Pages/alltext.aspx#secondtitle>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

_____. **A short history of past CRIC sessions**. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/about-the-convention/the-bodies/The-CRIC/Pages/History.aspx>> Acesso em: 30 mai. 2012.

_____. **Healthy soil sustains your life: let's go land-degradation neutral**. World Day to Combat Desertification Sunday. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/Pages/WDCD2012.aspx>> Acesso em: 2 mai. 2012.

_____. **Nacional, regional and sub-regional programmes**. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/about-the-convention/Action-programmes/Pages/default.aspx>> Acesso em: 3 mai. 2012.

_____. **The COP has two subsidiary bodies**. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/about-the-convention/the-bodies/Pages/default.aspx>> Acesso em: 2 mai. 2012.

_____. **The committee on science and technology**. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/about-the-convention/the-bodies/The-CST/Pages/default.aspx>> Acesso em: 2 mai. 2012.

_____. **The Global Mechanism**. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/about-the-convention/The-Global-Mechanism/Pages/default.aspx>> Acesso em: 3 jun. 2012.

_____. **Thematic priority**. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/Thematic-Priorities/Pages/default.aspx>> Acesso: 13 jun. 2012.

_____. **World day to combat desertification**. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/Pages/default.aspx>> Acesso em: 27 Mai. 2012.

_____. **World day to combat desertification 2009:** “Conserving land and water = Securing our common future”. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/2009/Pages/default.aspx>> Acesso em: 2 mai. 2012.

_____. **World day to combat desertification 2010:** “Enhancing soils anywhere enhances life everywhere”. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/2010/Pages/default.aspx>> Acesso em: 2 mai. 2012.

_____. **World day to combat desertification 2011:** “Forests keep drylands working” 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/2011/Pages/default.aspx>> Acesso em: 2 mai. 2012.

_____. **World day to combat desertification 2013:** Don't let our future dry up. 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/Event-and-campaigns/WDCD/WDCD2013/Pages/default.aspx?HighlightID=168>> acesso em: 9 abr. 2013.

_____. **UNCCD / CBD / UNFCCC Joint Liaison Group – Synergies among the Sister Conventions.** 2012. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/programmes/RioConventions/Pages/default.aspx>> Acesso em: 2 mai. 2012.

UNRIC, United Nations Regional Information Centre. **Década das Nações Unidas para os Desertos e Combate à Desertificação – UNCCD.** 2013. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/desenvolvimento-sustentavel/28897>> Acesso em: 13 Mar. 2013.

VIEGAS, P. FAO diz que investimento no combate à fome é insuficiente. **Agência Lusa.** 2012. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2677300&seccao=CPLP&page=-1> Acesso em: 28 dez. 2012.

Weber, D.; Cazes, L. **Acordo ortográfico só entrará em vigor em 2016.** O Globo. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/acordo-ortografico-so-entrara-em-vigor-em-2016-7150751>> Acesso em: 26 fev. 2013.

Entrevistas

JUSTINO, C. Entrevista com Clara Justino, concedida ao autor, em: 9 out. 2012 e 17 dez. 2012. [Por Internet (e-mail e skype)].

LIMA, D. V. Entrevista com Denise Valéria de Lima, concedida ao autor, em: 19 dez. 2012 e 26 abr. 2013. [Por Internet (e-mail e skype)].

MATALLO JÚNIOR, H. Entrevista com Heitor Matallo Júnior, concedida ao autor, em: 1 out. 2012 e 4 fev. 2013. [Por Internet (e-mail e skype)].

ANEXO A: DEMANDAS APRESENTADAS PELOS PONTOS FOCAIS NACIONAIS DA UNCCD

Demandas /Países	Angola	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Cabo Verde	Timor Leste
Formação de Recursos Humanos	Gestão de Recursos Hídricos nas regiões áridas e semiáridas e coleta e armazenamento de águas pluviais	Formação de técnicos em Gestão de Solos (dessalinização, controle da acidificação e regeneração de pastagens)	Formação de técnicos em negociação Internacional	Formação de técnicos na problemática da desertificação e da degradação dos solos	Reforço das capacidades Institucionais e Humana para a implementação do UNCCD	Formação de técnicos de gestão de bacias hidrográficas
	Extensão Florestal, Silvicultura tropical, Ordenamento Florestal e gestão de plantações florestais.	Formação dos produtores e associação de base sobre os métodos da conservação e restauração dos solos, particularmente ao nível dos campos agrícolas	Capacitar os pontos focais setoriais na identificação e formulação de Projetos relacionados com a seca e desertificação	Reforçar as capacidades do Órgão Nacional de Coordenação (ONC), melhorar os processos organizacionais, e a performance, gestão estratégica e implementação de programas de Projetos		
	Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica, Climatologia e gestão de calamidades		Capacitar nas áreas de inventariação, mapeamento, classificação e monitoramento dos recursos naturais, etc. e promoção de iniciativas de recolha e processamento de dados estatísticos ambientais	Oceanografia, climatologia, economia do ambiente, Agronomia, Direito do ambiente, Química,		Capacitação nas áreas de investigação florestal, Sistemas de Informação Geográfica e mapeamento

Demandas/ Países	Angola	Guiné- Bissau	Moçambique	S. T. e Príncipe	Cabo Verde	Timor Leste
Arcabouço Jurídico e Institucional e Desenvolvimento de Manuais, Diagnósticos e Indicadores	Desenvolvimento de indicadores de avaliação de programas de luta contra a desertificação	Elaboração do relatório nacional	Revisão do documento do PAN, criação de estatutos do ONC e sua institucionalização	Releitura do Plano Nac. de Ambiente para Desenvolvimento Durável "PNADD" para integrar as especificações da CCD (luta contra a degradação de solos, redução da pobreza)	Atualização/ Revisão do PAN/LCD	Desenvolvimento de leis e regulamentos florestais
		Elaboração e disponibilização de manual sobre Gestão Sustentável de solos (acidificação, salinização)	Inventariadas e divulgadas as práticas tradicionais na gestão de recursos	Valorizar os conhecimentos, saber-fazer e práticas tradicionais da luta contra a desertificação.	Ordenamento das encostas para evitar a erosão hídrica, combate à degradação de terras nas zonas costeiras devido a intrusão salina	Elaboração de Relatório Nacional
		Elaboração de um diagnóstico participativo como objetivo principal das campanhas de sensibilização		Atualizar os diferentes textos de lei, decretos e regulamentos sobre a degradação de terras, incluindo a legislação fundiária		Desenvolvimento de masterplan florestal
		Elaboração de textos de aplicação da lei fundiária				

Demandas/ Países	Angola	Guiné- Bissau	Moçambique	S.T. e Príncipe	Cabo Verde	Timor Leste
Estratégias de Comunicação e Sensibilização para o tema da desertificação		Definição dos elementos, elaboração e validação do Plano de Informação, Educação e Comunicação visando sensibilizar os atores sobre a importância da luta contra a desertificação	Identificar, formular e desenvolver Programas de sensibilização Ambiental Criar uma rede de investigadores da CPLP e promover maior intercâmbio de informação entre os cientistas e extensionistas, propiciando maior capacidade de resposta aos problemas dentro da CPLP Desenhar e implementar Programas de capacitação do setor empresarial	Melhorar a comunicação formal e informal e a colaboração entre os organismos e os Indivíduos Reforçar a cooperação com instituições da sub-região Desenvolver Programas de vulgarização, sensibilização, formação e informação		Identificar, formular e desenvolver Programas de educação e sensibilização florestal e ambiental Suportar as atividades tradicionais em relação à proteção ambiental

FONTE: (FAO 2008, p. 8-10).

ANEXO B: FIRST PHASE: JULY 2008 - JUNE 2010

Objectives	Expected Results	Planned Activities	Implemented Activities/Achieved Results
<p>Support to inter-sectoral and participatory National Action Plan to combat desertification</p> <p>Design of a CPLP Cooperation Programme to Combat Desertification</p>	<p>Result 1: Intergovernmental Coordination Committee created</p>	<p>Activity 1.1: Creation of Coordination Committee composed of:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) UNCCD Focal Points; b) Environmental Education Focal Points; c) Ministry of Agriculture; d) TCP Focal Points in CPLP. <p>The Secretariat of the Coordination Committee should be ensured by the CPLP Secretariat, which will appoint one Focal Point to support the implementation</p>	<p>A.1.1.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordination Committee created; • First meeting of the Coordination Committee was held in Lisbon, in the SECPLP, from 22 to 23 September 2008. • Participants in the first meeting included the representatives of all the CPLP's member states, of FAO, of Portuguese Institute to Support Development, of Global Mechanism, of UNCCD's Secretariat, of CPLP Executive Secretariat and Regional Consultant of the Project; • During this meeting the Coordination Committee approved its communication tools and its responsibilities and attributions; • From 16 to 29 June 2009 it was implemented a course on Design of Integrated Financial Strategies, in which the Coordination Committee took part even though it was not considered one official meeting; • The II meeting of the Coordination Committee was held in Maputo from 27 to 29 April 2010 with the aim of validating the Cooperation proposal, as final phase of the project. <ul style="list-style-type: none"> • The SECPLP supported the implementation of the TCP and the dialogue generated among the National Committees and FAO consultants, always acting as mediator and facilitator of information sharing among all the partners; • Design of a project website and its publication starting from the CPLP website that were instruments to support TCP implementation; • A Management Committee was created, as informal structure to support the project

			with representative of the SECPLP, of IPAD, of FAO, of AFN and of the Global Mechanism.
		<p><u>Activity 1.2.: Defining the Terms of Reference of the Coordination Committee</u></p> <p>After its creation, the Coordination Committee should discuss and approve the functioning rules and preliminary methodologies to support the design of the programme, including at least the following tasks:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Approve the workplan of the present TCP; ● Establish the articulation scheme for the technical team of the present TCP with the Coordination Committee; ● Define the possible components of the Cooperation Programme, identify and convene national inter-sectoral working groups , in technical and regional formations, in order to develop each component 	<p>A.1.2.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● During the first meeting from 22 to 23 Septembers 2008, the Coordination Committee approved its communication tools, responsibilities and attributions; ● During the same meeting, it was decided that ‘The Regional Consultant should review the TCP CPLP/FAO implementation plan, re-framing the planned activities’. This task was accomplished and the output was shared with all the CC members. As defined during the meeting, ‘the member states have one week to comment and suggest changes’ to the memorandum. In the case of lack of comments, the tacit consent principle will be applied to the mentioned memorandum’. ● The ToRs were defined for: the National Committees, the National Consultants, the Missions of the Regional Consultant and for the Regional Consultant; ● The National Committees were created and installed: <ul style="list-style-type: none"> o Cape Verde: February 2009 (recognized as permanent committee by ministerial communication) o Guinea Bissau: February 2009 o Mozambique: April 2009 o Sao Tome and Principe: April 2009 o East Timor: in 2008, following the agreement with UNDP/GEF SLM Project ● Meetings of the National Committees: <ul style="list-style-type: none"> o Cape Verde: July 2009 o Guinea Bissau: September 2009 o Mozambique: April 2009, April 2010 o Sao Tome and Principe:

		<ul style="list-style-type: none"> ● In partnership with the CPLP Network for Environmental Education, facilitate the consultation processed with civil society and private sector about the proposal for a Cooperation Programme; ● Refine the proposals made by the national working groups to design a proposal for a CPLP Cooperation Programme, including a budget proposal to be discussed with donors and minutes of the ToRs for the identified projects and actions. 	<p>April 2009, April 2010</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ East Timor: January 2010 <ul style="list-style-type: none"> ● National consultancies were executed in Cape Verde, Guinea Bissau, São Tomé, Mozambique and East Timor to sensitize national stakeholders, support the the National Committee and prepare the National Report ● National Consultancies hold on in Cape Vert, Sao Tome, Guinea Bissau, <ul style="list-style-type: none"> ○ III Meeting of the Observadores Consultivos da CPLP – June 2009 to present the TCP proposal and ask for recommendations ● Meetings with the National Committees during missions of the Regional Consultant and the FAO Coordinator <ul style="list-style-type: none"> ○ Cape Verde: February 2009 ○ Guinea Bissau: January 2009, September 2009 ○ Mozambique: April 2009, April 2010 ○ Sao Tome and Principe: April 2009, April 2010 ○ East Timor: January 2010 ● Organizational meetings for the COP 9 in Cape Verde and Guinea Bissau <p>Mission to Brazil to meet the technical working group, including consultants of the TCP and brazilian experts in land management, intercultural communication and international cooperation</p>
		<p><u>Activity 1.3.: Design of the Coordination Committee's workplan</u></p> <p>After its creation, the Coordination Committee should design a provisional workplan for the two planned meetings and for the time between the two, including at least:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Support to the working groups to design the Cooperation Programme and their working schedules; 	<p>A.1.3.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● During the first meeting from 22 to 23 Septembers 2008, the Coordination Committee approved its communication tools, responsibilities and attributions; the representatives of the Member States in the Coordination Committee were also members of the National Committees and receive the assistance of the national and regional consultants

		<ul style="list-style-type: none"> ● Analyse the outputs of the National Consultancies regarding the specialized works and national capacities to design the Programme; ●Analyse the consultation processes and public debates of the Programme, in cooperation with the technical team of the TCP and with the CPLP Environmental Education; ●Approval of the final version of the Programme proposal and minutes of the ToRs for the projects ●Support to the CPLP Executive Secretariat in finding the resources for the implementation of the Programme 	<ul style="list-style-type: none"> ●The National consultants received follow-up and support the Regional Consultant and the FAO Coordinator and the national reports were submitted to the National Committees for approval ●During the II Meeting of the CC the Programme Proposal was presented, discussed and approved. ●The SECPLP was supported by the FAO in identifying the sources of funds for the implementation of the programme: <ul style="list-style-type: none"> o Contact with cooperation agencies as German GTZ, Luxembourg Lux Development, Spanish AECI and Cooperation Agency of Argentina o Contact FAO to utilise Spanish Trust Fund for the promotion of the GDO o Side event in the frame of COP 9 o Contact within the PALOP and East Timor, with the World Bank, the European Commission, the UNDP, the GEF and other institutions connected to the SNU ●The SECPLP was supported by the Portuguese AFN in identifying the representatives of the EC and of the Sweden PR of the EU to invite participants to COP 9 ●The responsible of the project took part in two meetings of the Focal Points of the CPLP Cooperation to present the project and its development
	<p>Result 2: CPLP Cooperation Programme to Combat</p>	<p>Activity 2.1.: Creation of the National Working Groups Starting from the activities of the intergovernmental Coordination</p>	<p>A.2.1</p> <ul style="list-style-type: none"> ● The ToRs were defined for: the National Committees, the National Consultants, the

	<p>Desertification designed, elaborated and endorsed by technical and political actors of the Member States, with a planned schedule and well communicated.</p>	<p>Committee, the inter-sectoral working groups will be created with the participation of:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) UNCCD national Focal Points; b) TCP Regional and National Consultants; c) National Focal Points for Environmental Education; d) Ministry of Agriculture; e) Ministry of Planning; f) Ministry of Finance; g) Ministry for Environment; h) Research and civil society Institutions linked to Sustainable Land Management. 	<p>Missions of the Regional Consultant and for the Regional Consultant;</p> <ul style="list-style-type: none"> • The National Committees were created and installed: <ul style="list-style-type: none"> o Cape Verde: February 2009 (recognized as permanent committee by ministerial communication) o Guinea Bissau: February 2009 o Mozambique: April 2009 o Sao Tome and Principe: April 2009 o East Timor: in 2008, following the agreement with UNDP/GEF SLM Project • Meetings of the Regional Consultant and TCP Coordinator with the National Committees: <ul style="list-style-type: none"> o Cape Verde: July 2009 o Guinea Bissau: September 2009 o Mozambique: April 2009, April 2010 o Sao Tome and Principe: April 2009, April 2010 o East Timor: January 2010 • National consultancies were executed in Guinea Bissau, Cape Verde, Sao Tome, Mozambique and East Timor. In East Timor it was not finished as the consultant couldn't prepare the report, even though the UNDP had offered its technical and logistic. • The National consultants received follow-up and support by the Regional Consultant and the FAO Coordinator. • Several online conferences were implemented among the regional consultant, the national consultants and the National Committees to monitor the design processes of the Programme.
		<p><u>Activity 2.2.: Design of the Programme</u></p> <p>Starting from the creation of the working groups, it will be</p>	<p><u>A.2.2</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • The proposal of the Programme presented during the II Meeting of the CC is based on

		<p>developed a dynamic to elaborate the components of the Cooperation Programme in cooperation with the technical team of the TCP, utilising face to face and distance communication and, if/when needed, involving consultancies at national and regional levels.</p> <p>TCP Technical Team, Portuguese Cooperation and Brazilian Cooperation can provide specialized consultants to support the discussion and/or provide technical assistance to train involved technicians.</p> <p>In between the meetings, a TCP coordination team - composed by the Main Consultant, the representatives of the working groups, of FAO and the TCP Focal Points of the CPLP – should promote discussions, consultations and collect information on synergies and cooperation opportunities among involved countries, as specified by the CPLP Environmental Education Network</p> <p>In order to support the communication among the countries, a webpage will be created to spread updated information on the elaboration of the Cooperation Programme and on its implementation. Once per month an online debate will be realized to share the implementation progresses and to discuss the contribution of all the actors, in particular of the working groups.</p> <p>After concluding all the designing modules, the Main Consultant will present a final version of the Programme to be approved by the Coordination Committee.</p>	<p>the identification of the needs representing the roots of the TCP formulation and the needs reports written by the national consultants and endorsed by National Committees</p> <ul style="list-style-type: none"> ● The project team contacted Portuguese and Brazilian experts (academics and others) listening perceptions and feelings ● Interviews with the Portuguese Focal Point for the UNCCD were undertaken ● A Management Committee was created, as informal structure to support the project with the representatives of SECPLP, IPAD, FAO, Portuguese AFN and Global Mechanism. ● Consultation processed with various actors were implemented: <ul style="list-style-type: none"> ○ III Meeting of the CPLP Observadores Consultivos – June 2009 ○ Meeting with the Portuguese IICT ○ Specific meeting with CPLP's OCs ○ Meeting with the representatives of the Ministry of Agriculture of Brazil to discuss about Environmental Education – February 2010 ● A project website was designed and published starting from the CPLP website; ● An informative pamphlet of the project was designed and published ● A part from several support missions, a number of online conferences were held between the Regional Consultant and the National Committees. ● Presentation of the proposal for the Programme undertaken during the II Meeting of the CC in Maputo, April 2010
--	--	---	---

		<p><u>Activity 2.3.: Dissemination and public participation</u></p> <p>When the importance or the specificity of the topics will require it, the design of the Programme will include national and local consultations with civil society and private sector, with the support of the UNCCD National Focal Points, the National Consultants and the Green Rooms Network.</p> <p>To conclude the national planning the TCP technical team, supported by the CPLP Environmental Education Network, will organize debates with civil society and private sector, through the organization of a seminar where guidelines, components and proposal for the Cooperation Programme will be presented. Recommendations, feedback and suggestions will be analyzed among the countries within the working groups</p> <p>The results of the working groups will be systematized and shared through the webpage created to follow the TCP implementation, which could be accessed from the platform of the Green Rooms Network.</p> <p><u>Activity 2.4: Elaboration of a Socio-Environmental Atlas</u></p> <p>In order to promote the knowledge of social and natural diversity among the CPLP countries, a socio-environmental Atlas will be elaborated. It will</p>	<p>A.2.3.</p> <ul style="list-style-type: none"> • The below mentioned actores were consulted • Consultation with civil society in Guinea Bissau, in cooperation with the Instituto Marques de Valle Flor (Feb 2009) and with CPLP Observadores consultivos and civil society in Portugal (Nov 2009). • Guidelines, components and proposal for the Cooperation Programme were presented during the II Meeting of the CC in Maputo, April 2010 • Recommendations, feedback and suggestions were incorporated in the revision of the proposal for the Cooperation Programme that have been endorsed by the authorities of the Member States • A Concept Note of the proposal for the Cooperation Programme had been discussed within the CPLP and submitted to the Spanish Trust Fund for the MDGs in FAO <p>Library of the webpage actualized.</p>
--	--	--	--

		<p>collect desertification indicators, considering natural resources of the countries together with indicators and maps of the desertification vulnerability, and the identification of the affected areas. Special attention will be paid to the social aspects characterizing gender dynamics.</p>	<p>A.2.4.</p> <ul style="list-style-type: none"> • During the II Meeting of the CC in Maputo, April 2010, it was approved a concept of Socio-Environmental Observatory, instead of the Atlas. The CC recongnized that there were not enough validated information to compose the Atlas and the need of an information system to promote the systematization and validation of data and strategic information. The proposal of an Observatory responded to the TCP and to the resolution of the IV Meeting of the Ministries for Environmentl (Luanda, April 2008) referring to the CPLP Environmental Coopertaion platform.
	<p>Result 3: National institutions involved in conceptualizing and implementing the programme trained to design the integrated plan to combat desertification</p>	<p>Activity 3.1: Recruitment of the TCP Technical Team</p> <p>This TCP ensured the recruitment of a main consultant and of national consultants to the training activities at national level and to design the CPLP Cooperation Programme</p> <p>The national consultants to be recruited by the Project and the technicians provided by Brazil and Portugal, who were the technical team of the project together with the TCI Technical Office, should do their work of supporting the training and technical assistance along with the institutions that are involved in the national working groups, or other appointed by them, but their duty station will be the Ministry of planning.</p> <p>The national consultants should be possibly recruited in the country, always guaranteeing to</p>	<p>A.3.1.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Regional Consultant was recruited and her ToRs were approved by the CC • National Consultants were recruited and their ToRs were designed according to their objectives. • These consultants were paid with funds provided by FAO • No technicians were provided by Brazil and Portugal <p>All the national consultants are natives from the countries in which they are doing their consultancy</p> <p>The National Commitees</p>

		<p>have the technical capacity to proceed with the support mission to the integrate planning. They could also be citizen of other CPLP member states.</p> <p><u>Activity 3.2: Technical Training</u></p> <p>The effort to training national institutions should involve four technicians and responsible of key sectors of the public administration and of civil society, allowing to:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Understand and participate in international cooperation projects, following the dynamic South-South and North-South Cooperation; • Understand and apply the UNCCD concepts and principles and the Sustainable Land Management regarding the sectoral strategic planning processes for sustainable development • Understand the interrelations among global environmental threats (desertification, loss of biodiversity and climate changes) and the consequent risks to pursuing the objectives of sustainable development and poverty reduction; • Promote the systematic integration of global environmental risks within the design and implementation of politics and sectoral measures, including the knowledge of national vulnerabilities; • Understand and apply concepts and principles of Environmental Education with the aim of improve public access to information, environmental 	<p>participated on the identification and selection of the consultants with the support of the Regional Consultant.</p> <p>A.3.2.</p> <ul style="list-style-type: none"> • National consultants were always supported and trained by the regional consultant and the FAO coordinator •The Regional Consultant provided national consultants with training on background research methodology, interviews implementation, systematization and design of programme and project matrix. • The meetings between the Regional Consultant and the National Committees to endorse National Reports were also training and formation opportunities • Several conference calls were undertaken between the Regional Consultant and the National Committees to monitoring the designing process of the Programme • National consultants were always supported and trained by the Regional Consultant and the FAO coordinator •The Regional Consultant provided national consultants with training on background research methodology, interviews implementation, systematization and design of programme and project matrix. • The meetings between the Regional Consultant and the
--	--	---	---

		<p>justice and participation in the processes of integrate planning.</p> <p>The training dynamics – created by the TCP technical team and by experts recruited within the frame of the project or appointed by Brazil and Portugal – will include face to face learning courses and distance support.</p> <p>The trained technicians are expected to improve their knowledge as well as to take part in the design of the Cooperation Programme.</p>	<p>National Committees to endorse National Reports were also training and formation opportunities</p> <ul style="list-style-type: none"> • Several conference calls were undertaken between the Regional Consultant and the National Committees to monitoring the designing process of the Programme • No technicians were provided by Brazil and Portugal • A face to face training was realized by Portugal – PRODER Seminar, including visits to the field
	<p>Result 4: Necessary resources for the implementation of the Programme identified and committed. Clarity regarding the technical and financial assistance sources, particularly referring to the final beneficiaries.</p>	<p><u>Activity 4.1.: Identifivation of assistance sources</u></p> <p>The identification of assistance sources is following three main axis: Brazilian assistance sources, North-South assistance sources and cooperation sources among PALOP countries and East Timor</p> <p>The SECPLP, supported by the Coordination Committee of the Programme, FAO, and Global Mechanism, is expected to communicate and sesibilize the donors, particularly the European Union.</p> <p>The mapping of the Brazilian assistance sources will aim at identifying the institutions that are already providing cooperation (bilateral or multilateral) and the ones that have relevant experiences and institutional capacities to cooperate: universities, research centers, civil society and governmental organizations will be considered for this mapping. The North-South assistance, both finalcial and technical, will be mobilized</p>	<p>4.1.• The SECPLP was supported by FAO in order to identify and map the assistance sources to implement the programme:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Contacts with some bilateral cooperation institutions, such as the German GTZ, Luxembourg Lux Development, Spanish AECI and Cooperation Agency of Argentina o Contact with the FAO to utilise Spanish Trust Fund for the promotion of the GDO o Side event in the frame of COP 9 o Contact within the PALOP and East Timor, with the World Bank, the European Commission, the UNDP, the GEF and other institutions connected to the SNU <ul style="list-style-type: none"> • The SECPLP was supported by the Portuguese AFN in identifying the representatives of the EC and of the Sweden PR of the EU to invite participants to COP 9

		<p>in cooperation with the Government of Portugal, with FAO and with the Global Mechanism. The cooperation opportunities among PALOPs and East Timor will also be identified, trying to recognize the contributions of each country in the implementation of the Cooperation Programme</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A course was organized on Integrated Financial Strategies, whose concept will be included in the recommendations of the I Meeting of the Ministries of Finance of the CPLP • Presentation of a concept note to the Spanish Trust Fund for MDGs in FAO. • The mapping of the potential assistance sources in Brazil was realized • Support to the CPLP countries at the ICID International Conference in June 2010, in Fortaleza.
	<p>Result 5: Environmental Education Network involved and integrated in the communication</p>	<p>Activity 5.1: Education to Combat Desertification through the Green Rooms Network</p> <ul style="list-style-type: none"> • Develop centres to Combat Desertification with the Green Rooms • Disseminate the Environmental Education Programme of the CPLP 	<p>A.5.1.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Result not achieved due to the fact that the project was not implemented because of logistic issues connected to the Brazilian executive entity. <p>The Environmental Education Programme of the CPLP was not formalized</p>

FONTE: (CPLP et al, 2011, p. 10-21).

APÊNDICE (1) (2) (3): PLANOS DE ENTREVISTAS

APÊNDICE (1) - DENISE VALERIA DE LIMA

PLANO DE ENTREVISTAS	
Nome do entrevistado:	Denise Valeria de Lima
Representação:	Quando Assessora da FAO, atuou como Consultora Regional do PCT CPLP/FAO – 3201. Atualmente é Assessora da GTZ
Nome do entrevistador:	Mariana de Oliveira Nóbrega
Forma de entrevista:	Por Internet (e-mail)
Data:	19/12/2012
Tema	Perguntas Orientadoras
Situação Inicial	<p>Quais foram os maiores (principais) desafios do PCT CPLP/FAO 3201 no contexto de situação inicial?</p> <p>O principal desafio do Projeto sempre foi realizar uma comunicação eficiente com e entre os 8 países participantes. O fato de os países estarem dispersos em quatro continentes (Europa, América Latina, África e Ásia) demandava um enorme esforço de mobilização constante buscando manter o foco do Projeto e a participação ativa dos representantes dos países.</p> <p>Outro desafio tinha a ver com a dimensão do tema. Embora o tema da Gestão de Terras fosse reconhecido como prioridade para todos os países envolvidos, isto se dava por diferentes razões, com diferentes intensidades, desafios e potenciais de conflitos. Cada País teria, então, que construir suas próprias soluções, por isso a formação a ser oferecida pelo futuro Programa de Capacitação deveria ter caráter holístico, focar em métodos e técnicas de GST, mas principalmente em gestão, para propiciar a construção de competências para análise de contextos e tomada de decisão em todos os países. A conexão temática, era, portanto, muito diluída.</p> <p>Por último, a complexidade das relações diplomáticas era muito desafiadora. Nem sempre os interesses do Brasil, como potência emergente se harmonizavam com os de Portugal, o ex-colonizador, integrante da União Europeia que era de longe o maior doador, porém sem poder de decisão nessa instância.</p>
Implementação	<p>Quais foram as maiores dificuldades de implementação do PCT CPLP/FAO 3201?</p> <p>Uma dificuldade era a necessidade de construir um conhecimento coerente sobre as dinâmicas subregionais onde os países estavam inseridos. E a partir desse conhecimento, como fazer somar as estratégias da CPLP às estratégias de Gestão de Terras da CEDEAO, onde Guiné-Bissau e Cabo Verde estavam inseridas? E da mesma forma, em relação à SADEC da qual Angola e Moçambique fazem parte, da Bacia do Congo onde está São Tomé, da Indonésia para Timor Leste, da União Europeia e Mercosul para Brasil e Portugal. Não podíamos nem ignorar, nem competir com essas dinâmicas, uma vez que esses “vizinhos” estavam muito mais próximos e muito mais presentes nas realidades, acordos internacionais e relações de cooperação.</p> <p>A maior dificuldade foi a liderança presumida do Brasil, na fase de elaboração do Projeto, que não se efetivou no momento da implementação. Esse vazio foi preenchido num primeiro momento por Portugal e posteriormente foi sendo</p>

	<p>balanceado com o crescente empoderamento e apropriação do Projeto pelos países africanos. No final do Projeto, havia uma posição coerente dos países africanos como resultado desse esforço.</p> <p>Afinal, a maior dificuldade resultou em um fator de aprendizado e de crescimento para os representantes dos PALOP.</p> <p>Desde o início, o Brasil se posicionou como doador de cooperação técnica para o PCT. Portugal se engajou inicialmente como doador de cooperação técnica e financeira, mas os recursos inicialmente comprometidos foram disponibilizados parcialmente.</p> <p>A saída da Ministra Marina Silva, que coincidiu com o início do Projeto, a inversão de prioridades no Ministério e a descontinuidade de ações, inerente às mudanças de governo, além de outras incompreensões sobre o Projeto fez com que o Brasil se colocasse numa posição de distanciamento.</p> <p>A FAO assumiu então os PALOP e o Timor como sendo os países beneficiários do Projeto, por força das regras da cooperação internacional que prioriza os países em desenvolvimento e considerando o posicionamento do Brasil de privilegiar os PALOP e o Timor.</p> <p>O forte engajamento das representações de Cabo Verde e de Guiné-Bissau, pode ser considerado como um dos facilitadores da implementação do Projeto. Esse engajamento aliado ao fato de que os representantes desses países tinham acesso ao alto nível de Governo e às representações diplomáticas na CPLP fortalecia o grupo e motivava os demais países.</p> <p>O profissionalismo e esforço de superação de dificuldades por parte da representação da Guiné-Bissau no Projeto, aliado ao espírito de equipe e solidariedade de Cabo Verde promoveram um clima muito favorável ao projeto. Em São Tomé, um time de três técnicos experientes abriu portas, mobilizou os atores e proporcionou a realização de um seminário de consulta nacional de muita qualidade. Em Moçambique se deu o mesmo. A última reunião do Projeto contou com a participação da Ministra Adjunta do Meio Ambiente e de vários técnicos de alto nível do Governo moçambicano.</p> <p>Angola e Timor Leste não conseguiram desenvolver as ações do Projeto. Em Angola, além das dificuldades inerentes à cultura organizacional do país, que está muito voltada para a sua dinâmica interna e pelo fato de não depender de financiamento externo para desenvolver as ações que se propunha no projeto. Um agravante foi a centralização do diálogo em uma representação do país que, por desventura, sofreu um AVC. E assim, o Projeto ficou paralisado no país. Outro agravante foi a ausência de Representante da FAO no país. Por quase dois anos o escritório de Angola funcionou com representação interina e com reduzida capacidade de ação.</p> <p>O Timor Leste sofreu várias dificuldades. A dificuldade de comunicação, uma vez que a maioria dos técnicos não fala português e poucos falam inglês dificultava a comunicação. O trauma da guerra ainda muito recente, a cultura muito particular dos timorenses, a imensa falta de técnicos com capacidade técnica para realizar a consultoria nacional, impossibilitaram o desenvolvimento do projeto naquele país</p> <p>Uma dificuldade era a falta de continuidade dos trabalhos por parte dos representantes da FAO nos PALOP e no Timor Leste, à exceção do Representante de Cabo Verde.</p>
Situação final	Os resultados esperados do PCT CPLP/FAO 3201 foram atingidos? Quais não foram atingidos? Por quê? O que faltou para serem atingidos? Quais foram as contribuições desse Projeto para os PALOP e o Timor Leste?

	VER AVALIAÇÃO DO PROJETO NO RELATORIO FINAL.
Lições aprendidas	<p>Qual foi ou quais foram as suas principais aprendizagens nessa experiência do PCT CPLP/FAO 3201? Se fosse reiniciar essa experiência do zero, o que faria igual? O que faria diferente? Que recomendações daria para outro grupo de países que pretendesse desenvolver uma experiência parecida.</p> <p>Uma proposta tão desafiadora de trabalhar com oito países em 4 continentes, não poderia ser desenvolvida em um projeto de curto prazo e assumindo todos os países de uma só vez. Se o objetivo é integrar os países da CPLP, os países poderiam ir sendo paulatinamente envolvidos, considerando as dinâmicas sub-regionais e não limitando-se apenas aos países membro da CPLP. Se o objetivo é promover capacitações e fortalecimento da CCD, as dinâmicas sub-regionais parecem ter mais potencial e um ator fundamental é a Academia.</p> <p>Caso iniciasse o Projeto hoje, eu envolveria fortemente as universidades, professores e estudantes, além dos Pontos Focais da CCD.</p> <p>O Projeto buscou desenvolver a interlocução com Comitês Nacionais, e não com indivíduos. Os países que conseguiram abraçar essa proposta e engajar técnicos de diferentes organizações tiveram processos mais ricos em aprendizagens. Os países que centralizaram a interlocução perderam a oportunidade de capacitar um número maior de profissionais e de contribuir com as discussões na CPLP.</p> <p>Organismos de forte caráter diplomático e pouco técnico que não dispõem de mecanismos autônomos para o gerenciamento de projetos são instituições de reduzido potencial para a implementação de Projetos, uma vez que o processo de tomada de decisões é lento e envolve critérios políticos que suplantam os aspectos técnicos. E dessa forma, tem reduzido potencial de sucesso nesse âmbito.</p>

FONTE: Modelo de Plano de Entrevista, embasado nos “Planos de Entrevistas em Profundidade” do documento “Guías de Terreno - Sistematización de Experiencias Locales - FIDAMERICA – PREVAL” de Berdegú, Ocampo e Escobar (2004, p. 11).

APÊNDICE (2) - HEITOR MATALLO JÚNIOR

PLANO DE ENTREVISTAS	
Nome do entrevistado:	Heitor Matallo Júnior
Representação:	Coordenador da Unidade de Coordenação Regional da UNCCD e Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEALC). Office N-40, Northern Building, Division of CELADE Dag Hammarskjöld 3477 Postal Code: 7630412. Vitacura, Santiago de Chile Tel: (562)210-2017
Nome do entrevistador:	Mariana de Oliveira Nóbrega
Forma de entrevista:	Por Internet (e-mail)
Data:	01/10/2012
Tema	Perguntas Orientadoras
Situação Inicial	<p>Quais foram os maiores (principais) desafios do PCT CPLP/FAO 3201 no contexto da situação inicial? Quais eram suas expectativas nesse momento?</p> <p>Resp: O maior desafio era conseguir que os países africanos pudessem responder de forma homogênea aos objetivos do Projeto. Apesar de que estava clara a situação de que Brasil e Portugal estavam oferecendo cooperação e os outros países africanos recebendo cooperação, havia uma expectativa de que todos os países africanos pudessem realizar as mesmas tarefas, no mesmo tempo e com o mesmo nível de informação. Mas isso não foi possível, pelo fato de que os recursos humanos e informação existentes nestes países não era homogêneo, não estavam no mesmo nível. Além disso, o Projeto propunha a implementação de muitas atividades de difusão de informação no âmbito de um programa de Educação Ambiental. Parece que o Projeto foi bastante ambicioso para a situação real dos países.</p>
Implementação	<p>Quais foram as maiores dificuldades de implementação do PCT CPLP/FAO?</p> <p>Resp. Falta de recursos humanos e institucionais adequados nos países. Mudanças dos pontos Focais. Mudanças dos Pontos Focais da Convenção, ocasionando instabilidade institucional e descontinuidade. Muitas vezes estas mudanças também acarretam interrupção temporária e até mesmo definitiva de projetos.</p>
Situação final	<p>Os resultados esperados do PCT CPLP/FAO 3201 foram atingidos? Quais não foram atingidos? Por quê? O que faltou para serem atingidos? Quais foram as contribuições desse Projeto para os PALOP e o Timor Leste?</p> <p>Resp: Não tenho como avaliar se os resultados foram atingidos adequadamente. Mas posso mencionar que dos países participantes, somente São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau apresentaram seus Informes nacionais a UNCCD, o que demonstra que há problemas para a implementação da UNCCD nos países. Outro tema é que se decidiu fazer um Mapa da Desertificação dos países participantes do Projeto e este resultado também não foi realizado.</p> <p>Contribuição do Projeto: Creio que houve um levantamento de consciência sobre a importância do tema no período inicial, mas que não estou seguro de que tenha permanecido ao longo do tempo. Do ponto de vista de recursos</p>

	humanos, acho que as pessoas envolvidas aprenderam e se desenvolveram muito com o Projeto, o que faz com que seja um ganho para os países no longo prazo.
Lições aprendidas	<p>Qual foi ou quais foram as suas principais aprendizagens nessa experiência do PCT CPLP/FAO 3201? Se fosse reiniciar essa experiência do zero, o que faria igual? O que faria diferente? Que recomendações daria para outro grupo de países que pretendesse desenvolver uma experiência parecida.</p> <p>A primeira coisa que se tem que fazer e mudar o horizonte do projeto. Quatro (4) anos não são tempo suficiente para mudar a situação institucional e criar capacidade em países como os que participaram do Projeto. Outra coisa é o nível de compromisso que estes países assumem com o Projeto, que sempre e bastante baixo. Eles recebem o dinheiro, mas não têm um compromisso de executar adequadamente as tarefas. Quanto a recursos humanos, nunca se tem a garantia de que uma vez treinados pelo Projeto eles continuarão trabalhando na mesma área.</p> <p>O que faria diferente: Projeto de 6 anos, no mínimo. Obrigação de devolver o recurso se não executa as tarefas propostas. Investimento na área institucional, com especial atenção para um mecanismo de seguimento do projeto a ser implantado que sobreviva depois de terminado o projeto. São as medidas clássicas para fortalecimento institucional. Os projetos deveriam reservar recursos para acompanhamento de 2 anos depois de terminado o Projeto.</p> <p>O que não faria: Não esperar resultados iguais para países diferentes, com capacidades e recursos uma nos distintos. Significa flexibilizar os resultados.</p>

FONTE: Modelo de Plano de Entrevista, embasado nos “Planos de Entrevistas em Profundidade” do documento “Guías de Terreno - Sistematización de Experiencias Locales - FIDAMERICA – PREVAL” de Berdegú, Ocampo e Escobar (2004, p. 11).

APÊNDICE (3) - CLARA JUSTINO

PLANO DE ENTREVISTAS	
Nome do entrevistado:	Clara Justino
Representação:	Direção da Cooperação para o Desenvolvimento CPLP - SECRETARIADO EXECUTIVO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA Palácio Conde de Pena fiel. Rua de S. Mamede ao Caldas, nº 211100-533 Lisboa - Portugal Tel.: (+351) 21 392 85 60 – Ext. 300 Fax: (+351)213928588 E-mail: cjustino@cplp.org < www.cplp.org >
Nome do entrevistador:	Mariana de Oliveira Nóbrega
Forma de entrevista:	Por Internet (e-mail)
Data:	09/10/2012
Tema	Perguntas Orientadoras
Situação Inicial	<p>Quais foram os maiores (principais) desafios do PCT CPLP/FAO 3201 no contexto da situação inicial? Quais eram suas expectativas nesse momento?</p> <p>Todos os países da CPLP, embora com diferentes especificidades, se deparam com o problema da desertificação. Um dos grandes desafios deste Projeto foi o de trabalhar um dos grandes temas ambientais, tratado ao nível por uma Convenção Internacional, gerindo estas mesmas especificidades e as diferentes expectativas e perspectivas nacionais, que pudesse resultar num Programa comum e continuado.</p> <p>O desafio de trabalhar as diferentes experiências e abordagens permitiu com certeza que aprendizagem tivesse sido mais rica.</p> <p>Não tendo participado da fase inicial do Projeto, nomeadamente a fase de concepção, não pude conhecer as expectativas reais de quem o desenhou. As minhas expectativas pessoais eram muito elevadas, acompanhando também aquilo que eram os resultados previstos pelo Projeto. Foi também o primeiro Projeto que acompanhei na CPLP, e desconhecia as dificuldades desta gestão multilateral.</p>

Implementação	<p>Quais foram as maiores dificuldades de implementação do PCT CPLP/FAO?</p> <p>A fase de implementação, na realidade corresponde a uma fase de desenvolvimento participado do Programa de Cooperação, com a criação dos comitês intergovernamentais e a realização dos diagnósticos com o apoio de consultores nacionais.</p> <p>Poderia referir entre as dificuldades encontradas, o calendário (duração de tempo curta) disponível para o desenvolvimento das várias ações realizadas para a construção do Programa de Cooperação: Reuniões dos Comitês, consultas públicas, formações, acompanhamento de consultorias, entre as principais.</p> <p>Tratando-se de um Projeto multilateral e de natureza multisetorial, exigiu uma grande coordenação para que os diferentes atores fossem envolvidos e consultados.</p> <p>Para além disso não terá sido reunido o máximo consenso na sua fase de consenso, tendo resultado posteriormente em algumas resistências por incompatibilidade de visões.</p>
Situação final	<p>Os resultados esperados do PCT CPLP/FAO 3201 foram atingidos? Quais não foram atingidos? Por quê? O que faltou para serem atingidos? Quais foram as contribuições desse Projeto para os PALOP e o Timor Leste?</p> <p>Com exceção dos resultados 2 e 5, todos os resultados previstos foram alcançados.</p>
Lições aprendidas	<p>Qual foi ou quais foram as suas principais aprendizagens nessa experiência do PCT CPLP/FAO 3201? Se fosse reiniciar essa experiência do zero, o que faria igual? O que faria diferente? Que recomendações daria para outro grupo de países que pretendesse desenvolver uma experiência parecida.</p> <p>É necessário que exista um forte compromisso político, para que o envolvimento dos técnicos seja reforçado e legitimado. O processo de comunicação, que permite conduzir o Projeto deve também ser bastante assertivo, nos timings e nas formulações.</p> <p>Por outro lado, é importante que exista uma capacidade de adaptação e flexibilização a novos caminhos que possam fazer sentido ao longo do processo.</p>

FONTE: Modelo de Plano de Entrevista, embasado nos “Planos de Entrevistas em Profundidade” do documento “Guías de Terreno - Sistematización de Experiencias Locales - FIDAMERICA – PREVAL” de Berdegué, Ocampo e Escobar (2004, p. 11).

ANEXO C: PRODUTOS E RESULTADOS DO COMPONENTE A, B, C E D

8.1.2. Produtos e Resultados do Componente A

O Componente de Fortalecimento de Capacidades poderá gerar diversos produtos na forma de Materiais Didáticos e de difusão, Relatórios das formações com avaliações metodológicas e de estratégias e ainda mapeamentos e diagnósticos territoriais decorrentes das actividades dos/as formandos/as.

Mas, o principal produto do Componente seria o conjunto de Projectos de Gestão de Terras, elaborados de forma processual e participativa ao longo do terceiro ano de formação. Esses projectos reuniriam os produtos elaborados em cada fase de formação, culminando numa proposta de intervenção discutida e acordada entre os actores.

Outro produto seria constituído pelas Estratégias Financeiras Integradas que incorporariam os processos de discussão e aprendizagens dos diversos actores, envolvendo também o alto nível dos tomadores de decisão.

Considerando as estratégias de intercâmbio e visitas de estudo, deveriam ser criadas e/ou fortalecidas redes de técnicos e sociedade civil em temáticas relacionadas com os objectivos do Programa.

A quantificação das visitas, intercâmbios e outras acções de cooperação Sul-Sul envolvendo diferentes países seria mensurada a partir da análise e aprovação desta proposta. Porém, em carácter preliminar, propõem-se:

A.1- Realização de formação e acompanhamento técnico na formulação de Estratégias Financeiras Integradas, conforme metodologia desenvolvida pelo Mecanismo Mundial, para a mobilização e uso eficiente de recursos nacionais, internacionais e inovadores para investimentos na Gestão Sustentável das Terras, envolvendo ferramentas de gestão e de harmonização de políticas públicas, para 120 representantes das instituições relevantes dos PALOP e Timor Leste, considerando 20 formandos/as em cada país.

A.2.- Ciclo de formações anuais, considerando o contexto e os ecossistemas abrangidos pela intervenção, para 240 técnicos/as e produtores/as rurais, sendo 40 formandos/as por país e por ano realizado.

A.3- Um ciclo de formação para Técnicos/as e Professores/as em Pedagogia da Alternância e Educomunicação, para 240 pessoas, considerando 40 por país e por ano realizado.

A.4 – Um ciclo de formação de Jornalistas e radiocomunicadores, abrangendo 240 pessoas ou 40 participantes por país realizado.

A5 – Dois ciclos de Visitas de Estudo e/ou Intercâmbios em temáticas relevantes, compondo os ciclos de formação desenvolvidos abrangendo 30 pessoas, sendo 5 por país realizados.

8.2.1. Produtos e Resultados do Componente B

Como resultados preliminares do Componente destacam-se:

B.1.- Sistema de Informação em funcionamento;

B2 – Acordos de parcerias e de cooperação em instituições de pesquisa científica e tecnológica, agências de cooperação e organizações internacionais visando a implementação do Sistema de Informação estabelecidos

B.3- Seis programas de rádio abordando as tecnologias de produção e de gestão de água e solo desenvolvidos e difundidos;

B.3- Boletins informativos electrónicos mensais desenvolvidos e divulgados

B.4- Duas Formações de jornalistas e radialistas da CPLP sobre o tema da GST realizadas

B.5.-Duas Formações em Sistematização de Experiências para técnicos de campo, voluntários e comunidades realizadas

B.6- Duas formações para jovens comunicadores rurais, envolvendo outras linguagens além do rádio, como fotografia, vídeo e Internet realizadas.

8.3.1. Produtos e Resultados do Componente C

C.1.- Intercâmbios de informações e experiências com programas e projectos relevantes nas sub-regiões dos países da CPLP (por exemplo TerrAfrica, Projectos SLM PNUD/GEF e outros) realizados

C.2.- Duas visitas de intercâmbio de técnicos/as e produtores/as da CPLP para disseminação de tecnologias adaptadas às zonas áridas e semi-áridas realizadas

C.3- Termos de cooperação para o desenvolvimento das acções do programa desenvolvidos e implementados

C.4- Parceria com o programa europeu de Jovens Voluntários (para a mobilização de 18 jovens voluntários) estabelecida

C.5 – Parceiros mobilizados para a próxima fase do Programa

8.4.1. Produtos e Resultados do Componente D

D.1 – Projectos de pesquisa-acção desenvolvidos (6)

D.2 – Mapeamentos Etnoambientais iniciados em 6 territórios (um em cada país)

D.3 – Sistema de Monitoria e Avaliação de Indicadores desenvolvido

D.4 - Relatórios de resultados de pesquisas publicados

D.5 – Seminários Internacionais realizados

FONTE: (CPLP et al, 2011, p. 60-61; 63-65).

ANEXO D: MATRIZ RESUMIDA DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO

Objetivo Geral: Fortalecer capacidades humanas e institucionais para a formulação e implementação de Políticas Públicas de Combate à Desertificação e Gestão Sustentável das terras na CPLP, visando o aumento da resiliência ecológica, social e econômica frente às Mudanças Climáticas e beneficiando as populações afetadas, com ênfase na juventude e nas mulheres.			
Fases processo	Objetivos	Resultados/produtos	Indicadores de
FASE I	<p>Apropriação pelos gestores públicos, técnicos, comunidades e juventude da abordagem da Gestão Sustentável das Terras, seus conceitos, ferramentas de planejamento territorial, de monitoramento e avaliação de indicadores de desertificação e GST.</p> <p>Formulação de propostas de intervenção social, territorialmente localizadas, com ênfase na GST com sustentabilidade ambiental e respeito às culturas locais.</p> <p>Criação e fortalecimento de redes de aprendizagem coletiva sobre Educação Ambiental, Combate à Desertificação e GST no âmbito do Sistema de Informação.</p> <p>Identificação dos Indicadores de desertificação a serem monitorados por cada País.</p> <p>Relatório Final – Proposta de Programa de Cooperação para a implementação da CNUCD.</p>	<p>Material Didático e de difusão elaborados;</p> <p>Redes sociais da CPLP fortalecidas; Sistema de Informação em funcionamento;</p> <p>Indicadores de Desertificação em Sistema de Monitoramento e Avaliação; Relatórios de resultados de pesquisa publicados;</p> <p>Projetos de Gestão das Terras elaborados; Intercâmbios de Técnicos, Estudantes e Produtores realizados;</p> <p>Proposta de Pós-Graduação Interuniversitária elaborada e discutida; Estratégia Financeira Integrada elaborada;</p> <p>Seminários Nacionais e Internacionais realizados;</p>	<p>Apropriação de conceitos pelos participantes das formações</p> <p>Qualidade dos Projetos de Gestão das Terras avaliada</p> <p>Uso do Material Didático</p> <p>Número de Acessos ao Sistema de Informação</p> <p>Agendas e propostas compartilhadas pelas Redes</p>
FASE II	<p>Implementação do sistema de monitoramento dos indicadores de desertificação e gestão sustentável das terras.</p> <p>Implementação de intervenções territoriais, com foco na GST e no respeito a sustentabilidade ambiental e respeito às culturas locais.</p> <p>Sistematização e análise das intervenções territoriais como base da formulação de Políticas Públicas para a Gestão Sustentável das Terras.</p>	<p>Etnomapeamentos desenvolvidos; Rede de Formadores Nacionais estabelecida; Projetos de Gestão das Terras implementados; I Avaliação dos Indicadores de Desertificação realizada e divulgada;</p> <p>Intercâmbios de Técnicos, Estudantes e Produtores realizados;</p> <p>I Turma de Pós-Graduação Interuniversitária formada; Seminários Nacionais e Internacionais realizados; Sistema de Informação consolidado; Estratégia</p>	<p>Uso do conhecimento sobre GST pelos técnicos e comunitários</p> <p>Apropriação dos Projetos de Gestão das Terras Formadores Nacionais atuando</p> <p>Número de Uploads e Downloads de documentos do Sistema de Informação</p> <p>Envolvimento de Comissões Parlamentares e Gestores de Alto Nível no Programa</p>

		Financeira Integrada implementada; Sistematizações de Experiências dos Projetos de Gestão das Terras.	
FASE III	Implementação e monitoramento de Políticas Públicas estruturantes de Combate à Desertificação e Gestão Sustentável das Terras Consolidação do Sistema de Informação como locus de disseminação e promoção do Desenvolvimento Técnico e Científico e base para a formulação de Políticas Públicas Sustentáveis.	Projetos de Gestão das Terras implementados; Políticas Públicas desenvolvidas ou reformuladas com enfoque na GST e Mudanças Climáticas; II Avaliação dos Indicadores de Desertificação realizada e divulgada Redes Sociais de controle de políticas públicas estabelecidas Sistema de Informação reconhecido como ferramenta de subsídio às Políticas Públicas; Intercâmbios de Técnicos, Estudantes e Produtores realizados; II Turma de Pós-Graduação Interuniversitária formada Seminários Nacionais e Internacionais realizados Novos financiamentos para ações de GST mobilizados	Qualidade das políticas públicas desenvolvidas segundo critérios estabelecidos; Qualidade das Pós-Graduações; Formações autônomas realizadas; Uso das informações do Sistema de Informação para a formulação de Políticas Públicas; Grau de Autonomia das Redes Sociais apoiadas

FONTE: (CPLP et al, 2010, p. 23 e 24).